

**Juliane Sachser Angnes
Loide Andréa Salache
(orgs.)**

MÚLTIPLOS OLHARES

**SOBRE OS DIREITOS HUMANOS,
A EDUCAÇÃO E A INOVAÇÃO SOCIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

apprehendere
editora



**Juliane Sachser Angnes
Loide Andréa Salache
(orgs.)**

**MÚLTIPLOS OLHARES
SOBRE OS DIREITOS HUMANOS,
A EDUCAÇÃO E A INOVAÇÃO SOCIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

1ª edição

**Apprehendere
Guarapuava
2023**

Copyright © by Juliane Sachser Angnes, Loide Andréa Salache e Editora Apprehendere 2023.

EDITORA APPREHENDERE

Direito desta edição reservados à Editora Apprehendere. Av. Manoel Ribas, 2028 -

Guarapuava Paraná, CEP 85010-180 - <https://apprehendereeditora.com/>

email: apprehendere.editora@gmail.com

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Os textos desta obra estão de acordo com a mais recente otimização ortográfica da língua portuguesa.

Diagramação: Luciano Ortiz e Edição: Isis Lenoah Ortiz e Luciano Ortiz

Edição de texto e revisão: *Juliane Sachser Angnes e Loide Andréa Salache*

Capa e projeto gráfico: Loide Andréa Salache

Imagens da capa: Canva

Organização

Juliane Sachser Angnes

Loide Andréa Salache

Conselho Editorial

Alejandra Caballero - Universidad Tecnológica Privada de Santa Cruz - UTEPSA - Santa Cruz de La Sierra - Bolivia

Cecilia Klappenbach - Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo - CLAD - Buenos Aires - Argentina

Sérgio Silva Ribeiro - Briercrest College and Seminary - Caronport, Saskatchewan - Canadá

Marcio Ronaldo Santos Fernandes - Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO - Guarapuava Paraná - Brasil

Tiragem 50 exemplares

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

M961 Múltiplos olhares sobre os direitos humanos: a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário / Organizado por Juliane Sachser Angnes, Loide Andréa Salache. – Guarapuava: Apprehendere, 2023. 225 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-88217-53-5

1. Educação. 2. Desenvolvimento Comunitário. 3. Estudos de Gênero 4. Empoderamento 5. Empreendedorismo. 6. Objetivos de desenvolvimento sustentável 7. Inovação social. 8. Saúde. 9. Desenvolvimento Humano I Angnes; Juliane Sachser. II Salache, Loide Andréa. III. Título.

CDD 20. ed. 303

O teor de cada um dos capítulos é de inteira e total responsabilidade de quem os escreve.

Sumário

Apresentação..... 05

Capítulo I

A igualdade de gênero e o empoderamento feminino na perspectiva dos direitos humanos.....**08**

Juliane Sachser Angnes e Loide Andréa Salache

Capítulo II

A importância do ensino superior público para o desenvolvimento comunitário.....**26**

Jeferson Lozecky e Erivelton Fontana de Laat

Capítulo III

Um panorama de estudo científico com foco na governança universitária e no desenvolvimento comunitário.....**50**

Karina Worm Beckmann e Ronaldo Ferreira Maganhotto

Capítulo IV

A conexão com o futuro, a inovação e o compromisso social da universidade: o projeto Unicentro na escola e a escola na Unicentro.....**66**

Fábio Hernandez, Ademir Juracy Fanfa Ribas e Loide Andréa Salache

Capítulo V

A educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade.....**92**

Cleverson Fernando Salache e Juliane Sachser Angnes

Capítulo VI

As doenças crônicas não transmissíveis sob um olhar interdisciplinar para a inovação social em saúde.....**111**

Fábio Horts e David Livingstone Alves Figueiredo

Capítulo VII

O corpo feminino como acontecimento social e histórico que produz dizeres.....129

Loide Andréa Salache e Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Capítulo VIII

A cátedra de empoderamento e empreendedorismo feminino Unicentro.....152

Fábio Hernandes, Ademir Juracy Fanfa Ribas e Loide Andréa Salache

Capítulo IX

O acesso dos povos indígenas ao ensino superior no Paraná.....168

Loide Andréa Salache, Juliane Sachser Angnes, Ademir Juracy Fanfa Ribas e Cleverson Fernando Salache

Capítulo X

Um debate em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil.....182

Loide Andréa Salache e Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Capítulo XI

A historicidade do movimento LGBTQIA+ na perspectiva dos direitos humanos.....197

Loide Andréa Salache, Juliane Sachser Angnes, Jeferson Lozeckyi, Cleverson Fernando Salache, Fábio Horst, Karina Worm Beckmann e Cleber Trindade Barbosa

Sobre as autoras e os autores.....211

Índice remissivo.....217

Apresentação

Esta obra é organizada pelas pesquisadoras que integram o grupo de pesquisa intitulado "Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro)", credenciado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado a Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, e contempla pesquisas e reflexões decorrentes de temáticas interdisciplinares em estudos de gênero e interseccionalidades, empoderamento e empreendedorismo feminino, saúde, educação, direitos humanos, inovação social e desenvolvimento comunitário.

O processo de curadoria do livro acentua contribuições autorais das pesquisadoras e dos pesquisadores pertencentes à Ceef Unicentro-CNPq e conta também, com a cooperação de pesquisadoras e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação (Ppge-Unicentro), da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

Os textos compõem uma coletânea de investigações empíricas, reflexões teóricas e métodos científicos, envoltos na análise da dinâmica das relações sociais, das suas várias intersecções e significados que se transformam no espaço e no tempo, como um instrumento privilegiado para a realização de investigações no campo educacional, em toda a sua abrangência, ancorados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o Pacto Global, em 2015.

Este livro, na forma de antologia, se inclui em um processo mais amplo de percepções e opera através da interação de vários saberes, que conectam a produção científica integrada ao desenvolvimento humano e aos estudos de gênero, com o objetivo de estimular o apoio à pesquisa e à ciência, com ênfase especial no ensino superior e na pós-graduação.

Mister frisar que os textos da obra em tela, abordam as relações recíprocas entre educação e sociedade, desenvolvimento humano e comunitário, e nessa perspectiva traz a visão teórica com suas reflexões contextualizadas, tendo em vista os processos educativos e de formação humana. Sendo imperioso destacar, a pujante mobilização de estratégias na tessitura discursiva que visam a democratização do conhecimento científico, percebido pelo seu procedimento de autenticidade autoral.

Destarte, na condição de subsidiar discussões relacionadas à educação, aos estudos de gênero e diversidade, interseccionalidades, paridade de gênero, desenvolvimento comunitário sustentável, inovação social e a universalização dos direitos humanos, organizamos esta obra para enfatizar a importância da pesquisa científica na abrangência dessas temáticas, em um movimento que possa impulsionar diálogos para a produção do conhecimento e outras representações possíveis de estudos sobre estes temas, estimulando o pensamento crítico e a troca de informações como uma das prioridades dos trabalhos científicos, demonstrando a relevância da inovação literária para a ciência, tornando-se uma obra de significado atemporal.

Diante disso, todas as autoras e os autores da coletânea em apreço, de um modo ou de outro, sob diferentes perspectivas, com múltiplos olhares, apontam o papel estratégico da educação para o desenvolvimento humano e comunitário, o que faz desta obra uma referência obrigatória para pesquisadores e pesquisadoras, cientistas sociais, educadores e educadoras, formuladores de políticas dos mais diversos organismos da esfera social, que reconheçam na educação uma prática emancipatória para o desenvolvimento global, tendo em vista a promoção de uma sociedade mais humanizada.

As organizadoras,

*Professora Juliane Sachser Angnes e
Professora Loide Andréa Salache,
Pesquisadoras da Ceef Unicentro-CNPq.*

CAPÍTULO I

A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Loide Andréa Salache

Mestra em Letras

Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário

Universidade Estadual do Centro-Oeste -

Unicentro

Juliane Sachser Angnes

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Centro-Oeste -

Unicentro

Capítulo I

A igualdade de gênero e o empoderamento feminino na perspectiva dos direitos humanos¹

Introdução

Este capítulo tem como objetivo discutir os atuais esforços para o empoderamento feminino na perspectiva dos direitos humanos, considerando os preceitos norteadores da Organização das Nações Unidas (ONU²), especialmente, no que concerne a ONU Mulheres e o movimento percorrido por reconhecimento e efetivação dos direitos humanos das mulheres, no âmbito dos direitos individuais e coletivos, elucubrando os direitos civis, políticos, sociais e, posteriormente, os difusos³, em suas múltiplas escalas, de forma universal.

Desde a lavratura da Carta das Nações Unidas, em 1945, foram necessários muitos anos e diversas estratégias de incidência política das mulheres, junto aos governos e aos organismos internacionais, até que ações fossem estabelecidas para a promoção de seus direitos. Entretanto, discussões nesse âmbito ainda são necessárias, em contexto local e global, logo que, as mulheres e também as meninas, ainda são vitimizadas por questões de gênero, pelo status de sujeito feminino, nos vários espaços das relações sociais, o que detém à promoção e a expansão de direitos humanos.

A jornada feminina pela garantia de igualdade de direitos percorre o desenvolvimento histórico da humanidade, entrelaçados por meio das relações

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. A igualdade de gênero e o empoderamento feminino na perspectiva dos direitos humanos. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 8 - 25. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.1.

² A Organização das Nações Unidas (ONU), nasceu oficialmente em 24 de outubro de 1945, depois que a maioria dos 51 Estados-Membros signatários do documento fundador da Organização, a Carta da ONU, o ratificaram. Atualmente, 193 Estados são membros das Nações Unidas, que estão representados no órgão deliberativo, a Assembleia Geral. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso: 29 dez. 2022.

³ Direitos difusos são aqueles cujos titulares são indeterminados e indetermináveis. Merecem especial proteção, pois não atingem a alguém em particular e, simultaneamente, a todos. São exemplos de direitos difusos os direitos a um meio ambiente sadio, à vedação à propaganda enganosa e o direito à segurança pública. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/component/content/article/642-paginas-internas/10525-perguntas-frequentes-canais-de-interlocucao-do-mpe-am>. Acesso: 29 dez. 2022.

sociais, que impulsionam as mulheres a tomarem atitudes para empoderar-se, almejando criar uma sociedade mais justa, com a intenção de superar preconceitos enraizados, visando a igualdade entre os gêneros.

Para o estudo em tela, o empoderamento feminino traz questões de suma importância para a transformação da sociedade atual. Não estamos falando somente de dar espaço para as mulheres no mercado de trabalho, é muito além desse aspecto, e se trata de encorajá-las desde meninas, a serem o que quiserem socioprofissionalmente, a ter autoestima em diversos aspectos de suas vidas e, principalmente, a repassar esse suporte de empoderamento a outras mulheres, revertendo situações de vulnerabilidade acometidas ao gênero feminino nas nações existentes.

Ainda hoje, as mulheres continuam sujeitas a restrições e limitações de uma sociedade composta por raízes históricas de tradição machista, o que torna emergencial discutirmos sobre a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, com vistas a emancipação social feminina, como ato de conceder o poder de participação social às mulheres, em prol da igualdade entre os gêneros, cumprindo a essência legal que norteia a supremacia dos Direitos Humanos.

De acordo com os princípios da ONU, no que tange ao empoderamento, promover a igualdade de gênero é estabelecer oportunidades semelhantes para todos os seres humanos, considerando a melhoria da qualidade de vida para homens, mulheres e crianças, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação, frente à igualdade de direitos, deveres e oportunidades entre todas as pessoas na sociedade contemporânea.

O empoderamento feminino é a consciência coletiva, que resulta em ações para fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero. Empoderar-se é ter confiança na sua própria vida para seguir os seus sonhos. Assim, alcançar a igualdade de gênero corresponde a atingirmos concretamente, o que está expresso no 5º rol, e consiste em "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", arrolado dentre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, na Assembleia Geral da ONU, estabelecidos como metas no documento denominado "Agenda 2030"⁴, prazo este, para que a humanidade efetive, factualmente, o cumprimento dos ODS-ONU.

⁴ Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Foram definidas 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão

Isto posto, a igualdade de gênero significa que todos os homens e todas as mulheres, independente de raça, credo religioso, idade e orientação sexual, devem possuir os mesmos direitos e deveres em uma sociedade, fazer suas escolhas e desenvolver suas capacidades individuais sem a limitação de estereótipos. Nesse contexto, todos os os direitos e oportunidades devem ser igualmente oferecidos para todas pessoas, em qualquer território existente no planeta.

Assim, ao tratarmos das relações de gênero, estamos discutindo sobre as relações existentes entre masculino e feminino, em que as mulheres são subjugadas e enquadradas socialmente, em um sistema de obediência e de diferença nas tarefas, tendo em conta, uma sociedade construída historicamente pelo patriarcado dos homens. Mesmo que estejamos em pleno século XXI, imersos na "sociedade 5.0"⁵, a humanidade ainda não se conscientizou por completo, sobre a suma importância de se estabelecer a igualdade de gênero, com vistas ao empoderamento das mulheres.

Desde os primórdios da humanidade, a luta em defesa dos direitos das mulheres pela igualdade de gêneros, objetiva transformar um contexto de ações socioculturalizadas que impedem as mulheres de prosperarem e se emanciparem socioeconomicamente, em todos os níveis. Por isso, sob a tutela da ONU foi elaborada a "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw⁶)", no ano de 1979, inter-relacionada com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, sendo que os Direitos Humanos ganham um caráter universal, devendo ser

concentradas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e transversalizadas em outros 12 objetivos globais. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. Acesso: 29 dez. 2022.

⁵ Sociedade 5.0: sociedade da inteligência. Em janeiro de 2016, o governo japonês lançou o 5º Plano Básico de Ciência e Tecnologia. Esse documento definiu políticas de inovação a serem estimuladas entre 2016 e 2021, e o conceito de sociedade 5.0, era a maior aspiração japonesa. Em suma, a sociedade 5.0, é uma evolução da 4.0, e ainda, estamos em processo de transição. Porém, o maior destaque dessa evolução é o uso da tecnologia a serviço da humanidade e do meio ambiente, ou seja, em prol da maior qualidade de vida, de forma sustentável. Disponível em: <https://simcarreira.com.br/sociedade-5-0/> Acesso: 29 dez. 2022.

⁶ Cedaw é o principal documento do direito internacional em relação aos direitos das mulheres, impondo obrigações básicas de eliminar qualquer discriminação baseada no gênero que prejudique as liberdades fundamentais das mulheres na esfera política, social, econômica e cultural. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-sao-os-direitos-das-mulheres/#:~:text=Atualmente%2C%20segundo%20o%20Escrit%C3%B3rio%20do,n%C3%A3o%20ser%20submetida%20a%20tortura%2C>. Acesso: 29 dez. 2022.

aplicados a qualquer pessoa.

Logo, compreender a importância de se estabelecer socialmente a igualdade de gênero, é perceber o lugar histórico e evolucionista que a mulher ocupa nesse debate, sobretudo, intencionando possibilitar que mudanças possam ocorrer na sociedade para banir a existência de qualquer tipo de menosprezo e/ou coisificação, que possam vir a ser praticados a figura feminina, assegurando o cumprimento dos direitos humanos para todas as mulheres e meninas, independente do território que habitem.

No que diz respeito ao cenário profissional, o movimento do empoderamento feminino traz oportunidades de ascensão à carreira das mulheres e o empreendedorismo, se torna uma ferramenta importante para que elas consigam retomar o controle de sua trajetória de vida laboral, criando uma comunidade de mulheres empoderadas que colaboram com o desenvolvimento socioeconômico, sem fronteiras.

A elaboração de legislações de proteção aos direitos das mulheres representam um reconhecimento explícito da luta histórica feminina, por melhores condições de vida. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, prevê em seu texto a igualdade entre homens e mulheres, ressaltando a proibição da discriminação por sexo e amplia os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres.

Contudo, no Brasil e no mundo, a vulnerabilidade ainda é uma marca do gênero. As desigualdades, preconceitos, a violência doméstica e psicológica, bem como, a discriminação em suas formas diversas, tornam vítimas frequentes as mulheres, em pleno século 21. Sem contar nos salários desiguais, desproporção de acesso à carreira de nível hierárquico e a determinadas profissões. O que nos conduz a enfatizarmos, que há um longo caminho a ser percorrido para que a igualdade de gênero se torne regra mundial estabelecida para o desenvolvimento social e comunitário, respaldada em preceitos constitucionais e no ordenamento jurídico atrelado aos direitos humanos.

Portanto, o objetivo deste estudo é discutir a importância da igualdade de gênero e do empoderamento feminino na perspectiva dos Direitos Humanos, visando compreender qual é o papel que a mulher ocupar nesse debate na sociedade contemporânea, destacando os compromissos projetados pela ONU Mulheres, em apoio à Agenda 2030, em que a ONU Mulheres lançou a iniciativa global, "Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela

pela igualdade de gênero", considerando os desafios para implementação do "ODS 5", que corresponde a "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", (ODS-ONU, 2015, s/p.), a fim de dar, ainda mais, ênfase na proteção e direitos de cada mulher, em seus cotidianos.

O empoderamento feminino e a sua importância para se atingir a igualdade de gênero que é um Direito Humano fundamental

O empoderamento feminino é o ato de conceder o poder de participação social às mulheres, com a total igualdade entre os gêneros, em que homens e mulheres possuam as mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas, e também tenham condições equivalentes no acesso à educação e no êxito à carreira profissional.

Um olhar histórico nos remete a importância de efetivarmos ações na atual conjuntura social para se estabelecer a igualdade de gênero. É salutar destacarmos nesse contexto, a notoriedade da valoração da paridade de gênero com o objetivo de se atingir uma proporção composta por uma sociedade "50-50", em que homens e mulheres ascendem à educação e poderão ocupar cargos e funções sociolaborais com as mesmas oportunidades de acesso, na perspectiva de abolirmos a existência de qualquer tipo de discriminação que possa ser praticada contra as mulheres na sociedade:

Há muitos anos, homens e mulheres parecem ter papéis distintos na sociedade. Na Grécia antiga, por exemplo, as mulheres não eram consideradas cidadãs. Juntamente com escravos e crianças, o sexo feminino não tinha o direito de participar das grandes assembleias democráticas e muito menos das decisões políticas. [...] Vemos que a maioria das grandes civilizações não levavam em conta a opinião e trabalho do sexo feminino (AZEVEDO, 2018, s/p.).

Por esse viés, torna-se claro e compreensível, que precisamos discutir sobre a questão de gênero e sobre o empoderamento feminino, com a intencionalidade de atingirmos a igualdade de direitos na sociedade contemporânea, extinguindo diferenças impostas por forças culturais, históricas, religiosas e sociais que estejam enraizadas na estrutura do pensamento humano, assim como declara Adiche:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também pode reparar essa dignidade despedaçada (ADICHE, 2019, p. 32).

Portanto, o empoderamento feminino fortalece e desenvolve a equidade social de forma humanizadora. Isto posto, a luta pela igualdade de gênero é um fator primordial no contexto de fortalecimento das instituições democráticas de uma nação. Ademais, estimular a aplicabilidade dos direitos das mulheres, é defendê-las, de fenômenos que até este momento, persistem em nossas realidades, a exemplo da violência, do preconceito e da discriminação.

Vale ressaltar que nesse sentido, desde a década de 60, o Movimento Feminista vem rompendo barreiras em benefício da efetivação dos direitos das mulheres. O protesto denominado a "queima de sutiãs", marcou a entrada do movimento feminista estadunidense para história, sendo um dos "primeiros atos públicos a questionar os padrões machistas e comportamentos que foram historicamente constituindo valores da cultura masculina, durante séculos na sociedade", (ALMEIDA; SOUZA, 2021, p.15).

Na época atual, as mulheres continuam a conquistar e reafirmar o seu espaço na sociedade, anunciando a reivindicação de seus direitos e denunciando as desigualdades de classe, violência e etnia, tornando-se protagonistas de ações que beneficiam a emancipação social feminina, deixando no passado o estereótipo de "dona de casa", e ocupando espaços laborais antes inimagináveis, para o gênero feminino.

Assim, empoderar mulheres é promover a equidade de gênero. Logo, empoderar se refere ao ato de dar ou conceder poder para si próprio ou para as outras pessoas. Nessa perspectiva, o empoderamento feminino na sociedade contemporânea pode ser definido de várias maneiras, incluindo aceitar os pontos de vista das mulheres, elevando o seu status por meio da educação, conscientização e formação para o trabalho. Por conseguinte:

O empoderamento é um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstróem e desconstróem em processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. O empoderamento visa a estrada para contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação

de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser (BERTH, 2018, p. 43).

Em vista disso, o empoderamento feminino diz respeito, portanto, a incentivar todas as mulheres e meninas, a encontrarem dentro de si, o seu poder para fortalecer o papel feminino no âmbito social, considerando a liberdade para fazer as próprias escolhas, como um dos pilares para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária entre os gêneros.

O empoderamento feminino nessa situacionalidade é fundamental para o desenvolvimento de novos negócios e o crescimento da igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, ele não é um fato recente e vem sendo discutido ao longo do tempo. O termo empoderamento surgiu nos Estados Unidos, na década de 70, com o objetivo de debater questões civis relacionadas à raça e posteriormente, foi incorporado pelo público feminino, como sinônimo de práticas e princípios atitudinais, norteadores de ações para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, o conceito começou a ser cunhado a partir da segunda década dos anos 2000, com a ascensão das redes sociais e na atualidade, o empoderamento estabelece voz e autonomia, principalmente às minorias e grupos com histórico de repressão e vulnerabilidade social, como mulheres, negros e a comunidade LGBTQIA+⁷.

⁷ O que significa LGBTQIA+?

A sigla é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQIAP+, diz respeito ao gênero.

- L: lésbica; é toda mulher que se identifica como mulher e têm preferências sexuais por outras mulheres.
 - G: gays; é todo homem que se identifica como homem e têm preferências sexuais por outros homens.
 - B: bissexuais; pessoas que têm preferências sexuais pelo gênero masculino e feminino.
 - T: transexuais, travestis e transgêneros; pessoas que não se identificam os gêneros impostos pela sociedade, masculino ou feminino, atribuídos na hora do nascimento e que têm como base os órgãos sexuais.
 - Q: queer; pessoas que não se identificam com os padrões de heteronormatividade impostos pela sociedade e transitam entre os "gêneros", sem também necessariamente concordar com tais rótulos.
 - I: intersexo; antigamente chamadas de hermafroditas, são pessoas que não conseguem ser definidas de maneira distinta em masculino ou feminino.
 - A: assexuais; que não sentem atração sexual por ninguém, podendo ou não se interessar por envolvimento românticos.
 - +: engloba todas as outras letrinhas da sigla, como o "P" de pansexualidade, que é a atração por pessoas, independentemente do gênero ou da orientação sexual delas.
- Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/voce-sabe-o-que-significa-a-sigla-lgbtqi/>. Acesso: 07 ago. 2022.

No contexto profissional o empoderamento feminino tem potencial de motivar ainda mais as mulheres a desenvolverem o espírito empreendedor com confiança, para que possam adquirir novas atitudes, auxiliando-as no resgate da autoestima. Nesse sentido em 2010, a ONU lançou os princípios de empoderamento das mulheres, com propósito de incentivá-las a mudarem suas vidas, estimulando o autoconhecimento e a inclusão no mercado de trabalho, como uma possibilidade de ter independência financeira, considerando:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU MULHERES BRASIL, 2022, s/p.).

Desse modo, os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs⁸), são um grupo de "princípios que oferecem orientação sobre como delegar poder às mulheres no ambiente de trabalho, mercado de trabalho e na comunidade" (+Mulher360⁹, 2022), e a sua propositura de formulação é fruto da parceria instituída entre as Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), e o Pacto Global das Nações Unidas, sendo que:

Os Princípios enfatizam o caso de negócio de ação corporativa para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, e se baseiam em práticas de negócios e insumos da vida real colhidos do mundo todo. Os Princípios de Empoderamento

⁸ WEPs: Princípios de Empoderamento das Mulheres, da sigla em inglês.

⁹ "+MULHER360": Movimento empresarial pelo desenvolvimento econômico da mulher. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/institucional/7-principios-de-empoderamento/>. Acesso: 11 ago. 2022.

das Mulheres buscam apontar a melhor prática, trabalhando com a dimensão de gênero da responsabilidade, do Pacto Global da ONU e o papel do meio empresarial no desenvolvimento sustentável. Além de ser um guia útil para as empresas os Princípios procuram subsidiar outros stakeholders, incluindo os governos, em seu envolvimento com o meio empresarial (+MULHER360, 2022, s/p.).

Historicamente, as relações de gênero são permeadas por uma diversidade que envolve atos e ações que são valorados de formas diferentes, quando praticados por homens e quando são desenvolvidos por mulheres, logo, "o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de gênero", (SAFFIOTI, 1992, p. 18), que marcam e acabam por (re)definir papéis que mulheres e homens assumem na sociedade de um modo geral:

Olhe bem ao seu redor. Deu para ver quantas mulheres dividem espaço com você no seu trabalho? E nas instituições educacionais, já percebeu quão significativa é a presença feminina, tanto entre alunas quando docentes? Nas famílias, então, a postura de liderança da mulher é gritante! Várias delas são as responsáveis pelo sustento da casa conduzindo, sozinhas, a educação de seus filhos e dependentes. São exemplos fortes de que a ideia de sexo frágil está mais do que arcaica. A expressividade da mulher não para por aí. Longe disso! Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dão conta de que 53% do eleitorado brasileiro é composto por mulheres, o equivalente a mais de 146 milhões de eleitoras. Mas, ainda há muito o que conquistar! Em 2013, a Unesco divulgou dados que mostram índice de 774 milhões de analfabetos em todo o mundo. Destes, 64% são mulheres. Considerando a faixa etária entre 15 e 24 anos, dos 123 milhões de analfabetos, 76 milhões são do sexo feminino (E. C. P.¹⁰; 2020, s/p.).

Apesar da participação expressiva feminina no mercado de trabalho, elas ainda sofrem com a desigualdade de salários, impactando a carreira das mulheres. A falta de oportunidades no âmbito laboral, associa-se a disparidade salarial entre homens e mulheres. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as "mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. [...] Em média, 20,5% menos que os

¹⁰ E.C.P.: Esporte Clube Pinheiros (S.P.). Principais lutas e conquistas das mulheres ao longo da História (Publicado em 28 de fevereiro de 2020). Disponível em: <https://www.ecp.org.br/principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso: 11 ago. 2022.

homens no país", (OLIVEIRA, 2019, s/p.). Portanto, a desigualdade salarial é disseminada no mercado de trabalho e atinge diretamente as mulheres, demonstrando a necessidade do empoderamento feminino para estabelecer a igualdade laboral:

Apesar da conquista dos direitos no mercado de trabalho, o preconceito contra mulheres ainda é amplo. Estudos revelam que de dez mulheres, duas sofrem preconceitos ou discriminações no trabalho por serem mulheres, o chamado sexismo. No mercado de trabalho, embora muitas mulheres desempenhem funções importantes, ainda é possível observar algumas circunstâncias. Mulheres perdem suas posições, simplesmente por haver a possibilidade de terem filhos e adquirir a licença maternidade ou aleitamento materno. Hoje, é observado que há mais mulheres no mercado de trabalho que os homens. Entretanto a igualdade salarial e a distribuição de cargos de liderança estão sendo mudados lentamente. Ainda faltam algumas medidas que assegurem a igualdade de gênero no mercado de trabalho. Respeitando as características próprias da mulher, tanto no serviço público quanto em empresas privadas de grande, médio e pequeno porte (AVANTE, 2020, s/p.).

Marcando batalhas importantes vencidas em prol do movimento feminista, que busca o empoderamento das mulheres pela igualdade de direitos entre os gêneros, perpassa por um caminho de vitórias e avanços que se inscrevem nos anais de evolução da sociedade ao longo do tempo. Várias conquistas das mulheres no Brasil e no mundo expressam relevantes marcos históricos pela igualdade de direitos entre os gêneros, que são consideradas fundamentais, dentre elas se destacam em:

- 1792: a mulher começa a exigir seu direito ao voto na Inglaterra, além de ser o ano em que Mary Wollstonecraft escreveu *A Vindication of the Rights of Woman*, defendendo educação para meninas aproveitarem seu potencial;
- 1827: a primeira lei sobre educação para mulheres é proclamada no Brasil mas, restringindo o acesso às escolas elementares;
- 1832: Nísia Floresta traduz a obra de Wollstonecraft sob o título de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. Trazendo tradução e suas próprias traduções, é considerada como a primeira feminista brasileira;
- 1857: na cidade de Nova York, 129 operárias de uma indústria

têxtil morrem queimadas em ação policial ao reivindicarem a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias, além da licença maternidade. Mais tarde, o dia 08 de março foi declarado como o Dia Internacional da Mulher;

- 1862: as mulheres suecas votam pela primeira vez.
- 1869: criada a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, nos Estados Unidos;
- 1879: as mulheres brasileiras conseguem o direito de frequentar instituições de ensino superior, mesmo sob críticas da sociedade.
- 1885: Chiquinha Gonzaga estreia como a primeira maestrina brasileira;
- 1887: Rita Lobato Velho forma-se como a primeira médica brasileira;
- 1893: as mulheres neozelandesas conquistam o direito ao voto;
- 1915: a Caixa Econômica Federal institui novo regulamento que permitia à mulheres casadas ter seus próprios depósitos bancários, desde que não houvesse a objeção do marido;
- 1917: Deolinda Daltro, professora e fundadora do Partido Republicano Feminino, lidera passeata exigindo que o voto fosse estendido às mulheres;
- 1920: acontece, nos Estado Unidos, o movimento das sufragistas.
- 1922: fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), por Bertha Lutz, a principal articuladora feminista do período;
- 1923: as mulheres japonesas conquistam o direito de participar de academias de artes marciais;
- 1928: Juvenal Lamartine, governador potiguar, consegue alterar lei eleitoral para dar direito de voto às mulheres, no entanto, os mesmos acabaram anulados. No mesmo ano, a primeira prefeita da história brasileira foi eleita: Alzira Soriano de Souza, em Lajes (RN);
- 1932: o novo Código Eleitoral Brasileiro é, finalmente, promulgado por Getúlio Vargas, dando direito ao voto para as mulheres. No mesmo ano, Maria Lenk seguiu para Los Angeles como a única mulher da delegação olímpica daquele ano;
- 1934: eleita a primeira deputada do país, Carlota Pereira Queiróz. No período da Segunda Guerra, surgiu a imagem da operária Geraldine Hoff, simbolizando a luta das mulheres que assumiram os postos de trabalho no lugar dos homens que foram para o conflito. O tema criado foi Yes, we can do it;
- 1945: a Carta das Nações Unidas reconhece, em documento internacional, a igualdade de direitos entre homens e mulheres.
- 1948: delegação feminina segue para as Olimpíadas de Londres com 11 mulheres, após 12 anos de hiato;

- 1949: Simone de Beauvoir publica O Segundo Sexo, analisando a condição feminina, no mesmo ano em que acontecem os Jogos da Primavera ou, Olimpíadas Femininas;
- 1951: a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprova a igualdade de remuneração entre homens e mulheres em funções iguais;
- 1960: Maria Esther Andion Bueno é a primeira mulher a vencer quatro torneios do Grand Slam de tênis;
- 1961: criada a primeira pílula anticoncepcional via oral. Tratou-se de uma revolução de costumes e liberdade sexual;
- 1962: o Estatuto da Mulher Casada é aprovado no Brasil, resguardando que mulheres casadas não precisavam mais da autorização do marido para trabalhar fora de casa, além do direito de requerer a guarda dos filhos na separação;
- 1974: Isabel Perón torna-se a primeira mulher presidente de uma nação, a Argentina;
- 1975: proclamado o Ano Internacional da Mulher e, no mesmo ano, foi realizada a I Conferência Mundial sobre a Mulher, na qual foi criado um plano de ação;
- 1979: neste mesmo ano, Eunice Michilles tornou-se a primeira senadora do Brasil, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi adotada pela Assembleia Geral e equipe feminina de judô se inscreveu em campeonato sul-americano;
- 1980: criado o lema Quem ama, não mata, em meio à criação de centros de autodefesa para coibir a violência contra a mulher;
- 1983: Minas Gerais e São Paulo tornam-se os primeiros estados a criar conselhos estaduais da condição feminina para discutir políticas públicas. No mesmo ano, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. No mesmo ano, Sally Ride tornou-se a primeira mulher astronauta;
- 1985: criada a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, em São Paulo, além da aprovação do projeto de lei que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no intuito de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais;
- 1987: criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro;
- 1988: avanços na Constituição Brasileira por meio do lobby do batom, garantindo direitos e deveres iguais entre homens e mulheres perante a lei;
- 1993: a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, destaca direitos e violência contra a mulher, gerando a declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher;

- 1994: Roseana Sarney é eleita como a primeira governadora de um estado brasileiro, o Maranhão;
- 1996: instituído o sistema de cotas na Legislação Eleitoral brasileira, garantindo a inscrição mínima de 20% nas chapas. Neste mesmo ano, Nélida Piñon é a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras;
- 1998: Benedita da Silva torna-se a primeira mulher a presidir uma sessão do Congresso Nacional;
- 2005: Angela Merkel eleita a nova chanceler alemã, a primeira mulher a ocupar o cargo na história;
- 2006: sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que aumentou o rigor nas punições em crimes contra a mulher. Com ela, homens podem ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada. No mesmo ano, o Parlamento Paquistanês mudou a lei islâmica sobre o estupro, retirando-o das leis religiosas e o incluindo no código penal. Anteriormente, caso a mulher não apresentasse "quatro bons muçulmanos HOMENS", como testemunhas, seria acusada de adultério;
- 2010: Dilma Rousseff eleita como a primeira presidente mulher do Brasil;
- 2015: sancionada a Lei do Feminicídio, colocando o assassinato de mulheres entre crimes hediondos (E.C.P.; 2020, s/p.).

Tendo em vista esse cenário, empoderar mulheres é promover a equidade de gênero em todas as atividades na esfera social, política e econômica, em qualquer tempo. Logo, as reivindicações e lutas das mulheres por direitos civis, políticos e sociais, a cada dia, perpassam por avanços e determinam conquistas de melhores condições para se atingir a igualdade de gênero, entretanto:

A partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral. Na educação, por exemplo, as escolas e outras instituições educadoras continuam pautando as questões referentes às mulheres no campo da reprodução do machismo, conferindo mais liberdade aos meninos do que às meninas. É também muito forte a influência religiosa cristã nos colégios, principalmente nas grandes escolas católicas, que transmitem uma ideia da mulher, mãe, cuidadora, enquadrada no modelo tradicional e conservador de família, em que o pai é o chefe que manda na mãe e nos filhos. [...] Esta construção social do que é ser mulher e do que é ser homem se

relaciona com o sistema patriarcal, aqui entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social. Com o aumento da desigualdade social e a intensificação da exploração da classe trabalhadora, aprofunda-se a situação de dominação-exploração sobre a mulher (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Por isso, discutir os limites e as possibilidades que auxiliarão as mulheres a conquistar a igualdade de direitos entre os gêneros na atual sociedade, é um desafio que se renova continuamente e atua não apenas pela redução das desigualdades em relação ao gênero, mas também para a redução da vulnerabilidade feminina que pode se apresentar por contextos multifatoriais, relacionados diretamente a vulnerabilidade socioeconômica, que causa situações de violência doméstica, sexual e psicológica.

Estabelecer a igualdade de gênero é findar as limitações impostas por estereótipos que originam as desigualdades sociais e os papéis que são atribuídos apenas a um gênero. E à vista disso, "diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens são considerados, valorizados e favorecidos equitativamente", pois, o que as mulheres buscam com o empoderamento é o seu caráter emancipatório e igualitário para com os homens, não significa que as "mulheres e os homens têm de se tornar idênticos, mas que os seus direitos, responsabilidades e oportunidades não sejam determinados pelo seu gênero", (PACTO GLOBAL-ONU MULHERES, 2017, p. 25). Partindo desse horizonte, mulheres e homens devem ser impulsionados a atingirem uma identidade reflexiva e empoderada, considerando a equidade de gênero, em que ambos devem ser tratados de forma justa, equivalentes em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades, o que ocasiona a construção e o desenvolvimento de uma sociedade democrática e inovadora, que respeita os direitos humanos.

Destarte, a igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos e os desafios nessa perspectiva são grandes. Em conformidade com a Organização das Nações Unidas, especificamente, a ONU Mulheres e o Pacto Global (2017, p. 25), para existir a igualdade e a equidade de gênero se "requer frequentemente medidas integradas para compensar as desvantagens históricas e sociais das mulheres". Para trilhar esse caminho, a ONU Mulheres foi criada para fortalecer e ampliar

esforços em defesa dos direitos humanos das mulheres e das meninas, em contexto global:

A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. São três áreas prioritárias de atuação: liderança e participação política, governança e normas globais; empoderamento econômico; prevenção e eliminação da violência contra mulheres e meninas, paz e segurança e ação humanitária. A ONU Mulheres tem sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Possui escritórios regionais e em países da África, Américas, Ásia e Europa. Nas Américas e Caribe, o escritório regional está situado no Panamá. No Brasil, o escritório opera em Brasília (ONU Mulheres, 2022, s/p.).

Desse modo, podemos considerar que os direitos das mulheres e a luta pela igualdade de gênero são fatores de extrema importância no processo de consolidação das instituições democráticas de um país. Por isso, discutirmos sobre os direitos das mulheres na academia, na universidade e na sociedade universal, representa uma tentativa de compreender a subordinação histórica imposta às mulheres e encontrar meios para sua reparação e realização de justiça, pois, o cumprimento dos direitos humanos pode servir de apoio para o desenvolvimento global e expansão do empoderamento e dos direitos das mulheres no mundo:

A elaboração de legislações de proteção aos direitos das mulheres é um reconhecimento formal da luta histórica por melhores condições de vida e representam a conquista da cidadania para as mulheres. Direitos essenciais como o direito à vida, à igualdade, à liberdade e os direitos civis e políticos conquistados internacionalmente garantem que políticas públicas sejam desenvolvidas para tornar o espaço público mais democrático, com maior participação das mulheres na sociedade (TAVASSI; RÊ; BARROSO; MARQUES, 2021, s/p.).

De maneira mais aprofundada, vale rememorar que os fundamentos

básicos dos direitos humanos estão interligados com a proteção da dignidade humana. Nesse sentido, o reconhecimento das mulheres como um grupo social ativo e participativo na esfera política, social, econômica e cultural, atuante na construção da sociedade como conhecemos hoje, deve ser efetivado a fim de eliminar qualquer discriminação baseada no gênero que prejudique as liberdades fundamentais das mulheres.

Assim, é necessário que tenhamos consciência de que os direitos das mulheres e a sua implementação são indispensáveis para a concretização do empoderamento feminino e a construção de uma sociedade mais humanizada e democrática, pois, o que as mulheres buscam com o empoderamento é o seu caráter emancipatório e igualitário para com os homens, intencionando promover mudanças necessárias para uma vida digna.

Considerações finais

Na atualidade as mulheres continuam na luta para (re)afirmar o seu espaço social na contemporaneidade. É fato que homens e mulheres são diferentes. Porém, as diferenças de ordem biológica não podem se tornar motivos em hipótese alguma, para justificar a condição na qual a mulher foi destinada por séculos de inferioridade, sendo submissa, proibida até de votar e em muitos casos, de ter autoridade sobre o próprio corpo, sujeita a abusos e violência no contexto físico e psicológico, sem liberdade de escolha no âmbito afetivo, sexual, educacional e laboral.

Assim, o debate sobre a questão de gênero e o lugar que a mulher ocupa nessa discussão é fundamental para que a sociedade de um modo geral, reveja, prioritariamente, os seus conceitos, paradigmas e seus modelos de comportamento estabelecidos em relação aos gêneros, compreendendo de forma imprescindível, que os gêneros masculino e feminino são construção social e dessa maneira, as disputas materiais e simbólicas que se referem a um enfoque sócio-histórico, político e cultural que inferioriza e menospreza a figura feminina, devem imediatamente acabar e dar espaço ao empoderamento das mulheres, a igualdade de gênero, as mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas.

Nesse sentido, a igualdade de gênero e o empoderamento feminino na perspectiva dos direitos humanos, poderão garantir as mulheres a oportunidade de terem melhores condições de trabalho e de vida, o que torna indispensável a

especificação destas, como sujeitos de direito, isto é, que possuem direitos e deveres previstos em lei, êxito de estruturas sociais, econômicas e políticas que consideram e valorizam as mulheres com base no seu potencial socioeducacional e sociolaboral, visando a construção de uma sociedade globalizada mais democrática.

Referências

ADICHIE, C. N. O perigo de uma História única. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, F. A.; SOUSA, L. D. A nova mulher: uma questão de gênero e empoderamento. Ed. Científica Digital, 2021. DOI: 10.37885/210504484. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210504484.pdf>. Acesso: 03 jan. 2023.

AVANTE. Mulher: desigualdade, preconceito e violência. Destaque notícias em 14 de julho, 2020. Disponível em: <https://avante70.org.br/noticias/mulher-desigualdade-preconceito-e-violencia/>. Acesso: 03 jan. 2023.

AZEVEDO, A. Paridade de gênero: todos são iguais perante a lei? 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/paridade-de-genero/>. Acesso: 29 dez. 2022.

BERTH, J. O que é empoderamento? Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

E.C.P. Esporte Clube Pinheiros (S.P.). Principais lutas e conquistas das mulheres ao longo da História (Publicado em 28 de fevereiro de 2020). Disponível em: <https://www.ecp.org.br/principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso: 11 ago. 2022.

+MULHER360: Movimento empresarial pelo desenvolvimento econômico da mulher. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/institucional/7-principios-de-empoderamento/>. Acesso: 11 ago. 2022.

MPA. Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradoria-Geral de Justiça. Afinal, o que são direitos coletivos e direitos individuais indisponíveis? Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/component/content/article/642-paginas-internas/10525-perguntas-frequentes-canais-de-interlocucao-do-mpe-am>. Acesso: 29 dez. 2022.

OTTO, I. Você sabe o que significa a sigla LGBTQIA+? Capitricho online. Atualizado em 28 jun. 2021, às 23h14min, publicado em 1 jun. 2021, 14h31min. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/voce-sabe-o-que-significa-a-sigla-lgbtqi/>. Acesso: 08 ago. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. ONU Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/> Acesso: 11 abr. 2022.

_____. ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/> Acesso: 29 dez. 2022.

_____. Paridade de gênero. Por um planeta 50-50 em 2030. Um passo decisivo para a igualdade de gênero. Disponível em: <https://avante70.org.br/noticias/mulher-desigualdade-preconce-o-e-violencia/>. Acesso: 29 dez. 2022.

SIM, Carreira. Sociedade 5.0: você está preparado? Sociedade 5.0: sociedade da inteligência. Disponível em: <https://simcarreira.com.br/sociedade-5-0/>. Acesso: 29 dez. 2022.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Pesquisa Teórica. Espaço Temático: Desigualdade e Gênero. Rev. Katálysis 13 (1). Jun. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzX PjKDYSchsb94hP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 29 dez. 2022.

TAVASSI, A. P. C.; RÊ, E.; BARROSO, M. C.; MARQUES, M. D. O que são os direitos das mulheres? Politize, Equidade e Direitos das Mulheres, 13 de abril, de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-sao-os-direitos-das-mulheres/#:~:text=Atualmente%2C%20segundo%20o%20Escrit%C3%B3rio%20do,n%C3%A3o%20ser%20submetida%20a%20tortura%2C>. Acesso: 03 jan. 2023.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Jeferson Lozecky

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
Doutorando em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Erivelton Fontana de Laat

Doutor em Engenharia de Produção
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo II

A importância do ensino superior público para o desenvolvimento comunitário¹

Introdução

A origem das universidades remonta o final do século XI, na cidade de Bolonha, na Itália. Ali já se vivenciava um centro de cultura em função da "Escola de Artes Liberais". Esse desenvolvimento levou ao surgimento de outras escolas episcopais, monásticas e particulares, que ensinavam Direito, fazendo emergir a Universidade de Bolonha (1088); historia-se que a Escola de Direito de Bolonha atraiu muitos alunos de diversas partes da Europa por muitos anos (SIMÕES, 2013).

De início as universidades eram vistas como algo "superior", uma coisa que impressionava e que era alvo de admiração, "os homens medievais parecem ter concebido a universidade da mesma maneira que um artesão pobre considera uma criança brilhante [...], eles estavam impressionados pelo mistério da sabedoria contida nos livros (MINOGUE, 1981, apud SIMÕES, 2013, p. 138). Andrade e Burigo (2019), trazem uma narrativa sobre o contexto histórico das universidades, onde se infere que por muito tempo elas foram destinadas a uma pequena parcela da sociedade, isso se justificaria no fato de suas origens estarem fortemente ligadas à igreja e às monarquias.

Apesar desse acesso seletivo, as universidades tiveram um importante papel para a sociedade na Idade Média, pois se apresentaram como um espaço ligado ao saber, ao ensino e às pesquisas; isso possibilitou a socialização dos conhecimentos e estimulou o pensamento crítico (ANDRADE & BURIGO, 2019). Se em suas origens, as universidades eram vistas como algo "acima da sociedade", com o passar dos tempos passa a se ver uma maior democratização no acesso a elas e a outras instituições de ensino superior (centros universitários, faculdades, etc.). Da mesma forma, vai se metamorfoseando o

¹ Como citar este trabalho: LOZECKYI, J.; LAAT, E. F. A importância do ensino superior público para o desenvolvimento comunitário. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 27 - 49. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.2.

sentido de universidade, com diferenças entre uma sociedade e outra, mudando de um país para outro. Vale dizer que o uso do termo universidade neste texto é mais figurativo, podendo ser entendido como instituições de ensino superior como um todo.

Seja por esse crescente na facilidade de acesso às universidades, seja por essa mudança no seu sentido, seja ainda pela evolução da sociedade da informação: o fato é que a importância das universidades para a sociedade só vem aumentando, especialmente do século XX, em diante. Passa-se a ter uma universidade mais inserida na sociedade, com mais ação sobre as comunidades onde elas se fazem presentes. Nesse sentido, a intenção deste texto tem início com essa reflexão quanto à evolução da inserção das universidades na sociedade, tendo como objetivo trazer informações sobre essas instituições e discutir alguns aspectos da relação: universidade e desenvolvimento comunitário.

Telos das universidades

Quando se transita pela temática que aqui se decidiu discutir, uma questão muito comumente vai surgir: qual o papel das universidades, quais os objetivos finais para os quais ela existe? Pensa-se que vale a pena uma análise sobre isso.

Prince (s.d.), faz uma instigante reflexão sobre o papel das universidades, sobre o que ele chama de Telos Educacional ou os objetivos finais da educação contemporânea. O autor faz uma comparação entre a universidade tal como estabelecida por Platão (Academia), fora dos muros da cidade, que mantinha distância da vida normal da cidade, e a universidade reintegrada ao convívio da cidade, que se insere e detecta as necessidades dessa cidade/sociedade.

A primeira tinha uma postura mais contemplativa, por isso o cuidado de manter essa distância da cidade que lhe proporcionasse uma perspectiva mais crítica; mas essa vida reflexiva muitas vezes parecia ser o fim em si mesmo e não um meio para fins maiores. Já a segunda, na visão do autor, parece ter um Telos mais empresarial ou corporativo, de formar ativos para a sociedade, de prover o mercado de trabalho, com o objetivo principal de ganhar retorno do investimento; mas que recebe a crítica de muitas vezes pecar na produção de conhecimento ou na geração de ciência.

Uma análise simplista poderia indicar a primeira como representada hoje nas instituições de ensino superior públicas e a segunda versão como sendo as privadas. No que tange às IES, privadas, não se tem a intenção de afirmar, mas não seria difícil formar consenso de que seus objetivos maiores sejam ligados à formação de profissionais para o mercado de trabalho, com intuítos econômicos muito claros, ao menos na maioria delas. Caso, isso fosse aceito, traria uma preocupação que esse segundo modelo (mais economicista), levado ao seu extremo de busca pelo retorno empresarial, possa ser tão nocivo quanto o extremismo no primeiro modelo (contemplativo e distante) possa ser relativamente inútil para a sociedade.

Seguindo nesse raciocínio quando se volta o olhar para as instituições de ensino superior públicas (IES), parece existir uma divisão entre o medo das universidades perderem sua essência, de se afastarem do modelo tradicional em que impera o amor pela geração do conhecimento pelo conhecimento, e a necessidade de habilitarem seus alunos de forma que estejam aptos para se inserirem no mercado de trabalho.

Por vezes isso parece ser tratado de forma antagônica, como se fosse impossível a existência de um meio termo. Esse discutido antagonismo inclusive leva a discursos que dizem que as universidades públicas estão entre as instituições mais conservadoras que existem no mundo, sendo muito avessas a mudanças, comparando-as à postura dogmática igreja católica, por exemplo.

Dentro dessa análise não há como esquecer as palavras de Chauí (2003), quando argumenta que a universidade é uma instituição social, sendo assim um reflexo da estrutura e do modo como a sociedade funciona. Isso pode ser comprovado quando se volta para o interior da universidade e se encontra a mesma presença de opiniões, projetos e atitudes conflitantes existentes nas divisões e contradições da sociedade. Sendo uma instituição social, suas mudanças devem acompanhar as transformações da sociedade: sociais, políticas e econômicas.

A discussão aqui iniciada a partir das reflexões de Prince não é recente, mais de meio século atrás Darci Ribeiro já chamava a atenção para as "forças transformadoras" que agiam sobre as universidades do mundo todo. Isso decorreria de uma transição de uma sociedade de base industrial para uma nova sociedade; se trataria de uma revolução científica e tecnológica com capacidade de transfigurar a vida humana (RIBEIRO, 1969). Dessa forma, quando trata mais especificamente das universidades latino-americanas, Ribeiro (1969),

buscar mostrar um quadro entre os valores professados nas universidades e os valores reais, chamando a atenção para todo peso que se estava impondo a elas.

Complementarmente, não se pode deixar de mencionar que as universidades vivem num cenário bastante complexo, onde de um lado veem as exigências crescentes da sociedade e de outro convivem com uma política de visões imediatistas para o ensino superior, política essa fortemente quantitativa e utilitária. Sem esquecer que as restrições governamentais ao financiamento de sua atividade, impõem transformações profundas às universidades, de forma a poder assumir essa nova realidade (TAKAHASHI, 2014).

Outra demonstração que os desafios das universidades não são recentes e parecem ser de difícil resolução é a fala vintenária e atual da Reitora da UFRGS, professora Wrana Maria Panizzi, que indagada por Klering (2000), sobre os desafios da gestão universitária, divide-os em internos e externos. Internamente seu maior desafio é ter um projeto institucional que suplante e também incorpore os projetos individuais de professores, chefias, reitoria, etc. Olhando externamente, seu maior desafio é obter recursos que proporcionem um planejamento de longo prazo, especialmente aquele relativo à demanda de vagas a ser atendida, em número e em direcionamento.

De sua parte, Koifman (2011), defende que a universidade tem papel determinante na formação dos profissionais que a sociedade necessita para seu funcionamento. Não só por sua eficácia nessa formação, como também pelo caráter ético com que faz isso e por ser um local privilegiado de crítica e transformação social. Apesar de todo reconhecimento que a universidade tem pela excelência e ética na formação profissional, ou talvez justamente por isso, a atuação universitária é cada vez mais cobrada para que esse processo de formação acompanhe a evolução da sociedade, principalmente nesse novo ambiente onde a tecnologia da informação chegou sem freios.

Nesse contexto, a tendência é de aumentar a pressão sobre as universidades para que ocorram transformações no seu processo de formação de profissionais preparados para essa nova realidade. Já na outra direção existe a mencionada resistência às mudanças presente na universidade brasileira, que faz crítica à sua perda de identidade e sua submissão ao mercado. Bellez (2000), ao tratar do compromisso social da universidade, tece muitas críticas quanto à questão: universidade, mercado e crise do pensamento; comparando o mercado com uma "má companhia" que faria a universidade perder seus valores e autonomias.

Como se vê, a "razão de ser" ou o telos das universidades é uma questão tão antiga quanto complexa. E a tendência é que esse fogo cruzado sobre elas somente se acirre com o crescimento da utilização da inteligência artificial e as mudanças cada vez mais rápidas que ocorrem no mundo do trabalho.

Instituições de Ensino Superior Públicas no Brasil e no Paraná

Para se fazer uma análise quantitativa da evolução das instituições de ensino superior do Brasil e do Paraná recorreu-se ao Cadastro e-MEC, fonte oficial que foi regulamentada pela Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017. Em seu artigo 1º traz que "o e-MEC é um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de ensino" (CONARQ, 2020). Segundo o Ministério da Educação, MEC (2021A, online):

O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e credenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

Esse cadastro se constitui na base oficial de dados dos cursos e das IES brasileiras independentemente de Sistema de Ensino: "os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia", (MEC, 2021B, s.p.).

Em pesquisa detalhada feita em julho de 2021, o Cadastro e-MEC registrava um total de 3012, instituições de ensino superior, considerando tanto as públicas e quanto as privadas. Na Tabela 01, abaixo, foi feita a separação dessas IES por categorias administrativas e por organização acadêmica.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	FACULDADES	UNIVERSIDADE	CENTROS UNIVERSIDADES	ESCOLAS DE GOVERNO	IFS ⁽¹⁾	CEFETS ⁽²⁾	OUTROS ⁽³⁾	TOTAL
Privada com fins lucrativos	1485	23	182	0	0	0	6	1696
Privada sem fins lucrativos	740	69	140	0	0	0	8	957
Pública estadual	99	41	2	5	0	0	1	148
Pública federal	9	68	1	11	39	2	13	143
Pública municipal	33	5	5	1	0	0	0	44
Especial ⁽⁴⁾	20	0	4	0	0	0	0	24
Total	2386	206	334	17	39	2	28	3012

Fonte: Lozecky e Laa (2022, p. 60).

⁽¹⁾ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

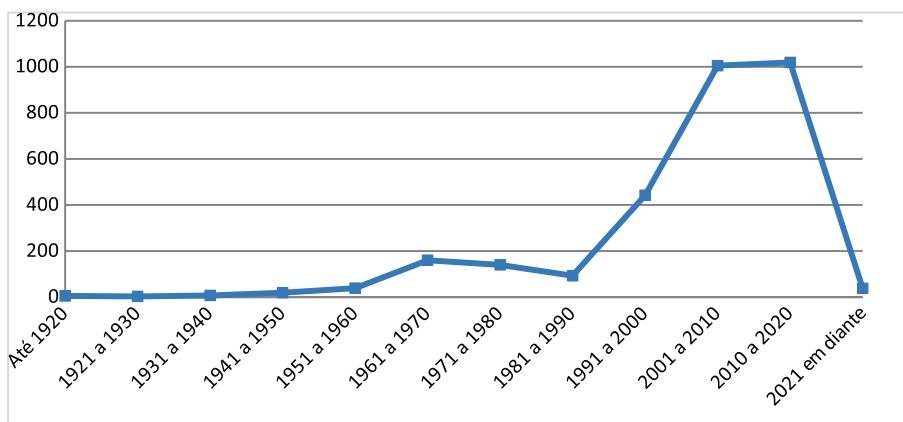
⁽²⁾ Centro Federal de Educação Tecnológica.

⁽³⁾ Instituição Especialmente Credenciada para oferta de cursos lato sensu.

⁽⁴⁾ Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal.

No caso do Brasil, a tratada democratização do acesso ao ensino superior começa a ocorrer com mais intensidade nos anos 1990, com a criação de 442 instituições de ensino superior. Isso mais que duplica nas duas primeiras décadas deste século, onde se constata o registro junto ao Cadastro e-MEC, da criação de mais de 1000 IES, por década, conforme gráfico 01 (LOZECKYI e LAAT, 2022):

Gráfico 01: Instituições de ensino superior criadas em cada década – desde 1909.



Fonte: Lozecky e Laa (2022, p. 61).

Esses mesmos autores (2022), mostram que o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso no Brasil foi o que contou com o maior aumento no número de credenciamentos de IES: 648 em 4 anos. Também merece destaque o ano de 2019, que registra o maior número de credenciamento: 220 IES.

Os números levantados por Lozecky e Laat (2022), mostram uma predominância de faculdades (n= 2386), no que se refere à forma de organização acadêmica, ou seja, representam 79,22%, de todas as IES brasileiras; enquanto isso apenas 6,84%, estão constituídas como universidades (n=206). Se 93,25%, das faculdades são IES privadas, no que se refere às universidades há certo equilíbrio, com uma ligeira predominância pública (55,34%).

Outra análise que se extrai desses autores é que a participação das IES privadas (n= 2653), representa 88,08%, do total de instituições do país. Focando nas instituições "Privadas com fins lucrativos" (n= 1696), tem-se uma representação relativa de 56,31%. Ou seja, mais da metade das instituições de ensino superior brasileiras são privadas e tem intuíto lucrativos. Não se fez um comparativo com outros países, por não ser foco deste trabalho, mas aqui se tem outro instigante tema de pesquisa: público versus privado. De outro lado, as IES públicas (n= 359), representavam quase 12%, do total, com uma relativa equivalência entre as públicas federais (n= 143 ou 4,75%), e as públicas estaduais (n= 148 ou 4,91%).

Outro ponto que chama a atenção é que cinco estados brasileiros concentram mais da metade (52,16%), das IES do Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Rio de Janeiro; enquanto os outros 21 estados mais Distrito Federal detêm 47,84%, das IES. Tais percentuais são muito próximos do número de habitantes de cada um desses estados possuía em julho de 2020, sendo as cinco maiores populações do país com 52,61%, da população total brasileira (IBGE, 2020). Só os estados de São Paulo e Minas Gerais concentram mais de um terço (34,50%), das IES de todo o país. A Tabela 02, mostra os números, por tipo de instituição, desses cinco estados brasileiros.

Tabela 02: Estados com maior número de Instituições de Ensino Superior no Brasil - julho de 2021.

ESTADOS	FACULDADES	UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	OUTRAS	TOTAIS	%	% POPULAÇÃO DO BRASIL
1 São Paulo	556	37	84	5	682	22,64%	21,86%
2 Minas Gerais	289	21	37	10	357	11,85%	10,06%
3 Paraná	152	16	28	1	197	6,54%	5,44%
4 Bahia	138	10	20	3	171	5,68%	7,05%
5 Rio de Janeiro	110	16	24	14	164	5,44%	8,20%
Sub-totais	1245	100	193	33	1571	52,16%	52,61%
Demais estados	1141	106	141	53	1441	47,84%	47,39%
Totais	2386	206	334	86	3012	100,00%	100,00%

Extraído de: e-MEC (2021) e IBGE (2020).

Quando se alterou o filtro para “somente universidades públicas”, considerando as federais, as estaduais e as municipais, foram encontradas 114 universidades mantidas pelo poder público. Constata-se que em todos os estados brasileiros há, pelo menos, uma universidade pública em funcionamento; sendo que nesse quesito, Minas Gerais se destaca com 11 universidades federais e duas estaduais, como se pode visualizar na Tabela 03 abaixo:

ESTADO		FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	TOTAL	%
1 Minas Gerais	MG	11	2	-	13	11,40%
2 Paraná	PR	3	7	-	10	8,77%
3 São Paulo	SP	3	4	2	9	7,89%
4 Bahia	BA	4	4	-	8	7,02%
5 Rio Grande do Sul	RS	6	1	-	7	6,14%
Demais estados e DF	-	41	23	3	67	58,78%
Total do Brasil		68	41	5	114	100,00%

Extraído de: e-MEC (2021).

Quando se retira o filtro "somente universidade" e se retorna todos os tipos de IES, mas se exclui da análise as federais e municipais, são listadas 148 instituições públicas estaduais. Nesse foco de análise se constata uma realidade semelhante à que se viu com todas as IES públicas: o Estado de São Paulo em primeiro lugar com 81 IES públicas estaduais, que representam 54,73%, das instituições brasileiras desse tipo. Depois vêm Rio de Janeiro (n=17), Paraná

(n=7), Minas Gerais (n=6) e Bahia (n=4). Esses cinco estados juntos mantêm 77,7%, das IES públicas estaduais do Brasil. De outro lado, verificou-se que em apenas três estados brasileiros não existe nenhuma instituição de ensino superior mantida por recursos públicos estaduais e/ou sob administração pública estadual: Acre, Rondônia e Sergipe.

Além de ocupar a terceira posição no total de IES, o Paraná destaca-se no cenário nacional como o que tem o maior número de universidades públicas estaduais, são sete IES desse tipo; sem incluir as públicas municipais e federais. Em julho de 2021, o Cadastro e-MEC registrava a existência de 197 IES no Estado do Paraná: sendo 183 na categoria administrativa "Privadas" (92,89%) e 14 da categoria "Públicas" (7,11%), essas últimas listadas no Quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Instituições de ensino superior públicas existentes no Paraná.

IES	SEDE	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	CATEGORIA
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina	Universidade	Estadual
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Maringá	Universidade	Estadual
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Ponta Grossa	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Guarapuava	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	Jacarezinho	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Oeste Do Paraná (UNIOESTE)	Cascavel	Universidade	Estadual
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	Paranavaí	Universidade	Estadual
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	Curitiba	Instituto Federal	Federal
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Foz do Iguaçu	Universidade	Federal
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba	Universidade	Federal
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Curitiba	Universidade	Federal
Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV)	União da Vitória	Centro Universitário	Municipal
Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA)	Clevelândia	Faculdade	Municipal
Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN)	Mandaguari	Faculdade	Municipal

Extraído de: e-MEC (2021).

O ensino superior e o tripé: ensino, pesquisa e extensão

A existência das universidades, muito mais do que outros tipos de instituições de ensino superior, está assentada na indissociabilidade da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Essa visão triangular mostra o seu caráter pleno ou como a universidade deve ser vista. Longe de tentar hierarquizar os vértices desse triângulo, tampouco de atribuir maior valor para um ou outro, mas talvez o ensino seja o aspecto que a maior parte da sociedade foca nas universidades; e provavelmente por isso seja o vértice em que ela é mais questionada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo IV trata da educação superior. No inciso II do art. 43, traz com uma das finalidades da educação superior, "formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua". Cabe destaque a menção a estarem "aptos para a inserção nos setores profissionais". Ou seja, não se trata apenas de diplomar, mas de se oferecer profissionais preparados para o mundo do trabalho, profissionais que consigam atender às demandas atuais crescentes do mercado e gerar desenvolvimento (econômico). Não é de hoje que se nota uma pressão por uma formação profissional orientada para o mercado. Aple (1989), apresentou que a ideologia capitalista que já estava alcançando o magistério. Para demonstrar, cita o Green Paper no Reino Unido e as políticas governamentais dos Estados Unidos.

Obviamente, que a afirmação de que o lado ensino é o mais conhecido pela sociedade em geral se trata de uma reflexão simplista e que foca mais no produto final desse ensino: o profissional formado. Entretanto, não se pode descartar que essa análise simplista já esteve em discussões, principalmente de pessoas leigas, como também de especialistas do ensino superior. Isso inclusive foi um dos pontos que fomentou a elaboração do presente texto e que justifica o grande número de trabalhos que se encontra relacionado às IES públicas.

Como segundo lado do triângulo do ensino superior tem-se a pesquisa, que é considerada como um dos grandes diferenciais das IES públicas em relação às IES privadas. Pode-se afirmar que as universidades públicas são as principais geradoras de "Pesquisa" do Brasil, a maior parte do conhecimento científico produzido vem do ensino superior público.

A Clarivate Analytics (2017), produziu o Relatório intitulado Research

in Brazil para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em que apresenta diversas informações relativas à pesquisa brasileira do período de 2011 a 2016. Esse Relatório traz um ranking com as 20 instituições de ensino superior com maior número de publicações de pesquisa constantes na Web Of Science no período mencionado, onde constam: 15 universidades públicas federais, cinco universidades públicas estaduais e nenhuma IES privada (LOZECKYI e LAAT, 2022).

Cabe o destaque para a Universidade Estadual de Maringá, UEM, que aparece nesse ranking. Dessa forma, completando a tríade do ensino superior tem-se a extensão, que vem sendo cada vez mais incentivada e implementada nas instituições de Ensino Superior brasileiras, sendo que nesse terceiro lado do triângulo universitário também se verifica um destaque grande para as práticas das IES públicas.

A ampliação das práticas extensionistas está prevista no Plano Nacional de Educação, PNE, sendo que a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018: "Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências". Seu artigo 4º estabelece, "Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento), do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos".

Braido, Conto e Cerutti (2021, p. 63), afirmam que as instituições de ensino superior se destacam por ser um lócus de ensino, pesquisa e extensão, onde os acadêmicos e a comunidade podem entrar um ambiente propício para seu desenvolvimento intelectual e profissional, "dessa maneira, o ensino, a pesquisa e a extensão nas IES compreendem um processo gerador de aprendizagem científico, artístico, tecnológico e cultural". Os autores argumentam que o Ensino capacita os estudantes com informação e conhecimento científico, para entenderem como e por que as coisas funcionam; a Pesquisa é onde ele entende o processo formador do conhecimento; já a Extensão proporciona a interação entre a ciência (academia) e a vivência (sociedade), tornando possível a construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades sociais.

Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa caracterizou-se como Aplicada tendo como objetivo subsidiar a solução de problemas concretos, práticos e operacionais. Também conhecida com pesquisa Empírica, uma vez que o pesquisador tem que ir a campo e ver a realidade (ZANELLA, 2009). Essa finalidade não impede que contribua teoricamente com fatos novos, gerando de novos problemas de pesquisa ou mesmo para a compreensão teórica de certas áreas do conhecimento (TRUJILLO FERRARI, 1982).

Quanto à abordagem do problema, configura-se como Pesquisa Qualitativa. Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 33), "utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação", pois considera a relação entre o objeto da pesquisa e o sujeito que vai além, daquele traduzido em números. Nessa pesquisa a base do processo de pesquisa é a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados (SILVA; MENEZES, 2005).

Considerando os objetivos estabelecidos e a abordagem metodológica considera-se que esta pesquisa enquadra-se Pesquisa Exploratória. Para Gil (2012), esse tipo de pesquisa tem por finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar ideias e conceitos, visando a formulação de problemas mais precisos, o que é comum em problemáticas pouco estudadas e com amplo campo de pesquisa em aberto. As estratégias ou instrumentos de pesquisa utilizados foram: Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental e sobre a Pesquisa Bibliográfica Martins (1994, p. 28), traz que "trata-se de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto".

Já a análise documental consiste em uma série de operações que objetivam o estudo e a análise de documentos que levem a descobrir as circunstâncias sociais e econômicas às quais possam se relacionar, visa investigar os fatos sociais e suas relações temporais e sociais (RICHARDSON, 2014). Assim, a pesquisa documental em tela baseou-se, principalmente, em informações e relatórios obtidos do Cadastro e-MEC e de informações obtidas juntos aos sites das universidades públicas estaduais do Paraná.

Importância do ensino superior para o desenvolvimento comunitário

Após a devida fundamentação e contextualização nos textos precedentes, passa-se à discussão do ponto principal do presente estudo. Ousa-se afirmar que é indiscutível o papel das instituições de ensino superior públicas no processo de desenvolvimento comunitário, visto serem elas instituições sociais:

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Iniciando pelo aspecto ensino, é das universidades que saem os profissionais que atenderão às necessidades da sociedade. Quando se fala isso, transcende-se aqui a questão do mundo do trabalho. A formação superior ou universitária, mais que atender ao mercado na preparação de profissionais para serem meros produtores de riquezas (bens e serviços), gera profissionais que produzirão educação, propiciar saúde, causar bem-estar, desenvolver paz interior, gerar lazer, trazer qualidade de vida, entre tantos outros.

Esse pensamento está em consonância com o contido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Nota-se que a Constituição de 1988, vincula diretamente a educação com a sociedade, aqui sendo tratada como comunidade.

Importante analisar que o artigo 205 trata, primeiramente, do desenvolvimento pleno da pessoa, isso tem mais chances de ser obtido com o envolvimento do aluno no ensino, aprofundamento via pesquisa e engajamento na extensão. Depois esse artigo chama a educação a preparar o aluno para o exercício da cidadania, o que só pode ocorrer se ele perceber qual é o seu papel na comunidade e a importância que ele tem no desenvolvimento comunitário.

E por fim a Constituição exige uma educação que qualifique para o trabalho.

Nesse sentido, surge novamente a figura de um triângulo, que está longe de ser equilátero, do qual fazem parte as IES (LOZECKYI e LAAT, 2022). Em um de seus lados, tem-se um novo perfil de sociedade e de mercado de trabalho, que requer profissionais cada vez mais eficientes e com uma série de novas competências sendo exigidas como: capacidade de comunicação, criatividade, facilidade de trabalhar em grupo, resiliência, autonomia, espírito cooperativo, empatia, capacidade de fazer conexões e ver o problema no todo, liderança, capacidade de negociação e resolução de conflitos, entre outros.

Em outro lado estão os jovens que anseiam pela formação superior como forma de se inserirem nesse mundo do trabalho e também na sociedade, "que conflitam dentro de si um desejo de pertencimento e uma necessidade de não serem só mais um". Como dizem Lozecky e Laa (p. 69, 2022), aqui se encontra "uma juventude que chega na fase da batalha pelo ingresso no ensino superior cada vez mais jovem de idade e cheia de angústias, inseguranças e inquietações". São jovens tão cheios de energia e de vontade de ser ou de vir a ser, quanto cheios de carências e interrogações se: fizeram a escolha certa, é isso mesmo que querem para seu futuro, isso lhes trará segurança e realização?

Complementam esses autores que no terceiro lado do triângulo estão as universidades, que estariam representadas pelo lado que está embaixo do triângulo. Não numa visão de inferioridade, mas sim por serem a base que dá suporte e une os outros dois lados. Essas instituições mesmo com todas as suas limitações e seus problemas precisam achar uma forma de suprir as necessidades das outras duas partes: sociedade e juventude em formação. Assim, as universidades precisam suprir as necessidades crescentes e mutáveis da sociedade por profissionais, mas, ao mesmo tempo, precisa cuidar para que seu processo de formação seja equilibrado com as capacidades de seus alunos, de forma a não perdê-los no meio do caminho.

Seguindo na indissociável relação ensino-pesquisa-extensão, diretamente ligado a esse processo de formação de estudantes em futuros profissionais, pode-se afirmar que as universidades são as principais produtoras de soluções para os problemas crescentes da sociedade, por meio das incontáveis e indispensáveis pesquisas que são desenvolvidas por seus acadêmicos e por seu corpo docente.

Pode-se dizer que onde houver um problema na sociedade, haverá um pesquisador dentro de uma universidade, na incansável busca por uma solução.

Uma significativa parcela desses pesquisadores são os acadêmicos que vieram apenas pensando em "se formar" em determinada profissão, mas que viram que podem fazer mais por sua comunidade, que podem ajudar a mudar cenários ruins. Onde houver uma oportunidade de melhorar um processo: de produção de alimentos, de construção de moradias, de cura de doenças (sejam as antigas ou doenças da nova sociedade), de prevenção ao surgimento de doenças, de melhoria da qualidade de vida da comunidade, entre tantos outros; sempre existirão pesquisadores dentro da universidade (docentes e/ou acadêmicos), estudando e pesquisando sobre isso.

Onde houver uma possibilidade de aplicação de um conhecimento teórico ou técnico gerado na Universidade para melhorar a vida da população e propiciar desenvolvimento comunitário, haverá professores e acadêmicos desenvolvendo esse conhecimento. Isso ocorre tanto por meio de novas pesquisas ou por meio de ações realizadas nas diversas atividades extensionistas.

Para Chiarini e Vieira (2012), as universidades têm um papel vital tanto na formação de recursos humanos quanto na geração de conhecimentos técnico-científicos que possam contribuir com o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde estão inseridas. Contribuem sobremaneira com os sistemas de inovação, por meio dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, que são uma via de mão dupla: de um lado atendem às necessidades do mercado e na outra direção capacitam os profissionais (acadêmicos) que trabalharam nas pesquisas.

A Câmara dos Deputados, por meio do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (2018), produziu um extenso material onde demonstra os desafios e as potencialidades das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional. Trata da importância das universidades em questões como: transferência de tecnologias, ações que fomentam a inovação por meio dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), ações ligadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional, seu papel de auxiliares nas ações de política ambiental, entre outras ações e participações.

Para Rolim e Serra (2009), as universidades vêm sendo consideradas como elementos-chave no processo de desenvolvimento regional. Isso se intensifica no ambiente que tem a inovação como palavra mais pronunciada, assim como num ambiente de competitividade regional. Isso é corroborado por Raiher (2017), quando defende que a importância das universidades no desenvolvimento é cada vez mais destacado na literatura especializada. Os

impactos vão da geração do conhecimento à geração de um ambiente de aprendizagem, dos efeitos no ambiente cultural à formação de lideranças, do trabalho pela coesão social ao impacto no desenvolvimento econômico. Porto Júnior (apud RAIHER,2017), defende que:

A educação assume importância crucial no Brasil, porque é uma das principais fontes de desigualdade na distribuição de renda e bem-estar. Numa realidade em que um ano a mais de estudo recebe remuneração elevada e na qual a educação sozinha explica a maior parte dos salários e na qual a maioria dos brasileiros tem menos de 7 anos de educação, a consolidação e ampliação de redes de Universidades Estaduais com características locais e voltadas para o desenvolvimento regional assume uma importância fundamental.

Estudo feito por Caldarelli, Camara e Perdigão (2015), apontou que a presença das instituições de ensino superior do Paraná está ligada à melhora dos indicadores de emprego-renda e ao multiplicador de renda. Ainda é carente uma maior interação com as áreas de educação básica e saúde. Mas lembram que a experiência internacional mostra que aqueles países que usaram as universidades como suporte à geração de desenvolvimento econômico viram que isso se mostrou exitoso para sua população.

Camara e Caldarelli (2014), compilaram os principais resultados de pesquisas realizadas nas universidades públicas do estado do Paraná, financiadas pela Seti, que demonstram a contribuição as IES públicas na qualificação da mão de obra dentro do estado, onde se vislumbram resultados muito satisfatórios.

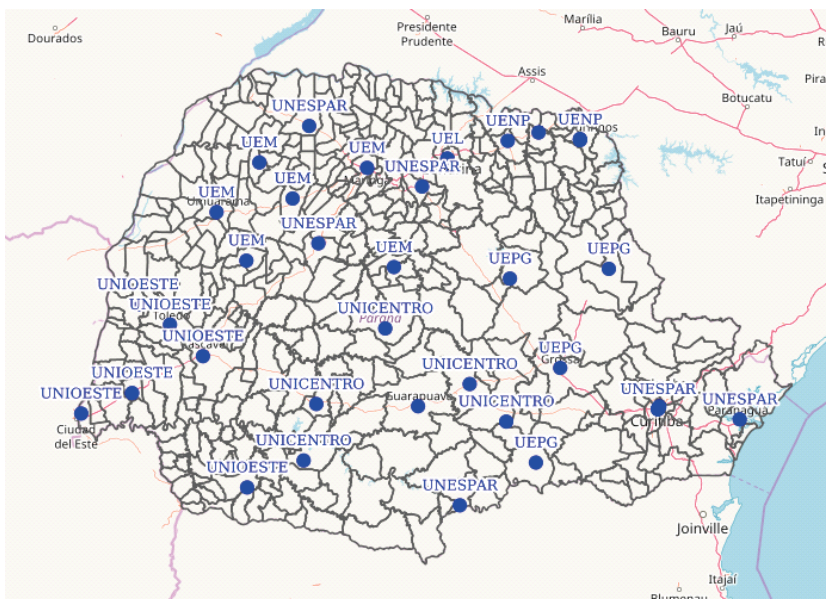
E quando se trata das instituições de ensino superior desse Estado, um detalhe que chama a atenção é sua capilaridade. Como visto, são 197 IES, entre públicas e privadas, que estão distribuídas em 63 cidades paranaenses, isso se forem consideradas apenas as cidades que abrigam o campus sede de cada instituição. Não se conseguiu informações sobre a capilaridade total dessas IES. Por estarem presentes em todas as regiões do Estado, além de beneficiar os respectivos estudantes também tem um grande potencial de fortalecer a economia regional e atuar no ambiente econômico local, tornando-o propício a uma maior inclusão social e na geração de oportunidades reais para a população.

A presença do ensino superior leva à formação de um valor humano

inquestionável em todos os sentidos: de crescimento econômico, de acumulação de capital humano, na ampliação de valores e culturas, de desenvolvimento comunitário, bem como aspectos mais amplos da dignidade humana, ou seja, leva a uma formação mais plena dos indivíduos (PORTO JÚNIOR, 2017). Como dito, o Estado do Paraná se destaca como aquele que mantém o maior número de universidades públicas, são sete instituições dessas categorias distribuídas em mais de 30 municípios paranaenses. Sem se deixar de lado as universidades públicas federais e municipais, mas neste ponto usam-se as universidades estaduais mais com cunho ilustrativo e por serem aqueles que são foco de outros estudos destes autores.

Quando se analisa a distribuição geográfica dessas sete universidades, por terem uma estrutura majoritariamente multicampi, verifica-se que atendem a todo o território paranaense de forma relativamente homogênea, fazendo com que o estudante não precise deslocar-se por distâncias tão grandes para ter acesso ao ensino público. A Figura 01, tirada do site da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti, traz uma noção visual dessa capilaridade.

Figura 01: Mapa Georreferenciado do Ensino Superior do Paraná.



Extraída de: Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti (2021).

Complementarmente, o Quadro 02, traz a relação dos câmpus universitários existentes em cada universidade pública estadual do Paraná. Há que se esclarecer que nessas universidades há dois formatos de campus: campus universitário (permanente) e extensão universitária ou campus avançado (de caráter temporário).

Quadro 02: Universidades públicas paranaenses e seus câmpus

UNIVERSIDADE	CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OU CÂMPUS AVANÇADOS
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Londrina.	
Universidade Estadual de Maringá - UEM	Maringá, Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama.	
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Ponta Grossa (Câmpus Central e Câmpus Uvaranas).	Castro, Jaguariaíva, São Mateus do Sul e Telêmaco Borba.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Francisco Beltrão.	
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO	Guarapuava (Câmpus Santa Cruz e Câmpus Cedeteg) e Irati.	Pitanga, Chopinzinho, Coronel Vivida e Prudentópolis
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	Cornélio Procopio, Jacarezinho e Luiz Meneguel de Bandeirantes.	
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR	Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os dados da Figura 01 e do Quadro 02 refletem a participação do ensino superior público, mas consideram apenas universidades estaduais e de um único estado brasileiro. Imagine-se quando se agregam as outras instituições de ensino superior; imagine-se quando somados todos os estados do Brasil; tem-se uma participação imensurável desse nível de ensino junto à sociedade e contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

Sem a intenção de limitar a análise, posto existirem outros aspectos que se poderia discutir, mas focando no que foi aqui trazido, deixa-se duas reflexões, a primeira é que sem trabalho não há desenvolvimento comunitário, basta ver a abismo social existente entre regiões com alto nível de desemprego, se comparadas com regiões com nível de desemprego baixo; b) a segundo é que se a simples capacitação do trabalhador já pode ajudar na inserção no mundo do trabalho, a a educação superior pode fazer isso ter um impacto ainda maior, em termos de qualidade profissional e de nível de renda. Estudar "se" e "onde" a universidade precisa se transformar, para formar profissionais que cada vez

mais supram as necessidades da sociedade, dentro de um senso ético e social, pode ajudar na redução dos altíssimos e cruéis níveis de desigualdade social que existe entre a população brasileira.

Considerações finais

Longe de intencionar trazer soluções ou conclusões, o presente texto buscou instigar reflexões sobre a importância do ensino superior para a sociedade e para o desenvolvimento das comunidades onde elas estão presentes. Além disso, buscou trazer alguns números que ajudam a mensurar a presença das IES públicas no Brasil e no Paraná, bem como algumas comparações com as IES privadas. Por meio de uma combinação de discussões teóricas, opiniões de autores e alguns dados numéricos, tentou-se apresentar alguns conflitos e algumas angústias presentes nas universidades públicas, especialmente quanto aos seus objetivos finais ou ao Telos Educacional dessas instituições.

Chama à atenção as mudanças cada vez mais rápidas e radicais que ocorrem em todos os segmentos da sociedade, em função dos avanços tecnológicos e do crescimento da utilização da inteligência artificial. Se isso é bastante discutido no mundo do trabalho, as instituições de ensino superior não ficariam sem ser atingidas. Isso gera uma discussão sobre a necessidade ou não de mudarem, a necessidade de se adaptarem a todos esses avanços, qual o nível ou a intensidade dessas mudanças.

A solução poderia parecer óbvia, se a universidade existe pela sociedade e para a sociedade, ela deve mudar e se adaptar à nova realidade do mundo atual, atendendo aos anseios da sociedade. Usou-se o poderia, no futuro do pretérito, porque o número de variáveis envolvidas na gestão das universidades públicas brasileiras vai muito além da "simples" aversão à mudança. Dentre tantas variáveis, cita-se, pressão política sobre o orçamento das universidades, ensino superior visto como custo e não como investimento pelos governos, discussões sobre a estabilidade de professores e servidores públicos, dificuldade para o financiamento de pesquisas e projetos de modernização, estruturas físicas e tecnológicas ultrapassadas, pequena ou nenhuma perspectiva de melhorias.

Dentro desse emaranhado de dúvidas quanto ao futuro, angústias sobre a perda de sua essência, dificuldades que se avolumam, pressão de todos os

lados, uma única certeza quanto ao ensino superior público: sua existência é essencial para o desenvolvimento comunitário e deve ser defendida com todas as forças por todos aqueles que lutam por uma melhor qualidade de vida dos brasileiros.

Referências

APPLE, M. W. Educação e poder. Trad. de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ANDRADE, A. G. Z., BURIGO, C. C. D. A concepção de universidade e o processo de formação dos gestores universitários. Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária: Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201803>. Acesso: 23 jun. 2022.

BELLEZ, S. L. P. Universidade, mercado e crise do pensamento, In: Universidade e compromisso social. Org. D. Ristoff e P. Sevegnani. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRAIDO, G. M.; CONTO, S. M.; CERUTTI, B. B. Desenvolvendo habilidades por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a experiência da Vivência em Gestão. Revista Em Extensão, [S. l.], v. 20, n.º. 1, p. 57–75, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/58483>. Acesso: 13 jan. 2022.

BRASIL, Conselho Nacional de Arquivos, CONARQ. Portaria n.º. 21, de 21 dezembro de 2017, (2020). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso: 14 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional: potencialidades e desafios. Vitor Lippi (relator), Renato Gilioli (coordenador). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série estudos estratégicos; n.º. 9).

BRASIL, Ministério da Educação, (online). e-MEC - Apresentação. 2021A. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136&Itemid=782&msg=1&l=aW5kZXgucGhwP29wdGl

vbj1jb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2N CZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGV2YW5jZV09ZS1tZW MmZD1zJnBhc mFtc1tkZV09JnBhcmFtc1thdGVdPSZwYXJhbXNbY2F0aWRdPSZwYXJh bXNbc2VhcmNoX21ldGhvZF09YWxsJnBhcmFtc1tvcmRdPXBy. Acesso: 14 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Resolução n. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018, n.º. 243. Seção: 1, p. 49. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso: 12 jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, (online). Sistema e-MEC. 2021B. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso: 01 jul. 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n.º. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G.; PERDIGÃO, C. Instituição de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paraenses. Brasília: Planejamento e Políticas Públicas – PPP, IPEA, n.º. 44, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lang=em <. Acesso em 02 set. 2019.

CAMARA, M. R. G.; CALDARELLI, C. E. Universidades estaduais paraenses: desenvolvimento regional e contribuição para a qualificação da mão de obra. Londrina: UEL, 2014.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, n.º. 24, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lang=em. Acesso: 25 ago. 2021.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 66, n.º. 1, p. 117-132, mar. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/3599>>. Acesso em: 04 set. 2019.

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil A report for Capes by Clarivate Analytics. 2017. In Relatório da Clarivate para a Capes revela panorama da produção científica do Brasil (2011-2016). Agência USP de Gestão de

Informação Acadêmica Águia. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/relatorio-da-clarivate-para-capas-revela-panorama-da-producao-cientifica-do-brasil-2011-2016/>. Acesso: 12 jan. 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. 2020. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 01 de julho de 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf. Acesso: 20 jul. 2021.

KLERING, L. R (org). Temas contemporâneos sobre gestão universitária. Florianópolis: BOOKESS, 2013.

KOIFMAN, L. A função da universidade e a formação médica. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, nº. 2, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso: 28 ago. 2021.

LOZECKYI, J., LAAT, E. F. Ingresso no ensino superior pelo vestibular: sistema de seleção ou forma de avaliação da educação? Dossiê: Avaliação Estandarizada e da/para Aprendizagem na América Latina. Revista Humanidades e Inovação. Palmas, v. 9, nº. 03, fev. 2022, ISSN 2358-8322. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso: 14 mar. 2022.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PARANÁ. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Seti. Mapa Georreferenciado. Disponível em: http://www.geoseti.pr.gov.br/geoseti/pages/templates/initial_public.jsf?windowId=9a4. Acesso: 28 jun. 2021.

PORTO JÚNIOR, S. S. Apendice. In: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. 7,53 Mb.; ebook.

PRINCE, B. Re-imagining Education for the Twenty-first Century. Drafts. Disponível em: <https://touchindiatrust.academia.edu/BrainerdPrince>. Acesso: 26 abr. 2021.

RAIHER, A. P. As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. Uepg, 2017.

RIBEIRO, D. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. Colaboradores: Souza Peres, J. A. et al. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região norte do Paraná. Curitiba: Revista de Economia – UFPR, v. 35, nº. 3, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710>. Acesso: 03 set. 2019.

RUFINI, Sueli Edi. Caracterização do sistema de ciência e tecnologia do estado do Paraná. In: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. 53 Mb.; ebook.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. Trad.: Daisy Vaz de Moraes. 5 Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 Ed. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SIMÕES, M. L. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 22, nº. 2, p. 136-152, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>. Acesso: 23 jun. 2022.

TAKAHASHI, L.B.R. Gestão universitária frente à inovação: um estudo empírico no HU/UFSC. Belo Horizonte: Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde, RAHIS, v. 11, nº. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/2118>. Acesso: 03 set. 2021.

TRUJILLO FERRARI, A. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1982.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

CAPÍTULO III

UM PANORAMA DE ESTUDO CIENTÍFICO COM FOCO NA GOVERNANÇA UNIVERSITÁRIA E NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Karina Worn Beckmann
Mestra em Métodos Numéricos
Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Ronaldo Ferreira Marganhotto
Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo III

Um panorama de estudo científico com foco na governança universitária e no desenvolvimento comunitário¹

Introdução

O surgimento das universidades foi um dos acontecimentos mais marcantes da Idade Média. No século XII, grupos de pessoas se reuniam para debater sobre diversos assuntos, desde as formas de auxiliar o crescimento das atividades econômicas da época como a otimização das leis, sancionadas pelo clero. Tais debates, impulsionaram o desenvolvimento do pensamento crítico e científico, os quais norteiam a ótica organizacional da universidade no contexto contemporâneo.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a universidade deve ser vista como uma instituição que desempenha um importante papel no desenvolvimento humano, à medida que forma cidadãos e estes, enquanto sujeitos ativos no processo de evolução social, poderão atuar como propulsores do crescimento regional e sustentável das comunidades em geral, proporcionando a inclusão socioeconômica, sociolaboral e emancipatória do ser humano, a fim de corroborar com a transformação da sociedade de forma justa e igualitária.

Para Ramos Júnior (2009), a universidade tem a missão não apenas de possibilitar aos alunos a obtenção de um diploma e conseqüentemente um emprego, mas principalmente, deve ser capaz de produzir novos conhecimentos e aplicá-los, à realidade social. Além disso, ela deve ser capaz de possibilitar a formação necessária do indivíduo, para que haja a retribuição do investimento recebido da comunidade, desenvolvendo ações, estudos, pesquisas e projetos de extensão, compatíveis com as reais necessidades da

¹ Como citar este trabalho: BECKMANN, K. W.; MAGANHOTTO, R. F. Um panorama de estudo científico com foco na governança universitária e no desenvolvimento comunitário. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 51 - 65. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.3.

população em benefício da coletividade, considerando contribuir para solucionar os atuais problemas que afligem à sociedade.

Destarte, percebe-se que o grande desafio de uma gestão universitária, está em gerir uma instituição milenar, que tem princípios ancorados nos moldes da tradicionalidade histórica. Na atualidade a universidade está a serviço da globalidade e do futuro no âmbito universal. Logo, devemos fazer a universidade do amanhã, diferente da universidade de hoje. Tornando-a, capaz de se valer os seus princípios de forma atemporal para atender as demandas do momento presente, com o compromisso de um futuro promissor para a comunidade.

Assim, este artigo contextualiza uma pesquisa em andamento que é resultante de um estudo sistemático do campo da gestão universitária, acerca da governança nas Instituições de Educação Superior (IES), visando identificar algumas possíveis lacunas que possam vir a existir na aplicabilidade do conhecimento sobre essa área. Intenciona-se, portanto, com o estudo em tela, apresentar reflexões sobre as temáticas governança e universidade, com seu constructo científico e embasamento empírico.

Outra função da universidade é propiciar aos seus acadêmicos e acadêmicas, a formação de uma opinião crítica acerca da realidade social, para que haja um avanço científico, tecnológico e cultural. Nesse sentido, é fundamental uma adequada percepção da realidade da universidade, a qual deve nortear a criação de uma metodologia de governança que permita cumprir o seu papel para o desenvolvimento comunitário.

Ao se fazer uso de um ambiente de geoprocessamento, a percepção das potencialidades de uma instituição universitária é evidenciada e intensificada, em conformidade com uma metodologia de governança direcionada a sua região de abrangência.

Isto posto, é essencial balizarmos abordagens conjuntas da gestão universitária e da governança pública, com foco na governança universitária. Outrossim, salientamos que as universidades públicas brasileiras são instituições acadêmicas mantidas pelo Estado e inserem na esfera da administração pública, no âmbito do setor público.

Com relação a esfera federal de administração das Instituições de Ensino Superior, a governança pública estabeleceu novos parâmetros a partir da edição da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº. 001/2016, da Controladoria Geral da União (CGU), e do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão (MP), que especificou a necessidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em instituir Comitê de Governança, Riscos e Controles, o que levou a publicação do o Decreto nº. 9.203/2017, dispondo sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta e indireta (BRASIL, 2016; 2017).

No que diz respeito as Instituições Públicas de Ensino Superior no Paraná, desde dezembro de 2021, a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti/PR), apresenta para toda comunidade acadêmica, a Lei nº. 20.933, de 17 de dezembro de 2021, que textualiza a Lei Geral das Universidades Públicas Estaduais do Paraná (LGU), sancionada pelo Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior e publicada no Diário Oficial nº. 11083, de 22 de dezembro de 2021, dispondo os parâmetros que regem a política de governança da Administração Pública Estadual, concernentes as Universidades Públicas do Paraná.

No que se refere ao Sistema Estadual de Ensino Superior no Paraná, este é composto por sete universidades, sendo a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uepg), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), a Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Por conseguinte, o contexto da gestão pública das IES, possuem peculiaridades atreladas aos mecanismos de gestão e governança, que são característicos do trâmite administrativo institucional na esfera pública.

Portanto, este estudo apresenta um panorama científico de abordagem da governança universitária para o desenvolvimento sociocomunitário, a fim de fomentar uma maior compreensão sobre o fenômeno da governança nas universidades públicas, com destaque para a importância das universidades nessa contextualização, no âmbito regional, nacional e internacional, a partir da sua essencialidade educacional e de formação profissional, científica e técnica, respaldada na propagação do conhecimento científico que oportuniza mudanças inovadoras para a transformação social.

Posto isto, é fundamental abordarmos os tópicos gestão universitária, governança pública e governança universitária, construindo um caminho para que mais reflexões sejam elaboradas, tendo em vista a importância da temática em tela, sobretudo, para compreendermos como ocorre o processo de criação de políticas e decisões, que refletem na gestão otimizada nas Instituições de

Ensino Superior.

Os fatores sociais relacionados a governança universitária e a governança pública

A proposição de uma metodologia de governança universitária deve focar na complexidade das várias esferas que compõem a universidade pública e no seu amplo campo de atuação. Um modelo eficiente deve permitir que a sua estrutura interna organizacional possa se valer de normas, resoluções, regulamentos, decretos que ao mesmo tempo que demonstram eficácia mantenham a agilidade dos serviços prestados, atendendo às demandas da comunidade interna e externa sem incorrer em demasiada burocracia.

A universidade é essencialmente um ambiente heterogêneo e constituída com um quadro de colaboradores diversificados, com o corpo discente oriundo de várias regiões e com pluralidade de pensamentos. Nesse âmbito, a pesquisa deve ser contextualizada de modo a permitir o desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional, adequado para permitir o desenvolvimento dessa região de inserção.

Para tanto, a universidade deve estar atenta em manter de forma clara e constante a interlocução com a sociedade, verificando suas demandas e trabalhando no seu compromisso de colaboradora na redução das desigualdades sociais. Um modelo de governança universitária estruturado, busca otimizar as ações da instituição por meio de protocolos administrativos que a reposicionem para interagir mais com a sociedade, no arranjo dos produtos locais, sejam eles atrelados a evolução do comércio, a formação profissional e ao desenvolvimento econômico, bem como, para a melhoria do atendimento à saúde e aprimoramento da produção agropecuária, dentre outros.

Para a gestão universitária é a economia que produz em seu campo de abrangência, o papel inerente a social e cultural que se desenvolverá no meio desta, logo, a tecnologia produzida deve orientar a formação humana e o avanço do conhecimento para ser operacionalizado na atuação os órgãos do Estado e na esfera local, nos municípios no seu entorno. As ações de gestão na administração pública interna precisam de publicização e transparência para promover a percepção que valora a importância do seu trabalho em prol das comunidades, com foco no desenvolvimento regional. Assim, acerca da temática governança universitária, há carência de investigação científica no

Brasil, o que nos remete:

- analisar a governança universitária sob a perspectiva das diferentes atividades acadêmicas e administrativas;
- investigar a relação entre a governança universitária e outras temáticas relevantes para o campo, ainda em construção, da Gestão Universitária, tais como sustentabilidade, empreendedorismo, internacionalização, conflitos, relacionamento com as partes interessadas, responsabilidade social e compliance;
- verificar o impacto de fatores não-humanos na governança universitária;
- analisar a governança universitária segundo a percepção de diferentes atores sociais (GESSER, OLIVEIRA, MACHADO, MELO, 2021, p. 19).

Isto posto, o estudo em foco pressupõe pesquisar sobre o papel da universidade baseado nas dimensões de gestão interna, econômica, social, tecnológica e educacional, verificando a percepção da comunidade interna e externa sobre tais dimensões, intencionando e investigar seus impactos nas diferentes esferas de desenvolvimento e propor metodologia para divulgação, publicização, transparência e compliance.

Notoriamente, as Universidades na contemporaneidade estão passando por grandes mudanças na condução de suas atividades e quebrando paradigmas, tornando-se agentes no processo de construção social, agindo em prol do desenvolvimento comunitário e da sociedade em geral, muito além da esfera de formação educacional inerente a ensino superior.

Segundo Colossi (1999), a diversidade de objetivos e ações, interligadas aos vários profissionais que atuam nas universidades e a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, fez com que a gestão universitária seja aplicada em um estilo próprio de estrutura, forma de agir e modo de tomar decisão, influenciando diretamente no processo decisório. Dessa forma, a gestão aplicada às universidades envolve vários atores e tornou-se um recurso de grande valor para essas instituições, como o que ocorre em outras organizações públicas e privadas, o que pode acarretar objetivos diversos e assim, conflitantes, gerando modelos organizacionais diferentes, pois:

A variedade de visões do que deve ser esse tipo de instituição vem, então, desde sua concepção, o que terminou por gerar

muitos modelos organizacionais e, muitas formas de gestão. Em que pese essa riqueza de orientações, as universidades vêm se debatendo com a necessidade de encontrar uma forma efetiva de gestão, que as conduzam ao atendimento dessa muitas demandas advindas do ambiente (REBELO; COELHO; ERDMANN, 2004, p. 156).

A governança universitária da atualidade deve considerar a geração e produção de conhecimentos inovadores, com enfoque na prestação de serviços para o desenvolvimento comunitário, logo que, as instituições convivem na contemporaneidade com uma nova realidade, que é a democratização de informações, o pluralismo marcante da comunidade universitária e a disseminação do conhecimento a partir de uma abordagem multidisciplinar, em meio a globalidade e visando o desenvolvimento sustentável:

É necessária que a gestão esteja próxima a realidade em que está inserida e consciente a respeito das crenças, culturas, modos de se relacionar, etc. Precisa conhecer os sujeitos envolvidos nos processos de aprendizagem de forma a articular tempos e espaços de diálogos entre as partes, no intuito de construir de forma democrática, um espaço profícuo para o estabelecimento de relações saudáveis para a circulação do saber, para que o ensino e a aprendizagem aconteçam da melhor forma possível, em uma práxis transformadora (MALDONADO, 2016, p. 81).

Outrossim, a governança pública é um conjunto de boas práticas que as entidades da administração pública devem adotar para prestar um um serviço de qualidade à sociedade. Segundo o Tribunal de Contas da União "Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade", (TCU, 2014, p. 26). Portanto, o sistema de governança no setor público envolve:

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcio

namento e no monitoramento da organização (TCU, 2014, p. 26-27).

Quando se fala em governança, conforme expressam Kobiyana, Silva e Perardt (2011), a gestão universitária difere daquela de "uma empresa, ou organização qualquer, demandando habilidades e domínios de técnicas adequadas a situacionalidade universitária, de modo que as práticas da gestão empresarial (pública ou privada)", não podem ser abruptamente direcionadas para o setor universitário. Nesse sentido, as abordagens sobre governança pública, trazem um novo olhar sobre as organizações públicas, com uma nova concepção cujo foco está centrado no serviço público e no relacionamento dos órgãos e entidades com suas respectivas partes interessadas, logo que:

A governança é a estrutura que abarca os processos de direção e controle. A estrutura de governança (corporativa ou das sociedades) estabelece os modos de interação entre os gestores (agentes), os proprietários (shareholders) e as partes interessadas (stakeholders) visando garantir o respeito dos agentes aos interesses dos proprietários e das partes interessadas, alinhando desempenho e conformidade (VIEIRA, 2019, p. 11).

De acordo com Tavares (2011), a governança está intrínseca na gestão universitária quando se baseia num modelo que contempla pontos importantes como o processo decisório e a forma de participação na gestão, a autonomia universitária, a dimensão política da universidade, a performance institucional, o controle institucional e social, indicadores qualitativos e quantitativos, indissociabilidade, diferença e diversidade, e formação de gestores.

O modelo de gestão deve encontrar mecanismos que assegurem um equilíbrio entre poder e responsabilidade, autonomia e gerenciamento de riscos e resultados, burocracia e agilidade. Esses são desafios inerentes à formação gerencial, ou seja, a governança não é uma política isolada. Ela se caracteriza como uma estratégia da alta gestão institucional, pois:

A governança universitária é um dispositivo formado pelos elementos adotados para atingir os objetivos do projeto educativo institucional. O dispositivo é liderado pelos diretores universitários que incluem pelo menos os fundadores, o reitor ou reitora, a câmara geral ou o conselho superior, o conselho acadêmico e os decanos, incluindo estruturas, políticas,

normas, processos e práticas de gestão (GIRALGO, 2017, s/p).

Para a universidade é necessário que haja uma integração forte com a sociedade, de modo que esta perceba tal integração à medida que tem suas reais necessidades atendidas pelos profissionais do segmento. Esta integração se consolida pela manutenção de um clima propício ao debate de ideias entre universidade e sociedade.

A governança universitária precisa também estar pautada em apresentar números que demonstrem a dimensão de sua gestão e permitam a visibilidade na transparência de sua gestão. A avaliação e a transparência de seus dados, e os relatórios das ações desenvolvidas devem ser disponibilizados constantemente a todos que direta ou indiretamente com ela se relacionam, sendo que:

A governança universitária é, portanto, uma técnica de poder, um conjunto de práticas e procedimentos para atingir os objetivos estratégicos da instituição. No entanto, devemos esclarecer que não existe nenhuma técnica de poder abstrata ou no vácuo: haverá sempre um telos, um propósito final por parte daqueles que detêm o poder (GIRALGO, 2017, s/p).

Em relação a governança pública, esta pode ser analisada no âmbito da sociedade e Estado, entes federativos, esferas de poder e políticas públicas, órgãos e entidades, e atividades intraorganizacionais. Na perspectiva "sociedade e Estado são definidas as regras e os princípios que orientam a atuação dos agentes públicos e privados regidos pela Constituição e criam-se as condições estruturais de administração e controle do Estado", (GESSER, OLIVEIRA, MACHADO, MELO, 2021, p.12).

No que concerne aos entes federativos, "o foco é na garantia de que cada órgão ou entidade cumpra seu papel; enquanto na perspectiva das atividades intraorganizacionais o foco é na redução dos riscos para otimizar os resultados e agregar valor aos órgãos ou entidades", (BRASIL, 2014), assegurando de forma efetiva que as ações das organizações estejam alinhadas e contextualizadas com o interesse público, em prol da sociedade e do desenvolvimento comunitário.

O ensino superior é um dos setores que nos últimos tempos vem ganhando maior atenção dos governos e das sociedades, de uma forma geral, pelo valor que representa na promoção do desenvolvimento socioeconômico

dos países e, nessa perspectiva, a governança da Universidade ganhou relevância sem precedentes (YOUSSEF, SANTOS & GUERRA, 2010).

A reflexão sobre o papel da universidade enquanto propulsora do desenvolvimento regional, perpassa toda sua essência quer seja o ensino, a pesquisa e a extensão. Este conjunto de fatores proporciona o cumprimento do papel social do ensino superior ao alcançar a comunidade externa beneficiando-a com suas ações de inovação e busca do crescimento socioeconômico e político-cultural do meio em que se insere.

Para Amartya Sen, (apud PAULA. 2005), quando se discute desenvolvimento regional, não se trata exclusivamente de um debate acerca do desenvolvimento econômico, outros fatores precisam ser considerados, tais como o conhecimento e as competências da população (capital humano), o crescimento em níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social (capital social) e a sustentabilidade dos recursos naturais (capital natural). Quanto maior o capital humano, maiores condições de desenvolvimento. Em relação ao capital social, quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de interesses comuns, melhores condições de desenvolvimento.

A universidade é, portanto, um dos atores de relevância no processo de desenvolvimento local e regional, haja vista atrair outras forças propulsoras de investimentos que possam desencadear o crescimento econômico e viabilizar o desenvolvimento da região, criando novas necessidades e fomentando empreendimentos (Moraes, 2000). Quando a universidade se faz presente na região por meio de uma boa governança, reforça a importância da organização das comunidades locais em torno desses capitais, onde os agentes presentes têm o papel de fomentar a inovação, reduzir custos e estimular o progresso.

A evolução da capacidade técnica e científica da população por meio do ensino superior proporciona o planejamento do futuro e melhorias na região no que se refere à educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento, segurança, crescimento do comércio local, expansão da produção agrícola e agropecuária, entre outros fatores que compõem o desenvolvimento regional e comunitário.

Nesse íterim, a possibilidade de criação de novas universidades e câmpus em regiões interioranas, promove condições para que a própria universidade avance em seus modelos institucionais e de avaliação da qualidade, favorecendo sobretudo, a interdisciplinaridade, a sustentabilidade e

o diálogo no meio acadêmico considerando a realidade das comunidades em geral.

Outro efeito promovido pelas universidades e determinante para o desenvolvimento regional está ligado ao desenvolvimento humano. Para Bizerril (2018), a disseminação da cultura universitária, que agrega valores como a democracia, liberdade, responsabilidade social, pensamento científico e crítico, traz importantes contribuições regionais nos âmbitos político, social e cultural.

Com a ampliação do número de vagas nas universidades e as novas possibilidades de ingresso nesse meio, parcelas da população antes pouco representadas nas universidades públicas, como indígenas, negros, moradores da periferia, povos do campo e outros, tem uma oportunidade para a obtenção de um diploma de ensino superior. Essas mudanças aumentaram a diversidade sociocultural e trouxeram novos desafios antes ignorados pelas instituições que, apesar de públicas, atendiam a uma restrita parcela da elite e da classe média.

Conviver com essa nova realidade, significa agir dentro de uma governança universitária que permita trazer a universidade para um local de relevância social estratégica para o país. Logo, as desigualdades regionais constituem um fator preocupante no desenvolvimento de países como o Brasil, onde sua vasta extensão geográfica, sua diversidade de riquezas naturais e a miscigenação de sua população o tornam um país ímpar e muitas vezes com especificidades que dificultam uma governança adequada.

Em um país historicamente desigual, essas preocupações podem extrapolar o ambiente acadêmico, entrelaçando-se com a gestão pública, em seus diversos níveis, com o objetivo de serem combatidas num Estado democrático, no qual as oportunidades devem ser equilibradas.

No Brasil, especificamente, os últimos anos têm sido oportunos para tentativas de atenuar essas preocupações, contudo nem sempre com o uso de mecanismos que conferem a obtenção dos resultados almejados. Algumas ações governamentais acabam ficando mais evidentes do que outras, principalmente pelo tipo de mecanismo utilizado na busca pela redução das desigualdades. Este cenário sugere uma análise refinada acerca da finalidade das universidades nos diferentes meios em que estão inseridas como um agente de extrema relevância para o crescimento e desenvolvimento de um país.

A Universidade de hoje tem um papel que vai muito além da sua

responsabilidade formativa. Ela traz para si a missão de formar cidadãos empenhados com o compromisso social, engajados em ações para a diminuição das desigualdades, pessoas preocupadas com a criação de oportunidades para todos, com o compromisso do desenvolvimento social e econômico da comunidade a que pertencem e a busca pela construção e manutenção de identidades culturais.

Nesse sentido, Rolim e Serra (2009), destacam que as universidades têm um forte impacto no processo de desenvolvimento regional na medida em que criam vínculos e estabelecem compromissos voltados para a superação de questões econômicas e sociais locais e regionais.

Diante disso, justifica-se este estudo e sua relação com o Desenvolvimento Comunitário, uma vez que procura estabelecer um modelo de governança universitária capaz de facilitar o uso de mecanismos que proporcionem que o conhecimento científico torne os cidadãos qualificados e verdadeiros agentes de transformação da comunidade em que vivem.

A relevância social do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, além das parcerias com outras instituições justificam sua atuação em diferentes níveis de ações e visam firmar sua inserção regional e sua responsabilidade social para o desenvolvimento humano sustentável, com enfoque nas atividades educativas, na produção científica, nos projetos de inovação tecnológica, na produção artística, as ações da instituição se fazem presentes em todo o território paranaense como promotora à integração entre municípios, à valorização da diversidade cultural e à melhoria dos aspectos sociais e ambientais.

Esta pesquisa tem como objetivo principal, portanto, apresentar um panorama dos estudos científicos, os quais são desenvolvidos em torno da governança atrelada as Instituições de Educação Superior, na abrangência de sua amplitude, com o intuito de identificar as lacunas no conhecimento sobre essa área, no que tange, a sistemática relacionada a mudança de paradigmas e de modernização da gestão institucional, com os constructos governança, universidade e suas variações.

O estudo em tela expressa apontamentos iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o processo de mudança na otimização da governança universitária, observando a importância de uma prática de gestão democrática e inovadora, com o compromisso de gerir os desafios contemporâneos da educação, a qual exige competências que vão além da capacidade de

administrar uma instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada, logo, discutir o conceito de governança universitária e suas práticas como instrumento no âmbito de gestão, alinhando-as, as necessidades organizacionais e ampliando a atuação da universidade para o desenvolvimento comunitário.

Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, com base em análise documental, por meio de registros extraídos do website das instituições do Sistema Estadual de Ensino Superior no Paraná, composto por sete universidades, sendo a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uepg), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), a Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Posteriormente, softwares de geoprocessamento proporcionarão a espacialização e quantificação das informações, facilitando a apresentação do conteúdo e o entendimento da influência das universidades na dinâmica espacial regional/nacional de desenvolvimento sociocomunitário.

A partir da percepção da comunidade interna e externa sobre o papel das várias esferas que compõem o ambiente universitário, pretende-se contribuir para a formulação de uma metodologia de governança, que auxilie no desenvolvimento institucional a fim de assegurar uma política de responsabilidade socioambiental e de sustentabilidade, nas/para as Universidades. Nesta seção pretendemos identificar, portanto, o papel da universidade como propulsora do desenvolvimento regional, bem como, o processo de interiorização das universidades no país, destacando a importância da governança universitária para o desenvolvimento comunitário.

Seguindo o protocolo de pesquisa, pretende-se desenvolver uma metodologia de governança universitária científica e estruturada que possa auxiliar na otimização entre governança universitária e planejamento estratégico, em substituição ao modelo empírico que vem sendo praticado ao longo dos anos nas Universidades, pois, a aplicabilidade da governança universitária deve sintetizar os diversos atributos da universidade, dentre eles, o acadêmico, o político, o econômico, o administrativo e o social, identificando as lacunas no conhecimento nessa área.

Acredita-se, que uma metodologia de governança baseada nas características da universidade e da sua região de inserção pode impulsionar o

desenvolvimento regional. Por outro lado, em virtude dos poucos artigos científicos identificados no presente estudo, depreende-se que há carência de investigação científica no Brasil acerca da temática governança universitária.

Considerações finais

Considerando-se que a aplicação da governança em qualquer organização constitui um processo de contínuo de aprimoramento e avanço para novas frentes de trabalho, na perspectiva da inovação e do desenvolvimento comunitário, considerando a responsabilidade socioambiental.

O presente estudo são apontamentos iniciais de uma pesquisa em trâmite, acerca da governança nas Instituições de Educação Superior, especificamente, as universidades do Paraná, visando a identificação de algumas lacunas no conhecimento sobre a temática, a partir da verificação das informações contidas nos websites das Instituições, o que permitiu apontar dados para o desenvolvimento de estudos futuros na abrangência da governança universitária, temática relevante, sobretudo no contexto atual brasileiro, que nos permite salientar a escassez de recursos e incertezas, quanto às políticas públicas otimizadas para a educação superior

Essa investigação possibilitará a percepção dos fatores que influenciam a governança nas IES Estaduais do Paraná, que poderão contribuir com o aperfeiçoamento da governança universitária no âmbito geral. Por meio da aplicabilidade desta pesquisa, intenciona-se contribuir com a concretização da governança, accountability e transparência nas Universidades, o que corrobora com outros estudos já realizados e poderá impulsionar mais pesquisas sobre o tema, para a melhoria da governança universitária.

A temática governança universitária atrelada ao desenvolvimento comunitário, integram-se como propositura de estudos e relatos futuros, com a intencionalidade de se investigar as ações relevantes que impactam a gestão e a governança, em outras universidades públicas e privadas, na perspectiva de conhecer as práticas de governança adotadas e quais são as suas contribuições para a construção da concepção de governança pública universitária e como ocorre o desenvolvimento comunitário nessa conjuntura.

Referências

- BANA, C. C. A.; FERREIRA, J. A. A.; VANSNICK, J. C. Avaliação Multicritério de Propostas: o caso de uma nova linha do Metropolitano de Lisboa. Apostila do Curso Metodologias Multicritérios de Apoio à Decisão. ENE/UFSC. Agosto, 1995.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública/Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.
- BIZERRIL, M. X. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. A expansão das universidades federais brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país. In: CONFERÊNCIA FORGES, 2018, Lisboa.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. _____ . Tribunal de Contas da União (TCU). Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.
- FERREIRA, T. A interiorização das universidades federais foi um acerto estratégico. In: Universidades – Expansão para o Interior, 2010. Brasília – DF. Ano 7, 58 Ed.
- GESSER, G. A.; OLIVEIRA, C. M.; MACHADO, M. R.; MELO, P. A. Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileira. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, nº. 01, p. 5-23, mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4648/4267>. Acesso: 10 jun. 2022.
- KOBIYAMA, A. R. C. E.; SILVA, Elizabeth C. R.; PERARDT, Susany. O Mestrado Profissional em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina: um estudo de caso sobre o processo de criação e implantação. 2011. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/32856>. Acesso: 14 jun. 2022.
- GIRALDO, G. I. Governança Universitária. Artigo, Dossiê 191: Comciência, de 10 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/governanca-universitaria/>. Acesso: 04 jul. 2022.
- MALDONADO, L. Interdisciplinaridade e inovação, saberes e possibilidades na Educação. In: Maldonado et al. (org.). Antigos e Novos Paradigmas – Uma abordagem interdisciplinar na construção do conhecimento. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2016, p. 75 – 90.

- MORAES, F. F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. Perspectivas, São Paulo. V.14. Nº 3. Jul/set. 2000.
- PAULA, J. Desenvolvimento e Gestão Compartilhada. AED. SEBRAE. São Paulo, 2005.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2018 – 2022, Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.
- RAMOS, J, H. S. Governo do Estado de Santa Catarina. A função da universidade na sociedade do conhecimento. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/fun%C3%A7%C3%A3o-da-universidade-na-sociedade-do-conhecimento>. Postado em 12 de março de 2009. Acesso: 10 jun. 2022.
- ROLIM, C. F. C; SERRA, M. A. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. Revista de Economia, Curitiba, v. 35, nº. 3, p. 87-102, 2009.
- SOUZA, O.A. Delineamento experimental em ensaios fatoriais utilizados em técnicas de preferência declarada. Florianópolis, 1999. 174 f. Tese Doutorado em Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.
- TAVARES, S. M. N. Governança no ensino superior privado. In: COLOMBO, S. S.; RODRIGUES, G. M. Desafios da Gestão universitária contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- VIEIRA, S. Estatística básica. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- VIEIRA, J. B. Governança, gestão de riscos e integridade/James Batista Vieira, Rodrigo Tavares de Souza Barreto. Brasília: Enap, 2019.
- YOUSSEF, Y. S. N.; GUERRA, N. (2010). Gestão do conhecimento estratégico nas instituições do ensino superior. In Working paper, nº. 65. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/227359713/Gesto-do-conhecimento-estrategico-em-instituies-de-ensino-superior/file/3deec521630b583293.pdf>. Acesso: 08 nov. 2022.

CAPÍTULO IV

A CONEXÃO COM O FUTURO, A INOVAÇÃO E O COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: O PROJETO UNICENTRO NA ESCOLA E A ESCOLA NA UNICENTRO

Fábio Hernandes
Doutor em Engenharia Elétrica
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Ademir Juracy Fanfa Ribas
Doutor em Ciências Florestais
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Loide Andréa Salache
Mestra em Letras
Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Capítulo IV

A conexão com o futuro, a inovação e compromisso social da universidade: o projeto Unicentro na escola e a escola na Unicentro¹

Introdução

O compromisso social da universidade é fortalecer e intensificar a formação humana para a transformação do cidadão. Nesse sentido, o papel social da universidade envolve múltiplos olhares e ações para assegurar a inovação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de atender as demandas socioeducacionais e sociolaborais em conexão com o futuro, enfatizando o cultivo de saberes e equidade de acesso, na consolidação das sociedades democráticas.

A universidade pública é um importante espaço de produção e disseminação de conhecimentos, e suas ações estão fundamentadas em três bases inter-relacionadas, o ensino, a pesquisa e a extensão, e tendo em vista os seus objetivos e critérios de atuação, propõe e desenvolve projetos em atendimento à comunidade, interagindo e transformando a realidade social. Dessa forma, a sociedade em geral torna-se beneficiária das atividades otimizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesse capítulo, portanto, faremos uma reflexão retrospectiva do projeto que se encontra em desenvolvimento na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro², intitulado "Unicentro na escola e a escola na

¹ Como citar este trabalho: HERNANDES, F.; RIBAS, A. J. F.; SALACHE, L. A. A conexão com o futuro, a inovação e compromisso social da universidade: o projeto Unicentro na escola e a escola na Unicentro. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 67 - 91. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.4.

² A Unicentro é uma das mais jovens Universidades do Estado do Paraná, sendo uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Ela surgiu no ano de 1990 da fusão de duas Faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – Fafig e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati – Fecli. A partir do ano de 1997, após concluído seu processo de reconhecimento a instituição iniciou seu processo de expansão, implantando novos cursos em diversas áreas do conhecimento, contanto, atualmente, com 43 cursos de graduação, diversos cursos de pós-graduação em nível de especialização lato sensu e 25 programas stricto sensu, sendo 17 mestrados e 8 doutorados. Instalada na região central do Estado, a Unicentro conta com mais de cinquenta municípios em sua região da abrangência, compreendendo uma população de mais de

Unicentro: #vocênaUnicentro³", que intensifica a função social da universidade como promotora do conhecimento, da pesquisa, da ciência, da inovação, da tecnologia e da educação, como bens coletivos, atribuídos para a sociedade, intencionando a melhoria da qualidade de vida do ser humano.

Desse modo, para contemplar as aproximações sobre a transversalidade de temas e a transdisciplinaridade, na propositura de um contexto educacional inovado e objetivos diversificados, a Unicentro, mediante a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti/PR⁴), celebrou no ano de 2020, parceria com o Governo do Estado do Paraná⁵, via Secretaria da Educação e do Esporte (Seed/PR⁶), para o desenvolvimento do projeto socioeducacional "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", ampliando a integração entre a Educação Básica e o Ensino Superior, na perspectiva de obter efeito sinérgico e colaborativo, em que os parceiros trabalham em conjunto na prossecução de um objetivo social e transformacional para o benefício do cidadão Paranaense.

Diante dos fatos supramencionados, concebe-se que a universidade tem também a função emancipatória, pois a realização do projeto em tela, influencia e impulsiona os discentes a ingressarem no ensino superior, transformando-os e criando novas perspectivas de continuidade de estudos no

1 milhão de habitantes, para os quais oferece, além das oportunidades de formação superior com cursos de graduação e de pós-graduação, uma variada gama de serviços que propiciam maior desenvolvimento regional. Além disso, com a expansão de ofertas pela modalidade de Educação a Distância, a universidade atinge quase que a totalidade das regiões do Paraná com seus polos. O processo de consolidação da Unicentro está em pleno desenvolvimento, o que se evidencia tanto pelo reconhecimento da comunidade que a procura, como pelo reconhecimento dos órgãos oficiais encarregados da gestão das políticas de Ensino Superior no País. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/sobre/historia/>. Acesso: 08 nov. 2022.

³ O projeto institucional Unicentro na Escola e a Escola na Unicentro: #VocênaUnicentro, é de autoria e coordenação do professor Fábio Hernandes, Magnífico Reitor da Unicentro, do professor Ademir Juracy Fanfa Ribas, Excelentíssimo Vice-Reitor da Unicentro e da professora Loide Andréa Salache, coordenadora geral do projeto. O termo de parceria foi efetivado entre as Instituições Governamentais suprarreferidas no ano de 2020, para o desenvolvimento deste projeto, de caráter contínuo, o qual se encontra em plena otimização de atividades/ações na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro (nos anos de 2020/2021/2022/2023), com previsibilidade de realização para os anos subsequentes.

⁴ A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti/PR), no ano de 2020, até o presente momento (ano de 2023), é comandada pelo Superintendente, Professor Dr. Aldo Nelson Bona. Para saber mais, acessar: <https://www.seti.pr.gov.br/>.

⁵ AO Governador do Estado do Paraná, no ano de 2020, até o presente momento (no ano de 2023), é o Excelentíssimo Senhor Carlos Roberto Massa Júnior. Para saber mais, acessar: <https://www.parana.pr.gov.br/>.

⁶ A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed/PR), no ano de 2020, até o ano de 2022, foi conduzida pelo Secretário Renato Feder. No ano de 2023, assume esta Secretaria, o senhor Roni Miranda. Para saber mais, acessar: https://www.educacao.pr.gov.br/?utm_source=educacao&utm_medium=pagina_desvio&utm_campaign=desvio-seed&utm_id=desvio.

âmbito dos cursos de graduação, de modo a mudar visões dos estudantes sobre o seu futuro socioeducacional e laboral, e, conseqüentemente, influenciando a transformação da sociedade.

No tocante à educação superior, ações inovadoras gestadas na universidade, servem de modelo para outras instituições e inspiram políticas públicas. Em meio a esse processo, há de se ressaltar que o desenvolvimento do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", corrobora de forma exitosa com a aplicabilidade da Lei nº 21137, de 11 de julho de 2022, sancionada pelo Governador do Estado do Paraná, que "Institui a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior", o que nos conduz a destacar que a Unicentro já tem como prioridade essa pauta, prevista nesta Lei, uma vez que, por meio deste projeto, a Unicentro antecipadamente cumpre de forma direta o seu papel social, tornando o acesso à universidade uma prática já propiciada, com ações desenvolvidas por este projeto, que priorizam o ingresso do alunado da Educação Básica, no ensino superior público, gratuito e de qualidade.

As atividades do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", estão nucleadas no processo de empoderamento de cada ator social que dele participa, incentivando o acesso ao ensino superior, demonstrando aos estudantes os benefícios e as vantagens de persistirem nos estudos, após, o término do ensino médio, adentrando e concluindo um curso de graduação, que contribuirá para a sua qualificação educacional e também, profissional, tornando-os, protagonistas do seu futuro.

Com significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", promove a vivência e o convívio da comunidade docente e estudantil da Educação Básica, no âmbito do ensino fundamental e médio, na universidade, a qual está organizada para recebê-los, estimulando o diálogo, a produção e disseminação de conhecimentos para o desenvolvimento humano.

O projeto possibilita e amplia o acesso dos alunos e alunas, do ensino fundamental e médio, no universo acadêmico, o que resulta no fortalecimento do exercício da cidadania. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Unicentro expressa a relevância da atuação da universidade, por meio da implementação de projetos e ações que devem atender à realidade e às necessidades da população, em prol do desenvolvimento das comunidades em

seu entorno, o que contribui para uma formação profissional mais humanizada, com "pessoas eticamente responsáveis e profissionalmente qualificadas para a atuação e a transformação do contexto socioeconômico e político em que atuam, contribuindo para o desenvolvimento regional", (PDI/2018-2022, p. 26).

Nesse sentido, observa-se, então, que é fundamental desenvolver uma sensibilidade social que integre conhecimento e compromisso humanitário para fomentar e aprimorar boas práticas interinstitucionais. No contexto ora evidenciado, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", estreitou as relações entre a Unicentro, escolas e colégios públicos e também, privados, na esfera do ensino fundamental e médio. E no que tange a parceria realizada, designadamente, com as escolas e os colégios públicos pertencentes aos Núcleos⁷ Regionais de Educação (NRE-Seed/PR), na abrangência dos municípios de Guarapuava (NRE⁸-Guarapuava/PR), e de Irati (NRE⁹-Irati/PR).

Vale ressaltar, que o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", possibilitou desde o início de seu desenvolvimento até o ano de 2022, que milhares de estudantes do ensino médio e seus professores, em diversas oportunidades, por meio de uma visita guiada, conhecessem mais sobre a universidade, sua forma de ingresso, sua estrutura física e pedagógica, sobre as carreiras e os cursos de graduação ofertados na Unicentro, entre outras informações.

Outrossim, o projeto possibilitou (e ainda, possibilita, logo que este, está em trâmite de realização na Unicentro no ano de 2023), que o alunado por meio da visita aos ambientes pedagógicos e administrativos, às salas de

⁷ Para saber mais, acessar: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/>

⁸ O Núcleo Regional de Educação de Guarapuava (NRE-Seed/PR), tem a sua sede de gestão na cidade de Guarapuava/PR, e este Núcleo Regional de Educação, atende 8 (oito) municípios: Campina do Simão/PR, Cândói/PR, Foz do Jordão/PR, Goioxim/PR, Guarapuava/PR, Pinhão/PR, Reserva do Iguaçu/PR, e Turvo/PR. O atual Chefe do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, no ano de 2022, é o professor Marlon Douglas Pires. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=50>. Acesso: 09 nov. 2022.

⁹ O Núcleo Regional de Educação de Irati (NRE-Seed/PR), tem a sua sede de gestão na cidade de Irati/PR, e este Núcleo Regional de Educação, atende 9 (nove) municípios: Fernandes Pinheiro/PR, Guamiranga/PR, Inácio Martins/PR, Irati/PR, Mallet/PR, Prudentópolis/PR, Rebouças/PR, Rio Azul/PR, e Teixeira Soares/PR. O atual Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati, no ano de 2022, é o professor Marcelo Fabricio Chociai Komar. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=52> Acesso: 09 nov. 2022.

aula, laboratórios de ensino e pesquisa, e outros setores da universidade, complementem o contexto de ensino-aprendizagem, pois, os alunos e as alunas vivenciam o dia a dia da instituição, tornando a partir dessa vivência, o processo de aquisição de conhecimentos mais motivador e significativo para a aprendizagem.

Consolidando uma linha de atuação que evidencia o compromisso social da instituição de ensino superior, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", contribui por consubstanciar diferentes visões e compreensões sobre o que vem ocorrendo na sociedade global, como um princípio educativo que contempla o processo de produção do conhecimento, à medida que fortalece diálogos sobre os valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa, equidade de gênero, respeito à diversidade e sustentabilidade ambiental, atrelados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS¹⁰-ONU, 2015), essenciais para nossa sobrevivência, neste planeta.

Em vista disso, o projeto visa auxiliar o futuro socioeducacional das novas gerações. Nesse contexto, especificamente, no período em que o estudante está no ensino médio, compreendemos que surgem nos discentes muitas dúvidas sobre o futuro profissional, escolha de carreiras e conseqüentemente, insegurança sobre qual seria a melhor escolha de um curso do ensino superior, principalmente, para quem está no último ano do ensino médio. Considerando essa situacionalidade, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", possibilita aos alunos e alunas vivenciarem o cotidiano da universidade e os saberes produzidos na academia em benefício do desenvolvimento da sociedade.

Numa visão contemporânea, entendemos que cursar o ensino superior é o desejo de muitos jovens e a Unicentro acredita na potencialidade da juventude. Por isso, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro:

¹⁰ Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), propôs aos seus países-membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse é um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil. Os ODS buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, agir contra as mudanças climáticas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso: 08 nov. 2022.

#vocênaUnicentro", tem como objetivo geral aproximar e conectar os estudantes do ensino fundamental e médio (e ainda, os professores que atuam na Educação Básica), ao ambiente universitário, à vida universitária, principalmente, levando informações sobre as políticas de acesso¹¹ e sobre as condições de permanência nesse nível de ensino, despertando no alunado um sentimento de interesse em pertencer a vida acadêmica, de ingressar em uma universidade que é acolhedora e cria espaços para integrar os diferentes conhecimentos e saberes.

Sendo assim, o impacto da vivência acadêmica nos estudantes de um modo geral, intensifica expectativas de ingresso e integração destes, no ensino superior. Pois, "o processo de integração ocorre na interação entre estudante e instituição, e deve ser compreendido de maneira recíproca e dinâmica, em que estudantes também são ativos na modificação do ambiente institucional", (SCHLEICH, 2006, p. 29). E à vista disso, o desenvolvimento do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", intensifica diálogos socioeducacionais com a comunidade, que resultam em um processo dinâmico e enriquecedor de interação, de profissionalização e de promoção de cidadania em benefício de toda a sociedade.

Isto posto, a Unicentro consolida-se como uma instituição comprometida com o desenvolvimento da educação pública em todos os níveis de ensino, demonstrando dessa forma, que a educação básica e ensino superior são complementares e inseparáveis para a construção e formulação dos conhecimentos científicos, e contextualização dos diversos saberes que integram a formação da cidadania reflexiva, participativa e inovadora,

¹¹ Dentre as políticas de acesso, ou seja, de ingresso na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro (instituição pública, gratuita e de qualidade), no âmbito dos cursos de graduação ofertados, podemos destacar: via processo seletivo Vestibular; via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, MEC, no qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); via o Programa de Avaliação Continuada (PAC). O PAC constitui-se numa modalidade de seleção gradual, sistemática e cumulativa, que se realiza anualmente, sob a coordenação da Coordenadoria Central de Processos Seletivos, e avalia o desempenho dos candidatos ao ensino superior de graduação na Unicentro, a partir do seu aproveitamento em cada uma das séries do Ensino Médio. De caráter classificatório, o PAC se divide em três fases: PAC I – prova em que são avaliados os conhecimentos relativos ao ensino ministrado na 1ª série do Ensino Médio; PAC II - prova em que são avaliados os conhecimentos relativos ao ensino ministrado na 2ª série do Ensino Médio e PAC III - prova em que são avaliados os conhecimentos relativos ao ensino ministrado na 3ª série do Ensino Médio. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/vestibular/>. Acesso: 08 nov. 2022.

conferindo significados para a parceria escola-universidade que possibilitam a transformação da nação.

A universidade como espaço social de formação do ser humano

A origem da palavra universidade veio do latim "universitas", e está associada diretamente ao vocábulo universo. Por ser uma instituição de ensino superior pluridisciplinar e de formação profissional de nível superior, concatenar com o cotidiano universitário torna-se um fator de movimento das expectativas dos estudantes, para o futuro ingresso à universidade.

Nessa perspectiva, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", tem como objetivo despertar o interesse do alunado da Educação Básica, desde o ensino fundamental até o ensino médio, para o ingresso no ensino superior. Conforme Pachane (2003), é extremamente importante despertar nos estudantes expectativas iniciais, desde a escola, para que esses alunos e alunas, se tornem universitários e universitárias.

Como estratégia para atingir esse fim, mostrar e apresentar a universidade se faz necessário para que o alunado adquira o sentimento de pertencimento a ela, interessando-se pelo seu contexto de preparação profissional, no que se refere à titulação, qualificação e realização, e também, para o crescimento pessoal, de modo que os estudantes desenvolvam expectativas de ingresso no ensino superior, almejando à qualidade do processo de formação, bem como, o desenvolvimento de atividades curriculares e extracurriculares, e os relacionamentos interpessoais. Pois, quando um estudante entra, ingressa na universidade, seu leque de conhecimentos e de oportunidades ampliam-se, uma vez que, ele pode estabelecer uma nova visão do universo educacional, ou seja, uma nova visão de mundo.

Pensar a universidade como espaço social de formação do ser humano é estabelecer e ampliar uma aproximação entre ela e a escola, a partir de uma perspectiva de inserção do alunado da educação básica, no ensino superior público, gratuito e de qualidade, tendo como centralidade a preocupação com a inclusão e permanência estudantil, visando a conclusão do curso de graduação, logo que, o acesso à universidade é um direito de todas as pessoas.

Para Zago (2006) e Franco (2008), a democratização do ensino superior demanda de políticas que assegurem a ampliação e o fortalecimento da

educação em todos os níveis, especialmente, por meio de ações que incentivem o acesso do alunado do ensino médio na universidade e estabeleçam a permanência desses estudantes no ensino público:

No entanto, vale ressaltar que não apenas os egressos do ensino médio têm incrementado os números de ingressantes na educação superior. No caso do Brasil, são cerca de 25 milhões de jovens entre 18 e 24 aos, ou seja, em idade de educação superior que ainda não tiveram a oportunidade de realizá-la, mesmo já tendo concluído há anos ou sem mesmo ter alcançado a escolarização média. Este cenário aponta para uma provável permanência da expansão quantitativa da educação superior e, simultaneamente, para a relevância de investimentos maciços na escola básica de modo que os egressos possam ao concluir, continuar seu percurso (FRANCO, 2008, p. 58).

Nesta linha de análise, a efetivação de parcerias e colaboração entre instituições públicas de ensino básico e superior, têm se mostrado como experiências altamente positivas, e gerado resultados significativos tanto para a identidade da educação superior, como para o reconhecimento dos alunos e das alunas das escolas públicas, da importância de concluir a Educação Básica e ingressar no ensino superior.

Quanto à luz dessa situacionalidade, vale ressaltar a Lei nº. 21137, de 11 de julho de 2022, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a semana de incentivo ao acesso ao ensino superior, a ser realizada na segunda semana do mês de março, a partir do ano de 2023. Essa Lei, evidencia de forma exitosa, que o desenvolvimento do projeto “Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro”, já demonstra o compromisso da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, em otimizar ações que proporcionam uma comunicação direta com a comunidade escolar, para aproximar os alunos e as alunas do ensino fundamental e médio da universidade pública, constituindo um espaço singular para o diálogo, produção do conhecimento, da ciência e da inovação:

Evidentemente, o mérito em expandir o ensino superior no país como um instrumento de democratização da educação é algo louvável, principalmente quando reconhecidamente articulado com políticas afirmativas concretas [...]. Destacamos que é fundamental democratizar a expansão do ensino superior para se

poder acenar com melhor continuidade do processo formativo da população brasileira, como em outros países, e para que tal proposição se concretize o papel do Estado em ampliar recursos é primordial, dado que se trata de investimento social justo e esperado (FRANCO, 2008, p. 54-55).

Certamente, podemos considerar que as ações do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", despertam e projetam na juventude estímulos e novas perspectivas de emancipação socioeducacional, impulsionando-os, a persistirem nos estudos, a ingressar e concluir um curso de graduação, continuando assim a sua qualificação educacional. Essas perspectivas inter-relacionam-se, diretamente, ao conteúdo textual da Lei nº. 21137, de 11 de julho de 2022, que expressa o incentivo ao acesso à educação superior no Estado do Paraná, sendo:

Art. 1º Institui, no âmbito do Estado Paraná, a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior a ser realizada na segunda semana do mês de março.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, compõem a estrutura educacional incentivada os cursos de graduação comum e técnico do Ensino Superior.

Art. 2º O programa de que trata esta Lei tem por finalidade demonstrar aos estudantes os benefícios de persistirem nos estudos, incentivando-os à ingressarem nos cursos de graduação e continuarem a qualificação educacional.

Art. 3º A semana de incentivo e fomento ao acesso à educação superior poderá ser promovida através das seguintes atividades:

I - realização de:

a) seminários, palestras e encontros para esclarecer aos estudantes as vantagens de continuarem os estudos, adentrando e concluindo o ensino superior e, assim, qualificando-se para o mercado de trabalho;

b) testes vocacionais a fim de indicar aos estudantes quais carreiras combinam com cada perfil;

II - apresentação aos estudantes das diversas modalidades de financiamentos estudantis, públicos ou particulares, previstos para ingresso e manutenção dos estudos no ensino superior, como também o esclarecimento acerca das bolsas de estudos destinadas a este fim;

III - exposição dos programas de pesquisa e das oportunidades de intercâmbios previstos nos cursos do Ensino Superior no Estado do Paraná;

IV - indicação de quais Universidades ou Faculdades possuem câmpus próximos à região da escola, demonstrando a disponibilidade e a forma de acesso aos respectivos cursos;

V - outras medidas necessárias a incentivar os estudantes a ingressarem, permanecerem e concluírem os cursos no ensino superior.

Art. 4º Para promover a semana e desenvolver o incentivo do acesso ao Ensino Superior poderão ser formadas parcerias com instituições públicas e privadas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de julho de 2022. Carlos Massa Ratinho Junior, Governador do Estado.

João Carlos Ortega, Chefe da Casa Civil. Paulo Litro, Deputado Estadual. Governo do Estado do Paraná. DOE – PR, em 11 julho de 2022.

Tais fatos enfatizam, preeminentemente, que o desenvolvimento do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", possibilita uma democratização efetiva e permanente de acesso dos estudantes e professores do ensino fundamental e médio na universidade, (de)mostrando que a educação básica e o ensino superior são complementares e inseparáveis. Para sublinhar esse contexto, a Unicentro atua na perspectiva de:

Ser referência em termos de qualidade em universidade pública, democrática e autônoma, com gratuidade na oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com atuação nos cenários regional, nacional e internacional, a partir de ações cooperativas e integradas dos seus órgãos administrativos e setores de conhecimento com a sociedade, de forma a contribuir para o dinamismo socioeconômico, educativo, cultural, científico e tecnológico em sua área de atuação (PDI/2018-2022, p. 26).

Assim, estimular a expansão das atividades universitárias, por meio de uma "maior interação e intercâmbio entre a Unicentro e a sociedade, nas diversas esferas de atuação universitária, incluindo ensino, pesquisa, cooperação científica, extensão universitária, prestação de serviços, dentre outros", (PDI/2018-2022, p. 28), é fortalecer o caráter público e social da Instituição de Ensino Superior (IES), acerca da democratização da educação no Brasil, em especial, do ensino superior.

Nessa premissa, está a essencialidade da parceria efetivada entre a

Unicentro, mediante a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti/PR), o Governo do Estado do Paraná, via Secretaria da Educação e do Esporte (Seed/PR), para o desenvolvimento do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", com os estudantes do ensino fundamental e médio, na abrangência da rede pública de ensino paranaense, especificamente, no contexto educacional das escolas e colégios que pertencem aos Núcleos Regionais de Educação (NRE-Seed/PR), dos municípios de Guarapuava (NRE¹²-Guarapuava/PR) e de Irati (NRE¹³-Irati/PR).

A implantação do projeto pactuado, enfatiza a aplicabilidade do trabalho em conjunto entre a universidade, seus servidores e servidoras, professores e professoras, acadêmicos e acadêmicas e a escola pública, sendo uma parceria potencialmente rica para produzir conhecimentos relacionados a incentivar o ingresso do seu aluno e da sua aluna, ao término do ensino médio, no ensino superior. Assim, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", estabelece uma conexão entre a educação básica, o ensino médio e a universidade, com a intenção de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior.

Catedráticos da área educacional como Paulo Freire (1996, 2000, 2003), e Pierre Bourdieu (1983, 2004), explicitam que para o entendimento da sociedade com vistas à emancipação do seu cidadão, é necessário que este, seja o agente da sua história de evolução social, comprometido com/por valores humanos, visando ações capazes de transformar positivamente a comunidade a qual pertençam, e os autores destacam que o acesso à universidade, a educação superior privilegia e acelera essa evolução social.

¹² As escolas e os colégios que pertencem ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava/PR, (NRE-Guarapuava-Seed/PR), no âmbito da Secretaria de Esporte e Educação (Seed/PR), são dos municípios de: Campina do Simão/PR, Cândói/PR, Foz do Jordão/PR, Goioxim/PR, Guarapuava/PR, Pinhão/PR, Reserva do Iguaçu/PR, e Turvo/PR. Para saber a relação nominal dos colégios e escolas que integram o NRE-Guarapuava-Seed/PR, tendo em vista os municípios aqui citados, acessar a página oficial deste NRE, no endereço eletrônico: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=513>. Acesso: 09 nov. 2022.

¹³ As escolas e os colégios que pertencem ao Núcleo Regional de Educação de Irati/PR, (NRE-Irati-Seed/PR), no âmbito da Secretaria de Esporte e Educação (Seed/PR), são dos municípios de: Fernandes Pinheiro/PR, Guamiranga/PR, Inácio Martins/PR, Irati/PR, Mallet/PR, Prudentópolis/PR, Rebouças/PR, Rio Azul/PR, e Teixeira Soares/PR. Para saber a relação nominal dos colégios e escolas que integram o NRE-Irati-Seed/PR, tendo em vista os municípios aqui citados, acessar a página oficial do deste NRE, no endereço eletrônico: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=504>. Acesso: 09 nov. 2022.

Entendemos que no contexto contemporâneo de grandes transformações, na era da globalidade, da "sociedade 5.0"¹⁴, é imperativo que a universidade auxilie a sociedade com o desenvolvimento de ações que possam sanar as necessidades e vulnerabilidades sociais, por meio da otimização de atividades, por meio da ciência e por meio dos conhecimentos produzidos, o cumprimento das finalidades do ensino superior, baseando-se na prioridade para o ensino, extensão e pesquisa, aproximando às práxis teoria-prática das realidades locais, contribuindo para a transformação social de modo a impulsionar positivamente o desenvolvimento local, regional e nacional.

Portanto, a aplicabilidade do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", torna-se extremamente importante, logo que ele permitirá que os estudantes do ensino fundamental e médio, sintam-se parte da universidade, podendo circular livremente e ter acesso a ela, bem como, conhecer as formas de ingresso e a realidade dos cursos oferecidos pela universidade, o mercado de trabalho e as opções de carreira, em conformidade com as graduações ofertadas na Unicentro, concretizando uma nova experiência para a construção do conhecimento, além do espaço escolar. Nesse sentido, enfatiza Silva (2002, p. 3), que essa atividade proporciona:

[...] a construção do conhecimento em ambiente externo ao das quatro paredes, através da concretização de experiências que promovam a observação, a percepção, o contato, o registro, a descrição e representação, a análise e reflexão crítica de uma dada realidade, bem como a elaboração conceitual como parte de um processo intelectual mais amplo, que é o ensino escolar.

Dessa forma, o projeto tem como enfoque o desenvolvimento de atividades cognitivas para a inserção do aluno e da aluna na sociedade como cidadão, cidadã, atuantes. Segundo Chauí (2001), a formação enquanto atividade cognitiva "tem a sociedade como seu princípio e referência normativa

¹⁴ Sociedade 5.0 é uma proposta de modelo de organização social em que tecnologias como big data, inteligência artificial e internet das coisas (IoT), são usadas para criar soluções com foco nas necessidades humanas. Esse modelo busca prover os serviços necessários para o bem-estar a qualquer hora, em qualquer lugar e para qualquer pessoa. Isso acontece graças ao planejamento de cidades totalmente conectadas, nas quais o ciberespaço se integra de maneira harmônica com o mundo físico. Trata-se de um projeto do governo japonês, que busca equilibrar o avanço econômico com a resolução de problemas sociais. O objetivo é fazer com que a tecnologia traga benefícios aos cidadãos, sem agredir o meio ambiente para que isso aconteça. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/sociedade-5-0/>. Acesso: 06 jan. 2023.

normativa e valorativa", nesse sentido o educando terá uma maior sensibilização de pertencimento sobre o ambiente que o cerca, de maneira consciente, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU, 2015).

Para Forster e Fagundes (2006), os saberes escolares devem ser mobilizados para a participação do alunado na universidade, fruto de uma boa relação investida entre teoria e prática, desde a educação básica. Para tanto, Silva (2006), ressalta que as experiências formativas do ser humano ocorrem desde o seu ingresso na escola e se intensificam no ensino superior. Lodi e Castanho (2006), explicitam que são nas aulas práticas, extraclasse, que o estudante rompe com uma visão abstrata dos conteúdos e desenvolve o seu senso crítico, à medida que participa de uma ação didática diferenciada. Em vista disso, as ações e atividades realizadas, via projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", permitem:

[...] a utilização dessa metodologia para pode promover a maior significação dos conteúdos e maior aproximação da realidade dos alunos. Além de a contextualização contribuir para o desenvolvimento de atitudes positivas em relação à ciência, através do reconhecimento de sua importância social, ainda favorece a aprendizagem de conteúdos conceituais, valorizando e estimulando o estudante com a interação com do conhecimento (NEVES, 2010, p. 12).

Partindo desse ponto, a proposta de otimização do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", tem como egiide, intensificar o contato dos estudantes da educação básica, com a universidade, pautado na ideia de incentivá-los a prosseguir com os estudos, impulsionando-os, a ingressarem no ensino superior, mediante a conclusão do ensino médio. Diante disso, a metodologia de aplicabilidade do projeto se insere na propositura de atividades que favorecem a aprendizagem dos estudantes, pela valoração de conteúdos diálogos e conceituais na esfera educacional do ensino superior, a fim de estimular os alunos e as alunas, a cursarem uma graduação, o que refletirá na melhoria da qualidade de vida, destes cidadãos.

Assim, a Unicentro se insere como espaço social de formação do ser humano, logo que, como instituição de ensino superior pública, possui na sua essencialidade educacional, claras definições em relação ao seu propósito e

função social. Nessa perspectiva, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", insere os estudantes na contextualização da vivência universitária e na disseminação de novos conhecimentos que priorizam à educação, por meio da formação escolar e acadêmica, advindas da eficácia do sistema de ensino público paranaense, que possui referenciais para o desenvolvimento de transformações benéficas para a sociedade, de modo a produzir e difundir os conhecimentos, os saberes, a pesquisa, a ciência, a inovação, as tecnologias, a cultura e a arte, oportunizando seus espaços para debates e diálogos, a fim de promover o acesso à educação superior como direito para todas as pessoas no Estado do Paraná.

As ações do projeto e o seu contexto de desenvolvimento

Por meio das atividades otimizadas pelo projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", estudantes do ensino fundamental e médio, da rede estadual de ensino e particular, foram recebidos na universidade para conhecer a instituição e o que ela oferece, bem como, para ter experiência com as ações de pesquisa, ensino e extensão.

A metodologia participativa de aplicabilidade e de estruturação do projeto conta com a colaboração dos servidores da Unicentro, sendo docentes, agentes universitários e agentes universitárias, acadêmicos e acadêmicas, que recebem os alunos e as alunas da educação básica na universidade, no âmbito das ações propostas e condizentes com "a escola na Unicentro".

Dado o próprio caráter dinâmico e inovador, no que se refere ao desenvolvimento do projeto, este se insere em processo de fluxo continuado, pois o plano de gerenciamento de suas ações, otimiza a realização de atividades diversas que estão planejadas para acontecerem anualmente¹⁵.

¹⁵ O projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", está programado para ser desenvolvido no ano de 2023 e subsequentes. As atividades integram ações diversas, que englobam desde o "Walking Tour Unicentro", bem como, a realização de atividades pontuais, de cunho acadêmico-pedagógico científico, nas escolas participantes do projeto (supramencionadas no texto em tela). Outrossim, vale destacar, que o cronograma de desenvolvimento das atividades do projeto, poderá sofrer alterações e/ou adequações, em virtude de fatos e/ou acontecimentos que assim, o exijam. Logo, o seu cronograma de execução é passível de alterações. Entretanto, toda e qualquer ação proposta pelo projeto, é amplamente dialogada com toda a equipe docente da Unicentro, intermediada via, diretores(as) e vice-diretores(as) setoriais, e chefias e vice-chefias departamentais, e direção e vice-direção dos campi universitários que

Destaca-se que no ano de 2021¹⁶, foi realizada a produção de uma websérie, com três temporadas e quarenta e seis episódios, intitulada "#VocênaUnicentro", com a criação de pautas, roteiros e gravação da websérie realizada no Câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/PR), no Câmpus Universitário Cedeteg (Guarapuava/PR), e no Câmpus Universitário de Irati (Irati/PR), de abrangência da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

A gravação, direção e edição da websérie "#VocênaUnicentro", foi realizada pela equipe da Coordenadoria de Comunicação Social (Coorc), da Unicentro, com divulgação nas mídias sociais. A websérie contou com três temporadas e seus "atores e atrizes", foram os docentes e os acadêmicos e acadêmicas da Unicentro. Os cenários de gravações dos episódios foram os espaços administrativos e pedagógicos da universidade, entre o Câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/PR), Câmpus Universitário Cedeteg (Guarapuava/PR), e o Câmpus Universitário de Irati (Irati/PR).

A primeira temporada da websérie "#VocênaUnicentro", contou com dezesseis episódios e foi gravada no Câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/PR). O roteiro de gravação e de vídeo, script, foram elaborados pela equipe de coordenadores do projeto e pela equipe da Coorc. O texto de gravação dos episódios foi produzido pelos docentes da Unicentro, em conformidade com o curso¹⁷ de graduação, na especificidade, da sua proposta

congregam a Unicentro. E, só após, essa construção dialogada, coletiva, partilhada e democrática, que as ações do projeto são realizadas. Todo esse processo é conduzido pela equipe que coordena o projeto, sendo o professor Fábio Hernandes, Magnífico Reitor da Unicentro, o professor Ademir Juracy Fanfa Ribas, Vice-Reitor da Unicentro e a professora Loide Andréa Salache, que possui a coordenação geral, deste projeto.

¹⁶ Consideramos que nos anos de 2020 e 2021, vivenciávamos o momento de pandemia de Covid-19, e essa situacionalidade exigiu, de todos nós, afastamento social para enfrentamento do coronavírus, em benefício da preservação da vida de todas as pessoas, organizamos uma atividade alternativa para otimização do projeto Unicentro na Escola e a Escola na Unicentro: #VocênaUnicentro, sendo a produção e gravação da websérie "#VocênaUnicentro", respeitando e obedecendo, prioritariamente, o protocolo de biossegurança e prevenção à infecção Covid-19, estabelecidos na Unicentro, em conformidade com as Normas de Biossegurança indicadas no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

¹⁷ Na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, na área de ensino de graduação, são ofertados 43 cursos de graduação na modalidade presencial e 4 cursos na modalidade de educação a distância, onde estão matriculados mais de 7.000 estudantes, entre acadêmico e acadêmicas. No ano letivo de 2021, a Unicentro concedeu grau a 976 graduados na modalidade presencial e 186 graduados na modalidade de educação a distância. Na Pós-Graduação, há a participação de 1.175 pós-graduandos(as), no âmbito dos cursos de especialização, de aperfeiçoamento e residências técnicas. Outrossim, vale ressaltar que há 556 pós-graduandos, os quais estão matriculados em cursos de mestrado e também, 302 pós-graduandos(as), cursando doutorado. E ainda nessa perspectiva, no que se refere aos cursos de mestrados e de doutorados, mais de 200 estudantes concluíram o seu respectivo curso, com a aprovação na defesa de dissertação ou tese.

pedagógica e de formação profissional.

Os episódios da primeira temporada, segunda temporada e terceira temporada da websérie "#VocênaUnicentro", estão agrupados seguindo o contexto organizacional, condizente ao câmpus da Unicentro em que o curso de graduação é ofertado. Os episódios um e dois, da primeira temporada foram gravados com o Reitor e o Vice-Reitor da Unicentro, os quais "apresentam a universidade", de um modo geral e convidam "você", ou seja, toda a sociedade, para conhecer e integrar a comunidade universitária, e ingressar em um dos cursos de graduação (ou pós-graduação), ofertados na Unicentro, ou ainda, participar dos seus projetos socioacadêmicos e/ou usufruir dos serviços prestados pela universidade, em prol da sociedade.

Nesse contexto, contemplam a primeira¹⁸ temporada da websérie "#VocênaUnicentro", os seguintes episódios:

- Episódio 1 - Conversa com o Reitor!
- Episódio 2 - Conversa com o Vice-Reitor!
- Episódio 3 - Conversa com o Curso de Graduação em Administração!
- Episódio 4 - Conversa com o Curso de Graduação em Secretariado Executivo!
- Episódio 5 - Conversa com o Curso de Graduação em Arte!
- Episódio 6 - Conversa com o Curso de Graduação em Pedagogia!
- Episódio 7 - Conversa com o Curso de Graduação em História!
- Episódio 8 - Conversa com o Curso de Graduação em Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa!
- Episódio 9 - Conversa com o Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa!
- Episódio 10 - Conversa com o Curso de Graduação em Filosofia!
- Episódio 11 - Conversa com o Curso de Graduação em Publicidade e Propaganda!
- Episódio 12 - Conversa com o Curso de Graduação em Jornalismo!
- Episódio 13 - Conversa com o Curso de Graduação em Ciências Econômicas!
- Episódio 14 - Conversa com o Curso de Graduação em Ciências Contábeis!

¹⁸ Para acesso à playlist completa da primeira temporada da websérie "#VocênaUnicentro", acessar o canal do Youtube, "Proplan - Unicentro na Escola", no link: <https://www.youtube.com/channel/UCooG4ni0vsglkNRlpQugy2Q/playlists>.

- Episódio 15 - Conversa com o Curso de Graduação em Serviço Social!

(HERNANDES; RIBAS; SALACHE, 2021).

A segunda¹⁹ temporada da websérie "#VocênaUnicentro", abrange os seguintes episódios:

- Episódio 1 - Conversa com o Curso de Graduação em Ciência da Computação!
- Episódio 2 - Conversa com o Curso de Graduação em Engenharia de Alimentos!
- Episódio 3 - Conversa com o Curso de Graduação em Física!
- Episódio 4 - Conversa com o Curso de Graduação em Matemática Aplicada e Computacional!
- Episódio 5 - Conversa com o Curso de Graduação em Matemática!
- Episódio 6 - Conversa com o Curso de Graduação em Química!
- Episódio 7 - Conversa com o Curso de Graduação em Agronomia!
- Episódio 8 - Conversa com o Curso de Graduação em Ciências Biológicas!
- Episódio 9 - Conversa com o Curso de Graduação em Geografia!
- Episódio 10 - Conversa com o Curso de Graduação em Medicina Veterinária!
- Episódio 11 - Conversa com o Curso de Graduação em Educação Física!
- Episódio 12 - Conversa com o Curso de Graduação em Enfermagem!
- Episódio 13 - Conversa com o Curso de Graduação em Medicina!
- Episódio 14 - Conversa com o Curso de Graduação em Fisioterapia!
- Episódio 15 - Conversa com o Curso de Graduação em Nutrição!
- Episódio 16 - Conversa com o Curso de Graduação em Farmácia!

(HERNANDES; RIBAS; SALACHE, 2021)

¹⁹ Para acesso à playlist completa da segunda temporada da websérie "#VocênaUnicentro", acessar o canal do Youtube, "Proplan - Unicentro na Escola", no link: <https://www.youtube.com/channel/UCooG4ni0vsglkNRlpQugy2Q/playlists>.

E a terceira²⁰ temporada da websérie "#VocênaUnicentro", apresenta os seguintes episódios:

- Episódio 1 - Conversa com o Curso de Graduação em Administração!
- Episódio 2 - Conversa com o Curso de Graduação em Ciências Contábeis!.
- Episódio 3 - Conversa com o Curso de Graduação em Educação Física!
- Episódio 4 - Conversa com o Curso de Graduação em Engenharia Ambiental!
- Episódio 5 - Conversa com o Curso de Graduação em Engenharia Florestal!
- Episódio 6 - Conversa com o Curso de Graduação em Fonoaudiologia!
- Episódio 7 - Conversa com o Curso de Graduação em Geografia!
- Episódio 8 - Conversa com o Curso de Graduação em História!
- Episódio 9 - Conversa com o Curso de Graduação em Letras Portugêses!
- Episódio 10 - Conversa com o Curso de Graduação em Letras Inglêses!
- Episódio 11 - Conversa com o Curso de Graduação em Letras Espanhol!
- Episódio 12 - Conversa com o Curso de Graduação em Matemática!
- Episódio 13 - Conversa com o Curso de Graduação em Pedagogia!
- Episódio 14 - Conversa com o Curso de Graduação em Psicologia!
- Episódio 15 - Conversa com o Curso de Graduação em Turismo!

(HERNANDES; RIBAS; SALACHE, 2021).

No que concerne ao ano de 2022, milhares de estudantes do ensino médio, da rede estadual de ensino e da rede particular de ensino, tiveram a oportunidade de conhecer o Câmpus Universitário Santa Cruz, o Câmpus Universitário Cedeteg e o Câmpus Universitário de Irati, presencialmente.

A visita guiada corresponde a atividade integrante do projeto institu-

²⁰ Para acesso à playlist completa da terceira temporada da websérie "#VocênaUnicentro", acessar o canal do Youtube, "Proplan - Unicentro na Escola", no link: <https://www.youtube.com/channel/UCooG4ni0vsglkNRlpQugy2Q/playlists>.

cional "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", denominada Walking Tour Unicentro.

Convém rememormos, que os estudantes e professores da educação básica que participaram do Walking Tour Unicentro, atividade esta, que objetivou (e objetiva, logo que realizaremos no ano de 2023, a segunda edição Walking Tour Unicentro), possibilitar a comunidade externa, escolas públicas e particulares, na abrangência do ensino fundamental, do ensino médio e técnico da região, obter informações sobre o funcionamento da universidade, praticabilidade dos seus projetos e atividades acadêmicas, desenvolvidas pelos diversos setores administrativos e pedagógicos da instituição.

Os alunos e alunas quando participaram do Walking Tour Unicentro foram recepcionados no Câmpus²¹ da universidade com show musical ao vivo e acolhidos pela Reitoria da Unicentro, Direção de Câmpus, Direção Setorial e Chefia Departamental, Equipe Docente dos Cursos de Graduação, Agentes Universitários e Agentes Universitárias, Pró-Reitores e Pró-Reitoras, estagiários e estagiárias, e pelos acadêmicos e acadêmicas da Unicentro.

Oportunamente, destacamos que nesse contexto, o Walking Tour Unicentro recebeu no ano de 2022, escolas e colégios interessados em conhecer as instalações administrativas e pedagógicas, os laboratórios de ensino e pesquisa, as salas de aula, bibliotecas, as clínicas escola, a fazenda escola e os serviços prestados pela universidade para a comunidade em geral, na abrangência do Câmpus Universitário Santa Cruz, Câmpus Universitário Cedeteg e Câmpus Universitário de Irati. Essas ações permeadas pela realização da visita monitorada, objetivaram aproximar a realidade universitária dos estudantes e estabelecer uma nova perspectiva sobre o futuro educacional do alunado, estimulando a democratização do ensino superior.

A realização da visita buscou destacar o contexto da vida acadêmica. O tour, pelos espaços da universidade foi conduzido por um monitor ou uma monitora, dentre os servidores da Unicentro, os quais apresentaram várias informações sobre a universidade, sua missão, seus cursos de graduação e pós-

²¹ No Câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/PR), os alunos e as alunas, bem como, os seus professores foram recepcionados no Auditório Francisco Contini. No Câmpus Universitário Cedeteg (Guarapuava/PR), os alunos e as alunas, e seus professores foram recepcionados no seu Auditório Central. No Câmpus Universitário de Irati (Irati/PR), os alunos e as alunas, e também os seus professores, foram recepcionados no Auditório Denise Stoklos.

graduação, sistemas de cotas, formas de ingresso, carreira e mobilidade. O roteiro proposto tem a duração de até quatro horas. E os ambientes de visita são condizentes com os espaços específicos do câmpus universitário in loco, considerando as suas unidades administrativas e/ou pedagógicas, respeitando a possibilidade de acesso/autorização e normas de segurança, relacionadas ao espaço de visita e dia de sua realização.

No tocante a consolidação do diálogo promovido pela instituição com os estudantes, no momento da otimização do Walking Tour Unicentro, os discentes foram convidados a participar de conversações para o compartilhamento do conhecimento científico e troca experiências, sendo que retomamos ainda, com os seus participantes, o tecer de uma discursividade que diz respeito a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), visando a construção de um mundo mais justo, próspero, sustentável e igualitário.

No ano de 2023, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", possui previsibilidade de realização (dentre as suas ações, está programada a segunda edição do Walking Tour Unicentro), e assim, a Universidade se organizará para receber os estudantes, expor informações, dialogar e trocar experiências. A proposta é estreitar a relação de pertencimento e identidade da comunidade universitária e toda a sociedade com a Unicentro, apresentar a instituição e reforçar a importância do tripé que rege a universidade pública, sendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Logo, este projeto possibilitará aos estudantes o acesso à universidade por meio da otimização de visitas guiadas na Unicentro, o que constitui um recurso importante na complementação da aprendizagem socioeducacional do alunado da rede estadual de ensino, no âmbito da educação básica, na esfera da Secretaria da Educação e do Esporte (Seed/PR), pertencentes as escolas e colégios de abrangência dos Núcleos Regionais de Educação Guarapuava (NRE-Guarapuava-Seed/PR), e de Irati (NRE-Irati-Seed/PR). E no que concerne a rede particular de ensino, no âmbito da educação básica, o alunado das escolas e colégios pertencentes aos municípios de Guarapuava e de Irati, Estado do Paraná (PR).

Isto posto, vale ressaltarmos que há uma intencionalidade de realização para o ano de 2023 e/ou subsequentes, de mais uma ação integrante do projeto, sendo o Workshop das profissões Unicentro, em que os alunos e as alunas serão

incentivados a visitarem a participarem do Workshop das profissões na Unicentro, conhecer os cursos de graduação ofertados na universidade, auxiliando na escolha da sua carreira profissional, permitindo dessa forma, o esclarecimento de dúvidas sobre os cursos de graduação ofertados na instituição e o mercado de trabalho, além da aquisição do conhecimento científico.

O projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", tem como objetivo aproximar a realidade universitária dos estudantes e estabelecer uma nova perspectiva sobre o futuro educacional do alunado, estimulando a democratização do ensino superior.

Considerações finais

Este estudo apresenta a importância da universidade em promover o desenvolvimento social, estando aberta à participação da comunidade em geral, visando à difusão das conquistas e benefícios, resultantes da praticabilidade de projetos que integram a pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição, para fomentar ações que levam em conta os saberes e necessidades da população, com a intencionalidade de garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social.

Assim, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", tem como objetivo aplicabilidade de uma ação educativa e de desenvolvimento comunitário, que busca propagar a relevância de se ingressar em uma graduação, na tentativa de aproximar os estudantes das escolas e colégios da rede estadual de ensino e da rede particular com a vida universitária, interagindo com o processo de construção da cidadania e identidade socioeducacional do alunado.

Entre os benefícios de desenvolvimento do projeto, destacamos que ele estimula a capacidade de decidir, escolher, falar e escutar, na medida que propicia aos discentes aprender e descobrir, construir e investigar, auxiliando-os na aquisição de saberes pautados no conhecimento científico, que são essenciais para a formação integral do ser humano.

Por meio da realização do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", intencionamos atingir resultados efetivos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida e transformação positiva das condições sociais dos seus participantes, dos seus familiares e das

comunidades em geral, ou seja, semear um futuro promissor em favor das próximas gerações.

Entendemos que a universidade pública é um espaço fundamental na produção, inovação e disseminação de conhecimentos, com bases que se inter-relacionam e se complementam, o ensino, a pesquisa e extensão, a partir do desenvolvimento de ações junto à comunidade. Nesse viés, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", possibilita o compartilhamento com a sociedade do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa, e também da extensão, desenvolvidos na universidade, interagindo e transformando a realidade social.

Vale ressaltar, que o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", desde o ano de 2020 até o presente momento, oportuniza a vivência, a reflexão, a contextualização, a aquisição e a apropriação de conhecimentos relacionados ao ensino superior, no sentido de incentivar os estudantes do ensino Médio das escolas públicas de Guarapuava e de Irati, a cursarem uma graduação.

O êxito do seu desenvolvimento e aceitação de toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral, estabelece suporte técnico-organizacional e material, às ações de extensão da instituição. E contribuiu no processo de construção de um futuro perfil universitário-acadêmico ao aluno e a aluna participantes deste, com o intuito de incentivar o seu ingresso no ensino superior, logo após, a conclusão do ensino médio. Por conseguinte, o projeto se torna uma referencial modelo, a ser otimizado pelas demais universidades do Paraná e até mesmo, do Brasil.

Para o ano de 2023, há uma previsibilidade de realização de atividades do projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro" (a exemplo, o Walking Tour Unicentro), as quais serão viabilizadas pela equipe de servidores da universidade, com temáticas que abrangem desde informações de como ingressar no ensino superior, entre outras abordagens, que poderão ser sugeridas pela equipe pedagógica escolar na perspectiva educacional, em benefício do ensino-aprendizagem do alunado da educação básica, público-alvo de desenvolvimento do projeto em tela.

Desmistificar o ensino superior para estudantes que não teriam acesso a essas informações por outras fontes, com o enfoque de motivar, incentivar e preparar esses jovens para serem inseridos no meio universitário, são os resultados esperados com o desenvolvimento continuado do projeto. Logo que,

ele propõe um trabalho comunitário, em um movimento democrático que se inicia desde o ambiente/contexto da escola, envolvendo profissionais da educação, comunidade escolar e à universidade, tendo em vista, a parceria firmada entre a Unicentro e o Governo do Estado do Paraná, Secretaria Estadual da Educação e do Esporte do Paraná, e a Superintendência Geral de Ciência Tecnologia e Ensino Superior, pelo bem dos cidadãos e cidadãs Paranaenses.

Ademais, as atividades do projeto desenvolvem um conjunto de ações de cunho socioeducativo, experimental e vivencial, que se efetivam a partir da visitação dos alunos e alunas do ensino médio (e também, ensino fundamental), das escolas públicas (e particulares), na Unicentro. A intencionalidade é encorajar e incentivar os estudantes, a ingressarem no ensino superior e de um modo geral, toda a sociedade que ainda não cursou uma graduação.

Dessa forma, enfatizamos que a parceria realizada entre a universidade e a escola, ou seja, entre a Educação Básica e o Ensino Superior são complementares e inseparáveis para a formação educacional do cidadão e da cidadã, na sociedade contemporânea. Essa parceria prioriza o desenvolvimento de habilidades que possibilitam (e possibilitarão), aos estudantes, principalmente, do ensino médio, interagir, refletir e sistematizar informações sobre a importância de ingressar e cursar o ensino superior, explorar ativamente as oportunidades oferecidas pelo ambiente, tendo em vista, a sua emancipação social.

Nesse sentido, o projeto "Unicentro na escola e a escola na Unicentro: #vocênaUnicentro", fortalece o processo permanente de constituição da identidade da Unicentro como uma universidade de formação humana, comunitária, participativa, democrática e atuante na sociedade, que corrobora com o planejamento de medidas educacionais que visam à integração de estudantes ao ensino superior e que também, sirvam de inspiração e iniciativa para que outros estudiosos e estudiosas, se dediquem a otimização de ações em prol desta relevante temática, fundamental para gerar transformações sociais.

Referências

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática: sociologia. In: ORTIZ, R.

- (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2004.
- CHAUÍ, M. de S. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- FORSTER, M. M. dos S.; FAGUNDES, M. C. V. Inovações educativas na sala de aula universitária. In: ANPED. Reunião anual da ANPED Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos. Caxambu, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso: 18 de ago. 2022.
- FRANCO, A. P. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. *Jornal de políticas educacionais*. n.º 4/julho–dezembro de 2008, p. 53-63. Disponível em: <https://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/parte-1-Ensino-superior-no-Brasil-cen%C3%A1rio-avan%C3%A7os-e-contradi%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso: 06 jan. 2023.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____; SHOR, I. Medo e Ousadia: O cotidiano do professor. 10. Ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, v. 18, 2003.
- LODI, I. G.; CASTANHO, M. E. de Lima e M. Um olhar sobre formadores de formadores: concepções e práticas. In: ANPED. Reunião anual da ANPED Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos. Caxambu, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso: 18 de ago. 2022.
- IRIBARRY, I. N. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 16, n.º 3, p. 483-490, 2003.
- NEVES, K. F. T. V. Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica. Ilhéus: Editus, 2010.
- PACHANE, G. G. A experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal do aluno. Em E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Orgs.). *Estudante universitário: características e experiências de formação*. Taubaté: Cabral, 2003.
- PACTO GLOBAL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ONU. Entenda melhor os ODS. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso: 10 mar. 2022.
- PDI, UNICENTRO. Aprovado pela Resolução n.º. 3-COU/UNICENTRO, de 11 de setembro de 2018, e Aditado pela Resolução n.º. 209-GR/UNICENTRO,

de 07 de agosto de 2019. Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI, para o quinquênio de 2018 a 2022. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proplan/wp-content/uploads/sites/17/2019/08/PDI-Completo-com-Resolu%C3%A7%C3%A3o-08-08-19.pdf>. Acesso: 16 de ago. 2022.

ONU, Mulheres Brasil. Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 12 mar. 2022.

_____. Direitos Humanos das Mulheres. A Equipe das Nações Unidas no Brasil. Julho, 2018. Disponível em: . Acesso: 12 mar. 2022.

_____. Princípios de Empoderamento das Mulheres. Organização das Nações Unidas, 2017. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso: 12 mar. 2022.

Schleich, A. L. R. (2006). Integração na educação superior e satisfação acadêmica de estudantes ingressantes e concluintes. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, A. M. R. Trabalho de Campo: prática "andante" de fazer Geografia. Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro-RJ, n. 11, p. 61-73, jan. 2002.

SILVA, R. M. G. Interações e mediações significativas na formação continuada de docentes universitários. In: ANPED. Reunião anual da ANPED Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos. Caxambu, 2006. Disponível em: Acesso em 15 de ago. 2022.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. UNICENTRO Contra o COVID 19. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/contracoronavirus/>. Acesso em 15 de ago. 2022.

CAPÍTULO V

A EDUCAÇÃO COMO PROTAGONISTA E DETERMINANTE PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL DE MULHERES E MENINAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Cleverson Fernando Salache
Mestre em Desenvolvimento Econômico
Doutorando em Educação
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Juliane Sachser Angnes
Doutora em Educação
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo V

A educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade¹

Introdução

Otimizar reflexões acerca do fenômeno multifacetado da prostituição é adentrar no seu espaço histórico e simbólico, no sentido de revelar, principalmente, a importância da educação no desenvolvimento e cidadania de meninas, que por circunstâncias diversas, vivenciam essa situacionalidade de vitimização e exploração sexual.

Outrossim, com intuito de desvelar processos educativos consolidados, na trajetória de vida e militância de mulheres, que conseguiram deixar o trabalho sexual, por meio do acesso à educação, a qual possibilitou a emancipação social dessas pessoas, este trabalho constitui-se como um recorte da tese de doutoramento², ainda em andamento, desenvolvida no programa de pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

Dessa maneira, evidencia-se tensionar as concepções que concorrem e acumulam os sedimentos históricos e culturais que impulsionam o silenciamento em nossa sociedade das mulheres e meninas, tendo em vista as nuances relacionadas a exploração sexual destas, com a intencionalidade de pensar sobre os desafios e aparatos de proteção a essas pessoas, que se envolverem nessa complexa realidade, na perspectiva de empoderá-las, para

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, C. F.; ANGNES, J. S. A educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 93 - 110. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.5.

² O professor Cleverson Fernando Salache é doutorando (2a. Turma, 2022-2026), no programa de pós-graduação em Educação (Ppge-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, sob orientação da professora Dr^a Juliane Sachser Angnes. Para saber mais sobre o programa, acessar: <https://www2.unicentro.br/ppge/>.

que possam deixar essa situação de vulnerabilidade social.

Com o propósito de dialogar sobre as possibilidades de efetivarmos ações para enfrentamento dessa prática da exploração sexual, cita-se como um indicar exemplificativo de desenvolvimento de atividades no âmbito profissionalizante e educacional, que tem como público-alvo, pessoas em situação de vulnerabilidade social, o "Projeto³ Jornada da Ideia", elaborado pela equipe gestora do Cilla Tech Park (CTP⁴), e coordenado pela equipe técnico-pedagógica do CTP⁵, desenvolve ações pontuais na esfera educacional que poderá impulsionar a emancipação social de mulheres e meninas, dentre elas, aquelas que estão em situação de prostituição.

Nesse sentido, compreendendo a educação como um fator determinante, para se vivenciar o mundo e atribuir sentido a si, aos outros e ao vivido (FREIRE, 1970; FIORI, 1986), o processo de educar-se, quando protagonizado por mulheres em situação de prostituição, possibilita o desvelamento de autoimagens e o desfecho de representações negativas, que são construídas em torno dessas pessoas, como estereótipos depreciativos, comumente veiculados sobre elas.

Isto posto, pelo acesso à educação, o ser humano é capaz de "criar uma diferença" e "atuar de outro modo socialmente", influenciando o curso de eventos preexistentes em sua vida, que permeava a marginalização social e que pelos processos educativos consolidados, no exercício da aquisição do trabalho formal, permite a sua emancipação socioeducacional, sociolaboral e socioeconômica.

³ O "Projeto Jornada da Ideia", apresenta entre os seus parceiros de apoio, a Prefeitura Municipal de Guarapuava, o Núcleo Regional de Educação de Guarapuava (NRE-SEED/PR), Secretaria de Desenvolvimento e Inovação do Município de Guarapuava, a Secretaria da Mulher e o Celeiro de Inovação-CTP. O Cilla Tech Park reúne um dos ambientes mais inovadores do Brasil e do Mercosul. Entre os objetivos do CTP, estão o desenvolvimento de novas ideias, que possam gerar o acesso a empregos e a empresas, formando capital humano de alto nível, sempre respeitando o meio ambiente e promovendo a inclusão social.

⁴ Cilla Tech Park (CTP) está localizado na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, que tem como objetivo atrair e desenvolver iniciativas empreendedoras de cunho educacional inovador e tecnológico, para promover o desenvolvimento sustentável de Guarapuava e região, gerando empregos e oportunidades, e promovendo a inclusão social da população menos favorecida.

⁵ O Cilla Tech Park (CTP), está sendo viabilizado dentro do Bairro Planejado Cidade dos Lagos (Cilla), em uma área de três milhões de metros quadrados. Neste momento, o CTP já é uma das 18 unidades pré-certificadas pelo Sistema Estadual de Parques Tecnológicos do Paraná, o Separtec, uma metodologia singular estruturada pelo Governo do Estado do Paraná. O CTP é gerenciado por uma associação de direito privado sem fins lucrativos, fundada no segundo semestre de 2020 por 13 organismos com forte presença no Centro-Sul, entre universidades, empresas e entidades de classe. O CTP está localizado na Avenida Professora Laura Pacheco Bastos, no. 140. Bairro Primavera, Guarapuava - PR, CEP.: 85053-525. Disponível em: <https://cillatechpark.com.br/conheca/>. Acesso: 22 set. 2021.

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa, intenciona-se "dar voz", aos sujeitos participantes deste estudo, as mulheres que conseguiram deixar o fazer prostitucional, pelo acesso a diferentes ações educativas, promovidas por atividades relacionadas às áreas de educação e cultura, além da promoção de saúde e bem-estar social, que resultaram na qualificação profissional dessas mulheres e que incidiu diretamente, no seu ingresso e permanência no mercado de trabalho formal. Logo, essa inserção laboral pode ser entendida como uma resposta estruturada, para a inclusão social dessas mulheres e o reconhecimento das identidades de gênero.

Acerca da investigação das contribuições da educação, na abrangência do referencial teórico-metodológico de desenvolvimento dessa pesquisa, no que tange, as considerações dos pesquisadores, relacionadas ao êxito ou insucesso do "Projeto Jornada da Ideia", propõe-se, observar a aplicabilidade deste projeto, com as meninas adolescentes, estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, que participarão do "Projeto Jornada da Ideia", no ano letivo de 2022.

Dessa forma, a realização da pesquisa em tela, está relacionada as interfaces da inclusão social, da educação e dos Direitos Humanos, na perspectiva de efetivarmos a construção de redes solidárias que possibilitarão que mulheres e/ou meninas adolescentes em situação de prostituição, deixem o contexto de vulnerabilidade social e osem ilustrar seus sonhos, favorecendo a promoção da autoestima, confiança e a assunção do cuidado de si.

Outrossim, ressaltamos, que o desenvolvimento dessa pesquisa, contribuirá para que meninas adolescentes, estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob⁶ - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio⁷ - Ensino Fundamental e Médio, possam participar do "Projeto Jornada da Ideia", interagindo com todas as pessoas integrantes do projeto, com intuito de descortinar e entender, se os processos educativos consolidados pelo projeto, são exitosos, a ponto de impulsionar essas jovens para um contexto de reflexão crítica sobre a importância da educação, do cuidado com a saúde do corpo e que "seus corpos não são algo negociável".

⁶ Localizado na Rua João Fortkamp, no. 1100. Bairro Primavera, Guarapuava - PR, CEP.: 85050-350.

⁷ Localizado na Rua Padre Jandir Luiz Ferrari, no. 700. Bairro Xarquinho, Guarapuava - PR, CEP.: 85053-440.

A partir dos sujeitos participantes desta pesquisa, as estudantes dos Colégios Estaduais suprarreferidos e tendo em vista o seu tema de abordagem, o estudo proposto almeja indicar e refletir, sobre quais são as dificuldades encontradas para acesso ao mercado formal de trabalho para mulheres e adolescentes⁸ (jovem aprendiz), e como isso incide, diretamente, na perpetuação da exclusão social desses seres humanos, ocasionando o aumento da informalidade laboral, da violência de gênero, na esfera da agressão física, psicológica, sexual ou simbólica, devido à identidade de gênero ou orientação sexual.

A relevância deste estudo para o campo do conhecimento no âmbito da educação, se faz presente nas suas relações em termos de intertextualidade, com os saberes desenvolvidos pela ciência e pela inovação na formação humana, além da área de concentração em educação. Pois, o desenvolvimento de pesquisas na Academia, propostas para ouvir os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de prostituição, pautados no diálogo, visando desvelar os significados que essas mulheres atribuem, a importância do acesso ao processo educativo, que permeia os direitos sociais, humanos e o direito à vida, para o enfrentamento à exploração sexual de adolescentes e mulheres, particularmente no Brasil, ainda não se findou, há constatação de aspectos lacunares em estudos desenvolvidos, como o proposto neste trabalho.

A importância da educação para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade

A pesquisa em tela aponta a necessidade de debatermos sobre o silenciamento frente as violações de direitos à educação e à vida digna de

⁸ Jovem Aprendiz ou Aprendiz Legal, é uma lei (o programa de trabalho Jovem Aprendiz é regulamentado pela Lei no. 10.097/2000, que determina que as empresas incluam formalmente jovens no seu quadro de funcionários por meio de um contrato de trabalho com duração de 11 a 24 meses), que estabelece que empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A porcentagem de aprendizes dentro das organizações varia entre 5% e 15%. O programa tem como objetivo a inclusão social de jovens no mercado de trabalho, visando o desenvolvimento de competências teóricas e práticas que auxiliem na preparação para o mundo do trabalho. Esse projeto beneficia tanto quem quer conquistar o primeiro emprego quanto as empresas. De um lado, aprendizes têm a oportunidade de se desenvolver profissionalmente e conseguir uma primeira experiência, além de cursos complementares e aprendizados práticos em relação às rotinas de trabalho. Por outro lado, as empresas ajudam a disseminar sua cultura empresarial, preparar novos talentos para o mercado de trabalho, além de auxiliar na educação, qualificação e inclusão social dessas pessoas. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog-do-emprego/jovem-aprendiz>. Acesso: 05 jan. 2023.

pessoas, especificamente, do gênero feminino, no que tange à temática prostituição, tendo em vista, fatores como a evasão e o abandono escolar, que se tornam indicadores significativos na trajetória de vulnerabilidade social que perpassa mulheres e meninas, em situação de exploração sexual, cenário este, em que está a prostituição. E desse exercício crítico:

Pensamos as justificativas sobre a evasão escolar implicadas no cálculo do risco. Trata-se do "risco-probabilístico", que, segundo Mary Jane Spink (2008), diz respeito a previsibilidade de como se começa determinado evento. Logo, a prostituição estaria no final de uma cadeia de eventos iniciada com a evasão ou abandono escolar no curso de uma trajetória de vida. Ora, o sujeito que vivencia o fenômeno da evasão ou abandono escolar, no presente, se tornaria um "risco-perigo", para o futuro, dada a possibilidade de se inscrever em tramas discursivas pautadas pela lógica do desvio social frente ao normativo e, a convergir, assim, para a sua (in)governabilidade pelas instituições e especialistas, segundo Ana Molina (2014; 2015), (MOLINA, 2021, p. 942).

O objetivo geral é mostrar a importância do investimento na educação visando a promoção da cidadania e da capacidade de emancipação social do ser humano. Logo, a educação promove a capacidade feminina de defender seus direitos, tendo em vista, que a cidadania implica acesso ao conhecimento. Logo, frequentar a escola é uma forma de empoderamento socioeconômico e emancipação social, pois:

Ir para a escola significa aprendizagem para a vida, capacitando a pessoa a adaptar-se e modificar-se. O investimento em educação é necessário e fundamental, porque não somente permite a emancipação, mas traz vários benefícios a quem tem acesso a ela. No domínio da educação, a tarefa mais importante consiste em transpor os grandes ideais universais e sociais para a vida cotidiana e concreta do homem (SUCHODOLSKI, 1984, p. 121).

Dessa forma, a aplicabilidade de ações no âmbito da formação educacional e socioprofissional, que promovam a cidadania, a garantia dos direitos humanos e a emancipação social das mulheres em situação de prostituição, são iniciativas fundamentais para banir constantes conflitos e controvérsias que permeiam a exploração sexual feminina de crianças, adolescentes e mulheres adultas. Diante de tais circunstâncias, destaca-se que

os dados de exploração sexual feminina são alarmantes:

O número pode chegar a pelo menos 100 mil crianças e adolescentes explorados sexualmente, conforme levantamento divulgado em 2001 pelo UNICEF, a situação brasileira figura como uma das piores do mundo. Só é superada pelos Estados Unidos, Índia e Tailândia (IMPERIANO et al., 2004, p.1).

Assim, torna-se relevante averiguar as concepções e motivos inerentes à exploração sexual feminina, demarcada geograficamente no bairro⁹ Xarquinho (na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná/Brasil, localizado às margens da PR-466, rodovia de acesso aos municípios de Turvo, Pitanga, entre outros), o qual abriga cerca de 15 mil pessoas e também, de mulheres em situação de prostituição, que residam no bairro Primavera (na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná/Brasil, localizado às margens da PR-466 e vai até a marginal da BR-277), que possui, aproximadamente, 7 mil habitantes, segundo o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). E vale sublinhar que estas são regiões que apresentam carência social, de modo que:

A falta de estrutura familiar é um dos fatores constantes na exploração sexual de menores. Muitas meninas já sofreram algum tipo de violência ou abuso sexual vindo de sua própria família e acabam fugindo para as ruas. Ao ganharem as ruas, em muitos casos, e com o passar do tempo, perdem os vínculos com a casa e com a família, seduzidas pelos atrativos efêmeros desse local (REBOLHO & FERNANDES, 2020, p. 123).

Assim, averiguar os mecanismos institucionalizados de integração local, que são empreendidos para auxiliar as mulheres a se emanciparem socioeconomicamente, evitando com que estas, se insiram em situação de prostituição, nos desafia a pesquisar e tentar responder, se há uma política

⁹ Justifica-se, a escolha dos bairros Xarquinho e Primavera porque eles estão na abrangência territorial do Empreendimento Cidade dos Lagos, complexo do Cilla Tech Park (o qual desenvolve o “Projeto Jornada da Ideia”), que por meio dos seus parceiros, atores do poder público, privado e do terceiro setor, instalados em Guarapuava, intermediarão a iniciativa no âmbito do desenvolvimento de ações, de/para formação educacional inovadora e tecnológica, como atividades empreendedoras que possam gerar oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, de mulheres que estejam em situação de prostituição, com vistas a sua emancipação social e que residam no bairro Xarquinho e bairro Primavera.

pública de formação educacional e/ou comunitária concreta de integração, que impulse a emancipação social dessa população feminina, e que possibilite desconstruir os discursos responsáveis pela exclusão e discriminação desses seres humanos, cessando o ciclo da vulnerabilidade e marginalização, que causam a invisibilidade histórica identitária das mulheres no ramo prostitucional, tendo em vista, as representações sociais dos discursos que se constroem sobre elas.

Pretende-se dessa forma, compreender como o desenvolvimento de políticas públicas e políticas sociocomunitárias (na existência dessas políticas), contribuem para o processo de emancipação social dessas mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade e prostituição, atribuindo a elas o empoderamento feminino com dignidade identitária e pertencimento social. Pois, principalmente, no que se refere as meninas:

A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de junho de 1990, no Brasil, aprovou o ECA, cujo estatuto substituiu totalmente o código de menores de 1979 e representou uma ruptura com a doutrina da situação irregular, na medida em que instituiu mudanças substanciais no tratamento dado às crianças e adolescentes. Segundo Saliba (2006), os princípios do ECA entendem que não são as crianças ou adolescentes que estão em situação irregular e sim as condições de vida a que estão submetidos. A criança e o adolescente passam a ser visto como pessoas em desenvolvimento e as pessoas que são destinadas à operacionalização das medidas impostas têm o papel de proteger e de garantir o conjunto de direitos e educar, inserindo-os na sociedade. A responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança e do adolescente é da sociedade e do estado (REBOLHO & FERNANDES, 2020, p. 123).

Assim, a metodologia de desenvolvimento dessa pesquisa, consta de revisão bibliográfica na área da educação e interdisciplinar, bem como, análise de instrumentos nacionais e internacionais, banco de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas, no âmbito da ONU Mulheres, entre outros materiais que abordem mulheres e meninas em vulnerabilidade social, e particularmente, em situação de prostituição, no contexto brasileiro, especificamente, no Estado do Paraná e na abrangência do município de Guarapuava (PR). E assim, tal quadro nos faz rememormos que:

As perspectivas ainda são sombrias para as mulheres em relação à educação. Segundo relatório da ONU (2018), "quase 16 milhões de meninas de 6 a 11 anos no mundo nunca irão à escola; o número é duas vezes maior que o de meninos; Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aulas". O relatório enfatiza que as meninas são as primeiras a ter negado o direito à educação e destaca ainda que a desigualdade é maior nos Estados Árabes, na África Subsaariana e na Ásia Meridional e Ocidental. Os números são estratosféricos: Na África subsaariana, 9.5 milhões de meninas nunca entrarão em sala de aula. A situação é trágica na Ásia, porque cerca de 80 por cento das meninas que estão atualmente fora da escola nunca receberão educação formal, o que equivale a aproximadamente 4 milhões. [...] A jornalista e escritora Adriana Carranca relatou que "o Brasil tem o maior índice de violência contra a criança e ao adolescente no mundo, abuso físico, sexual, psicológico, e todas essas formas de violência, afetam mais as meninas", (SOUSA, 2021, p. 29-30).

Em vista disso, a metodologia de pesquisa está pautada na intersubjetividade, na qual a pessoa proponente da pesquisa, dá forma e início à investigação, por ter contato com os sujeitos participantes da pesquisa, tendo em vista, os integrantes multiplicadores do "Projeto Jornada da Ideia", do Cilla Tech Park (CTP), o que requer disponibilidade para ser acolhido, para participar e estar junto ao outro, demandando tempo, paciência e convivência (OLIVEIRA et al., 2014; OLIVEIRA: STOTZ, 2004).

Trata-se, portanto, de um estudo descritivo exploratório, desenvolvido com as adolescentes estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, participantes do "Projeto Jornada da Ideia", na intencionalidade de compreender e observar, se os processos educativos consolidados pelo projeto são exitosos para a impulsionar a emancipação social e o empreendedorismo das participantes, evitando com que estas, possam vir a prostituir-se. Sendo que:

A prostituição infanto juvenil está calcada na comercialização do corpo como coerção ou escravidão ou para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Destaca-se ainda a necessidade de ações sociais, aí incluindo as da saúde coletiva, para que o tema não fique nas hipérboles dos discursos e dos

números; transforme a fala em atitude (GOMES, et al., 1999, p. 171).

Destarte, uma metodologia¹⁰ de pesquisa participativa e coerente com os princípios da educação, centram o fazer desta pesquisa, pois visa à construção de "uma forma partilhável de compreensão da realidade social" (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54). Nesse sentido, o conhecimento científico e o popular devem articular-se criticamente, engendrando um conhecimento novo e transformador, que possam contemplar informações e dados sobre políticas públicas e políticas comunitárias, viabilizadas para a emancipação social de mulheres, na especificidade do empoderamento feminino, como ato de conceder o acesso à educação, ao trabalho, a saúde, ao lazer, a cultura e participação social às mulheres, que vivenciam a realidade supracitada.

A análise dos dados será realizada de forma quanti-qualitativa, enfocando-se os relatos das entrevistadas e a otimização dos resultados, respaldar-se-á, com base na literatura pesquisada. As informações quantitativas serão retratadas no texto-roteiro, intencionando-se fazer uma caracterização do grupo pesquisado. Pois, o desenvolvimento da metodologia da pesquisa em tela, tem como ponto de partida, portanto, uma revisão bibliográfica, que abrange temáticas como Educação, formação educacional, inovação, tecnologia, acesso ao mercado de trabalho formal, saúde, direitos humanos e a situacionalidade de ocorrência de prostituição, de mulheres e meninas na contemporaneidade, em específico, na cidade de Guarapuava (PR/BR).

Por conseguinte, a Educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano, e um conjunto de normas jurídicas corroboram com tal afirmação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB, Lei nº.: 9394/96), afirma que "é direito de todo ser humano o acesso à educação básica", assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que

¹⁰ Pretende-se utilizar o método de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, utilizando-se o roteiro, com prévia autorização das participantes da pesquisa e/ou dos seus responsáveis, sendo assegurados imediatamente, o anonimato e a privacidade de cada uma das participantes, resguardando-lhes o direito, inclusive, de não concluírem a entrevista, se assim o desejassem. Manzini (2004), afirma que este tipo de entrevista faz uso de um roteiro previamente elaborado e ao longo do contato "entrevistador-entrevistado", é possível que surjam novos questionamentos complementares. Essa tipologia de entrevista, apresenta uma versatilidade e uma aplicabilidade em diferentes contextos e sujeitos, já que não necessita nível de escolaridade e, como de hábito, os sujeitos entrevistados, tem alguma relação com o objeto pesquisado.

estabelece que "toda pessoa tem direito à educação". E nessa perspectiva, abordamos ainda que:

Há 30 anos, tornou-se lei internacional a "Convenção Sobre os Direitos da Criança", promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste período, houve avanços, embora tímidos, na redução da pobreza de crianças e adolescentes e sobretudo no acesso à escola. O documento enfatiza que governos, políticos e educadores, líderes comunitários, pais e as próprias crianças, promovam uma revolução na/pela educação (SOUSA, 2021, p. 32).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a partir dos seus estudos, verificou que a educação é um fator diferencial, uma vez que através dela, as pessoas têm maiores chances de conseguir trabalhos qualificados, além de possibilitar a participação ativa dos seres humanos na vida democrática, atrelada ao pleno conhecimento dos seus direitos e deveres, bem como, usufruir dignamente dos mesmos e à vista disso:

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2018) aponta a pobreza, o isolamento geográfico, gravidez precoce, incapacidade, violência baseada em gênero e atitudes tradicionais sobre o status e o papel das mulheres, como os obstáculos que impedem as mulheres e meninas exerçam plenamente seus direitos de participar, completar e se beneficiar da educação (SOUSA, 2021, p. 30).

Em conformidade com as informações coletadas pela jornalista Maria Luiza Parisotto¹¹, do jornal online "Primeira Pauta", em 2018, mais de 40 milhões de pessoas vivem em situação de prostituição no mundo. A exploração sexual movimentava mais de nove bilhões de dólares, perdendo apenas para o mercado da arma e do tráfico. Cerca de dois mil pontos de exploração sexual estão espalhados pelo Brasil e quase 20%, dos municípios vivem essa realidade. O país com maior exploração sexual na América Latina é o Brasil, e cerca de 75%, dessas pessoas em situação de prostituição são mulheres entre 13 e 25

¹¹ Informações transcritas da página eletrônica do Jornal "Primeira.Pauta", com a matéria intitulada "Prostituição vivida na pele", escrita pela jornalista e colunista, Maria Luiza Parisotto, publicada em 5 de junho de 2018. Disponível em: <https://primeirapauta.ielusc.br/2018/06/05/prostituicao-vivida-na-pele/>. Acesso: 22 set., 2021.

anos e 90% delas, estão ligadas a cafetões. Dessa forma, se torna emergencial discutirmos sobre a temática em voga, logo que:

[...] o tema a que mais se deu destaque no cenário das denúncias, e que foi objeto da pressão exercida por diferentes entidades/instituições nacionais e internacionais, foi a prostituição infanto juvenil, que culminou na criação, em 1993, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto Juvenil pela Câmara Federal (Brasil, 1993-1994). [...] o tema da prostituição infantil, enquanto fenômeno social assim designado, emergiu da imprensa a partir da publicação, em julho de 1987, no jornal francês *Le Monde*, de um relatório sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no mundo, organizado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), (SANTOS & SOUSA, 2008, p. 45).

Segundo a ONU Mulheres, criada em 2010, uma entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com o intuito de promover a igualdade de gênero, não apenas como um direito humano inalienável, mas como um princípio central de desenvolvimento cultural, social, econômico, vem explicitando em suas análises de cunho humanitário, que o universo da prostituição, constata pilares elementares, que circunscrevem a desigualdade de gênero e as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e geracionais. E esses contextos, revelam o universo dos "prostituídos", que permeiam mulheres, homossexuais, transgêneros, rapazes, jovens e adolescentes, geralmente, de baixo nível socioeconômico, uma vez que no exercício da prostituição:

A mulher se torna destituída de si mesma, procura ancorar-se em um porto suspeito, turbulento, enganador e oscilante. O ancoradouro da mulher de costumes 'fáceis' torna-se um submundo imundo, um cenário de aventuras da existência e de feridas dissimuladas. Prostituir-se é como sequestrar-se a si mesma (FERRO, 1997, p. 18-19).

Segundo Braga (1982), uma das formas das adolescentes penetrarem no mundo da prostituição, é quando elas são iludidas pelo trabalho fácil e pelo dinheiro, porém, a ausência da instrução educacional e a desqualificação profissional, inviabilizam as jovens, ao acesso as oportunidades de emprego. Entretanto, a necessidade pela sobrevivência, é um fator que contribui para

grande parte dessa juventude feminina, optar pela prostituição como uma maneira de sobreviver e nessa situacionalidade, acabam por se envolver na drogadição.

Portanto, o desenvolvimento desse estudo com enfoque na educação, tem como objetivos refletir, descortinar e compreender, os processos educativos consolidados que levaram as mulheres integrantes do "Projeto Jornada da Ideia", deixarem o ramo da prostituição, e ainda, compreender como as ações socioeducativas de empreendimento sociolaboral, propostas por este projeto, podem desencadear o empreendedorismo das meninas, estudantes adolescentes, do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, a partir da participação destas, no "Projeto Jornada da Ideia", gerando a inclusão social destas, como um fator central para a emancipação social dessa população feminina, diretamente interligado com as relações sociais, com a comunidade, com a família e as vinculações de trabalho.

Dessa maneira se torna extremamente importante averiguarmos qual é a "relação com a realidade concreta, na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la" (FREIRE, 1977, p. 52), tendo em vista compreendermos quais são os fatores que levam essas pessoas a se prostituírem. E nesse sentido, Freire afirma "[...] que a educação deve estar [...] a serviço da seriedade da rigurosidade ética, da justiça, da firmeza do caráter, do respeito às diferenças, engajada na luta pela realização do sonho da solidariedade", (FREIRE, 2000. p. 17), para que possamos transformar o mundo ou deslocar-se nessa perspectiva, pois:

Na medida em que os homens, simultaneamente, refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção, vão também dirigindo sua "mirada" a "percebidos" que, até então, ainda que presentes ao que Husserl chama de "visões de fundo", não se destacavam, "não estavam postos por si" (...). O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se "destaca" e assume o caráter de problema, portanto, de desafio (FREIRE, 1970, p. 82).

Logo conjecturamos que, a realidade histórico-social condiciona a percepção dos riscos e os modos das pessoas se arriscarem para reverter a realizada que vivenciam. Assim, entre o medo e a ousadia, a educação está

como protagonista e determinante, para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de prostituição. Para Kohan (2010), a "educação é um caminho necessário, imprescindível para a emancipação individual e social". Em função disso, é por meio da educação que possibilidades de autonomia e melhoria das condições de sobrevivência, principalmente, das mulheres e meninas poderão ser concretizadas.

Nessa perspectiva, buscamos identificar e compreender sentidos atribuídos por essas mulheres, em relação aos saberes e aos processos educativos consolidados, que possibilitaram deixar o "lugar" de prostituir-se, para ocupar o lugar de empreendedoras, instruídas pela educação escolar-acadêmica, participantes de ações de formação socioeducacional e inovadoras que estão atreladas ao movimento da prática educativa, no "entendimento de que as pessoas se educam ao longo da vida, nas interações estabelecidas nas distintas práticas sociais de que tomam parte" (OLIVEIRA et al., 2014). Para evidenciar esse contexto, buscamos suporte na afirmativa de que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 7).

Sendo assim, o fazer dialógico não se volta ao ato de pesquisar, meramente, sobre certo grupo social, ele busca refletir sobre a leitura da realidade das mulheres e meninas adolescentes, participantes da pesquisa, percebendo os mecanismos de opressão que visam a excluí-las socialmente, em termos de gênero, para que se possa dar atenção às dimensões da violência sofrida por mulheres e meninas, desfavorecidas economicamente e educacionalmente, e sem amparo familiar, condições estas, que nos levam a refletir que "a educação torna-se um caminho para a cidadania das meninas", (SOUSA, 2021, p. 30), e suporte para banir as vulnerabilidades sociais.

Assim, as relações em termos de intertextualidade, com outras produções teóricas já existentes, na área de concentração em educação, especificamente, no que se refere, a educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de prostituição, particularmente no Brasil, ainda não se findou, há constatação de aspectos lacunares em estudos desenvolvidos, como o que é aqui proposto.

Portanto, essa pesquisa poderá ser aproveitada por todo um universo de educadores, desde a Educação Básica até no Ensino Superior, pelos responsáveis pela formulação das políticas públicas, ou seja, por todos os gestores dos poderes públicos, na esfera da Organização Governamental e no contexto das Organizações Não Governamentais (ONGs), que realizam ações para o empoderamento feminino e para se estabelecer liderança sociocomunitária, tendo em vista, à igualdade de gênero, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação, pois, é no "domínio da existência do trabalho, da cultura, da história e dos valores, que o ser humano vai experimentando a dialética entre determinação e liberdade" (FREIRE, 1981; 2003), fatores primordiais para se construir um futuro melhor para si e seus familiares.

Considerações finais

Os resultados esperados com o estudo proposto, do ponto de vista da pesquisa teórica, está em refletir e compreender como mulheres e meninas, em situação de vulnerabilidade e prostituição, em especial na cidade de Guarapuava (PR/BR), se inserem nos processos de formação educacional, para afirmar o seu valor, sua humanidade, contrapondo-se aos dispositivos que tentam relegá-las à invisibilidade e a negar sua existência, que vai desde as violações dos direitos humanos, violência sexual e de gênero.

A construção de um panorama de acesso a educação, como protagonista e determinante para a emancipação social e empoderamento de mulheres e meninas, em situação de vulnerabilidade e prostituição, é fundamental na pesquisa, para o entendimento das especificidades estudadas e dos dados levantados, para melhor aprofundamento da questão e preenchimento de lacunas, a fim de contribuir para a construção do conhecimento sobre a temática.

Considerando o contexto da pesquisa e seu desenvolvimento ainda em trâmite, é fundamental destacarmos que a intencionalidade está em compreendermos se as ações educativas desenvolvidas pelo "Projeto Jornada da Ideia", possibilitam a emancipação social de mulheres e meninas, em situação de prostituição, auxiliando o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança necessárias, capazes de impulsioná-las, ao engajamento na busca por seus direitos.

Outrossim, refletir se as atividades educativas organizadas em virtude da aplicabilidade do "Projeto Jornada da Ideia", são ações capazes de impulsionar iniciativas empreendedoras, para que mulheres e meninas deixem ou evitem, o ramo da prostituição, serão otimizadas no contexto dessa pesquisa. Dessa forma, observar se o contexto de empobrecimento e miserabilidade social, tem propiciado um incremento significativo da prostituição na adolescência, no Bairro Primavera e Bairro Xarquinho.

Objetiva-se, portanto, com esse estudo em tela, despertar a atenção da sociedade em geral, para a problemática de inúmeras adolescentes muito jovens no campo da prostituição, como também, trazer subsídios para contribuir no desenvolvimento de novas investigações sobre essa temática, salientando, a importância da educação como protagonista e determinante para a emancipação social feminina, visando também, suspender preconceitos, discriminação e estereótipos.

Intenciona-se contribuir e também incentivar, que as adolescentes estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, possam participar do "Projeto Jornada da Ideia", interagindo com todas as pessoas participantes do projeto, com intuito de descortinar e entender se os processos educativos consolidados pelo projeto são exitosos, com a intencionalidade de detectar as causas mais frequentes que as mulheres e as meninas do estudo, referem-se como as razões para se prostituírem.

Partindo dessa abordagem, espera-se com este trabalho contribuir com a reflexão de que a educação é o caminho para a cidadania e a emancipação social do ser humano. Entretanto, é necessário a formulação de políticas públicas, empenho dos líderes de governos, empresas e comunidade em geral, para que a educação se torne tema central de investimentos e otimização de ações na sociedade contemporânea.

Referências

- BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BRAGA, J. M. F. Prostituição e moral: evangelização libertadora versus pecado social. In: ÂNGELO, A. et al. A prostituição em debate. São Paulo: Paulinas, 1982. Cap.7, p. 59-76.

- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento de educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, v. 6, p. 51-62, jan./dez; 2007.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB, Lei nº.: 9394/96. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 22 set. 2021.
- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CASTILHO, E. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? In: *Cadernos Pagu*, n.31, pp. 101-123, jul/dez, 2008.
- CTP, Cilla Tech Park. Disponível em: <https://cillatechpark.com.br/>. Acesso: 18 set. 2021.
- FIORI, E. M. Conscientização e educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 11, nº.: 1, p. 3-10, jan./jun. 1986.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção O Mundo Hoje, v. 24, 1977.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Política e educação: ensaios*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Pedagogia da Indignação*. Editora Unesp, São Paulo, 2000.
- FERRO, E. P. *Prostituição e romance*. Goiânia: UCG, 1997.
- GOMES, R., MINAYO, M. C. de S., FONTOURA, H.A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde . *Rev. Saúde Pública*, [online]. 33(2): 2-9, 1999. Disponível em: www.abmp.org.br/textos/343.htm>. Acesso: 05 jan. 2023.
- IMPERIANO, R. L. et al. Exploração sexual feminina de adolescentes. 2004. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, 2004, Fortaleza. 2004. p. 1-20.
- KOHAN, W. O.; et al. Explorando O Ensino. Ministério da Educação. Brasília. V. 14, 212 p. 2012.
- LEITE, G. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MARTIN, D. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: Fapesp, 2003.

Manzini, E. J. Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In Anais do Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, Bauru, SP, Brasil, 2, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso: 22 set. 2021. Acesso: 22 set. 2021.

MOLINA, A. M. R. Algumas linhas discursivas sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes e a prática de agentes sociais no seu enfrentamento. *Revista Ludere*, v. 1, p. 1-18, 2015.

_____. O governo de menores de idade em relação à prática da prostituição: os discursos de agentes sociais. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar: 2014.

_____. Notas sobre o nível de escolaridade entre pessoas profissionais do sexo. Instrumento: *Revista de estudo e pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 23, nº. 4, p. 940-958, set./dez. 2021. ISSN 1984-5499. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/30199-Texto%20do%20artigo-152421-1-10-20211230.pdf>. Acesso: 05 jan. 2023.

OLIVAR, J. M. N. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

OLIVEIRA, M. W. et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, F. R. (orgs). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar, pp. 29-46, 2014.

ONU. *Mulheres Brasil*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 20 set. 2021.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/unesco>. Acesso: 22 set. 2021.

_____. *Convenção Sobre os Direitos da Criança*. Fundo das Nações Unidas Para a Infância e Adolescência, Unicef. 2018, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso: 05 jan. 2023.

SUCHODOLSKI, B. *A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas*. 3ª edição, Livros Horizonte, 1984.

REBOLHO, A. C. F.; FERNANDES, S. A. S. Exploração sexual de menores e o papel da instituição escolar. 2020, p. 123-135. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/Artigo+10+Ana+Rebolho+final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Artigo+10+Ana+Rebolho+final%20(1).pdf). Acesso: 05 jan, 2023.

SALIBA, M. G. O olho do poder: análise crítica da proposta do estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

SPINK, M. J. Paris et al. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos". *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 21, nº. 1, 2008.

SANTOS, J. V., SOUSA, S. M. G. Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público. Goiânia: Cânone, 2008.

SOUSA, G. A. A educação como caminho para cidadania das meninas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, p. 27-35. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/cidadania-das-meninas>. Acesso: 04 jan. 2023.

UNICENTRO. Programa de Pós-graduação em educação. Linhas de Pesquisa. Linha 1 – Políticas Educacionais, História e Organização da Educação. Disponível em: <https://www2.unicentro.br/ppge/linhas-de-pesquisa/>. Acesso: 10 set. 2021.

CAPÍTULO VI

AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS SOB UM OLHAR INTERDISCIPLINAR PARA A INOVAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE

Fábio Horst

Mestre em Métodos Numéricos
Doutorando em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

David Livingstone Alves Figueiredo

Doutor em Ciências Médicas
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo VI

As doenças crônicas não transmissíveis sob um olhar interdisciplinar para a inovação social em saúde¹

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), se apresentam como um desafio para os governos, em especial, o brasileiro. Elas abarcam doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, diabetes, câncer, entre outras, inclusive as renais. Estudos apontam que é importante um fortalecimento de laços entre governo, universidades e sociedade civil para produzir respostas mais eficazes com relação, principalmente, à prevenção dessas enfermidades (SCHMIDT et. al., 2011).

Em uma sociedade que passa por transformação digital, percebe-se que há grande importância em implementar estrategicamente tecnologias nos processos para que os municípios brasileiros possam atuar qualificadamente na Atenção Primária à Saúde (APS), o primeiro nível de Atenção em Saúde, que tem como foco a prevenção e existe em todos os municípios do país. De tal forma, mesmo quando existem bases de dados disponíveis, previstas em leis, faz-se necessário um tratamento de informações para que se consiga concretamente auxiliar profissionais de saúde e governos a entenderem os contextos e tomarem melhores decisões. Em outras palavras, é possível construir pontes por meio de soluções que utilizam inovação voltada à saúde.

Diante desses aspectos, esta reflexão aborda a utilização de Inteligência Artificial no levantamento dos dados de saúde, com a modelagem da infraestrutura de Big Data (análise e interpretação de dados) para a prevenção e controle, em específico, do tripé ODH/DCNT: isto é, da obesidade, das Diabetes Mellitus (DM) e da hipertensão arterial (HAS), que são doenças crônicas não transmissíveis, tornando possível o acesso de recursos digitais no domínio da saúde pública, por meio de modelos descritivos para o apoio à

¹ Como citar este trabalho: HORTS, F.; LIVINGSTONE, D. A. F. As doenças crônicas não transmissíveis sob um olhar interdisciplinar para a inovação social em saúde. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 112 - 128. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.6.

compreensão de zonas e padrões de pacientes no âmbito da saúde primária.

Tendo como base uma abordagem epistemológica que parte de perspectiva interdisciplinar, que agrega saberes em prol do processo coletivo, dinâmico e complexo conceito de desenvolvimento, o recorte escolhido para esse estudo é a pesquisa sobre criação de modelo inteligente para apoiar a assistência médica e diversos recursos de dados do domínio da saúde. A investigação se baseia em um olhar da matemática computacional lançado ao tema, entrelaçado com outros campos.

Por conseguinte, serão apresentados os pressupostos que movem a investigação para, então, se realizar uma reflexão crítica a respeito da abordagem metodológica interdisciplinar eleita para a pesquisa, bem como a relevância da atuação da universidade em iniciativas transversais.

As doenças crônicas não transmissíveis no Brasil

Este tópico traz considerações especialmente a respeito das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), ou seja, obesidade, diabetes e hipertensão dentre as doenças crônicas não transmissíveis, a fim de contextualizar a problemática. A Federação Internacional de Diabetes (2017), destaca que a DM (Diabetes Mellitus), tem se constituído como um problema de saúde pública latente para todos os países, independente do nível de desenvolvimento. Em 2017, a federação estimou que 8,8% da população mundial na faixa etária entre 20 a 79 anos de idade (424,9 milhões de pessoas), vivia com a doença. E assim destaca-se:

A Vigilância em DCNT reúne o conjunto de ações que possibilitam conhecer a distribuição, magnitude e tendência dessas doenças e de seus fatores de risco na população, identificando seus condicionantes sociais, econômicos e ambientais, com o objetivo de subsidiar o planejamento, execução e avaliação da prevenção e controle das mesmas. A prevenção e controle das DCNT e seus fatores de risco são fundamentais para evitar um crescimento epidêmico dessas doenças e suas consequências nefastas para a qualidade de vida e o sistema de saúde no país (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 06).

Se as tendências persistirem, o número de pessoas com diabetes foi

projetado para ser superior a 628,6 milhões em 2045. Cerca de 79% dos casos vivem em países em desenvolvimento, nos quais deverá ocorrer o maior aumento dos casos dessa doença nas próximas décadas. Contemplando mais de 12 milhões de pessoas, o que coloca o Brasil em 4º lugar no ranking mundial, estima-se que em 2045, haverá 20 milhões de brasileiros com diabetes.

Pesquisas indicam elevada prevalência de DM e, entre as variáveis identificadas como evitáveis, apontam a necessidade de mudanças comportamentais como estratégia para prevenção e controle da diabetes e suas complicações (FLOR; CAMPOS, 2017). Todavia, são importantes campanhas e monitoramento por meio de políticas públicas.

A hipertensão arterial, por sua vez, representa um fator de risco independente, linear e contínuo para doença cardiovascular. "Apresenta custos médicos e socioeconômicos elevados, decorrentes principalmente das suas complicações, tais como: doença cerebrovascular, doença arterial coronariana, insuficiência cardíaca, insuficiência renal crônica e doença vascular de extremidades" (FIORIO, et al., 2020).

O excesso de massa corporal é um fator predisponente para a hipertensão, podendo ser responsável por 20% a 30% dos casos de hipertensão arterial; 75% dos homens e 65% das mulheres apresentam hipertensão diretamente atribuível a sobrepeso e obesidade (ESTEVES et. al., 2007). Conforme o Vigitel 2019 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), no decorrer de 13 anos a partir de quando começou o monitoramento foi verificado um crescimento expressivo na obesidade, indo de 11,8% em 2006 para o patamar de 20,3% em 2019, o que equivale dizer que dois em cada 10 brasileiros estão obesos. Nessa situacionalidade, observamos que:

Nas últimas décadas as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) passaram a liderar as causas de óbito no país, as taxas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (DIP) na década de 80. Como decorrência da queda da mortalidade e da fecundidade no país, aumentou o número de idosos, particularmente, o grupo com mais 80 anos. Nos próximos 20 anos, projeções apontam para a duplicação da população idosa no Brasil, de 8 para 15%. No Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo várias ações em articulação com diversos setores governamentais e não governamentais objetivando promover a qualidade de vida e prevenir e controlar as DCNT (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 06).

De tal modo, novas pesquisas devem ser realizadas para analisar o impacto da pandemia de Covid-19, principalmente em 2020 e 2021, nesses números, já que muitas pessoas reduziram a quantidade de atividades físicas e idas às unidades de saúde diante da necessidade de distanciamento físico.

Evidentemente, há a necessidade de ações estratégicas com destaque a melhores hábitos alimentares e realização periódica de atividades físicas, as quais são impulsionadas por políticas públicas sociais, investimentos e campanhas. Nesse sentido, torna-se necessário o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial capazes de auxiliar no controle, prevenção e informação de tais doenças, esse desenvolvimento se dá por meios cada vez mais dinâmicos e modernos, baseados na Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS).

As ATS são realizadas desde a década de 1960 e são concebidas como área de atuação multidisciplinar, onde um grupo de profissionais, como por exemplo, matemáticos, médicos, engenheiros, estatísticos, desenvolvedores, economistas, agem em conjunto para analisar pesquisas existentes e produzir inovações em saúde.

A inovação social em saúde para fortalecer a prevenção e o controle das doenças crônicas não transmissíveis

Atualmente, a sociedade tem buscado soluções interdisciplinares para crescentes e cada vez mais complexos desafios sociais, olhando tais questões a partir de diferentes olhares. De tal forma, iniciativas sociais inovadoras geram um vasto campo de estudos para os pesquisadores (BIGNETTI, 2011), ganhando destaque entre teóricos e práticos (NICHOLLS; MURDOCK, 2012).

A inovação social, aqui compreendida como ação que "implique uma nova ideia que tenha potencial para melhorar tanto a qualidade ou a quantidade de vida" (POL; VILLE, 2009) apresenta-se em uma nova fase de desenvolvimento, voltada à oferta de soluções tanto para problemas localizados quanto para questões mais sistêmicas e estruturais, tornando-se um modelo importante de crescente inovação (HOWALDT et al. 2016).

O assunto inovação social começa, então, a criar valor social e induz mudanças sociais positivas (CHOI e MAJUMDAR, 2015), com destaque para a utilização das redes no processo de desenvolvimento de inovações sociais (SONNE, 2015), além de buscar a participação das comunidades e de reforçar a

tese de que o conhecimento produzido nelas apresenta mérito igual ao de especialistas (MONTGOMERY, 2016).

Dentre os exemplos de processos que possuem tal propósito estão os Living Labs (ou, em português, laboratórios vivos), que podem ser considerados interdisciplinares e impulsionadores de criação de metodologias baseadas em contextos reais, com a finalidade de contribuir para a pesquisa por meio de integração em um ecossistema inovador. Difundidos principalmente entre os países da União Europeia, eles têm se ampliado para outros países. Em solo brasileiro, emergiram a partir de 2009, com ênfase na promoção de inovações sociais após as primeiras adesões à ENoLL (European Network of Living Labs) (SILVA, 2012; PINTO e FONSECA, 2013).

Para os fins desta pesquisa, um Living Lab direcionado ao desenvolvimento de inovações sociais é entendido como uma espécie de organização administrada por PPPPs (Parcerias-Pessoais-Público-Privadas) por meio de uma rede inovadora em que todas as partes interessadas, sendo cidadãos comuns ou entes organizacionais, buscam soluções viáveis para os problemas sociais apresentados. Nesse sentido, vale ressaltamos a importância de corroborarmos com ações afirmativas para atender aos eixos de atenção integral à saúde, sendo:

Fortalecer os mecanismos de verificação de custo-efetividade para a incorporação de novas tecnologias voltadas às DCNT; Fortalecer o complexo produtivo da saúde para ampliar a produção de insumos farmacêuticos (fármacos) destinados ao enfrentamento das DCNT; Desenvolver estratégias intersectoriais de organização do cuidado em saúde voltadas para gestantes, puérperas, recém-nascidos e crianças de até 2 anos privadas de liberdade; Ampliar o acesso ao pré-natal odontológico com objetivo de reduzir a ocorrência de cárie e doença periodontal; Fortalecer as práticas integrativas na APS como componente do cuidado em saúde; Ampliar estratégias de promoção do envelhecimento saudável ao longo de toda a vida, com inclusão de linha de cuidado e adaptação de processos terapêuticos às especificidades da pessoa idosa; Fomentar a qualificação e a ampliação da atuação clínico-assistencial dos profissionais de saúde, com ênfase em equipes multiprofissionais, por meio da elaboração, da implantação e da implementação de linhas de cuidado, diretrizes e protocolos clínicos para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – hipertensão arterial, diabetes mellitus, sobrepeso e obesidade, tabagismo, câncer de colo do

útero e câncer de mama; Apoiar os entes federados interessados na implementação do modelo de atenção às pessoas com condições crônicas com ênfase em HAS, diabetes e obesidade desenvolvido pelo Ministério da Saúde. Implantar estratégias de avaliação de risco global para DCNT em usuários vinculados à Atenção Primária em Saúde, para o rastreamento de risco e detecção precoce de doenças crônicas; Qualificar a gestão da informação na APS por meio do aperfeiçoamento e do monitoramento das informações do Sisab e avanço da informatização das equipes, considerando a incorporação de informações sobre populações em situação de vulnerabilidade, invisibilidade e iniquidades; Coordenar ações de indução da política de atenção psicossocial focadas nas abordagens breves na Atenção Primária à Saúde, com ênfase nos transtornos mentais mais frequentes, eventos agudos, dependência e abuso de álcool e manejo apropriado da cronicidade; Desenvolver ações de advocacy junto às Secretarias de Saúde estaduais, do Distrito Federal e dos municípios para inclusão de procedimentos e ações de prevenção de violências, do uso do álcool e do uso do tabaco nas respectivas carteiras de serviços da Atenção Primária em Saúde; Apoiar a realização de pesquisas sobre os efeitos da auriculoterapia e outras práticas integrativas e complementares no cuidado em DCNT e seus fatores de risco, abrangendo as pessoas privadas de liberdade e populações em situação de iniquidades; Atualizar e implementar as diretrizes clínicas do Ministério da Saúde, com base em evidências e custo-efetividade para linhas de cuidado das principais doenças crônicas: hipertensão, diabetes, sobrepeso e obesidade, tabagismo, acidente vascular encefálico, doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas e demais DCNT; Desenvolver estratégias de proteção e assistência às pessoas com DCNT em situações de epidemia ou pandemia, com implementação de medidas de proteção ao contágio e garantia ao acesso e continuidade dos cuidados, incluindo-se a aquisição de medicamentos (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p. 87-88).

Assim, o desenvolvimento tecnológico aliado aos crescentes custos em saúde têm propiciado o desenvolvimento da chamada saúde eletrônica (eHealth), aqui entendida como a utilização de informações e de tecnologias de comunicação na oferta e melhoria de serviços de saúde. Devido a sua relevância, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decidiu criar um Observatório Mundial de Saúde Eletrônica, elevando a questão ao nível de

estratégia de ação para os próximos anos.

Como foco desta pesquisa, deve ser contextualizado o desenvolvimento de modelos com foco em Inteligência Artificial (IA). Para tal, a fim de apontar possibilidades, serão utilizados dados disponíveis em pesquisas nacionais, tais como Vigitel 2019 (elaborado pelo Departamento de Análise em saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis (BRASIL, 2020); Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2021-2022, publicado pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), além da análise de dados do DataSus, pois:

As DCNT, principalmente as doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes e doenças respiratórias crônicas, são causadas por vários fatores ligados às condições de vida dos sujeitos. Estes são determinados pelo acesso a: bens e serviços públicos, garantia de direitos, informação, emprego e renda e possibilidades de fazer escolhas favoráveis à saúde (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p. 06).

Assim, objetiva-se que sejam estabelecidos modelos matemáticos baseados em IA, para posterior elaboração de softwares para computadores e aplicativos para celulares, buscando a disseminação do conhecimento produzido a partir da presente pesquisa, bem como buscando caracterizar-se como instrumentos de norteadores de políticas públicas. Nesse sentido, os modelos matemáticos/softwares serão capazes de estimar o quão uma determinada ação intersetorial terá sua efetiva contribuição para a diminuição da obesidade, diabetes e hipertensão. Para tal, haverá contato com diferentes áreas, com profissionais especializados em: matemática, medicina, vigilância em saúde, desenvolvimento de sistemas, dentre outros.

Ademais da perspectiva técnica que se almeja utilizar nesta pesquisa, brevemente apresentada anteriormente, que tomará a matemática de base, por meio de análises multipartidas, redes neurais artificiais e sistema de base de regras fuzzy (SBRF), para buscar de fato quantificar graus de riscos da população, existe uma abordagem epistemológica que fundamenta tais decisões. Logo que:

As DCNT constituem o grupo de doenças de maior magnitude no mundo, atingindo, especialmente, as populações mais vulneráveis, como as de média e baixa renda e escolaridade, devido à maior exposição aos fatores de risco ou ao acesso restrito às informações e aos serviços de saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

De acordo com Latour (2000, p. 16), as pesquisas científicas são atravessadas por "incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias". O olhar para a ciência em construção, e não para a ciência pronta, é um movimento de bastante trabalho e criticidade que dá atenção àquilo que ainda está em desenvolvimento. Destaca-se a criatividade de Latour ao incluir a imagem de Jano Bifronte em seu texto: as duas faces do deus grego, as duas cabeças que miram para lados opostos, que representam início e fim, ou daquilo que virá e o que já passou/foi superado para que a ciência alcance um resultado que hoje pode ser questionado e retroalimentado em novas investigações.

Para Huutoniemi et al (2010), uma pesquisa pode ser considerada interdisciplinar a partir do momento em que envolve vários campos. Nesse aspecto, "o desafio central de um esforço interdisciplinar é superar as fronteiras conceituais e metodológicas entre os campos de pesquisa vigentes" (HUUTONIEMI et al, 2010, p. 81, tradução nossa). Um aspecto chave da interdisciplinaridade, então, é a sua complexidade, pois ela desafia um padrão preexistente.

Segundo Faria (2015, p. 18), a interdisciplinaridade consiste em "estudo científico e filosófico do conhecimento produzido pela ciência, cultura, filosofia e tecnologia". Ainda no ponto de vista do autor, os momentos da pesquisa possuem questões relacionadas ao modo como objeto e sujeito interagem:

Esses momentos podem ser classificados em três categorias de análise. A primeira corresponde a uma aproximação precária do sujeito pesquisador com o objeto de sua pesquisa no campo empírico definido (pré-sincrética); a segunda corresponde a uma aproximação deliberadamente construída, na qual se encontra o conhecimento valorizado pela relação entre o sujeito pesquisador e o objeto (sincrética); a terceira corresponde à apropriação do objeto pela consciência como produção do conhecimento propriamente científico (sintética). Todos esses momentos são atravessados pela dialética. (FARIA, 2015, p. 28).

Transpondo a reflexão do parágrafo anterior para esta pesquisa, tem-se na fase pré-sincrética o conhecimento acerca da problemática atual das DCNT. "Assim, essa aproximação precária fornecerá os primeiros elementos de uma investigação, cabendo ao sujeito investigador ordenar essas primeiras informações e classificá-las, de forma a poder retornar ao real com seu esquema aprimorado" (FARIA, 2015, p. 29). As próximas duas etapas serão desvendadas durante a realização da pesquisa.

O momento seguinte contempla a apropriação de conhecimento por parte do pesquisador, que procura conceitos para a construção de sua investigação. "Essa fase é sincrética porque o conhecimento é valorizado por meio de uma percepção elaborada. Essa fase é, portanto, aquela na qual o sujeito pode conceituar, descrever, organizar, classificar" (FARIA, 2015, p. 32).

Em um terceiro movimento, ocorre uma "elevação do pensamento", isto é, a etapa em que a produção de conhecimento indica que "o que parece definitivo é apenas provisório e que a totalidade cognoscível é a superação da fragmentação, e da estrutura formal" (FARIA, 2015, p. 35). Nesse ponto, cabe a reflexão também proposta por Faria de que a sociedade alcançou uma série de avanços a partir da divisão em disciplinas, todavia, isso também ocasionou fragmentação de objeto, e a pesquisa interdisciplinar procura essa superação.

Segundo Santos (2006, p. 32), vive-se um "tempo de transição, síncrono com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita". Nesse sentido, é importante retornar às perguntas simples, mas também profundas, para buscar entender com maior propriedade o contexto.

Ao realizar uma travessia comentando fatos importantes, desde o século XVIII, Santos comenta sobre a perda da confiança epistemológica e a respeito do encerramento de uma ordem científica. Assim, ele destaca o fato de que hoje não há uma delimitação evidente entre as ciências naturais e as sociais. Além disso, o autor analisa a questão da síntese que precisa ser realizada entre elas e de suas consequências para o futuro.

Com domínio das ciências naturais, o paradigma outrora dominante (newtoniano-cartesiano) tinha a matemática em um lugar central, tendo em vista que prezava por uma lógica de quantificação, medição, divisão e classificação. Uma ideia de "mundo-máquina" (SANTOS, 2006, p. 39). Com referências a uma série de cientistas e autores e de seus respectivos pontos de vista, Santos chega à conclusão de que o modelo de racionalidade científica

passa por crise.

Tal crise, então, advém da interação de muitas condições, e traz à tona o paradigma atual, que é marcado por especulações e, ainda, por "imaginação sociológica" (SANTOS, 2006, p. 52). Nessa direção, as teses de Santos são as seguintes: todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo o conhecimento é local e total; todo o conhecimento é autoconhecimento e todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

De tal forma, tem-se contato com uma proposição que procura compassar as abordagens científicas ao contexto contemporâneo, em que são necessários múltiplos olhares a um problema para a busca de soluções efetivas, alinhando-se com a perspectiva, por exemplo, de uma pesquisa interdisciplinar, como a apontada neste texto. Afinal, "o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida" (SANTOS, 2000, p. 66). Essa reflexão tem aderência ao presente estudo, já que se busca por meio da tecnologia propor caminhos concretos.

A relevância da educação para enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis

Nesse contexto, Morin (2003) apresenta uma crítica à hiperespecialização que divide os problemas e dificulta uma visão global. De tal forma, surgem desafios: do global, do complexo e da expansão descontrolada do saber. Esses desafios geram outras questões culturais, sociológicas e cívicas. Para o autor, "a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino" (MORIN, 2003, p. 20).

Citando Montaigne, Morin afirma que "mais vale uma cabeça bem-feita do que bem cheia". Quando se refere à contribuição da cultura científica em relação à condição humana, o autor discute conceitos e aponta a composição do homem por duas entradas: a biofísica e a psicossociocultural. Inclui, nesse ponto, as contribuições das ciências humanas. Logo, a relevância da educação para enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis é fundamental, sendo que:

No contexto das doenças crônicas, as DCNTs constituem um grupo bastante expressivo. Atingem, especialmente, as populações mais vulneráveis, como as de baixa renda e

escolaridade, estão em ascensão e merecem destaque, pois trazem prejuízos para a vida de uma parcela significativa da população tanto adulta quanto infantojuvenil [...] Em âmbito nacional, a política intersetorial das áreas de educação e saúde deve ser observada mediante o universo da corresponsabilidade social de ambos os setores na busca de qualidade do atendimento integral à saúde do escolar. Assim, vê-se resguardado o direito à diferença na igualdade de oportunidades mediante uma educação que prima pela equidade, propiciando qualidade sob a perspectiva da educação inclusiva (ALBERTONI, 2021, p. 08-09).

Nesse contexto, o que é aprender a viver? Morin (2003, p. 47), contribui apontando que a educação deve proporcionar transformação de "informações em conhecimento" e de "conhecimento em sapiência". Todavia, é necessário ensinar, também, a enfrentar as incertezas física, biológica, humana, pois estar preparado para o mundo consiste em "esforçar-se para pensar bem, é exercitar um pensamento aplicado constantemente na luta contra falsear e mentir para si mesmo" (2003, p. 61). A educação deve, ainda, contribuir para fazer as pessoas se sentirem solidárias e responsáveis em um contexto local e global, isto é, verdadeiras cidadãs.

Após a apresentação de suas ideias, Morin estabelece três graus para um ensino "cabeça bem-feita": o primeiro é partir de perguntas, o segundo propõe uma ponte entre as culturas das humanidades e a científica. No terceiro grau, a Universidade aparece então como entidade que "conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança [...] e gera saberes" (2003, p. 81). De tal modo, é necessário reformar também a Universidade com base nos "problemas de complexidade e de transdisciplinaridade", (p. 85), se recusando a um fechamento disciplinar que reduz uma série de outras possibilidades.

Assim, destaca-se o papel da universidade no contexto atual e da relevância de se estabelecerem laços com outras organizações e entidades, a fim de proporcionar contribuições e evidenciar a importância da Ciência em momentos de crise que foram intensificados a partir de 2020, com a pandemia de Covid-19.

As reflexões anteriores servem de pano de fundo para indicar os desafios de uma pesquisa interdisciplinar, mas também suas potencialidades.

Aprofundando o que foi citado no fim do tópico 3, o método de

diagnóstico desenvolvido para esta pesquisa utilizará análises multipartidas, redes neurais artificiais e um sistema de base de regras fuzzy (SBRF). Trata-se de uma abordagem matemática computacional do tema, a partir da área de formação do pesquisador, o que permitirá quantificar o grau de risco da população por meio de operações entre as ativações das regras, em que as operações serão determinadas por um módulo de inferência.

A proposta, então, é contribuir para o desenvolvimento e reflexão acerca de modelos matemáticos com foco na IA, para a posterior confecção de softwares e/ou aplicativos - por equipes de outras áreas - que consistam na divulgação de conhecimento a partir desta pesquisa. O primeiro deles estará em conexão com o relatório Vigitel Brasil 2019. A partir disso ocorrerá a estimativa de valores percentuais de ODH (obesidade, diabetes, hipertensão) de pessoas de acordo com capitais de Estados do Brasil, bem como do Distrito Federal, em consonância com diferentes variáveis, como, por exemplo, porcentagem de população não sedentária, ou ainda de cidadãos que têm em sua rotina alimentar a inclusão de frutas, de refrigerantes ou de alimentos processados.

Quando o modelo de IA desenvolvido estiver concluído, tornará possível prever consequências diante das modificações de variáveis de entrada. Deste modo, por exemplo, se uma capital anseia apresentar políticas públicas para reduzir percentuais de ODH a partir da ampliação de atividades físicas, para citar uma possibilidade, haverá a chance de prever diminuições de cada ODH diante do crescimento de percentual populacional envolvido com esportes.

O indicativo será denominado análise de sensibilidade e poderá ser criado para todas as variáveis do sistema, por meio de configuração de instrumento que norteará políticas públicas. A criação será através de sistema de inteligência artificial baseado na união de redes neurais e sistemas fuzzy, chamado sistema neuro-fuzzy ou Sistema de Inferência Adaptativo Neuro-Difuso (Adaptive Network based Fuzzy Inference System – ANFIS), empregando o método de inferência de Takagi-Sugeno. O processo se dará com base em relações entre ODH e ações classificadas pelo Ministério da Saúde.

Por consequência, chega-se ao segundo modelo, que será desenvolvido com informações do plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil 2011-2022. Neste caso, a proposta é gerar relações entre ações intersetoriais indicadas pelo MS e a ODH. Essas relações serão traçadas com a participação de um especialista na área

área médica.

Nesse sentido, obtendo dados deste profissional da área, será possível criar um modelo matemático relacionando ações propostas no plano com a ODH. Tal modelo se dará com a utilização de um sistema de inteligência artificial capaz de tirar informações da inteligência de um especialista humano e as transpor em linguagem matemático/computacional, o que é possível por um Sistema Baseado em Regras Fuzzy (SBRF). Para tal, o modelo gerado fará uso do método de inferência de Mamdani, juntamente com Método do Centro de Massa ou Centróide para defuzzyficação.

Assim, chega-se à proposta do modelo 3, que tem responsabilidade de compreender práticas de municípios que desenvolveram ações intersetoriais consideradas positivas diante da redução e controle de obesidade, hipertensão e diabetes. Para tal, haverá pesquisa de quais cidades contemplam números positivos, isto é, práticas exitosas sobre ações para redução da ODH. O procedimento será a análise de bases de dados do Datasus (cidades de médio e pequeno portes) em sintonia com o relatório Vigitel (capitais). Ainda serão inseridos sites oficiais de prefeituras e de notícias locais.

A investigação no Datasus também identifica cidades de médio e pequeno portes que possuam índices baixos de ODH. Para a criação dos modelos 1, 2 e 3 um controlador fuzzy composto por um modelador fuzzyficador e um sistema de inferência de base de regras serão desenvolvidos. Para o estabelecimento dos modelos matemáticos, os dados serão tratados anteriormente em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e exportados para o software MATLAB®.

Serão estudados modelos matemáticos baseados em inteligência artificial (IA), com posterior elaboração de softwares para computadores e aplicativos para celulares, buscando a disseminação do conhecimento produzido a partir do presente projeto, bem como buscando caracterizar-se como instrumentos de norteadores de políticas públicas.

Neste sentido, os modelos matemáticos/softwarees serão capazes de estimar o quão uma determinada ação intersetorial terá sua efetiva contribuição para a diminuição da obesidade, diabetes e hipertensão.

Considerações finais

Integrante da linha de pesquisa Processos do Desenvolvimento

Humano nos Contextos Comunitários do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, em nível de Doutorado, esta investigação tem seu cerne no impacto social e é desenvolvida por um pesquisador advindo da área da matemática, com orientação de um pesquisador da área da saúde. Desde esse ponto já ocorre o diálogo entre áreas.

Sabe-se, também, que desenvolvimento é um termo complexo que tem relação com as diferentes áreas, apresentando-se como conceito-chave na aproximação das diversas ciências. O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), define o desenvolvimento comunitário como "[...] o fortalecimento dos potenciais social, econômico e ambiental de uma região, município ou localidade, cuja finalidade é ampliar a qualidade de vida para seus habitantes" (IDIS, 2013). Essa forma de desenvolvimento é gerada através do esforço conjunto de pessoas e organizações que se sentem parte ou implicados com uma comunidade, na qual existe o entendimento de que os objetivos individuais são inteiramente alcançados quando as metas da coletividade são atingidas.

Na tentativa de compreender a complexidade do conceito, busca-se qualificá-lo em outras acepções, tais como desenvolvimento local, econômico, comunitário, social, sustentável, entre outras. Isto, por si só, demonstra que o desenvolvimento em si não se trata de um único e definitivo modelo, mas sim de um processo de construção coletiva em constante transformação.

Pode-se afirmar, então, que a definição de desenvolvimento implica em posicionamento que possa contemplar distintos pontos de vista. O que se buscou neste trabalho foi apresentar alguns desses olhares que integram a pesquisa, aprofundando a questão da importância da abordagem interdisciplinar para esse tipo de demanda.

Atuar no campo da ATS, através de inovação em saúde, pode contribuir de diversas formas com a sociedade, propondo novas tecnologias, considerando para tal os impactos de sua utilização, bem como a eficácia. Quando exitosas, as pesquisas auxiliam governantes e profissionais para que alcancem melhores resultados. Por isso, há potencial na realização deste estudo.

Em Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, onde se localiza o foco de interesse da pesquisa, foi implantado em 2021 o Vale do Genoma, que pretende gerar um ecossistema de inovação que tem o foco na investigação genômica e

em inteligência artificial focada em saúde. Assim, esta pesquisa será desenvolvida neste ecossistema que concentra a criação de soluções que consideram a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Como salientado, propõe-se promover a convergência de tecnologias digitais avançadas e a assistência médica, integrando recursos de dados de diversos órgãos do domínio da saúde (Ministério da Saúde, Sistema Único de Saúde e secretarias municipais/estaduais e afins), a fim de estabelecer modelos preditivos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis que são também, conforme o Ministério da Saúde, as principais causas de mortalidade, estando próximas das pessoas, acometendo amigos, familiares ou conhecidos.

Referências

ALBERTONI, L. C. Doenças crônicas não transmissíveis, absenteísmo escolar e boas práticas em Pedagogia Hospitalar. *Ensino Em Re-Vista*. Uberlândia, MG. v. 28, p. 1-23, 2021. ISSN: 1983-1730. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/soniapaiva,+ARTIGO+9+-+ok+-+DIAGRAMADO.pdf>. Acesso: 17 jan. 2023.

BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1):3-14, janeiro/abril, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. *Vigitel Brasil 2019*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

_____. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis: DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro, Brasil. Ministério da Saúde – Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DCNT.pdf>. Acesso: 17 jan. 2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p. Não Transmissíveis Coordenação-Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-chronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/ Acesso: 17 jan. 2023.. Acesso: 17 jan. 2023.

CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social Innovation: Towards a Conceptualisation. In: MAJUMDAR, S.; GUHA, S.; MARAKKATH, N. (eds.). *Technology and Innovation for Social Change*. Springer India, 2015, p. 7-34.

FARIA, J. H. Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, 16, São Paulo, set/out 2015, p. 15-40.

FIORIO, C. E. Prevalência de hipertensão arterial em adultos no município de São Paulo e fatores associados. Rev. bras. epidemiol., Rio de Janeiro, v. 23, e200052, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100446>. Acesso em 24 nov. 2021.

FLOR L. S.; CAMPOS, M. R. Prevalência de diabetes mellitus e fatores associados na população adulta brasileira: evidências de um inquérito de base populacional. Revista Brasileira de Epidemiologia JANMAR 2017; 20(1): 16-29. DOI: 10.1590/1980-5497201700010002. Disponível em:< >. Acesso em 24 de nov. de 2021.

HOWALDT, JÜRGEN, DOMANSKI, DMITRI, & KALETKA, CHRISTOPH. Social innovation: towards a new innovation paradigm. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 17(6), 20-44, 2016.

IDIS [INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL]. Biblioteca: Desenvolvimento Comunitário. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.idis.org.br/>. Acesso em: set. 2020. International Diabetes Federation. IDF Atlas. 8. ed. Bruxelas: International Diabetes Federation, 2017.

LATOUR, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- HUUTONIEMI, K.; KLEIN, J. T.; BRUUN, Henrik; HUKKINEN, J. Analyzing interdisciplinarity: typology and indicators. Elsevier, 2010.
- MORIN, E. A cabeça bem-feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MONTGOMERY, T. Are Social Innovation Paradigms Incommensurable? VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 27, n.4, 1979-2000, 2016.
- NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. The nature of social innovation, In: NICHOLLS, A.;
- MURDOCK, A. (eds.). Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1–29, 2012.
- PINTO, M. De M.; FONSECA, L. P. Uso da análise de sistemas para aprofundar a compreensão das iniciativas de inovação aberta e centrada nos usuários. Strategic Design Research Journal, 6(3), 105-115, September-December, 2013.
- POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? The Journal of Socio-Economics, v. 38, nº. 6, 878-885, 2009.
- SANTOS, B.S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHMIDT, M. I.; DUNCAN, B. B.; Silva, G. A.; MENEZES, A. M.; MONTEIRO, C. A.; BARRETO, S. M.; CHOR, D.; MENEZES, P. R. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. Saúde no Brasil. 4. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269298/mod_resource/content/1/Saude%20no%20Brasil%20artigo%204%20Lancet%202011.pdf. Acesso: 22 nov. 2021.
- SILVA, S.B. A emergência dos Living Labs no Brasil como um meio para a promoção da Inovação Social. In: III Seminário de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Vol. 3, No 3, 2012. Disponível em: . Acesso: 24 nov. 2021.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. World report on ageing and health. Geneva: WHO, 2015.

CAPÍTULO VII

O CORPO FEMININO COMO ACONTECIMENTO SOCIAL E HISTÓRICO QUE PRODUZ DIZERES

Loide Andréa Salache
Mestra em Letras

Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Doutora em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo VII

O corpo feminino como acontecimento social e histórico que produz dizeres¹

Introdução

Em diversos contextos o corpo feminino² produz dizeres e tornou-se um objeto de desejo, sexualidade e exposição. Ao longo dos anos, o corpo feminino se inscreve na construção do pensamento simbólico como acontecimento social e histórico, alvo de inúmeras interpretações e representações, ancorado em diferentes perspectivas da subjetivação e objetificação, que expressam saberes constituídos de corpo e de feminino. Nessa perspectiva, a história do corpo, "não poderia escapar à história dos modelos de gênero e das identidades", (CORBIN; COURTINE, VIGARELLO, 2011, p. 13).

Sendo assim, o corpo humano é o entrelaçamento entre o orgânico e o cultural, materialmente construído e aprofundado pela temática da opressão de gênero, sobretudo na contemporaneidade. Motivo pelo qual, propõe-se com este estudo, "dar voz ao corpo feminino", que espelha e manifesta a condição social, econômica e cultural em que vivem as mulheres.

Nesse sentido, apresentamos apontamentos iniciais da pesquisa de tese em andamento, com o propósito de refletirmos sobre o paradigma que abarca a tríade corpo, corporalidade e corporeidade, como suporte de valores sócio-históricos. No contexto em tela, se faz necessário problematizar à compreensão que demarca, limita e define, o corpo da mulher, para ampliarmos o entendimento de que corpos são (re)imaginados e (re)inventados, a partir da sociedade em que estão inscritos.

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, L. A.; KLANOVICZ, L. R. F. O corpo feminino como acontecimento social e histórico que produz dizeres. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 130 - 151. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.7

² O capítulo em tela é uma versão preliminar de uma das unidades que compõem a pesquisa de doutorado, intitulada: "As corporeidades femininas em construção sociocultural e histórica: o boca a boca das dietas no Brasil", apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, por Loide Andréa Salache, sob orientação dos professores Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Dr. Jó Klanovicz.

O que equivale dizermos, à vista disso, que o corpo é esculpido "formando um corpo imaginário", historicamente (re)interpretado, que influencia as mulheres a se tornarem corpólatras na busca do "corpo perfeito e ideal". E aqui surge, nesse emaranhado de atitudes em diferentes sociedades, a figura das dietas, que reconhecidamente são aceitas pelas mulheres, como um fator que possibilita a maleabilidade de/do tecer os corpos, conforme os seus desejos e inventividade.

Considerando a evolução da humanidade, o corpo não é mais matéria exclusiva de estudos, apenas da ciência médica ou da ciência biológica, o que enriquece imensamente e torna profícuas outras análises, como a que propomos neste trabalho. Abordar temáticas de pesquisa que contemplam debates e análises sobre corpo e a sua relação com a "ditadura da beleza", se faz extremamente necessária na Academia, para que discussões sejam empreendidas em torno de como o corpo é concebido, de forma individual e coletiva, atrelado a representações e valores diferentes de uma comunidade para outra.

Por conseguinte, a discursivização das dietas transmitidas "boca a boca", notadamente pelas mulheres, se intensificam como práticas milagrosas para a aquisição do corpo perfeito, impresso e imposto pela sociedade contemporânea. Logo, o corpo feminino é elegido e contextualizado na pesquisa em tela, porque ele representa os significados instaurados e os valores atribuídos, à medida que as mulheres tentam ajustar seus corpos a modelos externos, inseridos em preceitos dominantes da sociedade consumista, na qual vivemos, que faz e desfaz regras, para instaurar padrões³ de beleza massificados do que seria um corpo esteticamente belo.

Em vista disso, sinalizamos que as dietas se inserem nessa pesquisa,

³ Mariana Xavier: a atriz já foi atacada na internet por uma pessoa que desejou que ela morresse simplesmente por conta do peso dela. Felizmente Mariana não deixa se abater por comentários gordofóbicos e é um dos ícones da militância pela quebra de padrões. Ela adora mostrar suas curvas em suas redes sociais. → Jojo Todynho: Jojo também sempre é alvo de críticas por conta do seu peso. Até na televisão ela já sofreu gordofobia. Por exemplo, no quadro "A hora da venenosa", na Record, o comentarista Ricardo Lombardi disse que ele só incluiria Jojo em um "termômetro" de beleza só depois que ela fosse para uma academia emagrecer. Contudo, Jojo continua firme e forte e sem vergonha de mostrar suas curvas. Além de incentivar várias pessoas a também se aceitarem como são. → Thais Carla: A ex-bailarina de Anitta sofre gordofobia não somente em suas redes sociais, como também nas ruas. Certa vez, a Thais contou, com lágrimas nos olhos, que as pessoas estavam a parando na rua para criticar o seu peso. Mas Thais não se deixou abater e se tornou um exemplo para outras mulheres. A bailarina mostra com orgulho suas curvas e incentiva suas seguidoras a também aceitarem seus corpos (Por Bruno Dias, publicado em 01/07/2021, "Fatos desconhecidos", matéria online). Disponível em: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/7-famosas-que-foram-vitimas-de-gordofobia/>. Acesso: 21 jan. 2023.

como o pressuposto para se atingir o corpo perfeito, condição desejante, que possibilita moldar os corpos de acordo com as demandas culturais, e nesse entremeio as mulheres são as mais afetadas por essa imposição social de aquisição de um "padrão de beleza corporal". Salieta Foucault (2003, p. 80), nesse sentido, que "o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo", e perpassa por conceitos e pontos de vista que estão atados ao desenvolvimento da sociedade.

Como requisitos para a obtenção do corpo ideal⁴, conceituado pela indústria da beleza, temos no século XXI a presença marcante das mídias sociais e a partir delas, se intensifica a discursivização para aquisição do "corpo perfeito", e entre as formas para se alcançar esse objetivo, o fazer dietas e os "regimes milagrosos", passam a pertencer o dia a dia das pessoas que desejam atingir o "corpo belo", em especial, as mulheres.

Agora, a "subordinação, diga-se, pior do que a que se sofria antes, pois diferentemente do passado, quando quem mandava era o marido, hoje o algoz não tem rosto, é a mídia. São os cartazes da rua. O bombardeio de imagens na televisão", (PRIORE, 2000, p. 15), que nos fazem buscar determinados atributos para nos encaixarmos no padrão de beleza imposto mídia, como por exemplo, peso ideal, cor dos olhos e dos cabelos, tamanho dos seios, do glúteo e muito mais.

Citando os anos 50, rememoramos que a beleza feminina estava nas curvas naturais que toda mulher possuía, não precisando as mulheres buscarem

⁴ Preta Gil já enfrentou muito preconceito e muita pressão por conta do seu peso. A cantora diz que até dentro de casa precisou ter paciência para driblar os julgamentos. "Consegui reeducar meu próprio pai [o cantor e compositor Gilberto Gil]. Ele era uma espécie de balança da família. Sempre fazia algum comentário do tipo: 'Está mais magra', 'Está mais gorda'. E esse tipo de comentário abala nossa saúde emocional. Ele viu o quanto eu fui atacada e apedrejada e, hoje, não toca mais nesse assunto comigo", afirmou, em entrevista ao jornal "O Globo" neste sábado (15/02/2020). Preta lembra que sofreu para alcançar o inatingível "corpo ideal". "Fiz três lipos, tomei remédio para emagrecer, fiquei com voz de taquara rachada e extremamente infeliz. E outra coisa: ninguém parou de me chamar de gorda. Em 2007, com 20 quilos a menos do que tenho hoje, fui madrinha de bateria da Mangueira e fui, de novo, apedrejada por não estar no 'padrão'", contou. (Redação Vida e Estilo, publicado em 15 de fevereiro de 2020). Disponível em: [132](https://br.vida-estilo.yahoo.com/preta-gil-lembra-comentarios-corpo-160554170.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2x1LmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAFtNvUz5zoOkEPP2xvR-53yMrkALp_zvETQCq_VkH7xLVXT0gXZwscRpykSnHmJ1uRJP-upFG8IZrbEAJJ1eLkp1_C9ubFKAwQ_3lhrp3OUswjeRfskI94Rk5_PKktgr9SpMGGeZqBOMwxdkFQHsmVvYEvZplwcuOOrNAWcOfngY#:~:text=Vida%20e%20Estilo-,Preta%20Gil%20lembra%20coment%C3%A1rios%20sobre%20o%20corpo,Consegui%20reeducar%20meu%20pr%C3%B3prio%20pai%22&text=Bem%2Dresolvida%20e%20autoconfiante%2C%20Preta.paci%C3%Aancia%20para%20driblar%20os%20julgamentos. Acesso: 20 jan.2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

o corpo "esquelético". Entretanto, nos dias de hoje, ter o corpo "cheinho"⁵, com as suas imperfeições naturais, tornam as mulheres "não belas", e na maioria das vezes, inicia-se uma busca incessante pelo "corpo perfeito", e assim as mulheres passam a ter o corpo invadido por imposições sociais que o tornam objetificado. Diante disso, podemos interpretar que "o corpo pode garantir uma afirmação social", (CAETANO, 2006, p. 214).

Assim, o objetivo norteador deste estudo é pesquisar e compreender, como a relação corpo e busca pela beleza, recaem entre fatores e práticas sociais que estabelecem à percepção e a representação das corporeidades femininas, para discutir a trajetória da construção do papel social do corpo feminino, ancorado nas identidades, memórias e subjetividades, que inserem o corpo como objeto e fonte para produção de sentidos, em que o fazer a dieta, vem sendo ressignificado na sociedade e torna-se um meio para exaltação do corpo ideal e da aparência, que alia beleza e felicidade à magreza.

Deste modo, a busca pelo corpo perfeito desvela as vivências, trajetórias e experiências, principalmente, relacionadas às mulheres, quanto a percepção da autoimagem corporal, "formando um corpo imaginário", desejo de modificação, atributo de alteridade, buscando entendê-las numa totalidade concreta. Assim, se estabelece um recorte temporal a partir da década de cinquenta até a contemporaneidade, para averiguar a existência de uma padronização e normatização do corpo feminino como forma de opressão sobre as mulheres, ou seja, uma reafirmação das configurações de gênero, imbricadas em processos sociais historicamente variáveis.

⁵ Demi Lovato critica manchete que falava de seu "corpo cheinho": "Eu sou mais do que meu peso". Nesta sexta-feira (29), a cantora usou suas redes sociais para tecer críticas a um artigo sobre ela, que trazia como manchete o seu "corpo cheinho". "Eu sou mais do que meu peso", rebateu. Através de seu Instagram Stories, Demi postou uma série de mensagens sobre essa questão, criticando a abordagem feita. "Estou brava pelas pessoas acharem que é ok escrever manchetes sobre o tamanho dos corpos das pessoas. Especialmente sobre uma mulher que tem sido completamente transparente sobre estar se recuperando de distúrbios alimentares", escreveu. Ela também deixou claro que se preocupa com a influência dessas palavras na mente das pessoas, que podem se sentir muito mal com isso. "Ao contrário do passado, não sinto um gatilho. [...] Não estou chateada por mim, mas por qualquer um que é facilmente influenciado pela cultura da dieta. Muitas pessoas hoje em dia baseiam seus corpos ideais no que outros dizem que devemos aparentar, ou pesar", explicou Demi. Em seguida, a cantora comentou que esse tipo de conteúdo pode ser "tóxico", aconselhando seus seguidores a não dar ouvidos a essa cultura. "Artigos como esse apenas contribuem para uma maneira tóxica de se pensar. Se você está lendo isso: Não ouça a cultura da dieta falar. Você é mais que um número em uma escala", disse ela. Por fim, ela concluiu sua mensagem refutando a chamada da matéria: "Eu sou mais do que uma manchete sobre meu corpo". (Uol, por Gabriel Bastos - Publicado em 29/03/2019, às 16h54min.). Disponível em: <https://hugogloss.uol.com.br/famosos/demi-lovato-critica-manchete-que-falava-de-seu-corpo-cheinho-eu-sou-mais-do-que-meu-peso/>. Acesso: 20 jan. 2023.

Assim, expandir o escopo da pesquisa para averiguar essas situacionalidades supracitadas, se faz necessário na atual conjuntura social, para compreendermos quais são as experiências vividas por mulheres que realizam intervenções e procedimentos para alterar o corpo, reforçando o imaginário social de um corpo feminino ideal, com um padrão de beleza imposto socialmente, que o torna objetificado, o qual é construído historicamente.

Outrossim, vale ressaltar ainda, que as mulheres são imbuídas do desejo de possuir o "corpo perfeito", significativamente imposto pela mídia, a qual determina estratégias a serem desenvolvidas com o objetivo de alcançar um corpo idealizado, atribuído, notadamente, por uma "sociedade regulada pelo olhar exterior, conferindo os padrões culturalmente impostos", (SILVA; GOMES, 2008, p. 203).

É fato que o corpo é produtor e portador de significados (Lambronce, 2002). Nesse sentido, ouvir mulheres na faixa etária de 18 a 70 anos (e neste contexto, residentes no município de Guarapuava/PR), constitui-se como uma possibilidade de averiguarmos se o ato de fazer dietas, se insere como um meio utilizado pelo gênero feminino para moldar o corpo, tornando-o objetificado⁶ e se essas interferências no corpo, isto é, na corporeidade, deixam marcas visíveis e invisíveis nas mulheres, como alterações na saúde física, saúde reprodutiva e sexual, e saúde mental. Partimos da premissa, que a mulher para lidar com o corpo contemporâneo, se submete a alterá-lo, na tentativa de deixar a «invisibilidade social», e assim, se cria no imaginário feminino uma reorganização emocional, a qual deveria (pelo menos é o que se espera), intensificar o aumento da autoestima da mulher.

Portanto, analisar aspectos históricos e culturais da trajetória da construção do papel social do corpo feminino é de suma importância para

⁶ Adele fala sobre perda de peso: "Meu corpo foi objetificado". A cantora Adele em entrevista à apresentadora Oprah Winfrey no especial Adele One Night Only, exibido neste domingo (14/11/2021), nos Estados Unidos. "Não estou chocada ou mesmo perturbada [pela reação das pessoas com o emagrecimento], porque meu corpo foi objetificado ao longo de toda a minha carreira", disse. Ela acrescentou que sempre fez parte do movimento body positive [corpo positivo, em inglês], que busca estimular a aceitação de todos os tipos de corpo, independentemente de suas características, mas que não encara essa pauta como uma obrigação dela. "Eu era body positive na época e sou body positive agora, mas não é meu trabalho validar como as pessoas se sentem sobre seu corpo. Estou tentando resolver minha própria vida", afirmou. Publicado em BEM ESTAR/Do R7, em 15/11/2021 – 13h47min. (Atualizado em 15/11/2021 – às 14h09min.). Disponível em: <https://lifestyle.r7.com/bem-estar/adele-fala-sobre-perda-de-peso-meu-corpo-foi-objetificado-15112021>. Acesso: 20 jan. 2023.

compreendermos os motivos que dão sustentação às representações sociais, envolvendo simbolizações inerentes do processo relacional "corpo feminino e padrão ideal de beleza corporal", que operam configurações do sentir, pensar, agir, imaginar, desejar e reagir da mulher, evidenciando práticas sociais da beleza, que tornam-se pilares fundamentais para a construção do corpo no mundo contemporâneo.

Os efeitos de sentidos e as significações atribuídas ao corpo feminino como acontecimento social e histórico

Os estudos e as análises sobre o corpo na perspectiva de objeto e fonte, tornaram-se mais efetivos nas ciências sociais e humanas, a partir do século XX. O pensamento do século XXI, principalmente sobre as corporeidades femininas, insere a temática "corpo e dietas", experienciadas ideologicamente pelo gênero, determinando que o corpo da mulher deve ser detentor de uma "beleza perfeita", conforme as regras impostas pela sociedade, "na lógica capitalista de consumo, que cultua uma valorização exacerbada do corpo feminino como objeto", (LIMA; BATISTA; JÚNIOR, 2013).

Atualmente, vivenciamos a exaltação do corpo e da aparência. E nessa imperiosa adequação corporal, no processo chamado "civilização", que tem "suas mentiras, seus limites, suas inconsistências, o corpo quando submetido a um certo tipo de regulação é submetido a um resto, um mal-estar superegóico", [...]. Isto posto, as "mulheres através da identificação a um outro corpo", aquele dito da "outra mulher", (LAURENT, 2021, p. 4-9), se submetem a práticas diversas para alcançar a imagem considerada bela, imposta e padronizada socialmente.

A partir desse contexto, a moda das dietas e da indústria da beleza, destacam-se, e surge a cada dia um novo produto e novas tecnologias de alteração corporal para serem consumidas, bem como, dietas que prometem "inovar o corpo". E a "respeito disso, crer não é uma função simbólica, é uma função real, um acontecimento de corpo. Isso toca o ponto fundamental sobre todo o desenvolvimento simbólico", (LAURENT, 2021, p. 4-9).

Nesse cenário de construção do imaginário feminino, na tentativa de transformar o corpo para a aceitabilidade social, as mulheres empreendem ações desde a realização de dietas restritivas a procedimentos cirúrgicos, como a lipoaspiração, o implante de silicone nos seios, a correção das pálpebras, a

abdominoplastia, entre outros, atrelados aos procedimentos estéticos, os mais famosos são a inserção de toxina botulínica, a harmonização facial, a drenagem linfática e os tratamentos para a celulite. Esse ato de "travestir-se", de parecer "outra mulher", exteriormente, leva "muitas vezes a mulher a ser impelida por um imperativo de modificar o corpo, e ela recorre a métodos de remodelamento. São desde procedimentos superficiais aos mais invasivos, como as cirurgias plásticas e implantes", (LIMA; BATISTA; JÚNIOR, 2013).

Assim, as mulheres alteram a "pureza dos corpos", moldando-os, para alcançar a imagem considerada bela e nessa contextualização, o corpo se insere como expressão cultural e não como prática de cuidado. Esse cenário de intervenções cirúrgicas e valorização exacerbada de corpo perfeito padronizado, remonta uma realidade de perfeição corporal inexistente, de um corpo objetificado, ou seja:

O corpo feminino passou a ter caráter de objeto de consumo, e como tal, indústrias especializadas passaram a produzir produtos corporais, cosméticos, remédios para emagrecimento, aparelhos de ginástica, moda e intervenções cirúrgicas. Tudo para manter o corpo saudável, jovem e belo, apto a ser devorado simbolicamente como objeto de gozo no laço social capitalista. [...] Como essa montagem não passa de ilusão, essa mulher, muitas vezes, ao se deparar com sua condição faltosa depara-se com o Real, que aparece inscrito no corpo como trauma. Lembremos o caso da modelo eleita Miss Brasil em 2001, cujo título foi questionado quando veio a público que seu corpo fora submetido a uma longa série de cirurgias plásticas, revelando-se como uma produção, uma beleza talhada com bisturis e modelada em silicone em vez de ser expressão da "beleza natural feminina" (LIMA; BATISTA; JÚNIOR, 2013, s/p.).

Por conseguinte, à medida que a passagem do tempo estrutura a história da humanidade, os estudos relacionados a corporeidade feminina, designam, reconhecem e utilizam o corpo como instrumento relacional com o mundo. Logo, os estudos que contextualizam o corpo, principalmente da mulher, delimitam várias pistas e problemáticas de pesquisa que o abordam, tanto em sua materialidade (corpo fisiológico, corpo sexual, corpo sensual, corpo erotizado), quanto através dos seus diversos imaginários, corpo midiático, o corpo objeto, o corpo simbólico, o corpo e seus efeitos de sentido, o corpo como significação social, o corpo e gênero, entre outras abordagens.

Em vista disso, este estudo analisa os movimentos de sentidos operados pelo acontecimento enunciativo da cultura de transformação corporal feminina, que se constitui como elemento de uma prática social, ou seja, de natureza histórico-social. Nesses termos, o corpo aparece como "o observatório privilegiado de um contexto social particular que lhe cerca da esfera privada à esfera pública", como destaca David Le Breton (1992), ao afirmar que o corpo serve de "catalisador de sentidos, de eixo central de observações". Assim, o autor ressalta que o corpo no discurso científico contemporâneo, é tomado como simples suporte da pessoa, há um "adeus ao corpo", algo que:

[...] pode e deve ser aprimorado, uma matéria-prima na qual se dilui a identidade pessoal. Para passar do corpo rascunho ao corpo acessório, para não naufragar num sistema cada vez mais ativo e exigente, as pessoas entregam-se a uma manipulação de si a base de próteses. A tecnociência vem socorrer esse corpo que deve ser reparado, rearranjado: assistência médica à procriação, exames terríveis que acompanham a existência pré-natal, enfim, instaura-se a suspeita do corpo, e a medicina, fazendo a triagem, torna-se um biopoder. Enquanto alguns biólogos sonham em livrar a mulher da gestação, a sexualidade cibernética realiza o imaginário do desaparecimento do corpo e até do outro. Assim, para alguns, o corpo não está mais à altura das capacidades exigidas na era da informação: convém moldá-lo, forjando um corpo biônico no qual seria enxertado um disquete que contivesse o espírito. O "Adeus ao corpo" desnuda essa vontade implícita do Ocidente de transformar esse corpo rascunho (LE BRETON, 2013, s/p).

Destarte, para Simone de Beauvoir (1949; 2009), a situação da mulher está fixada sobre o olhar do outro, em que esse "outro", na maioria das vezes é uma pessoa do gênero masculino. Dessa forma, a autora busca compreender e questionar a situação da mulher enquanto "outro corpo", objeto de uma sociedade que destina para ela, a sua "formação corpórea", desde a infância, construída pelo olhar do outro, do homem, que toma como pontos referenciais de beleza a ideia de corpo de "mulher", conforme o seu objeto de desejos, a partir da sua moral existencialista", (BEAUVOIR, 2009, p. 30).

Esse imaginário nos conduz a compreendermos "o corpo situado, conforme a experiência do existente que está nesse corpo, que é esse corpo", (BEAUVOIR, 2009, p.65), logo, há uma relação fundamental entre corpo, sua

significação e sociedade, tendo em vista que, "enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação", (ORLANDI, 2012, p. 85), sendo portanto, historicamente (re)interpretado. Assim, buscamos investigar o corpo feminino como acontecimento social e histórico que produz dizeres, pois, "o corpo significa em um espaço simbólico que lhe é destinado", (ORLANDI, 2004, p. 125). E podemos complementar segundo Orlandi:

O corpo já vem ideologicamente significado, ou seja, na imagem que fazemos de um corpo ocidental ou oriental, ou como pobre ou rico, como homem, mulher ou homossexual etc. Sentidos já dados. Estabelecidos e estabilizados. Ou seja, que os modos de produção da vida material condicionam o conjunto dos processos da vida social e política (Orlandi, 2012, p. 93).

Em relação ao dizeres, conforme Orlandi (2012), o corpo do sujeito está atado ao corpo social e seu sentido se faz presente na história. Assim, o corpo está consequentemente atravessado por uma memória. E deste modo, o corpo feminino foi ao longo do tempo, deslocado, atribuído de sentidos, que o modela e o constitui. Neste viés, nasce a representação de uma "nova mulher", a partir de uma ideia já materializada no imaginário social que determina como os corpos precisam ser, "dentro e fora de casa", no público e no privado, significando e sinalizando uma multiplicidade de sentidos, num movimento imposto pela sociedade do consumo, da mídia, que rompem a "pureza dos corpos", criando um corpo tomado de uma materialidade que surge no/do imaginário social, à medida que se estabiliza um padrão de beleza corporal inventado pela lógica capitalista, que torna as mulheres reféns do consumismo estético para atingir o "corpo perfeito".

Segundo Michelle Perrot em "Minha História das Mulheres", o corpo masculino e feminino ganha diferentes abordagens de estudo, conforme a história humana se constrói com o passar do tempo. Mister frisar que o corpo é abordado no seu caráter social e histórico e assim, a imagem corporal é constituída da percepção que uma pessoa tem do seu próprio corpo e que se inter-relacionada com os pensamentos e os sentimentos que resultam desta percepção. Para a autora, o corpo não deve ser tratado simplesmente como objeto, mas como "o corpo na história, em confronto com as mudanças do tempo, pois o corpo tem uma história, física, estética, política, ideal e material,

da qual os historiadores foram tomando consciência progressivamente", (PERROT, 2007, p. 41).

Assim, o corpo é um lugar de produção de sentidos. A maneira como a pessoa se vê, quando se olha no espelho, estabelece de certa forma, a sua própria percepção corporal e passa a definir, a forma como acreditamos que os outros nos veem. Logo, a imagem corporal é a representação mental que cada indivíduo faz de seu próprio corpo, que pode também ser conhecida, como consciência corpórea. Assim, ter "um corpo perfeito hoje", reflete as considerações sociais de padronização da beleza corporal pertencente a uma determinada sociedade.

Um dos precursores nas pesquisas e estudos em imagem corporal foi Paul Schilder (1994), definindo o corpo como uma "entidade em constante autoconstrução e autodestruição, em constante mudança, crescimento e desenvolvimento". E enfatiza que faz parte dessa "construção processos conscientes e inconscientes, não sendo apenas uma construção cognitiva". Neste sentido, podemos dizer que o corpo também é construído a partir da relação do ser humano com a alteridade, que contextualizados em uma perspectiva de construção da identidade feminina, condicionam a satisfação com a sua autoimagem corporal.

Como ideário de um padrão social, a imagem corporal torna-se, portanto, um complexo fenômeno humano, embasada em aspectos cognitivos, afetivos, sociais, culturais e motores, sendo também sensual ou sedutora e esses fatores contextualizam-se num ato de autoafirmação ou negação de identidade corporal da mulher, que evidencia a "forma como a pessoa acredita ser sua própria aparência, incluindo memórias, suposições e generalizações, como se sente em relação ao seu corpo, considerando a sua altura, forma e peso, até como controla o seu corpo, enquanto se move socialmente (PALAZZO, 2022). Nesse contexto, o corpo feminino como materialidade está preso aos aspetos ideológicos daquela sociedade que à mulher está.

Importante destacar que torna-se evidente nessa situacionalidade, que a preocupação com a imagem corporal está inserida na história da humanidade e a percepção de corpo das pessoas, incide na (in)satisfação com a própria autoimagem. Podemos compreender em vista disso, que a busca pelo possível corpo ideal perpassa o tempo. Por isso, é fundamental discorrer sobre o corpo feminino e o culto ao belo, a partir de várias perspectivas históricas, no entendimento de que a busca por um corpo perfeito, está inserida em um

determinado padrão de beleza que faz parte da cultura de diferentes sociedades. Essa percepção nos conduzirá a visualizarmos que o padrão de beleza se modificou até os dias de hoje e que cada época social, estabelece critérios para definir o que é considerado belo, principalmente, no que se refere ao corpo da mulher.

Na Grécia Antiga manter o corpo esbelto, era a finalidade dos gregos que desejavam publicizá-lo nos jogos olímpicos, pois, "cada cidadão era livre de atingir o corpo perfeito, idealizado e, depois, expô-lo", (BARBOSA, 2011, p. 25). Em contrapartida, o corpo da mulher era utilizado para gerar a vida. Ademais, os cuidados com o corpo na Grécia Antiga estavam relacionados com a espiritualidade, sendo que as práticas de dietas eram utilizadas para manter o caráter "sagrado do corpo", sem cometer excessos:

Na Grécia, o corpo era extremamente valorizado e o culto a ele era prática cotidiana. O corpo neste período era valorizado por ser atlético, saudável e fértil. A educação de jovens tinha como destaque, as práticas corporais em Esparta, na busca por um corpo saudável e forte. Já em Atenas, predominava a ideia do corpo belo. Nas outras partes da Grécia, toda atividade de culto ao corpo, visava os Jogos Olímpicos. Sócrates, Platão, Descartes são exemplos de filósofos que tentavam compreender o corpo de alguma forma. Desde a Grécia Antiga, o corpo é encarado como um santuário. Os Jogos Olímpicos representavam essa visão, com toda a beleza de corpos atléticos e vigorosos. Ficava clara a concepção de que um corpo bonito e saudável era sinônimo de beleza e virilidade (FARHAT, 2008, p. 5-7).

Na Idade Média, conforme Barbosa (2011), manter o corpo perfeito, significava a renúncia de pecados. Portanto, as dietas eram praticadas para a superação dos consumos materiais, carnis e dos atos pecaminosos, muitas vezes de cunho sexual. Nesse período "pensava-se que as mulheres e os seus corpos eram usados pelo demônio, como tentação aos homens para roubar suas almas, não há um padrão referencial para um corpo perfeito e sim, o uso do corpo feminino para a sexualidade, em meio a realização de excessos de banquetes pelo homem medieval". A questão do corpo não era colocada individualmente na Idade Média, uma vez que os "homens viviam numa comunidade hierarquizada, parte de uma grande coletividade: a Igreja" (DUARTE, 2010, p. 535).

Na antiguidade para Platão, o corpo era visto como subordinado à mente. Já na Idade Média, segundo Carvalho (2004), o posicionamento da igreja católica associou o corpo a ideia de pecado e este, foi reprimido e negado. Assim, os corpos considerados belos e atraentes nessa época, eram aqueles provenientes do acúmulo de gordura corporal, pois:

Na Idade Média, corpos bonitos eram aqueles que, esteticamente falando, não pareciam tão atraentes assim. Ser gordo nessa época representava saúde. Para as mulheres, ser gorda significava ser uma boa reprodutora e mãe de filhos saudáveis. Além disso, a Igreja exercia forte influência nessa época, chegando até a extinguir os Jogos Olímpicos. Qualquer culto ao corpo era estritamente proibido (FARHAT, 2008, p. 5).

É a partir da modernidade, que o conceito de corpo passou a ser visto sobre os aspectos estéticos, abrindo espaço para o que chamamos hoje de ditadura da beleza, impondo modelos sociais de/para corpos, que forçam as pessoas, principalmente, as mulheres, a se inserirem dentro de um determinado padrão de beleza que se torna modelo a ser seguido (CARVALHO, 2004). Constata-se, portanto, que as preocupações relacionadas ao corpo são uma construção cultural e não algo somente natural, na perspectiva biológica. O que nos faz afirmar, que o corpo é o resultado do fator biológico e cultural, logo que, "sofre influência e modificações constantes, tendo em vista, as determinações do meio social no qual está inserido", (CAETANO, 2006, p. 215).

O corpo na Era Moderna, segundo Berger (2006), passa por cuidados relacionados a sua manutenção, com rígidas disciplinas que determinavam o que se devia comer e vestir, atribuindo-lhe, por meio da ginástica, um caráter de corpo belo exercitado. Diante desse cenário, a "Modernidade foi um movimento que rompeu com o pensamento medieval, com o teocentrismo e com a Igreja", (DUARTE, 2010, p. 534), e deu início a uma nova configuração interpretativa sobre a beleza dos corpos e como as pessoas deveriam lidar com essas corporeidades. Todavia, entra em cena a obsessão pelo corpo perfeito fruto da sociedade do consumo da beleza. E desde o século XVII, essa busca exacerbada pelo corpo belo, avança progressivamente, até o século XXI. Observa-se, portanto que:

Por volta do século XVII, começaram a surgir as ideias de

consumo, aliadas as formas de produção do sistema capitalista. Com isso, conceitos de beleza, ancorada pela necessidade de consumo criada pelas novas tecnologias e homogeneizada pela lógica da produção, foi responsável por uma diminuição significativa na quantidade e na qualidade das vivências corporais do homem contemporâneo (BARBOSA, 2011, p. 28).

Assim, a concepção de corpo contemporânea é exageradamente deturpada e os corpos tornaram-se produtos, sobretudo os corpos das mulheres, que são inescrupulosamente "vendidos", pela mídia. O que faz com que o corpo da mulher seja acometido às normas socioculturais. Para Sant'Anna (1995), a prática corporal está impregnada pelo sistema relacional e, é a era da ciência, do progresso e do consumo, que conjecturaram o corpo como instrumento para o estabelecimento das relações sociais, principalmente, o feminino, sobressaindo a obsessão pela aparência, pela forma perfeita corporal e pela juventude eterna, almejada destacadamente, pelas mulheres. E assim:

A mídia é uma das responsáveis pela vivência, atualmente, da revolução do corpo onde valores como beleza, saúde, higiene, lazer, alimentação e atividades físicas têm orientado um conjunto de comportamentos, ora bons, ora ruins na sociedade, imprimindo um novo estilo de vida e beleza, mais livre, narcísico e hedonista do corpo. O corpo de hoje encontra-se em grande metamorfose. Não se trata mais de aceitar o corpo da forma que ele é, mas sim de corrigi-lo e reconstruí-lo. A mídia apresenta o corpo como um objeto a ser reconstruído, seja em seus contornos ou em seus gêneros (FARHAT, 2008, p. 26).

Nesse contexto, na atualidade, o corpo passou a ser construído pelo referencial imposto pela mídia. E assim, podemos constatar que a concepção de corpo da sociedade contemporânea é puramente artificial. O que se vê hoje, são "corpos construídos, seja pela mídia ou por cirurgias plásticas". Porém, sabe-se que "o corpo sempre foi o mesmo, do ponto de vista anatômico e biológico". Mas o que dizer da subjetividade dele, "da forma com que as pessoas veem os corpos delas, de como os vestem e os modelam com cirurgias ou com exercícios", (FARHAT, 2008, p. 5-7), o que nos remete ao entendimento de que os corpos passam por diferentes modificações, até que o "belo corporal seja alcançado". Entretanto, essa situacionalidade pode causar prejuízos à mulher, quando há um culto exagerado ao corpo:

São muitos os prejuízos que uma mulher está sujeita quando não aceita o próprio corpo, até porque na verdade está em uma guerra interna consigo mesmo, com o corpo que carrega. Apresentam características de perfeccionismo, radicalismo, sujeitando-se a dietas rígidas que levam a uma série de problemas, como compulsão, bulimia, anorexia e ortorexia. Colocam metas difíceis de serem alcançadas e/ou mantidas, sujeitando-se a um sofrimento intenso. Além de afetar a saúde, afeta as relações com as pessoas próximas, como, por exemplo, mulheres que se esquivam da relação sexual por estarem com uma dobrinha na lateral da cintura. Não se permitem a entrar no mar ou na piscina quando estão em uma festa, sempre se privando do prazer em função de não estarem satisfeitas com seus corpos (KOTAKA, 2016, s/p.).

Posto isto, ao longo da história essa busca pela beleza corporal reflete a necessidade da afirmação da autoestima feminina pelo corpo. E tendo em vista o imaginário da mulher para se atingir o corpo perfeito, as dietas são utilizadas para modelar o corpo, de maneira que a "perfeição corporal imaginada", seja atingida. Logo que, a visibilidade que o corpo toma no mundo contemporâneo, o insere como um corpo sempre em construção para se manter corpo belo, magro e jovem. É nesse cenário que as dietas se inserem como estratégias a serem desenvolvidas, para se alcançar um corpo imaginado e idealizado:

[...] Destaca-se a dieta, combinada com a atividade física, que conformam os pilares fundamentais para esta construção do corpo (não desconsiderando, evidentemente, o crescente papel das cirurgias plásticas, como também do uso de cosméticos e medicamentos). Tais estratégias são fortemente consubstanciadas por um aparato técnico-científico, o que marca significativamente as formas de lidar com o corpo contemporâneo (SANTOS, 2008, p. 460).

Entretanto, a moda das dietas, não se trata de algo novo. A correlação entre beleza corporal e dieta, surge na tessitura do livro sobre dieta popular, escrito nos anos de 1800, intitulado a "Carta sobre a Corpulência", Endereçada ao Público (Letter on Corpulence, Addressed to the Public), de William Banting, em 1863. Este livro foi elaborado pelo agente funerário inglês, que com 66 anos e 1,65 m, pesando 91,6 Kg, almejava angustiantemente, a aquisição corporal magra. E assim, se submeteu a um processo de dieta para

perder peso e na época, o seu nome virou sinônimo de dieta nos Estados Unidos, dando origem ao verbo "to bant".

Nessa busca pelo corpo perfeito, as dietas estão ligadas a eficácia para se atingir o objeto de desejo, o corpo ideal. Porém, é necessário ressaltar que essa concepção pode estar fundamentada em um ato ilusoriamente formado, apenas no imaginário da mulher, a qual associa "o estar magra", com a felicidade e com o ter sucesso na vida. Outrossim, "a existência de rígidos modelos corporais, a associação entre magreza e felicidade, nasce da necessidade de aceitação social da mulher", (BERGER, 2006, p. 250). E assim, o universo das dietas ganha força social como uma estratégia capaz de moldar os corpos. Nessa reflexão, nota-se que:

A "dieta" estava presente nas mais variadas temáticas e propósitos que iam desde as tradicionais – dieta da lua, dieta das proteínas –, oferta de produtos para o emagrecimento – refeições prontas, medicamentos, aparelhos esportivos, receitas light, informações sobre patologias e sua relação com dieta; como também [...] sites que fornecem programas de emagrecimento, considerados os mais populares, a saber: CyberDiet, Emagrecendo, Perca Gordura, Sempre em Forma, Good Light e Dieta Diet (SANTOS, 2010, p. 461).

Em face do exposto, as dietas alimentares, cirurgias plásticas, programas de exercícios físicos, ganham espaço para se alcançar o "corpo certo", e muitas vezes este corpo é imposto pela mídia, à mulher. Destarte, na contemporaneidade, o corpo é modelado de diferentes maneiras, através de diferentes recursos e não mais aceito com ele é. Portanto, este estudo é extremamente importante para compreendermos quais são as representações do "corpo hoje", e se essa busca pela beleza corporal padronizada produz efeitos deletérios no corpo real da mulher, tendo em vista, que ela o "modifica, o sacrifica e o corrói", na tentativa de atingir o "corpo perfeito, o corpo ideal". E esse contexto nos remete a fazermos uma abordagem exploratória que reconheça a complexidade do fenômeno em questão.

Para tanto, intenciona-se fazer um estudo mais detalhado sobre as corporeidades femininas em construção sociocultural e histórica, a partir da década de 50 até a contemporaneidade, visando compreender as intersecções entre a "moda das dietas" e sua reprodução discursiva enunciada ao longo do tempo, para entendermos o contexto da percepção da imagem corporal

formulada entre as mulheres, na faixa etária de 18 a 70 anos, averiguando se o fazer dieta, constituiu-se como uma "moldagem" do corpo, que reforça ou não, a existência de padrões de beleza, institucionaliza culturalmente e historicamente.

Como instrumento de coleta de dados, o método de pesquisa elegido é a técnica do grupo focal, a qual permitirá que as mulheres participantes da pesquisa sejam favorecidas pela liberdade de expressão, logo que, "há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam",

(GATTI, 2005, p. 9), pois, a unidade de análise dos dados, está concentrada nas respostas que serão coletadas no contexto do próprio grupo.

O que se busca analisar por meio da técnica de grupo focal são os sentidos produzidos a partir do discurso sobre o corpo feminino ideal e as exigências sociais vigentes, que impulsionam as mulheres a adequar seus corpos, a um padrão determinado padrão de beleza, impostos socialmente, na tentativa de averiguarmos quais são os fatores que reforçam e/ou influenciam uma valorização exacerbada do "corpo perfeito". Sendo que:

No grupo focal, não se busca o consenso e sim a pluralidade de ideias. Assim, a ênfase está na interação dentro do grupo, baseada em tópicos oferecidos pelo pesquisador, que assume o papel de moderador. O principal interesse é que seja recriado, desse modo, um contexto ou ambiente social onde o indivíduo pode interagir com os demais, defendendo, revendo, ratificando suas próprias opiniões ou influenciando as opiniões dos demais. Essa abordagem possibilita também ao pesquisador aprofundar sua compreensão das respostas obtidas (GUI, 2003, p. 4).

Essa investigação nos permitirá tecer considerações, se há uma individualidade forjada pela exterioridade ou pela coletividade construída, que remete a um sentimento de (in)satisfação e (in)suficiência em relação ao corpo feminino, formulado no imaginário da mulher, corporificado ao longo da história humana, determinando ou não, a constituição das aparências corporais, para compreendermos como a percepção da autoimagem corporal feminina se constrói.

Diante dessa premissa, o debate teórico proposto, atrelado a pesquisa empreendida pelo grupo focal, nos remete a desvelar aspectos que estão relacionados aos significados e aos efeitos de sentidos simbólicos do corpo ao

longo da história humana, no que tange a constituição das aparências corporais e as consequências da busca incessante pelo corpo ideal.

Isso nos conduzirá a analisarmos quais são as condições históricas, sociais e ideológicas imbricadas, que permitem a enunciação de determinado discurso, produzido pela mulher, para justificar as alterações realizadas em seu corpo, em prol da conquista "corporal perfeita", contribuindo para processos de formação de condutas multifacetadas que expressam as representações individuais e sociais, para se alcançar a imagem considerada bela, endossando a mulher e notadamente o corpo feminino como um objeto de desejo, de intriga e desvio.

Considerações finais

Com o intuito de tecer reflexões sobre a temática corpo, constituído em uma posição sócio-histórica, a partir da memória ressignificada pela aquisição de um "corpo perfeito", obtido através da realização de dietas, buscamos neste trabalho, evidenciar as formas pelas quais o corpo, designadamente, o feminino, tem sido representado na sociedade e como essa situacionalidade produz dizeres que movem as mulheres na luta contra certos imaginários socialmente estigmatizados, tendo em vista um padrão de beleza imposto no âmbito social.

Para tanto, torna-se necessário averiguar nesse contexto, o papel da memória discursiva, da historicidade e da concepção de corpo que as mulheres atribuem para si, logo que, o corpo não escapa às normativas sociais e está imerso na/pela representação simbólica de valores atributos pela prática corporal, impregnada pelo sistema relacional.

Os resultados esperados do ponto de vista do desenvolvimento da pesquisa, está em compreendermos como o corpo da mulher, um corpo modificado, impregnado de sensações e manuseios, reflete a corporeidade feminina, em interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico, na tentativa de entendermos a trajetória de constituição do corpo da mulher, imbuído de (re)significados, especialmente nos dias de hoje, tendo em vista, que a padronização da beleza, torna a concepção de corpo puramente artificial.

Pretendemos demonstrar com a análise empreendida, via pesquisa realizada por meio dos grupos focais, que o corpo feminino desvela saberes,

valores, costumes e padrões de beleza, que (re)significam a autoimagem corporal feminina que perdura socialmente, e que reflete a ordem de uma (im)possível, (re)construção do corpo da mulher, artefato da presença feminina na sociedade, implicado em uma encenação de si, que alimenta uma vontade de se reapropriar de sua existência, de criar uma identidade provisória mais favorável. O corpo é então "submetido ao design às vezes radical que nada deixa inculto", (LE BETRON, 2003, p. 22).

Desse modo, vislumbramos um novo olhar sobre o corpo e a corporeidade feminina, para (re)pensar as aspirações das mulheres sobre a autoimagem corporal "perfeita", desmistificando estigmas, estereótipos, valores e atitudes, que determinam como deve ser o corpo feminino hoje, o que leva a mulher a entrar em um estado de angustia e de baixa autoestima.

Isto posto, o desenvolvimento dessa pesquisa, abrirá nossos espaços de reflexão e formação de conhecimento científico sobre a temática em tela, tanto na Academia como para a sociedade em geral, no que coincide com a visibilidade do corpo feminino, pois o desafio, agora, é reconstruir uma nova visão de corpo biográfico da mulher não mais como objeto, uma zona passiva, em que a mulher se submete a reproduzir o corpo modelado pela indústria do consumo da corpolatria estética, que estimula e reforça a cultura do culto ao corpo na sociedade contemporânea, mas sim, uma mulher empoderada e protagonista da sua própria história, que não se deixa levar por estereótipos e padrões estéticos relacionados ao corpo.

Referências

AZEVEDO, A. A. A resignificação do corpo pela educação física escolar, face ao estereótipo construído na contemporaneidade. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/1083/1683>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BACKES, D. S; COLOMÉ, J; ERDMANN, R. H. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

BARBOSA, M. R. MATOS, P. M. COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2011. Psicologia & Sociedade. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a04v23n1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BARROS, D. D; BANKOFF, A, D, P.; SCHMIDT, A. Imagem corporal da mulher: a busca de um corpo ideal. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd87/mulher.htm>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BEAUVOIR, S. Por uma moral da ambiguidade. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. O Segundo Sexo. Trad. Sérgio Milliet. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERGER, M. Corpo e identidade feminina. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2006, 312 p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-22112007-150343/publico/TESE_MIRELA_BERGER.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

BOMFIM, L. A. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNC/Hv7gm3srw/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CAETANO, G. J. Influência da mídia sobre o corpo do adolescente. 2ª. ed.: Curitiba: SEED-PR, 2006.

CARVALHO, Y. M. Corpo e história: o corpo para os gregos, pelos gregos, na Grécia antiga. In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). Corpo e história. Campinas: Autores Associados, 2ª. ed. 2004.

DUARTE, B. N. Corpo da modernidade: Lugar da condenação e da salvação do indivíduo. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/BarbaraArt.pdf>. Acesso em: 11 abril. 2022.

FARHAT, D. G. K. M. As diferentes concepções de corpo ao longo da história e nos dias atuais e a influência da mídia nos modelos de corpo de hoje. 2008. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Educação física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/118970>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FREIRE, I. M.; DANTAS, M. H. A. Educação e corporeidade: um novo olhar sobre o corpo. HOLOS, Ano 28, v. 4, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/cousteau,+Artigo+HOLOS+-+12.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FLORENTINO, J; FLORENTINO, F. R. A. Corpo objeto: um olhar das ciências sociais sobre o corpo na contemporaneidade. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd113/o-corpo-na-contemporaneidade.htm>. Acesso em: 14 abr. 2022.

- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003, p. 79-98.
- González R.; F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia – Caminhos e Desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- GONÇALVES, A. S.; GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GUI, R. T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*. Versão Online, ISSN1984-6657. Rev. Psicol., Organ. Trab. v.3, n.1. Florianópolis, jun. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v3n1/v3n1a07.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- KOTACA, L. A mulher e a difícil relação com o corpo. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/luciana-kotaka/a-mulher-e-a-dificil-relacao-com-o-corpo/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- LE BRETON, D. *La sociologie du corps. A sociologia do corpo*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- _____. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Trad. Mariana Appenzeller. 6ª. ed. Campinas-SP: Papirus, 2013.
- LIMA, A. F.; FERREIRA, I.; BATISTA, K. A. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. Disponível em: . Acesso em: 11 abr. 2022.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974. v. 2.
- MELLO, L. M. B. Como informar as características dos participantes do estudo em um trabalho de pesquisa? 2020. Disponível em: . Acesso em: 15 abr. 2022.
- MITTANCK, V. A. As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes. Transformações, conexões e deslocamentos. Disponível em: http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470616_ARQUIVO_A SMULHERESDE1950seucomportamentoesuasatitudes.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.
- MORGAN, D. L. *Focus group as qualitative research* London: Sage, 1997.
- OLIVA, J. O Outro a partir da corporeidade: a importância do corpo na situação da mulher em *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 5-n. 9, p. 267 – 286. 1º sem. 2014. ISSN: 2177-6342. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/7559/6665>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. *Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2008.

ORLANDI, E. P. Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia. 2.^a. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 6.^a. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Cidade dos sentidos. Campinas: Pontes, 2004.

ONU. Organização das Nações Unidas. Onu-Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 11 abr. 2022.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3.^a. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PERROT, M. Minha história das mulheres. Tradução Angela M. S. Correia. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, M. D. Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

SANT'ANNA, D. B. (Org.). Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais. Tradução Mariluce Moura. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. 190 p.

SANTOS, O. O corpo como objeto e fonte para produção de sentidos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QyJdSLkC5QbD7MvpYrxQ3JD/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SANTOS, L. A. S. Da dieta à reeducação alimentar: algumas notas sobre o comer contemporâneo a partir dos programas de emagrecimento na Internet. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [2]: 459-474, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Xg3F HmLr9YKnpCxx-63h9xfk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 20 jan. 2023.

SANTOS, V. S.; MEZZAROBIA, C. A percepção da imagem corporal: algumas representações de corpo na juventude. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QyJdSLkC5QbD7MvpYrxQ3JD/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SAUNDERS, M.; TOWNSEND, K. Choosing participants. In: CASSELL, C; CUNLIFFE, A.; GRANDY, G. *The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods: History and Traditions*. Londres: SAGE Publications Ltd, 2019. p. 480-492.

SEVERO, T. P.; FONSECA, A. D.; GOMES, V. L. O. Grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v11n3a14.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SCHILDER, P. A. Imagem do Corpo: as energias construtivas da psique. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SILVA, L. M. F.; PORPINO K. O. Os sentidos da beleza: discutindo as aparências do corpo na Educação Física. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd144/as-aparencias-do-corpo-na-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, R. F.; JÚNIOR, R. V.; MILLER, J.; Imagem corporal na perspectiva de Paul Schilder. Contribuições para trabalhos corporais nas áreas de educação física, dança e pedagogia. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd68/schilder.htm>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SOUZA, L M. A.; SANCHES, R. D. O corpo do/no discurso midiático das dietas: efeitos do novo e da novidade DOI: . ISSN: 1415-0549 e-ISSN: 1980-3729. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/27408-Texto%20do%20artigo-121423-1-10-20171201.pdf>. Acesso: 12 abr. 2022.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762001000100001>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNICENTRO. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPGDC. Disponível em: <https://www2.unicentro.br/ppgdc/area-de-concentracao/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

_____. Linhas de Pesquisa. Disponível em: Acesso em: 11 abr. 2022.

WDOWIK, M. A longa e estranha história das dietas da moda para emagrecer. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/ciencia/1510658654_171692.html. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAPÍTULO VIII

A CÁTEDRA DE EMPODERAMENTO E EMPREENDEDORISMO FEMININO UNICENTRO

Fábio Hernandes
Doutor em Engenharia Elétrica
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Ademir Juracy Fanfa Ribas
Doutor em Ciências Florestais
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Loide Andréa Salache
Mestra em Letras
Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Capítulo VIII

A cátedra de empoderamento e empreendedorismo feminino Unicentro¹

Introdução

O empreendedorismo feminino é um movimento que cresce no mundo inteiro, fruto do avanço para o efetivo reconhecimento dos direitos das mulheres, a caminho de atingirmos a paridade de gênero. Nesse sentido, todas as pessoas precisam de atenção, apoio e acesso à educação para quebrar paradigmas, empoderar-se, tendo em vista a emancipação socioeconômica.

Em busca do desenvolvimento humano, a organização das Nações Unidas (ONU), ressalta que é necessário fortalecer ações para promover a igualdade de gênero. E à vista disso, para auxiliar a transformação da sociedade, a fim de um futuro promissor para a humanidade e o planeta, a ONU estabeleceu a Agenda 2030, que é um plano global para atingirmos até esse ano, um mundo melhor para todos os povos e nações.

Como aporte para o empoderamento econômico feminino, em apoio à Agenda² 2030, a ONU Mulheres³ (2015, s/p.), lançou a iniciativa global "Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero", com compromissos concretos assumidos por mais de 90 países, intensificando a importância de "construir um Planeta 50-50 depende de todas e de todos, de mulheres e de homens", bem como, da "sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação, que devem trabalhar de maneira

¹ Como citar este trabalho: HERNANDES, F.; RIBAS, A. J. F.; SALACHE, L. A. A cátedra de empoderamento e empreendedorismo feminino Unicentro. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 153 - 167. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.8

² Agenda 2030 da ONU é um plano global para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas foi realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados-membros, e estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS-ONU). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/> e <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso: 14 nov. 2022.

³ A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. São três áreas prioritárias de atuação: liderança e participação política, governança e normas globais; empoderamento econômico; prevenção e eliminação da violência contra mulheres e meninas, paz e segurança e ação humanitária. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso: 14 nov. 2022.

determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero".

Assim, para que possamos promover o empoderamento econômico da mulher, impulsionar uma renovação no mundo dos negócios e atingir o desenvolvimento do empreendedorismo⁴ feminino, de forma sustentável, é necessário intensificar o contexto de/da inovação⁵ na esfera da gestão empresarial, tanto nos aspectos internos quanto nos externos, considerando os fatores econômicos, mercadológicos e estratégicos, com olhar para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU, 2015).

Essas perspectivas fazem com que as universidades, dentre as atividades inter-relacionadas no ensino, na pesquisa e na extensão, numa visão contemporânea emergencial, desenvolvam projetos e iniciativas para empoderar as mulheres⁶. E nessa perspectiva, no mês de abril de 2022, a Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, criou a Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino (Ceef Unicentro), para incentivar as mulheres residentes no município de Guarapuava e de um modo geral, de todo o Estado do Paraná, a olhar o futuro vislumbrando sonhos, conquistas e realizações, à medida que conseguem extirpar as vulnerabilidades derivadas pelas condições precárias de trabalho⁷ (ou ausência deste), aliada à fragilidade de um vínculo social, que tornam-se impeditivos do empoderamento feminino.

⁴ Por que falar de empreendedorismo feminino? Além de representarem parte relevante do contingente empreendedor do país, as mulheres ainda buscam espaço no mercado para debater impacto e equidade. A pandemia e o desemprego, porém, criaram barreiras para que esse diálogo seja facilitado. As mulheres brasileiras foram, entre todas as empreendedoras do mundo, as mais prejudicadas com os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19. Diante desse cenário, falar sobre empreendedorismo feminino é, antes de mais nada, uma questão de desenvolvimento econômico em um país imerso em incertezas políticas e sociais. Disponível em: <https://exame.com/pme/dia-do-empreendedorismo-feminino-cenario-brasileiro/>. Acesso: 31 mar. 2022.

⁵ As mulheres inovam mais. Apesar de ter afetado todos os negócios brasileiros, a pandemia do coronavírus despertou reações mais rápidas em empreendimentos liderados por mulheres. Uma pesquisa do Sebrae com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que as empreendedoras foram mais ágeis na hora de implementar inovações em seus negócios e digitalizar as operações. Cerca de 71%, delas usam redes sociais, aplicativos e a internet para vender seus produtos e serviços, frente a 63%, dos homens. E 11%, das empreendedoras disseram ter inovado em seus negócios durante a crise, enquanto somente 7%, dos homens declararam ter olhado para esse quesito. Disponível em: <https://exame.com/pme/dia-do-empreendedorismo-feminino-cenario-brasileiro/>. Acesso: 31 mar. 2022.

⁶ Mulheres empregam mais mulheres. Cerca de 73% dos empreendimentos liderados por mulheres no Brasil são majoritariamente femininos, contra apenas 21% dos empreendimentos liderados por homens. Já em relação à sociedade, das mulheres donas de negócio próprio com sócios, 44% têm apenas mulheres como sócias. Disponível em: <https://exame.com/pme/dia-do-empreendedorismo-feminino-cenario-brasileiro/>. Acesso: 31 mar. 2022.

⁷ Mulheres no mercado de trabalho: subocupação e informalidade aumentam. Segundo pesquisadoras da

Isto posto, a Ceef⁸ Unicentro é um projeto institucional e sua viabilização contribui para a disseminação de conhecimento acerca do empreendedorismo feminino, como subsídio para o empoderamento econômico das mulheres, promoção da igualdade de gênero e dignidade social. E desse modo, a Ceef Unicentro visa estimular e integrar a pesquisa científica e o desenvolvimento comunitário, voltados para a construção de uma sociedade mais justa, na medida em que gera oportunidades de liderança social e laboral para as mulheres, promovendo o seu empoderamento econômico e valorizando o papel da mulher na sociedade, como empreendedora.

Para impulsionar o processo empreendedor feminino é necessário promover, inicialmente, o acesso à educação, a cultura, ao lazer e a saúde, para que as mulheres sintam-se motivadas a obter independência financeira, atrelada a realização pessoal e profissional (ALVES; DANDOLINI, 2017; PALMA, 2016). Estes fatores quando conjugados entre os seus significados e significantes, resultarão no empoderamento socioeducacional e socioeconômico da mulher, bem como, da sua autoestima.

Considerando que a situação de vulnerabilidade social está relacionada com a falta de representatividade e oportunidades, a Ceef Unicentro constrói pontes de colaboração, estabelecendo parcerias entre entidades governamentais, sem fins lucrativos, com o propósito de promover ações em benefício do bem-estar e do bem viver da sociedade. Assim, em sintonia universidade e comunidade se descobrem pertencentes ao mesmo cenário protagonista do processo de transformação social.

Além disso, acredita-se que as inovações e transformações no seio da comunidade local, regional e nacional, capaz de fortalecer o tecido social, visando à promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres, assim como o enfrentamento e prevenção de violência de gênero, ocorrerão quando ações são implementadas por meio do acesso à formação educacional e capacitação laboral, construindo condições estruturais e situações compartilhadas, que

Facamp, elas são mais afetadas pelas condições adversas de um mercado com altos níveis de subutilização da mão de obra. O segundo trimestre de 2019 registrou aumento da subocupação e da informalidade no emprego feminino. Além disso, é possível notar que as taxas de desocupação, de subocupação e de subutilização da força de trabalho feminina são substantivamente superiores às dos homens. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/108484-mulheres-no-mercado-de-trabalho-subocupacao-e-informalidade-aumentam>. Acesso: 31 mar. 2022.

⁸ A Ceef Unicentro é um projeto institucional coordenado pelo professor Fábio Fernandes, Magnífico Reitor da Unicentro, pelo professor Ademir Juracy Fanfa Ribas, Excelentíssimo Vice-Reitor da Unicentro e pela professora Loide Andréa Salache, coordenadora geral da Ceef Unicentro.

ênfataz a autonomia na tomada de decisão das mulheres⁹ para a busca do empoderamento social e financeiro.

Em vista disso, a Ceef Unicentro promove ações que oportunizam o desenvolvimento de atividades de sensibilização para se atingir o empoderamento feminino. Diante deste contexto, a pesquisa em tela, pretende dar subsídios para possibilitar que outras ações sejam construídas na academia e além dela, visando à promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres, bem como, a tomada de iniciativas no "sentido de que, tanto individual como coletivamente, possa melhorar dita realidade (STOLZ, 2009, p. 07).

Sendo assim, este estudo apresenta um recorte das ações desenvolvidas pela Ceef Unicentro no ano de 2022, com a proposta de promover um processo de democratização do conhecimento, no que se refere a atuação da Ceef Unicentro na sociedade, pertinente ao trabalho de empoderamento das mulheres realizado na universidade. Por conseguinte, visualizamos como imprescindível à efetividade de criação e otimização de programas e projetos dirigidos às mulheres, considerando as suas reais necessidades e particularidades.

Nesse percurso, refletir-se-á sobre o processo de "mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 735), para modificar as relações de desigualdade e opressão social que atingem os grupos vulneráveis, como as mulheres, promovendo o respeito à igualdade de direitos, visando alcançar a equidade social.

Assim, "torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes, quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança", (LEON, 2001, p. 97). Diante deste contexto, se deve configurar o empoderamento da mulher, ou seja, a aquisição de autonomia, não apenas nas questões públicas, mas também no âmbito familiar, no trabalho e nas relações sociais.

Nesse sentido, a Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino (Ceef Unicentro), estabelece ações para dar suporte e auxiliar à formação feminina, incentivando ao empoderamento no contexto educacional

⁹ Vale ressaltar que a Ceef Unicentro mobiliza ações para prestar apoio as pessoas em situação de vulnerabilidade social, desemprego e/ou subemprego, ou seja, pessoas que vivenciem condições precárias de trabalho, aliada à fragilidade de um vínculo social e familiar.

e também, laborativo. Precisamente por isto, impulsionar o empreendedorismo¹⁰ das mulheres é uma estratégia que visa a redução de desigualdades, refletindo novas construções e imaginários sociais, em sintonia com a dialogicidade e o reconhecimento da importância de se efetivar um tratamento justo entre homens e mulheres, na perspectiva do desenvolvimento humano.

A Ceef Unicentro e a sua importância sociocomunitária

O empoderamento feminino não deve ser pensado apenas no âmbito do acesso à renda, mas também, relacionado a possibilidade de crescimento pessoal, educacional e emancipação social, como uma forma de prevenir e coibir qualquer tipo de violência ou situação de vulnerabilidade e existir como autoconfiança e autoestima para integrar as mulheres na comunidade.

A Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro), viabiliza atividades significativas que promovem, simultaneamente, a educação superior, a pesquisa e a extensão. E como metas adicionais para consecução de seus objetivos, têm um olhar especial para os dezessete "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", (ODS-ONU, 2015), buscando assegurar os direitos humanos, diminuir a pobreza, a desigualdade e a injustiça social. A Ceef Unicentro é um projeto coordenado pelos professores Fábio Hernandez, Magnífico Reitor da Unicentro, pelo professor Ademir Juracy Fanfa Ribas, Excelentíssimo Vice-Reitor da Unicentro e pela professora Loide Andréa Salache. As atividades da Ceef Unicentro iniciaram-se no mês de maio de 2022, na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, com a participação de cento e vinte e cinco mulheres em cursos de capacitação profissional, logo que:

As mulheres encorajam a participação, a partilha do poder e da informação e tentam aumentar a autoestima dos seguidores.

¹⁰ O Paraná possui 549.572 empreendedoras, segundo o estudo do Sebrae, "Empreendedorismo Feminino no Brasil", que traz o perfil das empresárias brasileiras até o terceiro bimestre de 2020, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No Paraná, elas estão no comando de 34% das empresas e quase a metade delas (49%), tem menos de 44 anos de idade. Além de gerenciar o próprio negócio, 47% das empresárias paranaenses também são chefes de domicílio. Mesmo com o desafio de lidar com várias tarefas no dia a dia, a mesma porcentagem de mulheres dedica mais de 40 horas por semana ao negócio. No Estado, 18% delas são empregadoras, a terceira maior proporção no Brasil. Disponível em: <https://paranashop.com.br/2021/03/parana-possui-mais-de-549-mil-mulheres-empreendedoras-quarta-maior-marca-do-brasil/>. Acesso: 31 mar. 2022

Preferem liderar pela inclusão e recorrem a seu carisma, experiência, contatos e habilidades interpessoais para influenciar os outros (ROBBINS, 2000, p. 413).

Reafirmando o compromisso da universidade pela igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independente de sexo, cor, etnia, idade, orientação sexual, origem social, capacidade física ou mental, com o respeito aos direitos humanos e a não discriminação, foi efetivada a parceria¹¹ com a Prefeitura Municipal de Guarapuava e a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Guarapuava/PR), para o desenvolvimento de ações conjuntas no âmbito da Ceef Unicentro, principalmente, para que possamos estabelecer um "planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero", (ONU MULHERES, 2022, s/p.).

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI Unicentro, 2018-2022), as ações da Ceef Unicentro são planejadas em um processo de fluxo contínuo de desenvolvimento, ou seja, este projeto possibilita a sua gestão de aplicabilidade de forma continuada para os anos subseqüente ao de 2022. Sendo que o seu planejamento possui metas definidas e correlatas com os direcionamentos pedagógicos e organizacionais da universidade, com enfoque na pesquisa, na ciência e na inovação, para impulsionar o empoderamento e o empreendedorismo feminino. E nesse contexto:

Assegurar a continuidade e a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender as demandas da sociedade. Aproveitar as oportunidades de melhoria das condições de atendimento das demandas sociais [...] Desenvolver ações que proporcionem efeito sinérgico entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (PDI-UNICENTRO, 2018-2022, p. 26).

E nessa multiversidade, visando aprofundar as perspectivas da

¹¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro e a Prefeitura de Guarapuava, Estado do Paraná, firmam convênio para realização de ações pela Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino – Ceef Unicentro, no dia 12 de maio de 2022. O termo de parceria foi oficializado pelos professores Fábio Hernandes, Magnífico Reitor da Unicentro, pelo professor Ademir Juracy Fanfa Ribas, Excelentíssimo Vice-Reitor da Unicentro, com a Prefeitura de Guarapuava (Estado do Paraná), formalizado pelo Excelentíssimo Prefeito Senhor Celso Fernando Góes, e também neste ato, com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava (Sppm), na presença da Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, a senhora Priscila Schran.

instituição, a Ceef Unicentro no ano de 2022, teve o seu projeto aprovado junto ao "Programa Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança", proposto via "Edital¹² n.º. 001/2022 Mulheres Paranaenses/Unicentro". Por conseguinte, como um projeto no âmbito institucional, a Ceef Unicentro otimizará a oferta de vários cursos, a exemplo, "Empoderamento, Empreendedorismo, Inovação e Empregabilidade", "Informática Básica", "Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital para a Publicização do seu Negócio" e "Mulheres MEI", que serão ministrados pela equipe da Ceef Unicentro e também, pela comunidade universitária, a partir do ano de 2023.

Outrossim, ressaltamos que tendo em vista o planejamento organizacional e de desenvolvimento das ações da Ceef Unicentro, os cursos de "Empoderamento, Empreendedorismo, Inovação e Empregabilidade" e o curso de "Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital para a Publicização do seu Negócio", já foram ofertados no ano de 2022, pela equipe de coordenação da Ceef Unicentro e terão a sua continuidade nos anos subsequentes.

Ademais, as ações metodológicas da Ceef Unicentro consolidam-se na/para abrangência de um aperfeiçoamento formativo, humanizador e sustentável. No que concerne a otimização dos cursos, estes são ofertados no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, com carga horária variável, na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. As datas agendadas de oferta dos cursos são flexíveis, de maneira que consiga traçar estratégias específicas para atender cada público-alvo, visando o êxito da ação. Vale ressaltar ainda, que as pessoas participantes das atividades da Ceef Unicentro, recebem certificação como cursistas, a qual é emitida pela Unicentro.

Os cursos são organizados, dialogados e ministrados pela equipe de coordenação da Ceef Unicentro e pela comunidade acadêmica da universidade, em um trabalho de interação, colaboração e cooperação, unem-se, para a construção de uma rede de saberes, com efeitos multiplicadores e potencialida-

¹² Edital n.º. 001/2022, Mulheres Paranaenses/Unicentro. Abertura do processo de seleção interna de projetos para submissão ao Programa Mulheres Paranaenses: Empoderamento e liderança”, vinculado a Fundação Araucária. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, considerando a Chamada Pública n.º. 002/2022-Fundação Araucária, por meio da Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação do Programa Mulheres Paranaenses na Unicentro, designada pela Portaria no. 03/2022-Proec/Unicentro, torna pública a abertura do processo de seleção de projetos para composição da proposta institucional a ser submetida ao Programa pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA), e Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti). Disponível em: https://www3.unicentro.br/proec/wp-content/uploads/sites/73/2022/05/Edital_001_2022_MULHERES_PARANAENSES_UNICENTRO.pdf. Acesso 15 jan. 2023.

des formativas, a partir de responsabilidades compartilhadas.

No que tange as mulheres cursistas, participantes das ações empreendidas pela Ceef Unicentro, salientamos que o seu público-alvo¹³ são pessoas (a partir de dezoito anos), que desejam empoderar-se, e melhorar a sua qualidade de vida e de seus familiares, no exercício de "concentrar-se nos elementos-chave para a promoção da igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade" (ONU MULHERES, 2017, p. 04).

Além disto, no que se refere a parceria firmada com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Sppm-Guarapuava/PR), esta, encaminha pessoas em situação de vulnerabilidade social para participarem das atividades da Ceef Unicentro, traçando uma linha clara de comunicabilidade entre os integrantes da parceria firmada, pois:

Com o novo desenho da sociedade contemporânea, surge a parceria como uma relação nova. A sociedade atual possibilita e admite a intervenção simultânea e combinada de vários parceiros: universidades, organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais que possam associar-se para a realização de objetivos comuns. As relações de parceria formam um tecido comunitário que exige o compartilhamento de objetivos e a cooperação em grande escala, e fundamentais para o desenvolvimento de um país como o Brasil (CASTILHO & CASTILHO, 2012, p. 05).

Assim, a Ceef Unicentro torna-se uma referência de projeto social desenvolvido no Estado do Paraná¹⁴, liderado por uma universidade e que corrobora para fortalecer o empoderamento e empreendedorismo das pessoas,

¹³ O público-alvo da Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro), são pessoas (a partir de dezoito anos), que desejam empoderar-se, especialmente, mulheres no âmbito das seguintes profissões: costureiras, cabeleireiras, manicures e pedicures, cozinheiras, boleiras e doceiras, salgadeiras, babás, cuidadoras de idosos e de crianças, mulheres que produzem artesanatos em geral, bordadeiras, diaristas, empregadas domésticas e trabalhadoras da limpeza de um modo geral, catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, pintoras, pedreiras, trabalhadoras rurais, entre outras profissões, no contexto formal ou informal laboral, bem como, pessoas desempregadas.

¹⁴ Dados sobre o empreendedorismo feminino no Paraná: 18% das empreendedoras paranaenses são empregadoras (no Brasil, o número é de 13%); 67% delas têm de 1 a 5 empregados; 49% têm até 44 anos; 45% das paranaenses empreendem no setor de serviços; 60% das empresárias contribuem para a previdência social; 47% trabalham mais de 40 horas por semana no negócio. Disponível em: <https://paranashop.com.br/2021/03/parana-possui-mais-de-549-mil-mulheres-empreendedoras-quarta-maior-marca-do-brasil/>. Acesso: 10 mar. 2022.

em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU, 2015), em atendimento as diretrizes dos desafios contemporâneos e urgentes, essenciais para a preservação da vida, do meio ambiente.

Nessa proposta metodológica, a Ceef Unicentro objetiva de um modo geral, integrar pesquisadores, especialmente aqueles com estudos nas áreas de empoderamento e empreendedorismo¹⁵ de mulheres, a fim de compor uma rede de pessoas que tenham interesses comuns em diferentes âmbitos, no que diz respeito a "empoderar as mulheres para que participem integralmente de todos os setores da economia e em todos os níveis de atividade", (ONU MULHERES, 2017, p. 4).

Segundo, Hunt e Samman (2016), o empoderamento econômico das mulheres é reflexo de um processo de mudança social e está interligado com reforços psicológicos, políticos e socioeconômicos, através dos quais, cada mulher, pode ganhar poder para emancipar-se socioeconomicamente, adquirir controle sobre suas vidas, de forma única e também, coletiva. Logo que, o empoderamento econômico das mulheres, atinge mudanças interiores e sociais.

Diante dessa premissa, este estudo nos remete a desvelar aspectos que estão relacionados aos significados e aos efeitos de sentido, em que a palavra de ordem é cooperação para empoderar mulheres, pois, a Ceef Unicentro visa por meio da educação e capacitação, apoiar o desenvolvimento profissional das mulheres, respeitando os direitos humanos e a não discriminação, na promoção da igualdade de gênero.

A necessidade de mudança e a vontade de participar, nos despertam para a urgência de contribuirmos na/para formação de pessoas solidárias e emancipadas, para que possam desfrutar de uma vida próspera, com dignidade e igualdade de gênero, em um ambiente saudável, sem violência ou discriminação, integrados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU, 2015), para o empoderamento de todas as pessoas.

Nesse processo, a Ceef Unicentro caracteriza-se como um projeto

¹⁵ No Brasil elas são mais de 30 milhões, em um universo de 52 milhões de empreendedores, segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor 2020 (GEM), principal pesquisa sobre empreendedorismo do mundo, feita em parceria com o Sebrae. Elas são (quase) maioria. Segundo dados Sebrae e da Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor 2020 (GEM), o Brasil é o sétimo país com o maior número de mulheres empreendedoras no mundo. Dos 52 milhões de empreendedores no país, 30 milhões (48%) são mulheres. Já entre os microempreendedores individuais (MEI), as mulheres representam 48% do total. A preferência delas é pelos segmentos de beleza, moda e alimentação. Disponível em: <https://exame.com/pme/dia-do-empreendedorismo-feminino-cenario-brasileiro/>. Acesso: 31 mar. 2022.

inovador e contempla na sua essencialidade de otimização, de um modo geral, as características concernentes ao apelo global à ação integrada pelo cumprimento dos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo:

ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

ODS 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

ODS 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

ODS 14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ODS-ONU, 2015, s/p.).

Neste ínterim, com uma política de extensão renovada, contextualizando ações de forma transversal, interdisciplinar e multidisciplinar, incentivando as potencialidades das mulheres e propiciando o exercício da cidadania, a Ceef Unicentro auxilia o empoderamento e o empreendedorismo feminino, no âmbito da «extensão universitária, logo que, o projeto possui inúmeras

potencialidades porque promove a socialização de experiências regionais, incentivando a criação de mais projetos inovadores em benefício das comunidades necessitadas", (CASTILHO & CASTILHO, 2012, p. 06), na abrangência territorial do município de Guarapuava e das cidades de seu entorno, e além destas.

Logo, no que se refere ao planejamento das atividades da Ceef Unicentro, a sua praticabilidade torna-se um campo fértil para as transformações pessoais, profissionais e solidárias, logo que, o saber produzido valoriza(rá) mudanças em benefício das comunidades, contribuindo dessa na formação de pessoas empoderados, aptas a empreender e enfrentar os desafios sociais. Sendo assim, todas as ações da Ceef Unicentro são direcionadas ao pleno desenvolvimento humano.

Diante disso, a Ceef Unicentro prioriza a igualdade de gênero em todos os contextos da sociedade, buscando consolidar os sete "Princípios de Empoderamento das Mulheres", uma iniciativa ligada à ONU Mulheres e ao Pacto Global, funcionando como articulação entre o acadêmico e a sociedade globalizada, para:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível;
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação;
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa;
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres;
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres, através das cadeias de suprimentos e marketing;
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social;
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU MULHERES, 2010, s/p.).

Nessa perspectiva, "aperfeiçoar e aprofundar as respostas econômicas e sociais para garantir os direitos humanos das mulheres a uma vida digna e autônoma, requer mobilização social, vontade política assertiva e o

compromisso de atores públicos e privados", (ONU MULHERES, 2022, s/p.), para o desenvolvimento de práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento de mulheres.

Por este ponto de vista e com esse enfoque no conceito de transversalidade racial, de gênero e de diversidades, a Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro), torna-se, portanto, um projeto social integrador, inovador e cooperativo, com o compromisso de empoderar as mulheres e promover a igualdade de gênero, contribuindo para que possamos atingir um "Planeta 50-50, para todas e todos, mulheres, homens, no âmbito da sociedade civil, nos governos, nas empresas, nas universidades e nos meios de comunicação", (ONU MULHERES, 2022, s/p.).

Diante deste conhecimento que se configuram as ações da Ceef Unicentro, articuladas tanto no âmbito interno da universidade, como com o poder público, para a conquista paulatina de uma sociedade justa e sustentável, voltada à promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania das mulheres.

Considerações finais

Todos os processos educativos devem estar direcionados ao pleno desenvolvimento humano e de suas potencialidades, visando prioritariamente, assegurar à promoção dos direitos humanos, diminuir a pobreza, a desigualdade e a injustiça social, com o intuito de alcançar a equidade de gênero, com um mundo de oportunidades iguais para todas as pessoas.

Assim, os resultados esperados com o desenvolvimento da Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro), concentram-se em estimular e integrar a pesquisa científica e o desenvolvimento sociocomunitário sustentável, para eliminar as barreiras da vulnerabilidade social. Pois, o empoderamento nesse contexto, possibilita novas chances de vida, capacitações e estado de confiança para a mulher, como um instrumento transformador da sua condição de vida.

Portanto, a criação Ceef Unicentro na/para universidade representa o enriquecimento da otimização de trabalhos científicos e pesquisas, no campo de empoderamento de mulheres, além de apoiar o empreendedorismo feminino e à igualdade de gênero, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável. Neste sentido, visualizamos como imprescindível à efetividade da Ceef Unicentro para o benefício da sociedade global.

Precisamente por isto, a proposta aqui exposta objetivou debater em torno dos estudos de gênero, no que tange, as contribuições desenvolvidas na Unicentro para empoderar mulheres, em que a relação entre teoria e prática dialogam em defesa dos direitos humanos e de cidadania das mulheres, a partir das ações articuladas na universidade, dedicadas às comunidades vulneráveis, refletindo novas construções e imaginários sociais.

Sendo assim, a iniciativa que impulsiona à Ceef Unicentro está fundamentada em um panorama maior, através do qual universidade e comunidade se descobrem pertencentes ao protagonismo no processo de transformação social, para assegurar o equilíbrio entre os direitos e deveres do ser humano, e assim garantir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Referências

- ALVES, F. L.; DANDOLINI, A. A Atividade empreendedora como ferramenta de empoderamento feminino: desafios e possibilidades na contemporaneidade. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2017.
- AMORIM, R. O.; BATISTA, L. E. Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento. (2016). Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf. Acesso: 12 mar. 2022.
- ANTONELLO, G. G. G.; ANDREOLA, M. T. Empoderamento Feminino. *AMF*. 2019.
- BRASIL. Governo do Estado do Paraná. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Governo lança programa para financiar projetos voltados à formação de lideranças femininas. Publicado em 8 de março de 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-lanca-programa-para-financiar-projetos-voltados-formacao-de-liderancas-femininas>. Acesso: 12 mar. 2022.
- CASTILHO, M. L. R.; CASTILHO, A. R. A universidade e os projetos sociais: projeto Rondon – cooperação entre a universidade e comunidades do Estado do Mato Grosso/ MT. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/237.pdf>Lho. Acesso: 16 jan. 2023.
- DEVAMMA, B. L. Women Economic Empowerment, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35n9/e00174818/en/>. Acesso: 20 mar. 2022.

DIAS, M., C. ONU para celebrar e incentivar protagonismo feminino nos negócios; no Brasil, as mulheres já são quase metade dos empreendedores. Dia do Empreendedorismo Feminino: o cenário das empresárias do Brasil. Por que falar de empreendedorismo feminino? Exame: publicado em 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://exame.com/pme/dia-do-empreendedorismo-feminino-cenario-brasileiro/>. Acesso: 31 mar. 2022.

FARIA, M. Desafios para a Construção da Autonomia Econômica para as Mulheres. In.: Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GOLLA, A. M.; MALHOTRA, A.; NANDA, P. M. R. Understanding and measuring women's economic empowerment: definition, framework and indicators. Washington, DC: International Center for Research on Women, 2011. Disponível em: <https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2016/10/Understandingmeasuring-womens-economic-empowerment.pdf>. Acesso: 16 mar. 2022.

HUNT, A.; SAMMAN, E. Women's Economic Empowerment Navigating enablers and constraints. 2016. Disponível em: - womens-economic-empowerment-navigating-enablers-and-constraints. Acesso: 20 mar. 2022.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/29498/31358>>. Acesso: 14 nov. 2022.

León, M. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. La Ventana, n°. 13, 2001, p. 94-106.

PORTOGENTE. Mulheres no mercado de trabalho: subocupação e informalidade aumentam. Agosto de 2019. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/108484-mulheres-no-mercado-de-trabalho-subocupacao-e-informalidade-aumentam>. Acesso: 31 mar. 2022.

ONU, Mulheres Brasil. Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/> Acesso: 12 mar. 2022.

_____. Projeto Empoderamento Econômico de Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/projetos/>. Acesso: 12 mar. 2022.

_____. Direitos Humanos das Mulheres. A Equipe das Nações Unidas no Brasil. Julho, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso: 12 mar. 2022.

_____. Princípios de Empoderamento das Mulheres. Organização das Nações Unidas, ONU Mulheres e o Pacto Global, 2017. Disponível: <http://www.onu-mulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/projetos/>. Acesso: 12 mar. 2022.

PACTO GLOBAL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ONU. Entenda melhor os ODS. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso: 10 mar. 2022.

PALMA, L. G. A. Empoderamento econômico da mulher no âmbito do Mercosul: das reuniões especializadas ao programa Ellas Hacem. RIC Relações Internacionais. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/28419/15562>. Acesso: 14 nov. 2022.

PARANASHOP. Paraná possui mais de 549 mil mulheres empreendedoras, quarta maior marca do Brasil. Disponível em: <https://paranashop.com.br/2021/03/parana-possui-mais-de-549-mil-mulheres-empendedoras-quarta-maior-marca-do-brasil/>. Publicado em 5 de março de 2021. Acesso: 31 mar. 2022.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

STOLZ, S. Educação em e para os Direitos Humanos: um espaço de construção de uma cultura emancipatória e solidária. In: STOLZ, S. e KYRILLOS, G. Ensaio de Direitos Humanos e Fundamentais. Trabalhos de Iniciação Científica. Pelotas: Delfos Editora, volume I, 2009.

UNICENTRO. Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI Unicentro, 2018-2022. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proplan/wp-content/uploads/sites/17/2019/08/PDI-Completo-com-Resolu%C3%A7%C3%A3o-08-08-19.pdf>. Acesso: 16 jan. 2023.

WEPS. Women's Empowerment Principles. Pacto Global-ONU. Princípios de Empoderamento das Mulheres. Lideranças empresariais discutem Princípios de Empoderamento das Mulheres. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/noticia/212>. Acesso: 12 mar. 2022.

CAPÍTULO IX

O ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS AO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ

Loide Andréa Salache
Mestra em Letras

Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Juliane Sachser Angnes
Doutora em Educação

Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Ademir Juracy Fanfa Ribas
Doutor em Ciências Florestais

Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Cleverson Fernando Salache
Mestre em Desenvolvimento Econômico

Doutorando em Educação
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
Unicentro

Capítulo IX

O acesso dos povos indígenas ao ensino superior no Paraná¹

Introdução

O objetivo da pesquisa em tela é refletir sobre o acesso dos povos indígenas aos cursos de graduação, com a intencionalidade de promover debates acerca da formação destes no ensino superior no Brasil contemporâneo, notadamente no Paraná, na perspectiva de averiguar quais são as políticas públicas empreendidas para auxiliá-los no acesso à educação superior e quais são os desafios enfrentados pelos povos indígenas em relação ao ingresso e permanência na academia.

A busca por parte dos povos indígenas pelo ensino superior no Brasil, se ampliou à medida que as políticas de acesso ao ensino superior público foram viabilizadas para incentivá-los, a continuidade dos estudos, após a conclusão do ensino médio em suas aldeias. Logo, a presença dos povos indígenas nas Instituições de Ensino Superior (IES), se amplia significativamente, o que faz aumentar as ações das universidades para melhor contribuir e apoiar os povos indígenas, a ingressarem e permanecerem na academia, até a diplomação.

Diante da importância do tema, ressalta-se que à política diferenciada implementada pelos governos estaduais e federal, corroboram para que os povos indígenas efetivamente ingressem no ensino superior. Porém, não devemos apenas refletir sobre as condições de acesso, devemos também observar como a própria comunidade universitária, pode estar contribuindo para a permanência dos povos indígenas no ensino superior.

Assim, esta investigação tem o propósito de identificar e compreender como está sendo otimizada a forma de ingresso dos povos indígenas no ensino superior no Estado do Paraná na atualidade, tendo em vista, a importância do desenvolvimento do diálogo intercultural entre o acadêmico indígena, a

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S.; RIBAS, A. J. F.; SALACHE, C. F. O acesso dos povos indígenas ao ensino superior no Paraná. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1a. Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, 169 - 181. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.9

acadêmica indígena e a universidade. Todavia, ressaltamos que a educação superior deve ser construída e propagada para o fortalecimento das culturas e das identidades dos povos indígenas.

Em vista disso, torna-se fundamental destacarmos que as lutas dos povos indígenas no âmbito educacional, ocorrem pelo desenvolvimento de uma educação diferenciada, em defesa da sua identidade cultural, linguística e étnica. Diante disso, ela deve contemplar nas suas concepções pedagógicas, os aspectos históricos, sociais e culturais dos povos indígenas.

Tomando como referência a educação superior indígena otimizada no Estado do Paraná, salientamos que, a partir da publicação da Lei Estadual nº. 13.134/2001, inovada pela Lei Estadual nº. 14.995/2006, foram viabilizadas ações afirmativas, sob a forma de programas de reserva de vagas suplementares, especialmente, para os povos indígenas no sistema de ensino superior público paranaense, na perspectiva de apoiar o acesso destes, à universidade. Ademais, a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti²), delegou competência às universidades Estaduais do Paraná, para que em parceria, organizem o vestibular interinstitucional dos povos indígenas, designado na atualidade como vestibular dos povos indígenas no Paraná.

Outrossim, considerando sobretudo, a importância da educação escolar dos povos indígenas, do direito de terem uma educação em todos os níveis de ensino que atenda as suas necessidades e seus projetos de futuro, destacamos que Seti emitiu a Resolução Conjunta nº. 001/2001, homologando uma Composição Interinstitucional para Acompanhamento dos Estudantes Indígenas (Cuia³), que a época atual, está representada pela Portaria nº. 010/2019.

Assim, os povos indígenas foram conquistando espaços importantes para consolidar o acesso à educação superior. Pois, participar nos espaços e processos de ensino e aprendizagem realizados via escola e universidade, representam condições de equidade no acesso educacional e respeito à

² No ano de 2023, a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), passou a ter denominação de Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti).

³ O léxico “Cuia”, foi escolhido em primeiro lugar, como forma de abreviação do nome da Comissão Universidade para os Índios e, em segundo lugar, o acréscimo da letra “A” para designar um utensílio importante na cultura indígena, propiciando maior sonoridade à sigla, bem como, atribuindo valor semântico a mesma. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/conselhos/cuia>. Acesso: 13 jan. 2023.

igualdade de direitos para os povos indígenas. Em vista disso, ingressar no ensino superior é um direito de todas as pessoas no território nacional. E assim, se tornar partícipe desse contexto, nos insere em um movimento coletivo de/por mudanças, corroborando para a transformação das práticas sociais mais humanizadoras.

Por conseguinte, a educação é um dos fundamentos primordiais para que a sociedade se desenvolva com dignidade. Logo, nesta linha de análise, torna-se necessário dialogarmos na academia e além dela, sobre como se constrói a possibilidade de vivência universitária para os povos indígenas, na perspectiva de compreendermos como são estabelecidas as políticas inclusivas que oportunizam a estes, o ingresso no ensino superior e como as universidades, recebem tais medidas, tendo em vista, a realização do vestibular dos povos indígenas no Paraná, o qual é propagado pela Cuia.

Nesse sentido, devemos potencializar discussões que promovam ainda mais o aperfeiçoamento qualitativo do processo de inclusão educacional dos povos indígenas no ensino superior paranaense. Posto isto, numa visão contemporânea, esta pesquisa ressalta as contribuições e o que compete à Cuia, nessa jornada pela democratização do ensino superior para os povos indígenas, como forma de ampliar os horizontes destes e criar oportunidades de difusão de conhecimento, respeitando prioritariamente, a cultura e a identidade dos povos indígenas.

O acesso à educação superior no Paraná para os povos indígenas

Podemos relatar que a questão da educação superior indígena no Brasil, ainda está em fase de inovação do seu processo de desenvolvimento e de um modo geral, toda a educação escolar indígena. Desta forma, para se pensar numa educação que promova a formação acadêmica dos povos indígenas, é necessário compreender, inicialmente, a sua história. Assim, a inserção dos povos indígenas no ensino superior brasileiro deve levar em conta as especificidades relacionadas as práticas históricas da sua cultura.

Do ponto de vista de formação organizacional da educação escolar indígena no Brasil, vários momentos contextualizam processos diferentes de otimização do ensino e aprendizagem dos povos indígenas, que se tornaram marcos históricos de sua praticabilidade:

Desde o Brasil Colônia com a chegada dos Jesuítas no ano de 1549 até os dias atuais a educação indígena passou por diferentes fases e experiências que foram vivenciadas pelos povos indígenas durante todo o processo de escolarização. Ainda no período colonial o foco principal era que os povos indígenas fossem totalmente dominados e essa dominação durou até o século XX. O índio era levado a assimilar aquilo que não o cabia no que diz respeito a sua escolarização, pois não existia o direito a diversidade cultural, linguística e étnica. A primeira escolarização dada aos povos indígenas foi ensinada pelos Jesuítas e as crianças tinham uma educação integral, em que a catequese era tida como um meio de educá-los (SOARES; RAMOS; FERST; SILVA, 2020, p. 127).

Na contemporaneidade, inúmeras pessoas que atuam frente a educação escolar indígena estão propondo debates e otimizando lutas, por uma educação específica e diferenciada, a fim de contemplar os aspectos históricos, de formação comunitária e culturais dos povos indígenas. Desta maneira, ao se pensar no acesso à educação superior para eles, é necessário compreender a sua historicidade e o processo de escolarização vivenciado pelos povos indígenas.

Segundo a Secretária da Educação e do Esporte do Paraná (Seed/PR), o nosso estado constitui um marco linguístico e histórico no cenário nacional, no que diz respeito a representatividade dos povos indígenas no território paranaense. Hoje em dia, vivem cerca de "13.300 indígenas. Aproximadamente 70%, pertencem ao povo Kaingang (tronco linguístico Macro-Jê), e 30%, ao povo Guarani (tronco linguístico Tupi-Guarani). Há famílias descendentes do povo Xetá (tronco linguístico Tupi-Guarani), e algumas do povo Xokleng (tronco-linguístico Macro-Jê), distribuídas em 23 Terras Indígenas/Aldeias", (SEED/PR, 2022, s/p.). Destarte, quanto à luz identitária destes, existem três etnias indígenas no Paraná, a Kaingang, a Guarani e a Xetá. Sendo assim:

Os Kaingang encontravam-se disseminados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná (Palmas e Guarapuava, sertões do Tibagi e Ivaí), e em áreas do atual Estado de São Paulo. Outrora, além da caça, da pesca e da coleta, viviam da agricultura, apresentando maior grau de sedentarismo. Os Kaingang falam a língua do tronco linguístico JÊ, representam hoje, a terceira etnia indígena em população no País e habitam nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Viveram sempre no Centro Sul do Brasil, nunca para o leste e nem para o

oeste, ou seja, sempre no miolo dos estados. Os Guaranis habitavam a região litorânea no sul do Brasil, entre Cananéia e o Rio Grande do Sul, o Estuário do Prata, às margens do Rio Paraná, parte do território do Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Os Guaranis mantêm, ainda hoje, hábitos imemorais. Falam a língua Tupi e foram atualmente a maior etnia indígena do Brasil em população. Representavam uma sociedade de agricultores e habitavam as melhores áreas do Cone Sul, sendo, por isso, sempre escorraçados de suas terras. Vivem agora nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também Argentina, Paraguai e Bolívia. [...] A linguagem dos Xetás nunca chegou a ser grafada, escrita ou estudada em sua gramática: praticamente desapareceu junto com o seu povo (SEED/PR, 2020, s/p.).

Não há dúvidas, portanto, que o papel da universidade junto aos povos indígenas, no campo da educação, se constitui como uma demanda voltada para a formação acadêmica, com olhar para o contexto histórico de propositura da educação superior indígena, no que tange ao acesso no ensino superior pelos povos indígenas. Essas perspectivas fazem com que as universidades fortaleçam a integração de ações entre os sistemas educacionais de nível médio e superior, almejando promover a equidade de acesso e a participação inclusiva no ensino superior, sobretudo, como uma questão de justiça social.

A Constituição Federal de 1988, adota o princípio de "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", em vista disso, podemos interpretar em conformidade com esse preceito legal, que o acesso à educação deve ser promovido para todas as pessoas no território nacional, "sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", logo, toda a sociedade brasileira deverá ter a oportunidade de ingressar na escola e na universidade, em qualquer etapa ou modalidade de ensino. Dessa forma, promover o acesso ao contexto educacional é obrigação do Estado e essa responsabilidade está expressa no capítulo III, "da educação, da cultura e do desporto, seção I", e aduz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 53, de 2006);
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII - garantia de padrão de qualidade.
 - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº. 53, de 2006);
 - IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, com produção de efeitos financeiros a partir de 1º/1/2021);
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº. 53, de 2006), (BRASIL, CF/1988, p. 120).

Assim, a educação é um direito de todas as pessoas e dever do Estado. Nesse âmbito, no Estado do Paraná, pensando em promover e motivar o acesso dos povos indígenas ao ensino superior, foi criada a Lei nº. 14995, em 09 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial nº 7140, em 09 de janeiro deste mesmo ano, com a súmula que estabelece nova redação ao artigo 1º, da Lei nº. 13.134/2001, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais. Neste ínterim, o artigo 1º da Lei nº. 13.134/2001, passou vigorar com a redação que expressa o incentivo ao ingresso no ensino superior para os povos indígenas no Paraná, sendo:

Art. 1º. Ficam asseguradas 06 (seis) vagas, como cota social indígena, em todos os processos seletivos para o ingresso como aluno nas Universidades Públicas Estaduais de Ensino Superior,

do Estado do Paraná, para serem disputadas, exclusivamente, entre os índios integrantes da Sociedade Indígena Paranaense.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de janeiro de 2006.

Roberto Requião. Governador do Estado; Aldair Tarcisio Rizzi, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil (PARANÁ, LEI Nº. 14.995/2006, s/p.).

Por esse prisma, podemos ressaltar que há uma preocupação pública em viabilizar o acesso ao ensino superior para os povos indígenas no Paraná e essa situacionalidade, reflete uma expectativa crescente das universidades em receber os povos indígenas no seio da comunidade acadêmica, como universitários.

E no tocante a isso, as universidades públicas estaduais de ensino superior incorporaram em seus processos seletivos vestibulares, a oferta de vagas para atender a demanda social relacionada aos povos indígenas do Paraná. Logo, o contexto organizacional passou a ser otimizado pela comissão da Cuia, em conformidade com a resolução nº. 006/2007, da Seti, que especifica as competências inerentes a essa comissão, sendo:

Proceder a discussão, avaliação e propor a adequação dos instrumentos legais do processo seletivo a que se refere a Lei nº. 13.134 de 18 de abril de 2001 e nº. 14.995; realizar integral e anualmente o processo seletivo específico e interinstitucional, elaborando e apresentando relatório conclusivo; acompanhar pedagogicamente os estudantes indígenas nas universidades nos seus respectivos colegiados de cursos; avaliar sistematicamente o processo geral de inclusão e permanência dos estudantes indígenas nas universidades; elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os estudantes indígenas e suas respectivas comunidades; sensibilizar e envolver a comunidade acadêmica acerca da questão indígena; buscar diálogo, integração e parcerias interinstitucionais. A partir de então, a Seti publica as atualizações necessárias mediante mudança de representantes das IES na Comissão Estadual. Por seu turno, existem também as Comissões Locais, nomeadas por Portaria do Reitor de acordo com as Portarias nº. 1237/2008 e nº. 2302/2007 (PARANÁ, SETI, 2022, s/p.).

Em outras palavras, nas esferas política e acadêmica, o acesso aos povos indígenas a educação superior está sendo possibilitado, inerente as demais oportunidades, igualmente disponíveis, para todos os cidadãos e todas as cidadãs paranaenses. Conseqüentemente, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, organizam-se em parceria para promover o vestibular⁴ dos povos indígenas no Paraná, o qual se encontra na sua décima segunda edição e no ano de 2023, será coordenado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, e contextualizado pelas regras aludidas conforme o Edital n°. 01/2022 – Unicentro, referente ao "XXII Vestibular dos povos Indígenas no Paraná", o qual apresenta em seu preâmbulo, o seguinte teor:

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em consonância com a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uepg), Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Comissão Universidade para os Indígenas (Cuia), no uso das atribuições regulamentadas pela Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e pela Coordenadoria de Processos Seletivos (Coorps), da Universidade Estadual do Centro-Oeste e, considerando: a Lei Estadual n°. 13.134, de 18 de abril de 2001, a Lei Estadual n°. 14.995, de 9 de janeiro de 2006, a Resolução Conjunta n°. 006/2007 (Seti), de maio de 2007, que institui a Comissão Universidade para os Indígenas (CUIA), e a Portaria n°. 037/2022-Seti, que designa os componentes da Cuia, TORNA PÚBLICO o edital do XXII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ, para ingresso no ano letivo de 2023, nos cursos de graduação das universidades estaduais do Paraná, que oferecem, respectivamente, em cada uma delas, 6 (seis) vagas suplementares àquelas ofertadas em seus processos seletivos regulares, exclusivamente para os indígenas integrantes das sociedades indígenas do Paraná, e nos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que oferece 10 (dez) vagas suplementares àquelas ofertadas em seus processos

⁴ Edital no 01/2022 – Unicentro, que dispõe sobre o “XXII Vestibular dos povos indígenas no Paraná”. Disponível em: https://www3.unicentro.br/vestibular/wp-content/uploads/sites/30/2022/11/Edital_1_2022_XXII_Vestibular_dos_Povos_Indigenas_no_Paran_637ba6300709f.pdf Acesso: 13 jan, 2023.

seletivos regulares, exclusivamente para os indígenas integrantes das sociedades indígenas do Brasil (UNICENTRO, EDITAL Nº. 01/2022, XXII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ, p. 01).

Isto posto, as universidades que ofertam o processo seletivo vestibular dos povos indígenas no Paraná, são a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), a Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uepg), e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). E no que se refere as terras indígena e seu município de origem no Estado do Paraná, em que se encontram os povos indígenas que possuem o direito de participar deste processo seletivo vestibular, são:

Mococa (Ortigueira); Queimadas (Ortigueira); Marrecas (Turvo); Faxinal (Cândido de Abreu); Ivaí (Manoel Ribas); Rio das Cobras; São Miguel do Iguacu Diamante do Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Santa Helena e Terra Roxa; Mangueirinha (Mangueirinha); Palmas (Palmas); Rio da Areia (Inácio Martins); Clevelândia; Pinhalzinho (Tomazina); Barão de Antonina; São Jerônimo da Serra; Laranjinha (Santa Amélia); Posto Velho (Abatiá); Apucarantina (Tamarana); Kakané Porã (Curitiba); Araçaí (Piraquara); Floresta Estadual Metropolitana (Piraquara); Tupã Nha Kretã (Morretes); Ilha da Cotinga (Paranaguá), (UNICENTRO, EDITAL Nº. 01/2022, XXII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ, p. 05).

Portanto, os povos indígenas residentes nas terras indígenas/municípios suprarrelacionados podem participar do vestibular dos povos indígenas no Paraná, mediante o cumprimento das normas contidas no edital de sua respectiva oferta. As provas⁵ versarão sobre conteúdos básicos do ensino

⁵ Para os indígenas são reservadas seis vagas em cada uma das sete universidades estaduais do Paraná e outras dez para a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para participar do processo seletivo, o candidato e a candidata precisam ter concluído o Ensino Médio e ser reconhecido como indígena por meio de um documento comprobatório assinado pelo cacique da comunidade. As provas são realizadas de forma descentralizadas em sete polos, Mangueirinha, Manoel Ribas, Apucarantina, Santa Helena, Nova Laranjeiras, Cornélio Procópio e Curitiba. O processo de seleção é realizado dentro das terras indígenas e ocorre durante dois dias. No primeiro dia, os candidatos passam por uma prova oral. É uma etapa importante

médio, conforme descritos no manual do candidato do processo seletivo vestibular, e suas questões, serão elaboradas com a predominância da verificação da capacidade de argumentação, de raciocínio, de análise e de pensamento crítico dos candidatos e das candidatas, que se inscreverem para participar do vestibular dos povos indígenas no Paraná.

Nessa etapa há também a aplicação de uma prova oral, que possui a intencionalidade de avaliar o processo comunicativo e interpretativo dos povos indígenas, e versa sobre uma temática atrelada a sua cultura e/ou identidade sociohistórica, sendo que:

A Prova Oral será gravada, para fins de instrumento probatório. A avaliação da prova de Língua Portuguesa – Oral durará até 15 minutos por candidato e será realizada por bancas formadas por 2 (dois) professores ou especialistas que, independentemente, atribuirão uma pontuação, observando a capacidade de o candidato comentar os temas propostos no gênero textual de maneira coerente e a capacidade argumentativa e opinativa em relação à questão, sendo que a nota do candidato nessa prova será obtida pela média aritmética simples das notas atribuídas pelos 2 (dois) avaliadores (UNICENTRO, EDITAL N°. 01/2022, XXII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ, p. 06).

Com isso, percebemos que a otimização da educação indígena, no que diz respeito ao seu processo de valoração cultural, tem seus direitos resguardados com relação a aplicabilidade do vestibular dos povos indígenas no Paraná e neste caso, mostram avanços conquistados na perspectiva educacional, que visa integrar no nível universitário os povos indígenas no Paraná.

Vale ressaltar que ainda enfrentamos desafios no contexto de implementação da educação escolar e acadêmica para os povos indígenas, quanto a efetivação plena de um currículo diversificado que atenda as suas demandas educativas e que pense também, na formação dos professores e

porque eles são de etnias distintas e falam diversas línguas. No segundo dia do processo de seleção os candidatos fazem uma prova objetiva, com questões de Português, Biologia, Matemática, Física, Química, História, Geografia e de Línguas Inglês, Espanhol, Guarani ou Kaingang. Nessa etapa, eles também fazem uma redação. Disponível em: https://www3.unicentro.br/vestibular/wp-content/uploads/sites/30/2022/11/Edital_1_2022_XXII_Vestibular_dos_Povos_Indigenas_no_Paran_637ba6300709f.pdf Acesso: 13 jan. 2023.

das professoras indígenas, pois, "a escola em meio indígena teve muitas faces e pautou-se por diferentes concepções, não só pedagógicas, mas também acerca do lugar que esses indivíduos deveriam ocupar na sociedade brasileira", (FREIRE, 2004, p. 36).

Logo, quando à luz de abordagem e representatividade deste estudo, ele se insere no contexto qualitativo com um "universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos", (MINAYO, 2001, p. 22). Dessa forma, a pesquisa em tela, intenciona realizar uma (re)leitura da importância de dialogarmos sobre a educação indígena no que concerne ao acesso dos povos indígenas ao ensino superior, na tentativa de "descrever as características dos sujeitos envolvidos registrando os fatos do objeto investigado", (GIL, 2009, p. 42). E essa concepção contribui para gerar a possibilidade de debate rico e fecundo.

Nesta linha de análise, está pautada a presente pesquisa científica, em sintonia com o ato de refletir sobre o acesso dos povos indígenas à universidade, a fim de que possamos ter a consolidação de concepções que integram o ensino e o aprendizado, respeitando os seus saberes culturais, seus atributos particulares como o uso da língua indígena, entre outros, representando assim, uma ação antecipatória para acolher as demandas inerentes a construção do processo educacional dos povos indígenas, relacionados ao seu acesso no ensino superior, resguardando o direito de todas as pessoas de obterem formação e diplomação universitária.

Considerações finais

A dinâmica educacional é fluida em uma sociedade. Assim, a educação escolar indígena nos remete a uma história de vivências e aprendizados, que conduzem a diferentes estratégias na busca de uma sociedade mais igualitária em oportunidades de acesso para todas as pessoas, sem que se abandonem suas tradições culturais e histórias diferenciadas.

Tendo em vista que o Brasil é um país pluriétnico, pensar no acesso dos povos indígenas ao ensino superior, é compreender a sua história social. E isso representa que as instituições de ensino superior estão motivadas para contribuir, dialogar e desenvolver ações que possam corroborar para debates acerca da formação de indígenas no ensino superior e no caso da pesquisa em

tela, em especial, as universidades públicas do Paraná.

Considerando compromissos democráticos de acesso ao ensino superior, (re)configurar novas formas de ingresso e transmissão do conhecimento científico, simboliza significantes e significados na perspectiva de defesa da identidade cultural, linguística e étnica dos povos indígenas. Com isso, percebemos que a educação escolar indígena, desde o ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior, a partir do seu início até os dias atuais, vive de lutas, perdas, conquistas, regressos e vitórias.

No âmbito das políticas públicas e do debate, a liderança das universidades públicas na condução e aplicabilidade do vestibular dos povos indígenas no Paraná, solidifica o compromisso destas, com a justiça social, inter-relacionado com o ensino, a pesquisa e a extensão. O que torna a pesquisa em tela, extremamente relevante e necessária, tanto no meio acadêmico como para a sociedade em geral, logo que, se instaura um diálogo com vistas a ampliação de ingresso dos povos indígenas na universidade, otimizado pelas condições de igualdade equitativa de oportunidades, empregada na distribuição de vagas em universidades públicas.

Referências

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao/1988/arquivos/ConstituicaoTexto_Atualizado_EC%20127_128.pdf. Acesso: 13 jan. 2023.

_____. LDB - Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, J. R. B. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In. Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 38°. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARANÁ. Lei nº. 14995 de 09/01/2006. Súmula: Dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº. 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades

Estaduais). Disponível em: https://www.uel.br/prograd/divisao-politicas-graduacao/cuia/documentos/lei_14995_06.pdf. Acesso: 13 jan. 2023.

_____. Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (Seed/PR). Indígena. Comunidade Indígena. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios_nossos.php. Acesso: 12 jan. 2023.

_____. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti). Comissão Universidade para os Índios (Cuia). Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/conselhos/cuia>. Acesso: 13 jan. 2023.

SOARES, L. K. S. R.; RAMOS, A. S.; FERST, E. M.; SILVA, G. B. Educação escolar indígena no Brasil: Avanços e retrocessos ao longo da história da educação. Disponível em: https://downloads.editora_cientifica.org/articles/210102932.pdf. Acesso: 12 jan. 2023.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Edital nº 01/2022 – Unicentro XXII Vestibular dos povos indígenas no Paraná. Disponível em: https://www3.unicentro.br/vestibular/wp-content/uploads/sites/30/2022/11/Edital_1_2022_XXII_Vestibular_dos_Povos_Indigenas_no_Paran_637ba6300709f.pdf. Acesso: 13 jan. 2023.

_____. Calendário Oficial do XXII Vestibular Povos Indígenas/PR. Vestibular Indígena (2023). Edital nº. 01/2022-Unicentro. Disponível em: <https://vestibular.unicentro.br/2023i/index.php?content=calendario.php>. Acesso: 13 jan. 2023.

_____. Inscrições para o 22º Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná estão abertas. Disponível em: <https://operobal.uel.br/sociedade/2023/01/09/inscricoes-para-o-22o-vestibular-dos-povos-indigenas-do-parana-estao-abertas/>. Acesso: 13 jan. 2023.

CAPÍTULO X

UM DEBATE EM TORNO DO FEMINISMO E DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Loide Andréa Salache
Mestra em Letras

Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Doutora em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo X

Um debate em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil¹

Introdução

A contemporaneidade tem imposto a importância de abordarmos um debate em torno do feminismo² e dos estudos de gênero. Nesse sentido, vale ressaltar que os estudos de gênero se inserem em um campo de abordagem interdisciplinar, na perspectiva do desenvolvimento de pesquisas científicas que contextualizam à identidade de gênero e à representação de gênero como categorias centrais de análise.

Acrescente-se que, para esse campo de investigação, merece destaque os estudos sobre as mulheres e feminismo, e numa averiguação mais ampla, estudos sobre os homens e estudos queer³. Na academia, vários pesquisadores e também disciplinas, organizam-se para produzir textos, tecer pesquisas e entrelaçar significados, com a finalidade de formar um todo que expressa a tessitura dos estudos de gênero no Brasil e no mundo, apresentando ainda, um debate em torno do feminismo.

Outrossim, estudar gênero significa estabelecer um recorte consolidando aspectos da realidade social que intensificam o desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, materializam-se motivos para se estudar gênero na sociedade globalizada. Ademais, é fundamental empreender pesquisas para

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, L. A.; KLANOVICZ, L. R. F. Um debate em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1a. Ed. Guarapuava/PR: Editora Editora Apprehendere, 2023, p. 183 - 196. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.10

² O capítulo em tela é uma versão preliminar de uma das unidades que compõem a pesquisa de doutorado, intitulada: “As corporeidades femininas em construção sociocultural e histórica: o boca a boca das dietas no Brasil”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, por Loide Andréa Salache, sob orientação dos professores Dr^ª. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Dr. Jó Klanovicz.

³ Queer é uma palavra em inglês que significa “estranho”. O termo é usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não saibam definir seu gênero/orientação sexual. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2022/06/29/o-que-e-ser-queer.ghtml>. Acesso: 08 jan. 2022.

"dar voz", ao gênero feminino que comumente é acometido por situacionalidades que evidenciam violência contra as mulheres, agressão física, psicológica, sexual ou simbólica, desigualdade econômica, feminicídio e transfobia, inserindo-as em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero são constituídos de/por diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. Desde a década de setenta se (r)estabelece forças, que determinam a emergência de dialogarmos sobre os movimentos sociais na perspectiva dos estudos de gênero, que modificam territórios e mentalidades. Pois, os estudos de gênero surgiram como parte do movimento feminista, rompendo fronteiras e passaram a incluir todas as minorias, com enfoque na ideia da heterogeneidade das possibilidades sexuais e de gênero, sobrepondo-se ao biológico, pautando-se nas construções históricas e culturais. Pois, "gênero é um termo que remete à cultura [...]. E deve-se admitir a variabilidade do gênero", (TILLY, 1994), portanto, os estudos de gênero fazem parte de um processo de transformação no campo da história da humanidade.

Nesta linha de análise, a presente pesquisa objetiva refletir e apresentar algumas considerações sobre a trajetória histórica dos estudos de gênero e feminismo, com base referencial no Brasil e também, com destaque para os momentos que descrevem a sua raiz de formação e evolução sociohistórica, com vistas a fortalecer o arcabouço teórico nessa área, considerando principalmente, que o empoderamento da mulher é o caminho contra a opressão das sociedades patriarcais.

Assim, os estudos de gênero se converteram em um importante campo de investigação a respeito do exercício de se instituir na sociedade de hoje, a igualdade de gênero, estabelecendo nessa sintonia, o mesmo tratamento e oportunidade para todas as pessoas sem qualquer tipo de distinção. Quanto à luz dessa pesquisa, este trabalho está caracterizado pela diversidade e intensidade de objetivos, e leva em consideração a equidade de gênero, ressaltando a propositura de garantias para que o ser humano seja tratado com justiça, eliminando as vulnerabilidades que causam diferenças de tratamento social e que marginalizam, sobretudo, as mulheres e ainda, as demais minorias sexuais, desrespeitando nessa conjuntura, os direitos humanos.

Algumas considerações sobre o feminismo e os estudos de gênero no Brasil

Nos últimos anos, pesquisadores e pesquisadoras sobre o feminismo e os estudos de gênero evidenciam temáticas que contribuem para um debate pertinente nestes campos de pesquisas. Todavia, é fundamental compreender que os estudos de gênero e o movimento feminista, se inter-relacionam no momento averiguamos sua essência histórica, a qual começa no cenário internacional no século XIX, quando vem à tona as reivindicações de direitos civis para as mulheres:

Atualmente, segundo o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), os direitos fundamentais das mulheres no mundo englobam o direito à vida, à saúde, à educação, à privacidade, à igualdade, à liberdade de pensamento, à participação política, o direito a não ser submetida a tortura, entre outros (TAVASSI; RÊ; BARROSO; MARQUES, 2021, s/p.).

No que tange ao Brasil, as reivindicações das mulheres se inscrevem em um contexto histórico de manifestações que foram além da luta pelo direito ao voto. Rememoramos que desde a década de sessenta, o gênero feminino entre estratégias e políticas de atuação, se organizam para que novas medidas atitudinais de promoção dos direitos humanos sejam implementadas e cumpridas em prol das mulheres, garantindo a equidade de gênero em busca de um tratamento justo entre homens e mulheres, de acordo com as suas necessidades.

Vale ressaltar, por exemplo, que a mulher casada era considerada pela lei brasileira como uma pessoa "incapaz", e a sua vida estava sob tutela do homem, ou seja, do marido, sendo que essa situacionalidade só foi alterada na legislação promulgada em 1962, com a criação da Lei nº. 4.121, de 27 de agosto deste ano, intitulada, o "Estatuto da Mulher Casada":

LEI Nº 4.121 DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Data de assinatura: 27 de Agosto de 1962.

Ementa: DISPÕE SOBRE A SITUAÇÃO JURÍDICA DA MULHER CASADA.

Situação: Não consta revogação expressa.

Chefe de Governo: João Goulart.

Origem: Legislativo.

Data de Publicação: 27 de Agosto de 1962.

Referenda: MULHER CASADA.

Correlação: DEL 1.608 DE 18/12/1939, CÓDIGO PROCESSO CIVIL (BRASIL, LEINº. 4.121/1962, s/p).

Numa visão contemporânea, uma importante característica que confirma a notoriedade de tecermos considerações sobre o feminismo e os os estudos de gênero no Brasil e quiçá no mundo, está atrelada ao/no espaço universitário, uma vez que, é nesse ambiente que discursos e narrativas nascem, fruto de um momento efervescente no qual o cruzamento de discussões sobre gênero, feminismo, sexualidade, entre outras temáticas nesse âmbito, tornam-se plural e representativas de significações. Assim, para se compreender a relação do feminismo e os estudos de gênero, no que diz respeito a militância de mulheres em movimentos sociais na contemporaneidade, é necessário retomar o seu contexto histórico de formação, para entendermos que:

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadão – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio de pugna do proletariado por sua libertação (PINTO, 2003, p. 9)

Devido a esse movimento de estudiosos e estudiosas sobre feminismo e gênero, que podemos verificar desde meados do século XX, renovações nesse campo de conhecimento, que impulsionaram transformações históricas e acarretam mudanças sociais, devido aos novos sujeitos, grupos ou atores sociais, reflexos da própria temporalidade, fortalecem as bandeiras de luta em benefício do empoderamento das mulheres e consolidação dos seus direitos:

Tratava-se, na verdade, de um esforço em prol do empoderamento das mulheres contra um sistema patriarcal multimilenar, que, não apenas definia os espaços e papéis sociais específicos da mulher, como atribuía comportamentos tidos como apropriados a seu sexo. Em outras palavras, o uso do termo "gênero" e a sua transformação em categoria de análise buscava, inicialmente, a construção de um espaço de debates e de afirmação e consolidação dos direitos das mulheres, e representava, na

verdade, não o início, mas um passo importante numa longa trajetória de luta e militância (MEIRA, 2014, p. 206),

O final da década de setenta e o início da década de oitenta, contribuíram para a evolução do que vem a ser os estudos de gênero na época atual. Durante os "anos setenta e oitenta os movimentos de mulheres mostram a participação delas em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando as desigualdades sociais imputadas as relações de gênero", (SILVA, 2000, p.6). Assim, no Brasil, os movimentos de mulheres e feministas se intensificam a partir da década de setenta. Para Soares (1994, p. 13), o "movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades". Mas são nos anos oitenta que diferentes movimentos feministas começam a "ganhar corpo", e retratar com maior ênfase, a condição de vida da mulher no Brasil, com apelos para a igualdade social entre os sexos, visto que:

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos feministas. A partir da década de oitenta, o país começa a sair lentamente dos chamados "anos de chumbo" da ditadura militar que começou em 1964. Mas desde meados dos anos setenta que as mulheres brasileiras já se mobilizavam contra o custo de vida, por creches e timidamente buscavam uma maior abertura política (SILVA, 2000, p. 01).

Corroborando com tal preceito, vale destacar que o uso da expressão gênero ocorreu designadamente no final da década de 1980, quando o autor Joan Scott⁴ o texto "Gênero: uma categoria útil de análise", na *American Historical Review*, em 1986. A palavra gênero nesse artigo, possuía o objetivo de ressaltar a produção da história das mulheres em uma perspectiva de desvelar efeitos de sentidos entre os seus acontecimentos. Foi a partir dessa

⁴ Um grande marco nos estudos de gênero foi a publicação, em 1986, de "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", de Joan Scott, que problematizava gênero em termos de categoria de análise como uma forma de fazer com que os trabalhos preocupados com as diferenças sexuais passassem das descrições para as explicações (inquietação compartilhada por vários outros autores) e, finalmente, para a elaboração de teorias. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 09. jan. 2023.

escritura, que o gênero se apresentava textualmente como categoria de análise, com enfoque nas suas estruturas e discursos políticos, e não como um tema desvinculado de fatos ou um simples objeto:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1990, p. 92).

Na década de noventa segundo Htun (2001), houve avanços significativos no que se refere a liderança das mulheres na América Latina, que abordam a categoria/perspectiva de gênero, contribuindo para que os estudos nessa área se ampliassem e diversificassem. E foi nos anos 90, com a discussão da paridade e sob pressão dos avanços da questão de gênero nos países europeus, que ocorreram relevantes transformações que modificaram "a ordem", social de um modo geral:

Na década de 90, houve avanços sem precedentes na liderança das mulheres na América Latina. Primeiro, houve um aumento extraordinário do número de mulheres em cargos eletivos". Como explica a autora, "onze países da América Latina aprovaram leis de cotas que estabelecem o número mínimo de mulheres candidatas às eleições nacionais". Proni e Proni (2018, p. 5), complementam que, no Brasil, "a participação feminina no total dos empregos formais aumentou de 33,9%, em 1988, para 36,9%, em 1994, e 39,1%, em 1999. Na década seguinte houve uma desaceleração, mas a taxa seguiu aumentando: 40,0% em 2004 e 41,4% em 2009. Em 2015, a força de trabalho feminina correspondia a 43,7% dos empregos formais no País", (BRAND, 2019, p. 16).

Para este caminho de reflexão, destaca-se que no século XX, vários direitos foram conquistados pelas mulheres e a participação feminina ampliou-se nas diversas áreas da vida social. Foi a "composição de forças que interferiu e ou atravessou a questão feminina no século XX, no Brasil, e com uma atenção

maior, os movimentos em prol da autonomia e igualdade de tratamento entre mulheres e homens nas primeiras décadas do século" (FELTRIN; BATISTA; BECKER; CORREA, 2018, p. 02), foram marcas que determinantes para se estabelecer uma nova perspectiva para estudos de gênero. Entretanto, é no século XXI, o momento de destaque e realidade circundante dos estudos de gênero, edificando a sua institucionalização, reformulado por novas reflexões e entendimentos discursivos, permeável à inovações e ganharam reconhecimento no meio acadêmico:

Para além da relevância cognitiva, a adoção do conceito de gênero em substituição aos termos mulher e feminismo favoreceu a aceitação acadêmica desta área de pesquisa, na medida em que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos. No Brasil, novamente contrastando com os Estados Unidos, esta passagem foi realizada sem grandes traumas. No melhor dos casos "gênero" foi adotado de uma maneira consensual, no pior dos casos optou-se por um compromisso simbolizado pela adoção de ambos termos, mulher e gênero, separados agora por uma barra (HEILBORN; SORJ; 1999, p. 187).

Logo, essas percepções atribuíram um campo de possibilidades para as mulheres e a paridade de gênero tornou-se uma meta dos organismos transnacionais. Ainda neste sentido, podemos ressaltar que a área dos estudos de gênero, na medida em que desenvolve o seu potencial analítico e científico, com abordagens de temas que destacam as mulheres, as meninas, a família, a sexualidade, o trabalho, a educação, dentre outros, e nessa contextualização estabelecem motivações sociopolíticas que marcam mudanças sociais, tornando-se um fenômeno observado internacionalmente, logo que:

Os Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou de Relações de Gênero foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira. A escolha de uma ou outra destas denominações não é ingênua nem arbitrária, pelo contrário, remete às controvérsias sobre a natureza e os limites desta área de estudos. [...] principalmente, preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida e ressaltar/denunciar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas na sociedade brasileira

(HEILBORN; SORJ; 1999, p. 188).

Diante do exposto se estabelece, portanto, uma diversificação de novas possibilidades, elegendo novos objetos e novas abordagens, tanto no campo teórico como no metodológico, em relação aos estudos de gênero. Conseqüentemente, incorporar as contribuições teóricas deste, com o feminismo, é estudar o espaço social para se compreender a formação de novos espaços e de novas realidades. Logo, o "debate sobre a necessidade e as maneiras de tornar o saber histórico preocupado com a construção social das diferenças sexuais, torna-se um campo de conhecimento mais analítico que prosseguiu e continua até hoje", (PINSKY, 2009, p. 162). Dessa forma, os estudos de gênero fazem parte de um processo de transformação histórico e que tem ocorrido com maior ênfase nas últimas décadas:

Os movimentos sociais abrangem, hoje, realidades diversas. Consideramos que os movimentos de mulheres ou feministas (que não são necessariamente compostos apenas por mulheres) tornam-se movimentos sociais atuantes quando identificam formas de opressão que extrapolam as relações de produção e abrangem questões mais amplas como meio ambiente, qualidade de vida, cultura patriarcal, desigualdades de gênero e outras que questionam os paradigmas sociais vigentes (SILVA, 2000, p. 9).

Devemos frisar que o movimento feminista na contemporaneidade, trata-se de uma luta pela liberdade dos sexos (masculino e feminino), com igualdade de direitos e não um embate contra o sexo oposto. Assim, os significados "de "ser homem", "ser mulher" ou de identidades e papéis [relacionados de algum modo a concepções que fazem referência a sexo] como "mãe", "boa esposa", "moça de família", "chefe da casa" são entendidos, na perspectiva de gênero, como situações produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo", (BASSANEZI, 1992; PINSKY, 2000, p.162). Além disso, há um marcante crescimento do papel feminino como uma agenda internacional, que discute ações e novas formas de atuação e de inserção na sociedade das mulheres, dentre elas, cita-se aquela contida nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS⁵), para a igualdade de gênero

⁵ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as

proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015⁶):

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - Igualdade de gênero:

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

peçoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/> Acesso: 08 jan. 2023.

⁶ Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Foram definidas 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão concentradas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e transversalizadas em outros 12 objetivos globais. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. Acesso: 08 jan. 2023.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU-ODS 5, 2015, s/p.).

Assim, os estudos de gênero hoje, estabelecem um recorte sobre aspectos da realidade social, considerando a história⁷ das mulheres, o historicismo e discute as diferenças com foco na igualdade de direitos, e procura compreender os aspectos no âmbito das relações entre os seres humanos que restringem as possibilidades de desenvolvimento e de emancipação social de mulheres, de crianças e até mesmo dos homens, e com a intencionalidade de frear essa situação discriminatória, propõe a equidade de gênero na promoção de um tratamento justo entre homens e mulheres, com respeito à igualdade de direitos e oportunidades:

Os Estudos de Gênero entraram na História. Nesse debut, herdaram muitos dos pressupostos, preocupações e metodologias de pesquisa da já atuante História das Mulheres, mas também reformularam ou contestaram vários outros. Uma das formas, talvez a mais interessante, de adoção do termo é seu emprego como categoria de análise. Nesse sentido, uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos (PINSKY, 2009, p. 162).

Nessa perspectiva, os estudos de gênero na atualidade possuem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade, o que possi-

⁷ A História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos”. Seu sucesso atrelou-se aos avanços da Nouvelle Histoire, Social History, Cultural History e dos Estudos de População. A produção historiográfica passível de ser reunida sob o título História das Mulheres foi e é bastante diversificada em termos de assuntos, métodos e qualidade intelectual. Entretanto, esses trabalhos têm em comum: a atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygzWfKMR3NMDk94S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 09 jan. 2023.

bilita a ampliação de pesquisas na área, com enfoque em temas sobre a violência doméstica e sexual, feminicídio, desigualdade socioeconômica e socioeducacional, a maternidade, os sentimentos, a religiosidade, a participação sociopolítica, os racismos e preconceitos, as interseccionalidades, dentre outros temas, que estão relacionados de um modo geral às desigualdades de gênero. Assim, as pesquisas que contextualizam os estudos de gênero estão inseridas nas diferentes áreas do conhecimento, no campo das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Saúde e também, das Ciências Exatas.

Todas essas considerações sobre os estudos de gênero devem ser pauta da sociedade globalizada, em que o desenvolvimento tecnológico e inovador estão centrados no ser humano, compondo a nova sociedade 5.0⁸, que unificadas, permitirão compartilhar experiências e institucionalizar práticas voltadas para questões que estabeleçam a igualdade de gênero, a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independente de sexo, cor, raça, etnia, idade, orientação sexual, origem social, capacidade física ou mental, assumindo compromisso com a equidade de gênero, priorizando o respeito aos direitos humanos, à diversidade e a não discriminação, com responsabilidade social.

Considerações finais

O debate hoje em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil e no mundo, estão associados às possibilidades das transformações dos problemas sociais, culturais e políticos abordados nestes campos de pesquisa. Isto implica dizer há contemporaneidade um crescimento e a permanência da legitimidade dos estudos de gênero e feministas. Ao lado de tudo isto, a academia tem-se mostrado ativa no processo de compreender e também de contribuir, com novas perspectivas e possibilidades na abordagem destas

⁸ Sociedade 5.0 é um termo que se refere a uma nova sociedade, em que o desenvolvimento tecnológico esteja centrado no ser humano e na busca por soluções realmente valiosas para a vida das pessoas, em todo o globo. O conceito foi criado em 2016, no Japão, grande polo de tecnologias disruptivas e apresentado em 2017 na CeBIT, em Hanôver, na Alemanha. Nesta nova sociedade, há uma convergência entre o espaço virtual e o espaço físico e as tecnologias estão cada vez mais integradas à nossa vida. A sociedade 5.0 utiliza as tecnologias criadas pela indústria 4.0 para agir a favor das pessoas (big data, robôs autônomos, simulação, IoT, impressão 3D, etc). Fala-se na convergência de todas as inovações para dar mais qualidade de vida aos seres humanos. Desta maneira, a sociedade 5.0 tem o intuito de utilizar a inteligência tecnológica para o bem-estar da humanidade, para a sustentabilidade e inclusão. Com suas possibilidades de conexão, será possível

temáticas.

A questão da igualdade destaca-se como um ponto crucial para estudos de gênero e sua abordagem teórica nos permite analisar as práticas sociais deste movimento, suas diferentes matizes, seus objetivos e suas consequências no âmbito das comunidades. Logo, nessa linha de análise, os estudos de gênero são construídos socialmente a partir de relações de poder que estabelecem e conduzem à desigualdade social. Portanto, se torna emergencial (re)formular novas reflexões e entendimentos para romper esses limites que desencadeiam uma sociedade altamente desigual.

Assim, é fundamental salientarmos que integrar à dinâmica da comunidade científica a importância dos estudos de gênero, é obter o reconhecimento do valor científico destes, para conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida, o que nos remete a investigar nesses estudos, quais são os papéis atribuídos ao gênero feminino, quais são as percepções existentes e quais experiências enfatizam os aspectos relacionais e culturais da sua construção social, para despertar a formulação de novos discursos por novas práticas sociais, que assumem novos sentidos em relação ao tratamento estabelecido à mulher, que luta bravamente em busca de seus direitos, com o objetivo de incentivar a igualdade de gênero.

Diante disso, nesse breve percurso teórico-analítico, intencionamos corroborar para que mais pesquisas sejam tecidas na academia na área dos estudos de gênero, principalmente, (re)posicionando a mulher numa outra instância discursiva, de mulher livre e vinculada socialmente pela igualdade de oportunidades, com respeitabilidade por parte dos demais atores sociais que integram as comunidades de um modo geral, no sentido de formar redes que demonstram(ão), novas práticas sociais imputadas às relações de gênero.

encontrar soluções para: Diminuir as desigualdades sociais, com programas de educação, saneamento e outros recursos; Acelerar os atendimentos médicos e aumentar a precisão de tratamentos e cirurgias, por meio da telemedicina ou medicina robotizada, isso ajuda a reduzir os problemas do envelhecimento e aumentar a expectativa de vida com saúde e qualidade; Ao mesmo tempo, o envelhecimento populacional aumenta a demanda por alimentos. A sociedade 5.0 visa a aumentar a produção alimentícia e reduzir os desperdícios. Melhorar a segurança pública, com maior monitoramento, análise de dados e controle; Resolver os problemas ocasionados por desastres naturais, ampliar a previsibilidade e promover a sustentabilidade; Promover a participação da sociedade na construção de ideias e projetos e não somente de cientistas, empresários e especialistas. Disponível em: <https://www.sydle.com/br/blog/sociedade-5-0-5fc163e1725a642683ed9230/>. Acesso: 09 jan. 2023.

Referências

- BRASIL. Lei nº. 4.121, de 27 de agosto de 1962. "Estatuto da Mulher Casada". Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=lei&numero=4121&ano=1962&ato=d0fmzy61kmvrvtd6> Acesso: 08 jan. 2023.
- BRAND, M. C. Igualdade de gênero no século XXI: uma análise do desenvolvimento para igualdade. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10811/1/IGUALDADE%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20S%C3%89CULO%20XXI%20-%20UMA%20AN%C3%81LISE%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20PARA%20IGUALDADE.pdf> Acesso: 08 jan. 2023.
- BASSANEZI, C. Virando as páginas, revendo as mulheres; relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1992.
- FELTRIN, T; Batista, N. L; Correa, G. C; & Becker, E. L. S. (2018). O século XX para o Feminismo no Brasil. RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, 4. <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.734>. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/734/393>. Acesso: 09 jan. 2023.
- HARAWAY. D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu. Campinas, nº. 22, p. 201-246, 2004.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- HTUNT, M. A Política de Cotas na América Latina. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, p. 225-230, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100013>. Acesso: 08 jan. 2023.
- MEIRA, J. C. Estudos de gênero e historicidade: Sobre a construção cultural das diferenças. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 27, nº. 2 - Jul/Dez. 2014 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/admin,+12-Texto+Caderno+Espa%C3%A7o+Feminino+J%C3%83%C2%BAlcio+C%C3%83%C2%A9sar.pdf> Acesso: 08 jan. 2023.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Estudos de Gênero e História Social. Ensaio. Revista Estudos Feministas, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 09 jan. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. ONU Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 11 abr. 2022.

_____. Paridade de gênero. Por um planeta 50-50 em 2030. Um passo decisivo para a igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5, Igualdade de gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso: 08 jan. 2023

PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. v.1S, nº. 2, jul./dez. 1990.

SILVA, S. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] nº.262, 15 de noviembre de 2000. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20BRasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acesso: 08 jan. 2023.

SOARES, V. Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, nº. Especial, 2º. Sem. 1994.

TAVASSI, A. P. C.; RÊ, E.; BARROSO, M. C.; MARQUES, M. D. O que são os direitos das mulheres? Politize, Equidade e Direitos das Mulheres, 13 de abril, de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-sao-os-direitos-das-mulheres/#:~:text=Atualmente%2C%20segundo%20o%20Escrit%C3%B3rio%20do,n%C3%A3o%20ser%20submetida%20a%20tortura%2C>. Acesso: 03 jan. 2023.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. Cadernos Pagu (3) 1994: p. 29-62.

CAPÍTULO XI

A HISTORICIDADE DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Loide Andréa Salache

Mestra em Letras

Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Juliane Sachser Angnes

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Jeferson Lozecky

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas

Doutorando em Desenvolvimento Comunitário

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Cleverson Fernando Salache

Mestre em Desenvolvimento Econômico

Doutorando em Educação

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Fábio Horst

Mestre em Métodos Numéricos

Doutorando em Desenvolvimento Comunitário

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Karina Worn Beckmann

Mestra em Métodos Numéricos

Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Cleber Trindade Barbosa

Mestre em Administração

Doutorando em Desenvolvimento Comunitário

Universidade Estadual do Centro-Oeste –

Unicentro

Capítulo XI

A historicidade do movimento LGBTQIA+ na perspectiva dos direitos humanos¹

Introdução

Esse estudo propõe uma reflexão a respeito da temática direitos humanos e movimento LGBTQIA+, na perspectiva de rememorar a historicidade que norteia os desafios e conquistas dos direitos LGBTQIA+, com ênfase no contexto brasileiro. Por meio desse ensaio teórico busca-se refletir sobre as representações LGBTQIA+ na atualidade, salientando a importância das diversidades de gênero estarem representadas, de forma não estereotipada, dando-lhes visibilidade, evitando seu silenciamento e apagamento, para se promover a praticabilidade efetiva dos direitos humanos.

Está entre os objetivos fundamentais da República brasileira, da nossa estrutura política de Estado e da nossa forma de governo, segundo a Constituição de 1988, no seu artigo 3º, inciso IV, que devemos "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", (BRASIL/CF., 1988, s/p.). Entretanto, estamos distantes de sermos uma sociedade que respeita todas as pessoas, sem preconceitos e sem discriminações.

Vale ressaltar que um ato de discriminação a qualquer título, contexto ou circunstância são abomináveis. O respeito é um direito e essencial para garantir a dignidade do ser humano. Assim, todas "as pessoas têm o direito de desfrutar de todos os direitos humanos livres de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todos e todas tem direito à igualdade perante a lei e a proteção da lei sem qualquer discriminação", (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.12). Logo, devemos sobretudo, respeitar a diversidade, à pluralidade e às diferenças existentes entre cada ser humano para construir um mundo mais justo e inclusivo.

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S.; BARBOSA, C. T.; BECKMANN, K. W.; SALACHE, C. F.; HORTS, F.; LOZECKYI, J. A historicidade do movimento LGBTQIA+ na perspectiva dos direitos humanos. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 198 a 210. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.11.

Nesse contexto, sabe-se que a história de evolução da humanidade contempla diálogos que se inserem, simbolizam e intensificam os movimentos sociais no âmbito da diversidade, equidade e inclusão. Assim, é fundamental compreender teoricamente o movimento social LGBTQIA+, principalmente no que se refere aos seus direitos e desafios enfrentados.

Ressalta-se que a sigla LGBTQIA+ se "tornou um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal +", para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade (COSTA, 2022, s/p.). A posteriori, para promover mudanças sociais e lutar pelo cumprimento dos direitos humanos.

Observa-se, entretanto, que apesar de toda a legislação que abrange os direitos humanos, o preconceito e a discriminação continuam a existir e ferir injustamente pessoas LGBTQIA+, dentre outras, a exemplo, os negros e as negras, afrodescendentes, as mulheres, os idosos e as idosas, as crianças e as pessoas pobres. Ferindo o direito à igualdade e não discriminação que "são princípios fundamentais dos direitos humanos, consagrados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados internacionais de direitos humanos", (ONU/UNFE, 2022, p. 01). Assim, as discussões acerca do movimento LGBTQIA+, e da sua importância, devem ser intensificadas nos dias atuais.

Outrossim, é frente a universidade, entre pesquisas e o fazer ciência, entre o livre debate de ideias construtivas e humanizadoras, que estudos significantes são desenvolvidos na abrangência de temáticas que contemplam a otimização dos direitos humanos relativos à diversidade sexual e de gênero, trazendo à tona seus avanços e desafios. E nessa dinâmica relatam uma história de luta do movimento LGBTQIA+ para se combater à discriminação e as violações de direitos fundamentais.

Discriminar é portanto um ato inconcebível e passível de uma penalidade. Para clarificar essa situacionalidade, a discriminação por orientação sexual é aquela cometida "contra homossexuais, bissexuais ou heterossexuais unicamente por conta de sua homossexualidade, bissexualidade ou heterossexualidade, respectivamente". A discriminação por identidade de gênero "é aquela cometida contra transexuais e não-transexuais, unicamente por conta de serem ou não transexuais (respectivamente)", (VENCESLAU, 2016, s/p.). Logo, todas as pessoas necessitam de proteção eficaz contra discriminação de qualquer espécie. Em vista disso, devemos promover e

proteger todos os direitos humanos de todas as pessoas, considerando que a orientação sexual e a identidade gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa.

Isto posto, os princípios fundamentais do direito internacional dos direitos humanos expressam de forma taxativa, que toda pessoa, sem distinção e independente de território, tem direito a desfrutar de todos os direitos humanos. Sendo assim, há um amparo legal que garante o direito à proteção contra a discriminação por diversos motivos, incluindo a orientação sexual e a identidade de gênero.

Dentre os direitos alcançados pelo movimento LGBTQIA+, destacam-se a criminalização da homofobia e algumas pautas que versam sobre demandas das pessoas trans, sobre direitos humanos, sexuais, reprodutivos da população LGBTQIA+. Contudo, há muitas discussões e avanços a serem feitos em respeito à diversidade social, entre eles, a criação de políticas públicas para garantir a efetiva praticabilidade dos direitos da população LGBTQIA+.

Nessa perspectiva, os "movimentos sociais são os responsáveis por mudar a sociedade", logo que, "a mudança está na cabeça das pessoas", (CASTELLS, 1999), "implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo", (MELUCCI, 1989). Assim, o estudo em tela, visa refletir sobre a importância de se respeitar a diversidade humana, na perspectiva de contribuir para avanços em matéria de direitos à igualdade e a não discriminação das pessoas LGBTQIA+, tanto no Brasil quanto no mundo.

O movimento LGBTQIA+ na perspectiva dos direitos humanos

O presente investigação sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais e outras possibilidades de gêneros e sexualidades dissidentes), retrata o contexto de coalizão eminente, empreendida principalmente na contemporaneidade, sobre a importância da expansão dos direitos e das políticas LGBTQIA+, notadamente no Brasil², para que possamos entender o fenômeno, conhecer

² Em 2020, houve 237 vítimas da homotransfobia no Brasil, segundo um levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), ou seja, uma média de uma vítima a cada 36 horas. Hoje a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) noticiou que José Tiago Correia Soroka é suspeito de assassinar 3 homens em Curitiba e Santa Catarina. Ato de discriminação de LGBTQIA+, é previsto como crime desde 2019, quando o

como este se originou, que avanços foram concretizados historicamente e como ele situa-se hoje, no cerne de suas ações como movimento social LGBTQIA+.

Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas para interagir com a política institucional e não institucional, bem como, a influência das gestões públicas e considerando o protagonismo judicial, em especial das cortes superiores, em decisões que asseguram a todas as pessoas, a proteção eficaz contra discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, como resposta nacional e internacional às violações de direitos humanos, são premissas que estabelecem forças ao movimento social LGBTQIA+, influenciando atores e ideias inter/transnacionais no processo de promoção dos direitos e políticas LGBTQIA+, pois:

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos. Todos temos direito aos direitos humanos sem discriminação, seja qual for nossa nacionalidade, local de residência, sexo, origem nacional ou étnica, cor, religião, idioma ou qualquer outra situação, como idade, deficiência, condições de saúde, orientação sexual ou identidade de gênero. Esses direitos, não importa se forem direitos civis e políticos (como o direito a vida, à igualdade perante a lei e à liberdade de expressão) ou econômicos, sociais e culturais (tais como o direito ao trabalho, à segurança social e educação), são indivisíveis, universais, interdependentes e interligados (ONU, 2022, p. 01).

Em vista disso, é no interior da história construída e reverberada pelas práticas sociais, que o significado de cada letra, destaca a representatividade do movimento social LGBTQIA+. Nesse viés, o Manual de Comunicação LGBTI+, elaborado pela Aliança Nacional LGBTI+, denomina as identificações na sigla³ da seguinte forma:

Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a LGBTfobia ao delito de racismo, com base no artigo 20 da Lei nº. 7.716/1989, que trata dos crimes de preconceito por etnia ou por cor. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/05/17/no-dia-de-luta-contra-a-homofobia-ainda-alarmante-os-numeros-de-violencia>. Acesso: 10 jan. 2023.

³ A sigla LGBT tem como principal objetivo promover a diversidade cultural com base nas questões de identidade sexual e gênero. Atualmente, é utilizada para se referir a qualquer pessoa que não se enquadra como heterossexual ou cisgênero. Dessa forma, algumas variantes da sigla surgiram ao longo dos anos, como: LGBTQ – adicionando a letra Q, para aquelas pessoas que se identificam como queer; LGBTQI – adicionando a letra I, para incluir as pessoas que se identificam como intersexuais; LGBTQIA – adicionando a letra A como forma de incluir os assexuais, aromânticos ou simpatizantes (aliados); LGBTQIAPN – adicionando as letras P e N, para incluir pansexuais, polissexuais e pessoas não-binárias; LGBTQIAP+ –

- L (lésbicas): Mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outras mulheres;
- G (gays): Homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens;
- B (bissexuais): Diz respeito aos homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino. Ainda segundo o manifesto, a bissexualidade não tem relação direta com poligamia, promiscuidade, infidelidade ou comportamento sexual inseguro. Esses comportamentos podem ser tidos por quaisquer pessoas, de quaisquer orientações sexuais;
- T (transgênero): Diferentemente das letras anteriores, o T não se refere a uma orientação sexual, mas à identidades de gênero. Também chamadas de "pessoas trans", elas podem ser transgênero (homem ou mulher), travesti (identidade feminina) ou pessoa não-binária, que se compreende além da divisão "homem e mulher";
- Q (queer): Pessoas 'queer' são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso das drag queens. A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultados da funcionalidade biológica, mas de uma construção social;
- I (intersexo): A pessoa intersexo está entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal – cromossomos , genitais, hormônios, etc– não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino);
- A (assexual): Assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independentemente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum essas pessoas não verem as relações sexuais humanas como prioridade;
- +: O símbolo de "mais" no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo (COSTA, 2022, s/p.).

No que diz respeito aos recortes históricos e contemporâneos de desenvolvimento do movimento social LGBTQIA+, este é um

adicionando o sinal de “+”, procura-se atender e representar quaisquer outras pessoas que não se sintam incluídas em nenhuma das outras identidades cobertas pelas iniciais da sigla. Vale ressaltar que essas são apenas algumas variantes das siglas, de modo que é possível encontrar referências que utilizam siglas como LGBTI, LGBTIQ, LGBTPN, LGBTA, LGBTQA, entre outras. Dessa forma, a maneira mais utilizada de se fazer referência à comunidade é utilizando o termo LGBTQIA+. Disponível em: [https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/#:~:text=O %20Movimento%20LGBT%20brasileiro%20nasceu,amadurecimento%20do%20movimento%20no%20Brasil](https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/#:~:text=O%20Movimento%20LGBT%20brasileiro%20nasceu,amadurecimento%20do%20movimento%20no%20Brasil). Acesso: 10 jan. 2023.

movimento civil e social, que busca defender a aceitação e os direitos das pessoas LGBTQIA+ na sociedade global. Ele é um movimento organizado nos seus mais diversos núcleos no mundo e caminha em busca da igualdade social, contra bifobia, homofobia, lesbofobia e transfobia, considerando o cumprimento dos direitos humanos para todas as pessoas. Assim sendo:

Os direitos humanos foram estipulados através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) como uma resposta às atrocidades da II Guerra Mundial. Os direitos humanos universais são frequentemente mencionados e garantidos por lei, na forma de tratados, pelo direito consuetudinário internacional, através dos princípios gerais e outras fontes do direito internacional. O direito internacional dos direitos humanos estabelece as obrigações dos governos para agir de determinadas maneiras ou abster-se de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos ou grupos (ONU, 2022, p. 01).

Historicamente, os primeiros registros de pessoas homossexuais são datados de cerca de 1.200 a.C., e dentre os estudos desenvolvidos, pesquisadores e pesquisadoras, historiadores e historiadoras, explicitam que a orientação homossexual era aceita em diversas civilizações. Todavia, ocorrem situacionalidades no mundo que não corroboram com este fato e assinalam atos de discriminação cometidos contra a comunidade LGBTQIA+.

Na sociedade contemporânea, por exemplo, há países que continuam a violar os direitos humanos. Um relatório⁴ publicizado em 15 de dezembro de 2021, da Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (Ilga World), noticia que 67 países⁵ ainda possuem políticas públicas que criminalizam e punem pessoas LGBTQIA+.

⁴ O relatório Ilga Word (Our identities under arrest. A global overview on the enforcement of laws criminalising consensual same-sex sexual acts between adults and diverse gender expressions, 2021. First Edition), pode ser visualizado na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: https://static.poder360.com.br/2021/12/Our_Identities_Under_Arrest_2021.pdfAcesso: 10 jan. 2023.

⁵ Em 2019, o sultão de Brunei, Hassanal Bolkiah, aprovou a pena de morte contra gays. O pequeno país do Sudeste Asiático é um dos sete que, nos últimos anos, retrocederam em relação aos direitos de pessoas gays, bi ou transexuais, na contramão do avanço em países ocidentais. De acordo com um relatório da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (Ilga World), publicado nesta quarta-feira, 67 nações, especialmente na África e na Ásia, o equivalente a um terço dos países-membros das Nações Unidas, têm leis que perseguem gays com prisão ou até mesmo a morte. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/numero-de-paises-que-criminalizam-relacoes-lgbt-aumentou-nosultimos-cinco-anos-25318804> Acesso: 10 jan. 2023.

Alguns países como Nigéria, Camarões, Egito, Senegal, Indonésia, Malásia e Arábia Saudita "permitem e aceitam", práticas homofóbicas. Além disso, países como Gana e Chade viabilizam ações para criminalizar o relacionamento de pessoas de mesmo sexo. Por conseguinte, em muitos territórios, ainda que não sejam perseguidos e perseguidas pela lei, pessoas LGBTQIA+ são alvo de rejeição social, discriminação e até mesmo assédio. E de acordo com o relatório mais recente da Ilga World (2021):

Além do Catar, país-sede da Copa do Mundo de 2022, e do Marrocos, outras 64 nações ainda criminalizam a relação entre pessoas do mesmo sexo. Os dados foram fornecidos ao pela ILGA, sigla em inglês que significa Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (São estes os países: Argélia, Burundi, Camarões, Chad, Comores, Egito, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Libéria, Líbia, Maláui, Maurítânia, Ilhas Maurício, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Barbados, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Iraque, Irã, Kuwait, Líbano, Malásia, Maldivas, Mianmar, Omã, Turquistão, Catar, Arábia Saudita, Singapura, Sri Lanka, Síria, Turcomenistão, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão, Iêmen, Kiribati, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu). Entre os países homofóbicos, estão Jamaica, Marrocos e Maldivas, destino turístico de muitas pessoas. Por outro lado, não há nenhuma nação na América do Norte e Europa que criminalize a relação homossexual. Dos 193 países ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), apenas 28 reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ou seja, apenas 14% dos países-membro da ONU. Após episódios de intolerância acontecerem repetidamente na Copa do Qatar, a ILGA publicou uma carta aberta ao presidente da Fifa, Gianni Infantino. O documento assinado pela diretora-executiva da associação, Julia Ehart, disse que o mundial falhou "espetacularmente", no objetivo de unir as pessoas (RODRIGUES, 2022, s/p.).

Quanto à luz de alguns acontecimentos no âmbito histórico, "códigos penais combatendo a homossexualidade são muito presentes, sendo que o primeiro registro nesse sentido data do século XIII, no império de Gengis Kahn. Lá, a sodomia levava à condenação por pena de morte". (STOODI, 2020, s/p.).

Logo, o preconceito e privação de direitos enfrentada pela população LGBTQIA+, nos espaços públicos, no mercado de trabalho, na mídia, nas escolas e, muitas vezes, até mesmo na própria família, não são episódios recentes:

Já no hemisfério ocidental, as primeiras leis nesse sentido, redigidas sobre uma forte influência do movimento cristão da Inquisição, surgiram no ano de 1533. O inglês Buggery Act e o Código Penal de Portugal traziam os "Atos de Sodomia", que carregavam o julgamento por um tribunal eclesiástico, podendo levar à pena de morte. Em um contexto no qual Inglaterra e Portugal, junto com a Espanha e a França, dominavam boa parte dos territórios ao redor do globo, a influência dessas legislações preconceituosas se estendeu não apenas pela Europa, mas também por todas as colônias. Os séculos seguintes também não apresentaram grandes avanços, sendo que grandes genocídios foram cometidos contra os LGBT. Durante o avanço do nazismo alemão, por exemplo, a população LGBT era levada aos campos de concentração e extermínio. Inclusive, dois símbolos do movimento tiveram suas raízes nesse momento histórico: o triângulo invertido de cor rosa, que designava homens gays, e o triângulo preto invertido, para as mulheres "antissociais", grupo no qual se incluíam as lésbicas. Os LGBT foram submetidos a métodos de tortura, castração, terapias de choque, lobotomia e até mesmo estupros corretivos, tudo isso sob a alegação de que, segundo teorias de médicos e psicólogos nazistas, a homossexualidade seria uma doença de ordem mental (STOODI, 2020, s/p.).

Outros exemplos na atualidade, clarificam a face visível de discriminação social contra pessoas LGBTQIA+. Elas sofrem com a exclusão e preconceito no trabalho, em casa, na escola até mesmo na universidade, em instituições de saúde e em muitos outros aspectos de suas vidas. A discriminação⁶ chega a ponto de causar demissões laborais, bullying em diversos contextos, o acesso negado a tratamentos médicos, são expulsas de suas casas, internadas à força em instituições psiquiátricas e até mesmo,

⁶ Para pessoas intersexuais, a discriminação muitas vezes começa no nascimento, pois muitos bebês e crianças intersexuais são submetidas a intervenções cirúrgicas ou de outro tipo, realizadas sem a sua aprovação ou a de seus pais, com o objetivo de apagar as diferenças intersexuais. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/FactSheets/UNFEFactSheetEquality_and_non_discrimination_SOGI_PT.pdf Acesso: 10 jan. 2023.

chegam a serem obrigadas a se casar ou engravidar. Esse é um contexto presente tanto no Brasil, como em outros lugares do planeta.

As conquistas do movimento LGBTQIA+, no Brasil, integram reivindicações e a implementação de políticas públicas afirmativas e emancipatórias. Embora haja na legislação brasileira fontes e recursos de combate contra a discriminação, para que realmente haja eficácia nessa batalha, é necessário a existência de uma consciência, formada tanto no contexto individual como no contexto coletivo do pensamento humano, respeita a diversidade social. Faz-se mister, destacar a evolução da legislação brasileira nessa perspectiva:

- 1990 – homossexualidade deixa de ser considerada doença;
- 1999 – Proibição da "cura gay";
- 2001 – Passa a punir, administrativamente a LGBTfobia (só em São Paulo);
- 2001 – Adquire direito à pensão do INSS, caso companheiro/a morra ou seja preso/a;
- 2008 – Mulheres trans conquistam direito para fazer cirurgia de redesignação pelo SUS;
- 2009 – Regula o respeito ao nome social no SUS;
- 2011 – Regula o respeito ao nome social na Carteira de Trabalho;
- 2011 – Insitui no SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- 2013 – Reconhece o casamento homoafetivo;
- 2014 – Proibição de discriminar pessoas vivendo com HIV/Aids;
- 2015 – Fim do crime militar por práticas homossexuais;
- 2016 – Respeito ao nome social em órgãos públicos e autarquias, sem necessidade de ratificação do registro de nascimento;
- 2016 – Assegura uso da Lei Maria da Penha para defender mulheres trans;
- 2016 – Registro por casais homossexuais de filhos biológicos;
- 2018 – Alteração de registro civil de pessoas trans diretamente nos cartórios;
- 2018 – Regulação do nome social no Título de Eleitor;
- 2018 – Estupro corretivo passa a ser crime com agravante;
- 2019 – Homens trans conquistam direito para fazer cirurgia de redesignação pelo SUS;
- 2019 – LGBTfobia passa a ser considerada crime;
- 2022 – Reconhece aplicabilidade da Lei Maria da Penha para mulheres transexuais e travestis (PIRES/PODER 360, 2022, s/p.).

Assim, os avanços recentes na última década no Brasil, aumentam mesmo que de forma singela, a proteção dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+. Outrossim, é necessário a formulação de leis que proíbam a discriminação e que penalizam crimes de ódio homofóbicos, que reconhecem as relações entre pessoas do mesmo sexo e que auxiliam as pessoas transgêneros a conseguir documentos oficiais.

Vale salientar que desde o início da década de 1990, mecanismos das Nações Unidas (ONU) de direitos humanos têm expressado preocupações sobre as frequentes formas de violações dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+. E o Conselho de Direitos Humanos (CDH⁷-ONU), passa a investigar e relatar fatos, bem como, os seus desafios na área dos direitos humanos, para acabar e proibir a discriminação, e penalizar crimes cometidos contra as pessoas LGBTQIA+, nesse sentido:

O Conselho será responsável por promover o respeito universal e a proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos. Para isso, analisará as violações de direitos, promoverá assistência e educação na área dos direitos humanos, ajudará a desenvolver o direito internacional nesta esfera, analisará a atuação dos Estados-membros, se esforçará para evitar abusos, responderá a situações de emergência e servirá de fórum internacional para o diálogo sobre questões de direitos humanos (CDH-ONU, 2023, s/p.).

O Estado, ou seja, todas as Nações têm a obrigação legal de assegurar

⁷ O Conselho de Direitos Humanos é o órgão criado pelos Estados-Membros da ONU com o objetivo de reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o planeta. Substitui a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. A Comissão de Direitos Humanos conseguiu grandes avanços, como o estabelecimento de normas internacionais na área de direitos humanos. [...] Assim, o Conselho terá também um novo mecanismo periódico de análise que lhe dará, e também ao mundo, a oportunidade de examinar a atuação de todos os 191 Estados-membros das Nações Unidas. [...] O Conselho poderá levar a cabo iniciativas preventivas, para evitar que situações de tensão se transformem em crises, e responder rapidamente a novas crises na área dos direitos humanos. O Conselho, cujos membros foram eleitos através de uma disputada eleição, devem trabalhar com base na universalidade, imparcialidade, objetividade e não seletividade. Ele é necessariamente inclusivo e tem que conduzir seu trabalho com base no diálogo e na cooperação, o que inclui conversar e prestar assistência a países que são vistos como tendo problemas específicos de direitos humanos. [...] O Conselho de Direitos Humanos realizará pelo menos três sessões por ano (incluindo a sessão principal), durante um período não inferior a dez semanas.

O Conselho, sediado em Genebra (Suíça), poderá também ser convocado para tratar de situações urgentes e realizar sessões extraordinárias, quando necessário. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/abc/onu/conselhos_dh.htm#1. Acesso: 10.jan.2023.

que suas próprias leis e políticas não discriminem as pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero e essa obrigação transcende a cultura, a tradição e a religião, e se insere na perspectiva dos direitos humanos. Os governos que se negam a proteger os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, violam as leis internacionais e assim, operam produzindo desigualdades múltiplas, sendo que deveriam garantir segurança jurídica para todas as pessoas.

Embora haja aparentes avanços, ainda há muito o que resistir e lutar dentro de um quadro recente de ameaças ou perdas efetivas de direitos já conquistados pela comunidade LGBTQIA+. Portanto, este estudo objetiva enfatizar uma reflexão sobre a realidade social regida por desigualdades estruturadas e estruturante, que permeia o movimento social LGBTQIA+, na tentativa de reconhecimento social e de expansão dos direitos e das políticas LGBTQIA+.

Assim, a partir da perspectiva dessa temática, apresentar recortes históricos e contemporâneo desse movimento social, nos conduz a compreender como se constroem os percursos e os cruzamentos da construção identitária interseccionada, de pessoas que lutam por justiça social, sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, em um processo relacional imediato pelo cumprimento dos direitos humanos no âmbito global.

Considerações finais

Trazendo à luz importantes informações sobre o movimento social LGBTQIA+, pretendemos impulsionar que mais dialógicos e pesquisas sejam otimizadas na academia e discutidas na sociedade em geral, para a emergência da ampliação dos direitos e das políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+.

Para entender o fenômeno, reunir fatos que marcam o contexto histórico-social de luta pela praticabilidade efetiva de direitos humanos para as pessoas LGBTQIA+, torna-se interface estratégica desenvolvida para valorar a importância desse movimento social na contemporaneidade, terreno propício para ilustrar os desafios que se tem pela frente quando se almeja respeito da diversidade, garantindo a eliminação da discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero,

Muito embora tenha havido nos últimos anos alguns avanços em matéria de direitos as pessoas LGBTQIA+ no Brasil, ainda há relatos

publicizados que evidenciam a existência de uma sociedade que discrimina e comete inúmeras formas de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Assim, é emergencial abrir caminhos para se construir um movimento social mais abrangente, que repense e atue na cobrança de políticas públicas mais eficazes, leis e ações que partam do poder público para atender a população LGBTQIA+ como um todo, priorizando um tratamento igualitário no âmbito social e perante a lei, pensando na formação de numa sociedade inclusiva e não discriminatória, em que os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todas as pessoas, de forma universal.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 09 jan. 2023.

CASTELLS, M. Sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CDH. Conselho de Direitos Humanos – CDH. Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/abc/onu/conselhos_dh.htm#1. Acesso: 10 jan. 2023.

COSTA, A. G. Saiba o que significa a sigla LGBTQIA+ e a importância do termo na inclusão social. CNN Brasil, publicado em 28/06/2022 às 04h30min, atualizado em 01/07/2022, às 14h14min. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-significa-a-sigla-lgbtqia-e-a-importancia-do-termo-na-inclusao-social/#:~:text=Com%20isso%2C%20LGBTQIA%2B%20se%20tornou,usadas%20pelos%20mem20membros%20dessa%20comunidade>. Acesso: 10 jan. 2023.

GONÇALVES, M. Número de países que criminalizam relações LGBT+, aumentou nos últimos cinco anos. O Globo, em 15/12/2021, às 04h30min, atualizado em 15/12/2021, às 18h31min. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/numero-de-paises-que-criminalizam-relacoes-lgbt-aumentou-nos-ultimos-cinco-anos-25318804>. Acesso: 10 jan. 2023.

LOURENÇO, M. No dia de luta contra homofobia, dados ainda revelam números alarmantes de LGBTfobia. Brasil de Fato, João Pessoa (PB), em 17 de maio de 2021, às 18h50min. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/05/17/no-dia-de-luta-contr-a-homofobia-ainda-e-alarante-os-numeros-de-violencia>. Acesso: 10 jan. 2023.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua nova, n.º. 17, 1989. ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. Paridade de gênero. Por um planeta 50-50 em 2030. Um passo decisivo para a igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. Nações Unidas pela igualdade LGBT. Saiba mais. Igualdade e não discriminação. Livre e Iguais. (2022). Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/FactSheets/UNF_EFactSheetEquality_and_non_discrimination_SOGI_PT.pdf

PIRES, L. Combate à LGBTfobia e a construção de direitos no Brasil. Poder 360. Publicado em 17 de maio de 2022 (terça-feira), às 5h50min. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinioao/combate-a-lgbtfobia-e-a-construcao-de-direitos-no-brasil/>. Acesso: 10 jan. 2023.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. (2006). Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso: 10 jan. 2023.

RODRIGUES, M. Além do Catar e Marrocos, outros 64 países ainda criminalizam relações entre pessoas do mesmo sexo; veja lista. G1 Mundo, em 06/12/2022, publicado às 15h18min, atualizado há um mês. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/copa-do-catar/noticia/2022/12/06/alem-do-catar-e-marrocos-outros-64-paises-ainda-criminalizam-relacoes-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-veja-lista.ghtml>. Acesso: 10 jan. 2023.

STOODI. Movimento GLBT: o que é, história e muito mais! Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/#:~:text=O%20Movimento%20LGBT%20brasileiro%20nasceu,amadurecimento%20do%20movimento%20no%20Brasil>. Acesso: 10 jan, 2023.

VENCESLAU, J. P. M. O Projeto de Lei da Câmara n.º 122/06 - A criminalização da Homofobia. Jus Brasil, Artigos, 2016. Disponível em: <https://drjoaopaulomiranda.jusbrasil.com.br/artigos/305364341/o-projeto-de-lei-da-camara-n-122-06-a-criminalizacao-da-homofobia>. Acesso: 09 jan. 2023.

MÚLTIPLOS OLHARES

SOBRE OS DIREITOS HUMANOS,
A EDUCAÇÃO E A INOVAÇÃO SOCIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES



Sobre as autoras e os autores

@ **Ademir Juracy Fanfa Ribas** é graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Econômico e Doutor em Ciências Florestais. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Administração no câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/Paraná), É o Excelentíssimo Vice-Reitor da Unicentro (2020-2024). É líder do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro)", e atua na linha de pesquisa em estudos na área de empreendedorismo, inovação e empregabilidade (endereço web para acessar o grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5932976438951144). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/5917568821316886>. Email para contato: ademir@unicentro.br

@ **Cleber Trindade Barbosa** é graduado em Administração. Mestre em Administração e Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Administração no câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/Paraná). É o coordenador do Núcleo de Educação a Distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro (2022 a 2023). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/9632894840381544>. Email para contato: cleber@unicentro.br

@ **Cleverson Fernando Salache** é graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Econômico e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (Ppge-Unicentro), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Administração no câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/Paraná). É Diretor do câmpus Universitário de Pitanga (Pitanga/Paraná), da Unicentro (2015 a 2024). É vice-líder do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Cátedra Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro)", e atua na linha de pesquisa em estudos na área de

empreendedorismo, inovação e empregabilidade (endereço web para acessar o grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5932976438951144). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/0391598969251452>. Email para contato: cleverson@unicentro.br

@ **David Livingstone Alves Figueiredo** é graduado em Medicina. Mestre em Ciências Médicas e Doutor em Ciências Médicas. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Medicina, no câmpus Universitário Cedeteg (Guarapuava/Paraná). É Chefe do Departamento de Medicina da Unicentro (2019-2023). É professor orientador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/8867251982236137>. Email para contato: davilaf@unicentro.br

@ **Erivelton Fontana de Laa**t é graduado em Educação Física. Mestre em Engenharia de Produção e Doutor em Engenharia de Produção. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Educação Física, no câmpus Universitário de Irati (Irati/Paraná). É professor orientador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/2648813906616187>. Email para contato: elaat@unicentro.br

@ **Fábio Hernandes** é graduado em Matemática. Mestre Ciências da Computação e Matemática Computacional e Doutor em Engenharia Elétrica. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Ciência da Computação, no câmpus Universitário Cedeteg (Guarapuava/Paraná). É o Magnífico Reitor da Unicentro (2020-2024). É integrante do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro)", e atua na linha de pesquisa em estudos na área de empreendedorismo, inovação e empregabilidade (endereço web para acessar o grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5932976438951144). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser

acessado em: <http://lattes.cnpq.br/2110808766116337>. Email para contato: hernandes@unicentro.br

@ **Fábio Horst** é graduado em Matemática. Mestre em Métodos Numéricos em Engenharia e Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professor e coordenador de Convênios e Captação de Recursos (2016-2024), da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/7664282421403641>. Email para contato: fhorst@unicentro.br

@ **Jeferson Lozeckyi** é graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Ciências Contábeis no campus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/Paraná). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/7730964244455084>. Email para contato: lozeckyi@unicentro.br

@ **Juliane Sachser Angnes** é graduado em Secretariado Executivo e Letras Inglês. Mestra em Letras e Doutora em Educação. É professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotada no Departamento de Secretariado Executivo no campus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/Paraná). É vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Ppge-Unicentro), na Unicentro. É professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (Ppge-Unicentro) e no Programa de Pós-Graduação em Administração (Ppgadm-Unicentro). É integrante do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro)", e atua na linha de pesquisa em estudos na área de educação e direitos humanos (endereço web para acessar o grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5932976438951144). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/8168143921428986>. Email para contato: jangnes@unicentro.br

@ **Karina Worm Beckmann** é graduada em Matemática. Mestre em Métodos Numéricos e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotada no Departamento de Matemática no câmpus Universitário Cedeteg (Guarapuava/Paraná). É Pró-Reitora de Ensino na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro (2019-2024). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/3387031462766330>. Email para contato: karina@unicentro.br

@ **Loide Andréa Salache** é graduada em Letras e Direito. Mestre em Letras e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professora e labora na Unicentro. É integrante do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino Unicentro (Ceef Unicentro)", e atua na linha de pesquisa em estudos de gênero, empoderamento das mulheres e desenvolvimento comunitário (endereço web para acessar o grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5932976438951144). O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/5948230473103649>. Email para contato: loide@unicentro.br

@ **Luciana Rosar Fornazari Klanovicz** é graduada em História. Mestre em História e Doutora em História. É professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotada no Departamento de História, no câmpus Universitário Santa Cruz (Guarapuava/Paraná). É coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. É professora orientadora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/4214258620142269>. Email para contato: lucianarfk@unicentro.br

@ **Ronaldo Ferreira Marganhotto** é graduado em Turismo e Geografia. Mestre em Geografia Física e Doutor em Geografia Física. É professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, lotado no Departamento de Turismo, no câmpus Universitário de Irati (Irati/Paraná). É professor orientador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Ppgdc-Unicentro) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Ppgg-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. O seu Currículo Lattes – CNPq poderá ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/4031550783871062>. Email para contato: rmarganhotto@unicentro.br

MÚLTIPLOS OLHARES

SOBRE OS DIREITOS HUMANOS,
A EDUCAÇÃO E A INOVAÇÃO SOCIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ÍNDICE REMISSIVO



A

Acadêmico e Acadêmica.....	65
Acontecimento Social.....	136, 144
Adolescentes.....	102
Agenda 2030.....	10, 90, 160
Aldeias.....	177
Alcançar.....	09
América Latina.....	107
Ancorados.....	05, 136, 139
Assegurando.....	11

B

Benefício.....	13
Brasil.....	11, 16, 32, 34, 63, 102
Beleza.....	138

C

Cátedra.....	05, 160, 163
Campo Educacional.....	05
CeefUnicentro.....	05, 162, 164, 165, 169, 172
Cidadãs.....	13
Cidadania.....	102
Ciência.....	05, 29, 93, 106, 124, 128
Colégios.....	73, 80, 99
Colégios Públicos.....	73
Comunidade.....	54, 108, 162, 170, 173
Comunidade Universitária.....	177
Compromisso Social.....	70
Contemporâneo.....	217
Contemporaneidade.....	136, 218
CNPq.....	05, 06
Conexão.....	70
Conhecimento Científico.....	38, 126
Cooperação.....	169
Corpo.....	100, 136, 137, 142, 143
Corpo Feminino.....	138, 141
Corpo perfeito.....	138, 146, 152, 153
Corporalidade.....	136

Corporeidade.....	136, 148, 153
Covid-19.....	128
Crianças.....	09, 102, 107
Cultural.....	148
Cultura.....	217

D

Determinante.....	97
Democratização.....	06, 28, 33
Democratização do Ensino.....	77
Desenvolvimento.....	05, 56
Desenvolvimento Comunitário.....	05, 28, 29 40, 41, 42, 44, 46, 48, 53, 54, 61, 64, 65, 66 130, 131.
Desenvolvimento Comunitário Sustentável.....	06
Desenvolvimento Institucional.....	165
Desenvolvimento Global.....	06
Desenvolvimento Histórico.....	08
Desenvolvimento Humano.....	05, 06, 08, 09, 11, 130, 160
Desenvolvimento Sustentável.....	10, 168
Dietas.....	137, 141
Direitos.....	05, 28, 217
Direitos e Deveres.....	21
Direitos Humanos.....	05, 09, 23, 99, 107, 163, 169, 171, 218
Direito Internacional.....	08
Direito das Mulheres.....	13
Ditadura da Beleza.....	137
Diversidade.....	218
Doenças Crônicas.....	117, 119, 127
Doenças Crônicas Não Transmissíveis.....	132
Doutorado.....	130
Diplomação.....	177

E

Educação.....	05, 11, 12, 15, 29, 32, 43, 90, 97, 98, 99, 162
Educação Básica.....	72, 77, 88, 93, 110
Educação Diferenciada.....	178
Educação Superior.....	72, 77, 78, 81, 110, 164
Educadores e Educadoras.....	06

Estudos de Gênero.....	05
Emancipatória.....	71
Empoderamento.....	05, 14, 22, 162, 164, 169
Empoderamento Econômico.....	160
Empoderamento Feminino.....	105, 163
Empoderamento das Mulheres.....	10, 15, 17, 163, 171
Empreendedorismo Feminino.....	5, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 23, 160, 166
Empreendedora.....	162
Empreendedorismo.....	105, 160, 164, 169
Empregabilidade.....	167
Emancipação Social.....	09, 78, 97, 105, 109
Escola.....	28, 70, 72, 73, 80, 89, 91
Escola na Unicentro.....	88
Ensino Médio.....	74, 93
Ensino Superior.....	05, 37, 64, 70, 78, 93
Ensino Superior Público.....	05, 28, 29, 46
Equidade de Gênero.....	22
Equidade Social.....	163
Esteriótipos.....	1 11
Estudantes.....	72, 76, 79, 81
Estudos de Gênero.....	05

F

Feminino.....	10, 101, 102, 108, 136, 140, 145, 146, 153
Feminina.....	138, 152
Feminismo.....	05
Futuro.....	70, 72, 91, 160

G

Gênero.....	08, 09, 12, 101, 136, 143
Gestão Universitária.....	58
Governança.....	55, 59
Governança Universitária.....	53, 56, 60
Governo.....	71, 79, 80
Graduação.....	86, 87, 88, 89, 92
Guarapuava.....	131
Grupo de Pesquisa.....	05

H

História.....	149, 152, 154
Historicidade.....	153, 180
Histórico.....	11, 15, 97, 136
Historicamente.....	10, 16
Homens.....	12, 16, 20, 160
Humanidade.....	08, 10
Humanizada.....	06

I

Identidade.....	77
Identidade de Gênero.....	218
Ideologia.....	138
Igualdade de Direitos.....	08, 09, 13, 18
Igualdade de Gênero.....	08, 09, 10, 12, 13, 16, 22, 24, 165, 169
Inclusão.....	15
Inovação.....	43, 70, 78, 121, 166
Inovação Social.....	05, 117, 120, 121
Intersecções.....	05
Interseccionalidades.....	05
Interdisciplinar.....	05
Igualdade de Gêneros.....	08, 10

J

Justiça.....	217
--------------	-----

L

LGBTQIA+.....	15, 215, 216, 217, 218
Livro.....	05

M

Meninas.....	12, 97, 102
Mídia.....	138, 149
Mulher.....	16, 18, 108, 138, 144, 150
Mulheres.....	08, 09, 10, 11, 12, 15, 17, 23, 97, 98, 102, 107, 111, 139, 148, 160, 169
Múltiplos Olhares.....	05, 06
Movimento Social.....	217
Movimento Feminista.....	13

O

Objetivo.....	64, 177
Objetivos Desenvolvimento Sustentável.....	05, 10, 12, 74, 82, 90, 169
Objetificado.....	140
Orientação Sexual.....	217
ONU.....	05, 08, 10, 74, 90, 107

P

Padrão de Beleza.....	38, 147
Padronização.....	139
Paraná.....	32, 36, 40, 44, 78, 83, 90, 102
Parceria.....	165
Pacto Global.....	05, 16, 22, 171
Pessoas.....	217
Pesquisas.....	05, 39, 84
Pesquisas Científicas.....	06, 172
Pesquisadoras e Pesquisadores.....	05
Perspectivas.....	79, 83, 217
População.....	124
Povos Indígenas.....	177
Projetos.....	70, 84, 161
Políticas de Acesso ao Ensino Superior Público.....	177
Políticas Públicas.....	218
Planeta 50-50.....	171
Pós-Graduação.....	05, 89, 130

Q

Qualidade de Vida.....	09
------------------------	----

R

Respeito.....	14
Reflexão.....	217
Regimes.....	138
Responsabilidade.....	16
Responsabilidade Social.....	16

S

Saúde.....	117, 120, 123, 132, 171
Socioeducacional.....	162
Socioeconômico.....	162, 169

Ser Humano.....	83, 101
Seed/PR.....	180
Seti.....	178
Situação de Vulnerabilidade.....	97
Sociedade.....	05, 09, 11, 16, 22, 28, 75, 11, 137
Sociedade 50-50.....	12, 46, 70, 81
Sociedade 5.0.....	82
Sociedade Global.....	172
Sociedade Inclusiva e Não Discriminatória.....	217
T	
Tecnologia.....	71, 93, 123, 178
Trabalho.....	15, 97, 108, 167
Transformação Social.....	173
Trabalhos Científicos.....	06
U	
Universidade.....	05, 28, 29, 43, 44, 56, 62, 70, 82, 85, 88, 128, 163
Universidade Estadual.....	55
Universidade Pública.....	47, 55, 60, 70
Unicentro.....	05, 55, 70, 72, 73, 78, 83, 85, 91, 97
Unicentro na Escola.....	83, 84, 88, 91
Universalização dos Direitos Humanos.....	06
Universitários e Universitárias.....	80, 89, 91
V	
Vida.....	11, 48, 163
Vale do Genoma.....	131
Vulnerabilidade.....	09, 11, 97, 101, 102, 110, 122, 162
VocênaUnicentro.....	72, 73, 78, 81, 83, 91
W	
Walking Tour Unicentro.....	88, 89
Websérie.....	85, 86, 87, 88

Nesta coletânea de ensaios, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento buscam articular múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário, a partir de abordagens interdisciplinares.



apprehendere
editora